

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Tarcísio Gontijo Cunha

FISSURAR O ESPAÇO PÚBLICO

Belo Horizonte

2022

Tarcísio Gontijo Cunha

FISSURAR O ESPAÇO PÚBLICO

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientadora: Professora Doutora Denise Morado Nascimento

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura - UFMG

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail do autor: taregontijo@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

C972f

Cunha, Tarcisio Gontijo.

Fissurar o espaço público [manuscrito]. / Tarcisio Gontijo Cunha. - 2022.
249 f. : il.

Orientadora: Denise Morado Nascimento.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano - Belo Horizonte - Teses. 2. Espaço urbano - Participação do cidadão - Teses. 3. Espaço urbano - Aspectos sociais - Teses. I. Morado Nascimento, Denise. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13

Ficha catalográfica: elaborada por Fernanda Pereira - CRB 6/2927



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

FISSURAR O ESPAÇO PÚBLICO

TARCÍSIO GONTIJO CUNHA

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 16 de dezembro de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:

Denise Morado
Nascimento:49068539604

Assinado de forma digital por Denise Morado Nascimento:49068539604
Dados: 2022.12.16 17:34:18 -02'00'

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento - Orientadora
EA-UFMG

Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas
EA-UFMG

Carlos Alberto Batista
Maciel:76494128653

Assinado de forma digital por Carlos Alberto Batista Maciel:76494128653
Dados: 2022.12.19 13:47:31 -03'00'

Prof. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel
EA-UFMG

Profa. Dra. Paula Freire Santoro
FAU-USP

Profa. Dra. Juliana Soares Gomes Canedo
Technische Universität Berlin

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Somos a continuidade daqueles que nos precederam na ação - e de nossos registros nesse tempo serão estruturadas as ações daqueles que nos sucederão. Há um fio de conexões e de parcerias que vão se estruturando ao longo da vida, mas que, em momentos como esses, merecem ser registradas.

Ao começo de tudo, a quem chamo de Deus, agradeço a oportunidade de mais essa existência.

A meu pai Adélio, minha mãe Maria do Rosário, meus (nove) irmãos, meus cunhados, meus sobrinhos e meus sogros, agradeço por serem “exemplos que arrastam - mais do que palavras que convencem”. Vocês foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Às boas inspirações, agradeço pelas intuições no encadeamento de raciocínios.

À Denise Morado, com quem fui de fato trabalhar quase 20 anos após conhecê-la e admirá-la na PUC, agradeço pelo aprendizado intenso, profissional e preciso nesses cinco anos.

À banca de qualificação - Daniel e Luiz - agradeço pelas ponderações e pelos encaminhamentos certos.

Aos entrevistados - Márcia, Fidélis, Fernando e Manuel - agradeço pelas falas inspiradoras, nas quais sempre me espelharei na busca pela visibilização de mais negações-criações.

Aos amigos, aqui representados pelo Daniel e pelas meninas da Janelativa - Anamaria, Carol, Isabela, Jacque, Sibelle e Tatiana -, agradeço pelo suporte, pelas conversas e pelos conselhos tão motivadores.

E à Carol - escutadora, crítica, parceira, instigadora, afeto puro e sincero - agradeço por *ser* em minha vida. Que sorte a minha me encontrar com você a cada dia...

“Os músicos de jazz que se juntam por prazer e sem um líder, aprendem a se reunir na mesma música, cada um com o seu estilo particular de desenvolver temas e variações, movendo-se juntos em uma harmonia dissonante.” (HOLLOWAY, 2013a, p. 79)

RESUMO

Esta pesquisa investiga as ações e as reações dos agentes no espaço público, visando entender seu potencial de mudança na negação de situações alienantes pré-configuradas e na consequente busca por fazeres que não sejam subjugados a práticas coercitivas da liberdade de expressão. O objetivo principal da pesquisa é entender em que medida o desvelamento de agentes, suas ações e reações no espaço público pode contribuir para a retomada da rua como um local de convívio com o conflito - de fato, cada vez mais o combate ao diferente tem se potencializado no ambiente virtual e afetado o papel do espaço público como o promotor do encontro, por excelência, da vida urbana. As proposições teórica e empírica da pesquisa foram construídas a partir das experiências pessoais e profissionais do autor e serviram de base para a estruturação de uma metodologia de análise que, partindo do método da Análise de Conteúdo (Laurence Bardin), estruturou uma pesquisa de narrativas de ações ocorridas em espaços públicos da área central de Belo Horizonte, a partir de 2008. Nessas narrativas foram identificados os agentes, a forma como outros (re)agiram às suas ações e as resultantes dessas interações, visando encontrar nessa estrutura discursiva as características listadas como *componentes* de uma fissura no espaço público: negação-criação, resiliência e conectividade. A constatação final é a de que, em Belo Horizonte, há uma fissura aberta na ocupação de seus espaços públicos desde então, cujo destaque é o entendimento que os agentes têm sobre as regras do “jogo que é jogado”: legislação, brechas legais e canais a serem acionados. Contrapondo-se aos desafios de pensar o espaço público em um contexto de pós (?) pandemia da COVID-19 - que potencializou um maior estranhamento do “outro” e um fortalecimento das relações virtuais -, a pesquisa se encerra com sugestões de contribuições que poderão vir da área acadêmica, em um trabalho incessante de busca pela conectividade de novas ideias.

Palavras-chave: espaço público, ação e reação, fissura urbana

ABSTRACT

This research investigates the actions and reactions of agents in the public space, aiming to understand their potential for change in the denial of pre-configured alienating situations and in the consequent search for actions that are not subjugated to coercive practices of freedom of speech. The main objective is to understand to what extent the unveiling of agents, their actions and reactions in the public space can contribute to the resumption of the street as a place of coexistence with conflicts - in fact, the fight against the different has been increasingly potentiated in the virtual environment and has been affected the role of public space as the promoter of the encounter, par excellence, of urban life. The theoretical and empirical propositions of the research were built from the author's personal and professional experiences and served as a basis for an analysis methodology that, based on the Content Analysis Method (Laurence Bardin), structured a search of actions' narratives that occurred in public spaces in the central area of Belo Horizonte, since 2008. In these narratives were identified: the agents, the way in which others (re)acted to their actions and the results of these interactions, aiming to find in this discursive structure the characteristics listed as components of a fissure in the public space: refusal-and-creation, resilience and connectivity. The final observation is that, in Belo Horizonte, since 2008, there has been an open fissure – whose highlight is the understanding that agents have about the rules of the “game that is played”: legislation, legal loopholes and channels to be activated - in the occupation of public space. Contrasting with the challenges of thinking about the public space in a post (?) pandemic context - which potentiated a bigger estrangement of the "other" and a strengthening of virtual relationships -, the research ends with suggestions of contributions that may come from the academic area, in an incessant work of search for the connectivity of new ideas.

Keywords: public space, action and reaction, urban fissure

Lista de Figuras

Figura 1 – A relação entre os agentes produtores do espaço urbano.....	21
Figura 2 - Um ator A, um ator A' e a representação de seus territórios.....	21
Figura 3 - Evolução na interação social.....	22
Figura 4 - Relação entre qualidade dos espaços e estímulo às atividades exteriores	23
Figura 5 – Elementos horizontais e verticais no espaço público.....	24
Figura 6 – Forças em um interregno.....	32
Figura 7 – O percurso das disposições do autor na formulação da Tese.....	36
Figura 8 – Registros artísticos de lutas contra a sociedade do trabalho	42
Figura 9 – “Pessoas desesperadas tornam-se trabalhadores ideais e cidadãos distraídos”.....	48
Figura 10 - Monetização do caixote de feira em uma loja virtual.....	49
Figura 11 – O poder de uma “fissura” na geleira	54
Figura 12 – Síntese das subjugações e contrapontos, a partir do século XIX	57
Figura 13 - Dispositivos de barreira “ao outro” em Belo Horizonte.....	64
Figura 14 - Subversão de caminhos para viabilizar deslocamento no espaço público.....	65
Figura 15 - Subversão de funções para viabilizar permanência no espaço público.	66
Figura 16 – Convites a uma “negação-criação”	66
Figura 17 – “Tratar desigualmente os desiguais”	69
Figura 18 – Reação de equiparação, de cessão ou de dominação a uma ação	80
Figura 19 - Um “desenho” do Tempo.	85
Figura 20 - Territorialidades cíclicas.....	86
Figura 21 - Tempo e Meio em ação.....	87
Figura 22 - Os agentes do espaço público e suas relações	90
Figura 23 - Síntese do jogo de ações e reações	92
Figura 24 - Diagrama de processo para entendimento do jogo de ações e reações.....	93
Figura 25 – A área delimitada pela Avenida do Contorno.....	100
Figura 26 – Tensões na área delimitada pela Avenida do Contorno.....	101
Figura 27 – Linha do tempo das ações emblemáticas	103
Figura 28 – Registros das Rotatórias e dA Ilha	104
Figura 29 – A Praça Raul Soares.....	106
Figura 30 – Registros de Márcia Amar All na Praça Raul Soares, em 2008.....	108
Figura 31 – Os locais das pequenas praças de acesso à Praça Raul Soares	109
Figura 32 – O carnaval de blocos e a Escola Autônoma, em 2009	111

Figura 33 – Chamamento para a Rotatória de Praia.....	115
Figura 34 – A Praça da Estação.....	116
Figura 35 – Chamamento para o “Vá de Branco”	117
Figura 36 – Registro do “Vá de Branco”	117
Figura 37 – Chamamento para a “Praia na Praça da Estação”	118
Figura 38 – Registro da primeira “Praia na Praça da Estação”	119
Figura 39 – Chamamento para a 2ª “Praia da Estação”	119
Figura 40 – Chamamento para o (1º) Eventão na Praça da Estação.....	121
Figura 41 – Divulgações do Sarau na Praça	122
Figura 42 – Chamamento para o 2º Eventão na Praça da Estação	122
Figura 43 – Fotomontagens insinuando o aspecto do fechamento da Praça da Estação	125
Figura 44 – Senha de acesso para espetáculo gratuito na Praça da Estação.....	125
Figura 45 – A Praça Floriano Peixoto	127
Figura 46 – Registros das prisões arbitrárias na Praça Floriano Peixoto, em 22/04/2012	128
Figura 47 – Chamamento para ato no 28/04/2012 na Praça Floriano Peixoto	130
Figura 48 – Manifestação na Praça Floriano Peixoto.....	130
Figura 49 – Registros de Márcia Amar All nas fontes da Praça Diogo de Vasconcelos.....	132
Figura 50 – Jovens nadam na fonte da Praça da Liberdade.....	133
Figura 51 – Registros de Márcia Amar All na Praia da Estação	144
Figura 52 – Síntese da Ação 1	144
Figura 53 – Síntese da Ação 3	161
Figura 54 – Síntese da Ação 4	168
Figura 55 - Síntese final	175
Figura 56 - Mesmo local em: (a) outubro/2018 (finco) e (b) novembro/2020 (finco e blindex). 176	
Figura 57 - Fincos instalados a uma altura média de 50cm do chão	177
Figura 58 - Usos não previstos pela configuração do espaço público.....	177

Lista de Quadros

Quadro 1 - Quais ações são (ou podem ser) desenvolvidas um espaço público?.....	26
Quadro 2 - Ficha para consulta à população.....	27
Quadro 3 - Estrutura da Tese.....	33
Quadro 4 – Estrutura trabalhada no guia ‘Do it yourself’	51
Quadro 5 - As dimensões constitutivas do espaço público	60
Quadro 6 – Os espaços híbridos	61
Quadro 7 – Tipos de interfaces.....	62
Quadro 8 – Tipos de comportamento desviante	67
Quadro 9 – Comparativo entre infrações penais	70
Quadro 10 – Tempo de pena para tipos penais com influência no uso do espaço público	71
Quadro 11 –Tipos penais para abuso de autoridade com influência no uso do espaço público..	77
Quadro 12 – Similaridades entre ações realizadas no espaço público	81
Quadro 13 – Ações matrizes identificadas a partir do Quadro 2.....	81
Quadro 14 - Estruturação da Análise de Conteúdo de Bardin.....	96
Quadro 15 - Cadastro dos resultados no Microsoft Excel.....	97
Quadro 16 - Nomenclatura dos arquivos de extensão “.txt”	97
Quadro 17 - Diagramação dos quadros de análise das ações	98
Quadro 18 - Unidades codificadas a serem buscadas nas narrativas.....	98
Quadro 19 – Fases da metodologia de análise	99
Quadro 20 – Estrutura de Planejamento do Programa BH Metas e Resultados	112
Quadro 21 – Legislação municipal com impacto na Praça da Estação entre 2009-2010.....	124
Quadro 22 - Registro das buscas no Google.....	134
Quadro 23 - Panorama do cadastro na planilha unificada.....	136
Quadro 24 - Composição da mídia oficial em cada ação	137
Quadro 25 - Resultados para a Ação 1 (Praça Raul Soares) em ordem crescente de data.....	138
Quadro 26 - Análise da Ação 1	140
Quadro 27 - Pesquisas que abordam a ação de Márcia Amar All na Praça Raul Soares.....	142
Quadro 28 - Análise da Ação 3 (parte 1)	145
Quadro 29 - Análise da Ação 3 (parte 2)	146
Quadro 30 - Análise da Ação 3 (parte 3)	147
Quadro 31 - Análise da Ação 3 (parte 4)	148
Quadro 32 - Análise da Ação 3 (parte 5)	149

Quadro 33 - Análise da Ação 3 (parte 6)	150
Quadro 34 - Análise da Ação 3 (parte 7)	151
Quadro 35 - Análise da Ação 3 (parte 8)	152
Quadro 36 - Análise da Ação 3 (parte 9)	153
Quadro 37 - Análise da Ação 3 (parte 10)	154
Quadro 38 - Pesquisas que abordam a Praia da Estação	157
Quadro 39 - Análise da Ação 4 (parte 1)	162
Quadro 40 - Análise da Ação 4 (parte 2)	163

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Ranqueamento das ações que gostariam de realizar no espaço público.....	28
Gráfico 2 – Ações a serem realizadas no espaço público (ordem alfabética)	29
Gráfico 3 – Ações a serem viabilizadas pelo projeto no espaço público (ranque)	30
Gráfico 4 – A consolidação do capitalismo entre forças de subjugação e de contrapontos	42
Gráfico 5 - Número de blocos de carnaval em Belo Horizonte, a partir de 2009	126
Gráfico 6 – Situação final dos resultados das pesquisas	135

Lista de Abreviaturas

a - aceleração

AAMMDD - ano/mês/dia

A1 - Ação Temerária

A2 - Ação Útil

A3 - Ação Parceira

A4 - Ação Residual (a A1)

A5 - Ação Residual (a A2)

A6 - Ação Aditiva

A7 - Ação Subtrativa

APH - Assembleia Popular Horizontal

AN - Ação Nova

Ag01 - agente morador do espaço público

Ag02 - agente trabalhador do espaço público

Ag03 - agente manifestador do espaço público

Ag04 - agente regulador do espaço público

Ag05 - agente mantenedor do espaço público

Ag06 - agente utilizador do espaço público

Ag07 - agente Estado

Ag08 - agente Mercado

Ag09 - agente Mídia

Ag10 - agente Academia

Ag11 - agente Tempo

Ag12 - agente Meio

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana

COMUC - Conselho Municipal de Cultura

COPAC - Comitê Popular dos Atingidos pela Copa

COP - *Conference of the Parties* (Conferência das Partes)

COVID - *Corona Virus Disease* (Doença do Corona Vírus)

CP - Código Penal

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DJ - *Disk Jockey* (discoterário)

DOM - Diário Oficial do Município

EA - Escola de Arquitetura

EBES - Estado de Bem-Estar Social

F - força

Fis1 - característica Negação-Criação

Fis2 - característica Resiliência

Fis3 - característica Conectividade

FIT - Festival Internacional de Teatro
FMI - Fundo Monetário Internacional
GER - Ação Geratriz
GT - Grupo de Trabalho
INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça
LAA - Lei do Abuso de Autoridade
LCA - Lei de Crimes Ambientais
LCP - Lei das Contravenções Penais
LGBT / LGBTQIA+ - lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, *queers*, intersexos, assexuais e outros
m - massa
MC - *Master of Ceremony* (Mestre de Cerimônia)
MOC-ECO - Movimento Ecológico da Serra do Curral
MST - Movimento Sem Terra
NPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
NYC - *New York City* (cidade de Nova Iorque)
OAB - Ordem de Advogados do Brasil
ONU - Organização das Nações Unidas
PBH - Prefeitura de Belo Horizonte
PDF - *Portable Document Format* (Formato de Documento Portátil)
PFLEX - Projeto Flexibilizado
PM - Polícia Militar
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT - Partido dos Trabalhadores
R1 - Reação de Assimilação
R2 - Reação de Sujeição
R3 - Reação de Cooptação
R4 - Reação de Subjugação
R5 - Reação de Choque
SARMUCS - Secretaria de Administração Regional Municipal - Centro-Sul
STF - Superior Tribunal Federal
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TXT - *Text File* (arquivo de texto)
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UJS - União da Juventude Socialista
UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change* (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas)
UNIMED - Confederação Nacional das Cooperativas Médicas
URL - *Uniform Resource Locator* (Localizador Uniforme de Recursos)

Sumário

Introdução.....	18
(i) Antecedentes.....	18
O gerenciamento de projetos e obras de requalificação urbana: um agente-observador..	18
A prática docente na graduação: um agente-sujeito	20
A preparação para o prosseguimento na pós-graduação: um agente-pesquisador	31
(ii) Estrutura da tese.....	33
Capítulo 1 – Proposição teórica.....	37
1.1 Subjugações e contrapontos como possibilidades em interregnos capitalistas	39
1.2 O espaço público como arena.....	58
1.3 Regras e desvios (às regras) no espaço público.....	67
Capítulo 2 – Proposição empírica.....	78
2.1 – Agentes do espaço público	80
2.1.1 - Agentes personificados	80
2.1.2 - Agentes institucionais	84
2.1.3 - Agentes “não-corporificados”	85
2.2 – Reações dos (e aos) agentes do espaço público.....	88
2.3 – Nomeação das ações a partir das reações geradas	90
Capítulo 3 – Metodologia de análise	94
Capítulo 4 – Proposição de análise.....	100
4.1 – Ações emblemáticas	102
4.1.1 – (Re)ocupando o espaço público.....	103
4.1.2 – Uma mulher tomando sol na praça.....	105
4.1.3 - Um “novo” carnaval de rua.....	110
4.1.4 – O programa municipal que propunha metas e avaliava resultados	112
4.1.5 - Uma praia na Praça da Estação	114
4.1.6 – Preso por sentar na grama.....	127
4.1.7 – Nados aleatórios em fontes.....	131
4.2 – Fase 1 (Organização).....	133
4.3 – Fase 2 (Codificação).....	136
4.4 – Fase 3 (Categorização)	139
4.4.1 – Ação 1: Márcia Amar All na Praça Raul Soares	139
4.4.2 – Ação 3: Praia da Estação (coletiva).....	144

4.4.3 – Ação 4: Fernando Soares na Praça Floriano Peixoto	161
4.5 – Fase 4 (Inferência)	169
Capítulo 5 – Considerações finais	179
Referências	183
Anexo 01 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	198
Anexo 02 - Termo de Autorização de Uso de Imagem, Texto e Voz	199
Anexo 03 - Márcia Amar All: depoimento [mar. 2022].....	200
Anexo 04 - Fidélis Alcântara: depoimento [ago. 2022]	204
Anexo 05 - Fernando Soares: depoimento [set. 2022]	217
Anexo 06 - Manuel Andrade: depoimento [set. 2022]	226
Anexo 07 - Transcrição do vídeo: Moça toma banho na praça de biquíni	235
Anexo 08 - Ações divulgadas no <i>blog</i> Praça Livre BH.....	239
Anexo 09 - Compilação de narrativas, vídeos e imagens.....	240

Introdução

Desenvolvida a partir do 2º semestre de 2018, esta pesquisa investiga as ações e as reações dos agentes¹ no espaço público, visando entender seu potencial de mudança na negação de situações alienantes pré-configuradas e na conseqüente busca por fazeres que não sejam subjugados a práticas coercitivas da liberdade de expressão. Já no 1º semestre de 2020 ela foi confrontada com a pandemia da COVID-19, a qual trouxe uma situação inédita para os atuais viventes do planeta Terra: o isolamento físico em escala global. Ainda assim, a pesquisa compila e organiza um repertório de questionamentos e reflexões vivenciados pelo autor por meio de suas oportunidades de trabalho e também de sua ação da cidade enquanto arquiteto e urbanista, professor, pesquisador, pedestre e usuário de transporte coletivo. As oportunidades de leitura, os fatos presenciados e as discussões daí resultantes se somam em uma reflexão unificada – mas não acabada – sobre o papel do espaço público na vida urbana. Mais do que antes, uma discussão vital nesse contexto.

(i) Antecedentes

Para isso, serão inicialmente trazidos três momentos de sua trajetória profissional, necessários ao entendimento da proposta a ser apresentada em seguida.

O gerenciamento de projetos e obras de requalificação urbana: um agente-observador

O primeiro momento se refere à atuação como Gerente de Desenho Urbano na Prefeitura de Belo Horizonte entre 2006 e 2011 onde, gerenciando projetos e obras de requalificação de espaços públicos na área interna à Avenida do Contorno,² teve a oportunidade de presenciar algumas reações da população ao que estava sendo proposto pelo poder público à época, a saber:

- (a) a mobilização de lojistas junto à Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) contrários à ampliação de calçadas junto às portas de suas lojas - em detrimento de perda de vagas de estacionamento ou de relocação de carga e descarga -, alegando que essa ação diminuiria o fluxo de consumidores nas regiões do Mercado Central, da Praça Diogo de Vasconcelos (Praça da Savassi) e da Avenida Amazonas (1º quarteirão). No caso do Mercado Central (uso privado), a Prefeitura não conseguiu que os lojistas internalizassem a carga e descarga e o calçadão para apoio a bares não se viabilizou;

¹ Corroborando com Bourdieu (2013), o vocábulo *agente* será adotado para representar *aquela que age e reage* em contraposição às concepções subjetivistas de “sujeito” e àquelas objetivistas de “ator”.

² Ações vinculadas ao Programa Centro Vivo (ver Capítulo 4 - Proposição de Análise)

(b) a pressão de taxistas junto a vereadores, contrários à relocação de pontos de taxi para trechos próximos, alegando que perderiam usuários. No caso da Requalificação da Rua Rio de Janeiro, eles conseguiram se manter no mesmo ponto, mesmo que a rua estivesse tendo suas calçadas alargadas para se tornar prioritária ao livre caminamento de pedestres;

(c) o abaixo-assinado feito por um grupo de moradores do Edifício Casablanca, contrários à instalação de mobiliário urbano no calçadão recém-feito no entorno da Praça Raul Soares - e que foi conectado a ela por uma travessia elevada; o motivo levantado por esses moradores seria de que bancos e orelhões potencializariam a permanência de criminosos à espreita por assaltos e de que lixeiras trariam o acúmulo de lixo na entrada de seu prédio. Os moradores conseguiram que esse trecho do calçadão não tivesse nenhum mobiliário instalado (essa discussão é recuperada *no Capítulo 4, tópico 4.1 - Ações emblemáticas*);

(d) os e-mails e cartas enviados por moradores no entorno da Praça Raul Soares repudiando as recém-instaladas caixas de som ao redor da fonte luminosa da praça, com um repertório de música clássica que era tocado três vezes ao dia;

(e) os e-mails e cartas enviados por moradores e transeuntes do entorno do Mercado Central e Minascentro relatando que as ruas próximas estavam muito escuras à noite. Na verdade, posteriormente se descobriu que as ruas lindeiras à região que teve um projeto de requalificação estavam sofrendo o efeito de ofuscamento provocado pelo incremento de iluminação pública de segundo nível - específica para pedestres - na Avenida Augusto de Lima, entre esses dois edifícios. Isso fazia com que as ruas lindeiras (que contavam apenas com postes de primeiro nível) parecessem mais escuras;

(f) a (re)ação isolada de uma mulher que passou a tomar sol trajando biquini na recém-inaugurada Praça Raul Soares e atraiu a atenção de passantes, da imprensa local e da própria Guarda Municipal, por se constituir em algo incomum, e até inédito, naquele espaço.

Esse último exemplo, em especial, teve grande impacto na percepção do autor sobre espaço público àquela época, pois foi um tipo de ação inesperada pelos técnicos da Prefeitura. De fato, havia um anseio, entre aqueles envolvidos nos trabalhos de requalificação urbana, de ver na “nova” Praça: pessoas caminhando e/ou se exercitando, famílias passeando com suas crianças e animais pelos caminhos de pedra portuguesa, usuários descansando nos (poucos) bancos de

mármore recém restaurados. Mas não se esperava que uma mulher de biquini resolvesse tomar sol no gramado da Praça. Foi um ato inesperado e que dividiu opiniões. Mais do que isso, essa ação permaneceu latente por 10 anos no imaginário desse autor e tornou-se um estímulo para o questionamento, no Doutorado, de como ações isoladas e diretas podem, ao mesmo tempo, confrontar as regras de conduta de um grupo - bem como, nesse caso, confrontar a proibição velada de exposição do corpo feminino - e trazer possibilidades de ruptura com situações institucionalmente desenhadas e socialmente aceitas. Essa a discussão principal que é recuperada no *Capítulo 4, tópico 4.1 - Ações emblemáticas*.

A prática docente na graduação: um agente-sujeito

O segundo momento refere-se à prática docente do autor em cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo desde 2011, onde tem tido a oportunidade de discutir a cidade e o espaço público e de pensar outras possibilidades por meio de disciplinas teóricas e projetuais e de orientações de trabalhos de conclusão de curso (TCC). Na disciplina Cultura e Cidade³, de caráter introdutório ao Urbanismo para alunos de 1º período, foram trabalhados alguns conceitos, tais como:

(a) aquele de Correa (2002), para o entendimento do *espaço urbano* como “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e um campo de lutas” (p.9) e a identificação de seus *agentes produtores* - proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos -, os quais, através do tempo, produzem e consomem espaço, em uma ação complexa que conduz a uma contínua reorganização espacial. Esses conceitos trouxeram um primeiro entendimento sobre a ideia de agentes e sobre o papel do Estado - em tese - como um “conciliador” de interesses, uma vez que:

- dos proprietários dos meios de produção vem a demanda por terrenos amplos, vantagens locacionais e realização de infraestrutura;
- dos proprietários fundiários vem a pressão pela conversão de terra rural em urbana, interferindo nas definições de leis de uso e ocupação do solo e zoneamento;
- dos promotores imobiliários, vem a solicitação de subsídios para atenderem à demanda não-solvável de produção habitacional, enquanto privilegiam o atendimento

³ Ministrada pelo autor entre 2013 e 2018 no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, em Belo Horizonte (MG).

à demanda solvável; e

- dos grupos sociais excluídos vem a demanda pelo mínimo de habitação, saúde e oportunidades de trabalho, enquanto têm nas favelas uma forma de resistência e sobrevivência diante dessas oportunidades negadas.

No entanto, a realidade mostra que a atuação do poder político é marcada pela constante associação com o poder econômico em desfavor do social (FIGURA 1) - discussão recuperada no *Capítulo 1, tópico 1.1 - Subjugações e contrapontos como possibilidades em interregnos capitalistas*.

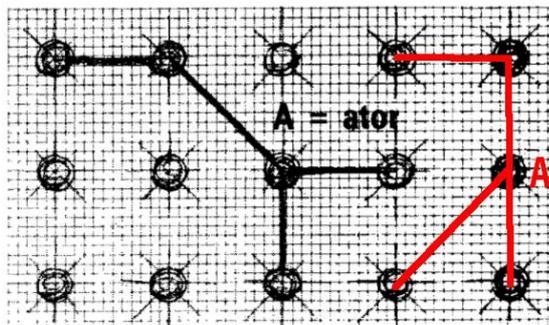
Figura 1 – A relação entre os agentes produtores do espaço urbano



Fonte: CORREA, 2002 – elaborado pelo autor.

(b) aquele de Raffestin (1993), para o entendimento de *espaço* como “um local de possibilidades”, preexistente a qualquer ação, e de *território* como algo que se forma a partir da apropriação concreta ou abstrata de um espaço “onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Representar um espaço já é uma forma de se apropriar dele.

Figura 2 - Um ator A, um ator A' e a representação de seus territórios



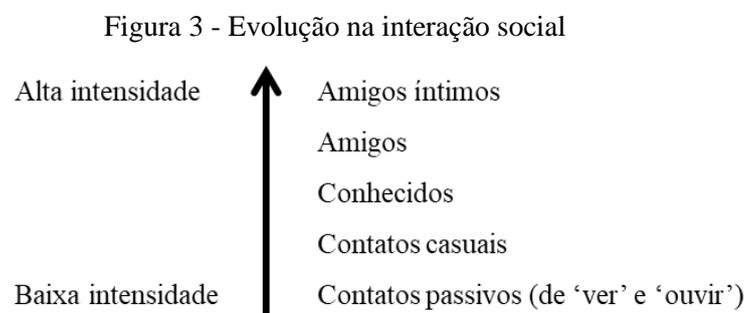
Fonte: RAFFESTIN, 1993, p.146 (modificado pelo autor)

Na Figura 2, tem-se como exemplo a representação de um espaço para atores⁴ nele inseridos. Considerando um ator A, cada linha que parte dele mostra o sistema de relações que ele estabelece com pontos que podem representar outros atores ou propriedades que interessam a ele. A superfície resultante representa o “território” desse ator. O mesmo se dá em relação ao ator A’. Esse diagrama permite perceber como um mesmo espaço pode se tornar território para vários atores. Assim, “a partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e a construção de redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). A visualização da simultaneidade de ações foi importante para a percepção das possibilidades infinitas inscritas em um espaço público.

(c) aquele de Gehl (2009), no estudo sobre as *atividades exteriores* realizadas no espaço público, as quais ele nomeia como:

- atividades necessárias, onde as pessoas estão, de certo modo, obrigadas a participar, independente das condições de tempo e lugar. Ex.: deslocar-se para o trabalho;
- atividades opcionais, onde as pessoas participam se as condições de tempo e lugar as permitirem. Ex.: tomar sol em uma praça; e
- atividades sociais, todas aquelas que dependem da presença do outro. Ex.: jogar ou apenas ver/ouvir pessoas.

Gehl defende que os *contatos de baixa intensidade* (aqueles relacionados a ver/ouvir o outro) são primordiais para uma evolução na interação social rumo a contatos de alta intensidade, sendo, assim “um meio para o imprevisível, o espontâneo, o imprevisto” (GEHL, 2009, p. 27 - tradução nossa). (FIGURA 3)



Fonte: GEHL, 2009, p. 23.

⁴ Denominação dada por Raffestin para aquele que “atua” no espaço e cria seu território (nota do autor)

Para isso, a *qualidade do entorno* tem uma grande influência nas atividades exteriores (FIGURA 4) - principalmente na realização de “atividades opcionais”, diretamente afetadas pela configuração do lugar. Esses conceitos permitiram uma percepção sobre o papel do tempo e do lugar no condicionamento de ações no espaço público.

Figura 4 - Relação entre qualidade dos espaços e estímulo às atividades exteriores

	Calidad del entorno físico	
	Baja	Alta
Actividades necesarias	●	●
Actividades opcionales	●	●●●
Actividades 'resultantes' (sociales)	●	●

Fonte: GEHL, 2009, p.19.

(d) aquele de Ching (2008), para a relação entre *forma-espaco e sua apreensão pelos usuários*. A Figura 5 traz um esquema de visualização da influência dos elementos horizontais (planos-base e cobertura) e verticais da forma na percepção espacial, a saber:

- planos-base: podem ter uma natureza extrovertida e convidar à manifestação quando elevados (01) ou ter uma natureza introvertida e convidar à reflexão quando rebaixados (02);
- planos de cobertura: podem convidar à permanência sob eles (03);
- planos verticais: com um plano único bem marcado (04) ganham características de frontalidade e podem estimular a manifestação, pela visibilidade; com dois planos em L (05) criam, ao mesmo tempo, um canto introvertido e convidativo à permanência e um campo extrovertido ao se afastar da quina; com dois planos em paralelo (06) criam uma forte direcionalidade (induzindo ao deslocamento) e um campo naturalmente extrovertido; com três planos em U (07) trazem um campo internamente bem definido.

Esse estudo auxiliou na visualização do “meio” como um agente que condiciona o (e é condicionado pelo) uso que se faz dele.

Figura 5 – Elementos horizontais e verticais no espaço público

ELEMENTOS HORIZONTAIS		
(1) Plano-base elevado (por exemplo: um degrau, um palco, uma plataforma)	<ul style="list-style-type: none"> > elevação pequena: continuidade visual e espacial com o plano do solo (acesso físico de fácil resolução) > elevação média: continuidade visual preservada, mas continuidade espacial interrompida (acesso por escada ou rampa) > elevação grande: campo do plano elevado se torna isolado do plano do solo 	
(2) Plano-base rebaixado (por exemplo: uma arquibancada em declive, um tanque de areia)	<ul style="list-style-type: none"> > rebaixamento pequeno: continuidade visual e espacial com o plano do solo (acesso físico de fácil resolução) > rebaixamento médio: continuidade visual preservada, mas continuidade espacial interrompida (acesso por escada ou rampa) > rebaixamento grande: campo do plano rebaixado se torna isolado do plano do solo 	
(3) Plano de cobertura (por exemplo: uma marquise, um recuo coberto, uma árvore)	<ul style="list-style-type: none"> > as arestas desse plano de cobertura estabelecem os limites desse espaço e configuram um volume espacial abaixo de si > pilares e colunas contribuem para o estabelecimento dos limites desse volume (apesar de não serem necessários) 	
ELEMENTOS VERTICAIS		
(4) Plano vertical único (por exemplo: uma parede, um muro, um painel)	<ul style="list-style-type: none"> > tem frontalidade > tem função de limite (cada face está voltada para um campo espacial distinto) 	
(5) Planos verticais em L (por exemplo: uma quina formada por uma edificação recuada junto a outra no alinhamento)	<ul style="list-style-type: none"> > gera um campo introvertido junto à quina > o campo torna-se extrovertido ao se afastar da quina 	
(6) Planos verticais paralelos (por exemplo: um beco, uma rua cercada de muros dos dois lados)	<ul style="list-style-type: none"> > os lados abertos conferem uma forte direcionalidade, induzem ao deslocamento > campo extrovertido por natureza 	
(7) Planos em U (por exemplo: a região de uma garagem com acesso subterrâneo)	<ul style="list-style-type: none"> > campo bem definido internamente > em direção à extremidade aberta, o campo é extrovertido por natureza 	
(8) Quatro planos: fechamento (por exemplo: o abrigo da pessoa em situação de rua)	<ul style="list-style-type: none"> > tipo de definição mais comum (e mais forte) na arquitetura > campo totalmente fechado e introvertido por natureza 	

(e) aquele de Becker (2019), para o entendimento sobre *regras e desvios* sociais. Segundo ele, “regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas’” (BECKER, 2019, p. 17). Junto ao conceito de regra, está o de desvio, também criado pela sociedade. De fato, “os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders” (BECKER, 2019, p. 24). Essa percepção trouxe o entendimento de como permissões e proibições - legais e informais - no espaço público afetam o modo como se age nele. Discussão recuperada no *Capítulo 1, tópico 1.3 - Regras e desvios (às regras) no espaço público*.

Os conceitos acima, ao mesmo tempo em que subsidiavam as discussões teóricas, também eram explorados em disciplinas projetuais e orientações de TCC no Centro Universitário UNA⁵, complementados por outros dois conceitos que trabalham em associação direta, como:

(f) aquele de Morado Nascimento et. al. (2012) que traz a *leitura do lugar* como um importante ponto de partida no ato de “tomar posse das informações, pertinentes à tessitura do lugar, que, uma vez coletadas, representadas e analisadas, mostram-se ser os melhores instrumentos para um projeto como processo investigativo” (p.8). Através da leitura do lugar tem-se a extração de subsídios para a geração de estratégias de projeto. Em vez de gestos casuais, tem-se uma “prática projetual coerente com o lugar (e a cidade)” (MORADO NASCIMENTO et. al., 2012, p. 9); e

(g) aquele trazido em Boaventura (2017), apresentando o *processo diagramático de projeto* como um raciocínio projetual que, partindo da leitura do lugar, pode ser entendido como a “ação de espacializar, analisar, representar e manipular as informações do espaço-tempo da ação social, utilizando diagramas como instrumentos em processos de mediação da informação” (p. 74). Nesse sentido, trabalhar com um processo diagramático de projeto é considerar que as decisões projetuais sejam coerentes com as transformações socioespaciais do espaço, em um pensamento não-linear de problematização, onde a estratégia projetual virá pela relação entre ações, atributos (qualidades que potencializam ou limitam as ações) e o lugar (onde as ações podem acontecer) (BOAVENTURA; MORADO NASCIMENTO, 2019).

⁵ Onde este autor é professor desde 2011 (nota do autor).

Assim, entendendo que o espaço urbano é resultado da (e também condiciona a) ação de seus agentes produtores e que os espaços públicos são “fragmentos” da cidade articulados aos seus demais componentes pela sobreposição das atividades necessárias, opcionais e sociais colocadas em curso por seus usuários -, era importante que se compreendesse como os espaços públicos se configuravam e quais os territórios resultantes de sua apropriação, em busca do estímulo àqueles contatos de baixa intensidade.

Nesse sentido, em uma das disciplinas de Estúdio de Urbanismo⁶ que tinha como temática a proposição de intervenções urbanas pontuais dentro de uma área pré-determinada, foi proposta uma dinâmica com a turma. Considerando o interesse em se consultar as pessoas a serem afetadas pelo projeto, foi elaborada em conjunto com os alunos uma lista de ações a partir das quais as pessoas consultadas marcariam as que já realizavam - e as que elas estariam dispostas a realizar caso o projeto fosse executado - naquela região. A pergunta geradora da lista foi: *quais ações são (ou podem ser) desenvolvidas em um espaço público?* Espontaneamente, a turma foi listando verbos, os quais, compilados em ordem alfabética, resultaram no Quadro 1.

Quadro 1 - Quais ações são (ou podem ser) desenvolvidas um espaço público?

acampar	comprar	ensinar	isolar-se	namorar
atuar	conversar	escrever	jogar	observar
beber	correr	esperar	ler	ouvir
brincar	dançar	estudar	lutar	passar
caminhar	descansar	exercitar	manifestar	pedalar
cantar	desenhar/pintar	flanar	meditar	plantar
comer	dormir	flertar	mobilizar	sentar
compor	encontrar	fotografar	morar	trabalhar

Fonte: Elaborado pelo autor

Essas ações resultaram em uma ficha (Quadro 2) que perguntava também qual a relação do entrevistado com o local (morador, usuário e/ou trabalhador) e a quanto tempo tinha essa relação. A ficha, impressa em grande número, foi aplicada pelos alunos junto à população no entorno da área de estudo.

⁶ Ministrada pelo autor no 2º semestre de 2016, no Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte (MG).

Quadro 2 - Ficha para consulta à população

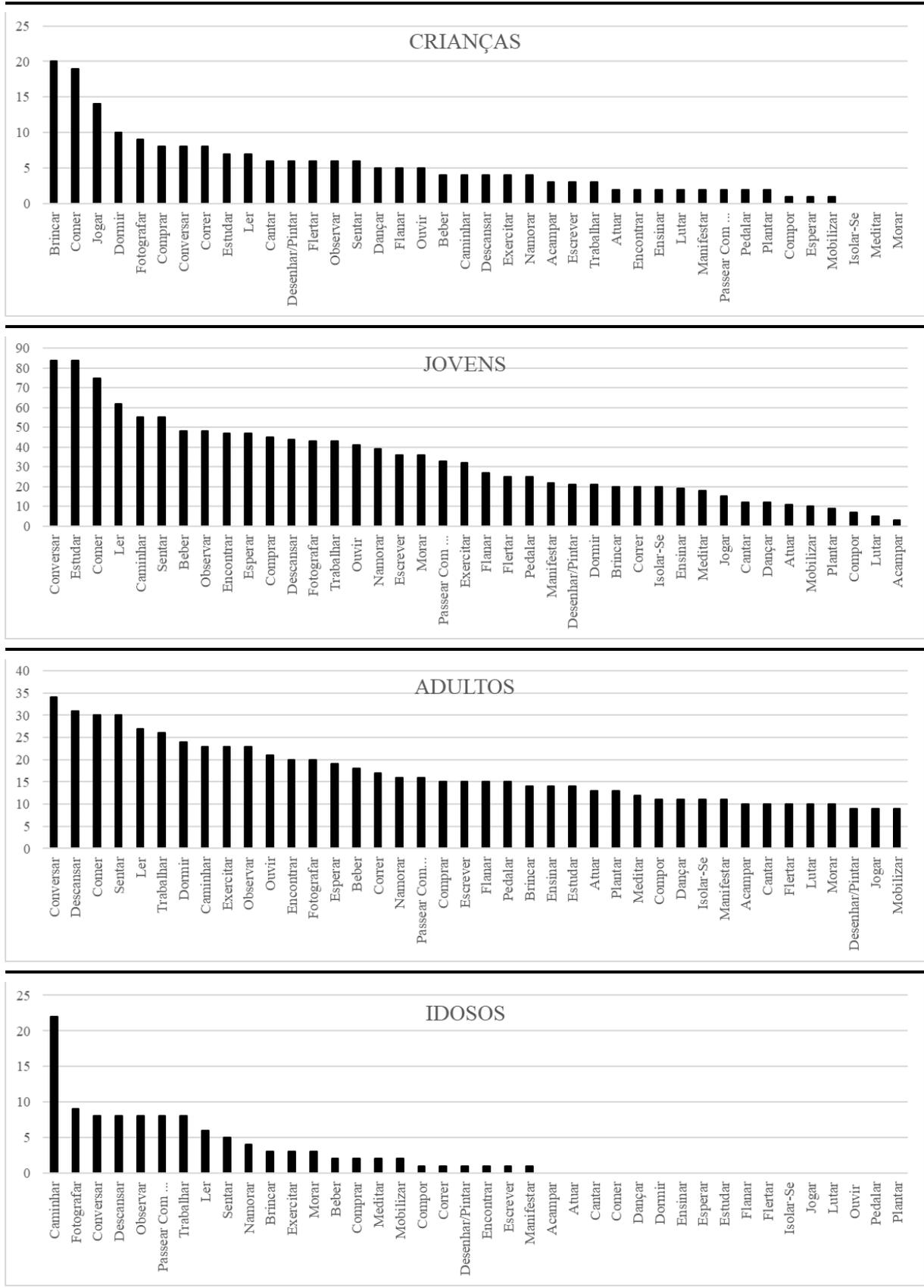
TRECHO PESQUISADO IDADE _____ SEXO _____	RELAÇÃO COM LOCAL TEMPO	MORADOR	USUÁRIO	TRABALHADOR
DORMIR	FLANAR *	PLANTAR	COMPRAR	FOTOGRAFAR
COMER	ACAMPAR	LUTAR	CORRER	MOBILIZAR
CAMINHAR	JOGAR	DANÇAR	DESENHAR/PINTAR	MANIFESTAR
SENTAR	ESTUDAR	MEDITAR	CANTAR	ESPERAR
LER	TRABALHAR	ENCONTRAR	ISOLAR-SE	ESCREVER
CONVERSAR	OBSERVAR	NAMORAR	COMPOR	PEDALAR
BRINCAR	DESCANSAR	MORAR	ATUAR	ENSINAR
EXERCITAR	PASSEAR (COM)	BEBER	OUVIR	FLERTAR *
OUTRO				

** ao pesquisador: esclarecer a definição*

Fonte: Elaborado pelo autor

As respostas de cada ficha foram compiladas por faixa etária (crianças: até 14 anos; jovens: 14 a 24 anos; adultos: 24 a 65 anos; idosos: a partir de 65 anos). Os resultados foram apresentados de duas formas: na primeira, foi feito um ranqueamento por cada faixa etária, por ordem do maior para o menor número de votos para cada ação (GRÁFICO 1). Essa análise permitiu entender o número de votos que cada ação teve, a proporção de uma ação sobre as outras e, mesmo, as ações que não tiveram nenhum voto. Na segunda análise, a ordem das ações foi entendida a partir de uma maior ou menor preferência (GRÁFICO 2), recebendo uma numeração ordinal de 1 a 40 (correspondendo às 40 ações da tabela). O gráfico, então, colocou as ações em ordem alfabética e, dividido por faixas etárias, o ranqueamento foi redistribuído para cada ação, em uma gradação cromática que partiu do verde (ações prioritárias), tendendo ao branco (ponto médio da numeração) e chegando ao vermelho (ações menos prioritárias). Dessa forma, foi possível visualizar as ações comuns em preferência (tons esverdeados) e em recusas (tons avermelhados). Quanto mais comum em preferência em relação aos quatro grupos etários (correspondendo a um número ordinal menor – e conseqüentemente a uma célula “mais verde”), maior a força daquela ação. Por fim, fazendo-se uma média entre o ranque de cada ação por faixa etária, foi possível colocá-las em uma ordem global de priorização para *aquela* contexto projetual (GRÁFICO 3).

Gráfico 1 – Ranqueamento das ações que gostariam de realizar no espaço público



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 2 – Ações a serem realizadas no espaço público (ordem alfabética)

	CRIANÇAS	JOVENS	ADULTOS	IDOSOS
ACAMPAR	24°	40°	33°	24°
ATUAR	27°	35°	26°	25°
BEBER	19°	7°	15°	14°
BRINCAR	1°	27°	23°	11°
CAMINHAR	20°	5°	8°	1°
CANTAR	11°	33°	34°	26°
COMER	2°	3°	3°	27°
COMPOR	35°	38°	29°	18°
COMPRAR	6°	11°	19°	15°
CONVERSAR	7°	1°	1°	3°
CORRER	8°	28°	16°	19°
DANÇA	16°	34°	30°	28°
DESCANSAR	21°	12°	2°	4°
DESENHAR/PINTAR	12°	25°	38°	20°
DORMIR	4°	26°	7°	29°
ENCONTRAR	28°	9°	12°	21°
ENSINAR	29°	30°	24°	30°
ESCREVER	25°	17°	20°	22°
ESPERAR	36°	10°	14°	31°
ESTUDAR	9°	2°	25°	32°
EXERCITAR	22°	20°	9°	12°
FLANAR	17°	21°	21°	33°
FLERTAR	13°	22°	35°	34°
FOTOGRAFAR	5°	13°	13°	2°
ISOLAR-SE	38°	29°	31°	35°
JOGAR	3°	32°	39°	36°
LER	10°	4°	5°	8°
LUTAR	30°	39°	36°	37°
MANIFESTAR	31°	24°	32°	23°
MEDITAR	39°	31°	28°	16°
MOBILIZAR	37°	36°	40°	17°
MORAR	40°	18°	37°	13°
NAMORAR	23°	16°	17°	10°
OBSERVAR	14°	8°	10°	5°
OUVIR	18°	15°	11°	38°
PASSEAR COM ...	32°	19°	18°	6°
PEDALAR	33°	23°	22°	39°
PLANTAR	34°	37°	27°	40°
SENTAR	15°	6°	4°	9°
TRABALHAR	26°	14°	6°	7°

Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 3 – Ações a serem viabilizadas pelo projeto no espaço público (ranque)

	RANQUE MÉDIO	CRIANÇAS	JOVENS	ADULTOS	IDOSOS
CONVERSAR	3º	7º	1º	1º	3º
LER	7º	10º	4º	5º	8º
FOTOGRAFAR	8º	5º	13º	13º	2º
CAMINHAR	9º	20º	5º	8º	1º
SENTAR	9º	15º	6º	4º	9º
COMER	9º	2º	3º	3º	27º
OBSERVAR	9º	14º	8º	10º	5º
DESCANSAR	10º	21º	12º	2º	4º
COMPRAR	13º	6º	11º	19º	15º
TRABALHAR	13º	26º	14º	6º	7º
BEBER	14º	19º	7º	15º	14º
BRINCAR	16º	1º	27º	23º	11º
EXERCITAR	16º	22º	20º	9º	12º
DORMIR	17º	4º	26º	7º	29º
NAMORAR	17º	23º	16º	17º	10º
ESTUDAR	17º	9º	2º	25º	32º
ENCONTRAR	18º	28º	9º	12º	21º
CORRER	18º	8º	28º	16º	19º
PASSEAR COM ...	19º	32º	19º	18º	6º
OUVIR	21º	18º	15º	11º	38º
ESCREVER	21º	25º	17º	20º	22º
ESPERAR	23º	36º	10º	14º	31º
FLANAR	23º	17º	21º	21º	33º
DESENHAR/PINTAR	24º	12º	25º	38º	20º
CANTAR	26º	11º	33º	34º	26º
FLERTAR	26º	13º	22º	35º	34º
DANÇAR	27º	16º	34º	30º	28º
MORAR	27º	40º	18º	37º	13º
JOGAR	28º	3º	32º	39º	36º
MANIFESTAR	28º	31º	24º	32º	23º
ATUAR	28º	27º	35º	26º	25º
ENSINAR	28º	29º	30º	24º	30º
MEDITAR	29º	39º	31º	28º	16º
PEDALAR	29º	33º	23º	22º	39º
COMPOR	30º	35º	38º	29º	18º
ACAMPAR	30º	24º	40º	33º	24º
MOBILIZAR	33º	37º	36º	40º	17º
ISOLAR-SE	33º	38º	29º	31º	35º
PLANTAR	35º	34º	37º	27º	40º
LUTAR	36º	30º	39º	36º	37º

Fonte: Elaborado pelo autor

Espacializadas juntamente com as análises dos atributos, essas análises geraram estratégias de projeto que resultaram em propostas mais coerentes com o lugar. No entanto, o ganho dessa atividade foi que a sistematização dessa ficha serviu como ponto de partida para o questionamento sobre se haveria ações que poderiam ser tomadas como “matrizes”, a partir das quais se desdobrariam as outras ações possíveis mais relevantes no espaço público. Essa discussão será recuperada no *Capítulo 2, tópico 2.1 – Agentes do espaço público*.

A preparação para o prosseguimento na pós-graduação: um agente-pesquisador

O terceiro momento relevante para a construção da proposta a ser apresentada refere-se ao ingresso do autor na disciplina A Produção Contemporânea do Espaço Urbano⁷ em 2017, cursada como uma atividade isolada. A disciplina permitiu o contato com um arcabouço teórico que trouxe uma maior densidade de conceituação àqueles textos trabalhados no âmbito das disciplinas instrumentais da graduação pelo autor - e citados anteriormente.

O primeiro conjunto de conceitos marcantes foi aquele relacionado ao trabalho de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2013; THIRY-CHERQUES, 2006). *Campo, habitus e capital* foram vistos como um conjunto de “ferramentas” que se inter-relacionam no espaço urbano, via conflitos e embates (individuais e coletivos), seja:

- (a) porque o *habitus* determina “as posições particulares de todo agente na estrutura de relações” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31);
- (b) porque os capitais (cultural, social, simbólico, entre outros) são desigualmente distribuídos dentro de um mesmo campo;
- (c) porque essa distribuição desigual acarreta em concorrência (entre as classes, na tentativa de modificação das estruturas vigentes) e dominação (pela imposição de certo tipo de capital sobre outro);
- (d) porque “os campos se interpenetram e se inter-relacionam” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40).

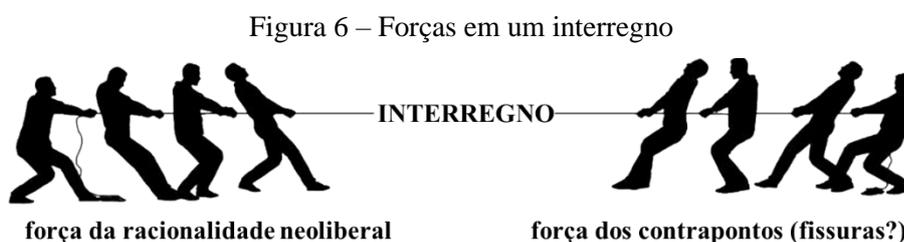
Os próximos conceitos absorvidos pela pesquisa foram o de *interregno* (BAUMAN, 2012) e o de conversão do *neoliberalismo-ideologia* para *neoliberalismo-processo* (DARDOT; LAVAL, 2016), ambos discutidos no contexto de (mais) uma “crise do capitalismo”. O primeiro se

⁷ Ministrada pela professora doutora Denise Morado Nascimento no 1º semestre de 2017 junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG), em Belo Horizonte (MG).

mostra como um hiato entre uma situação existente (mas sem força) e uma nova situação (ainda não completamente visualizada). No caso, Bauman (2012) aborda a falência da antiga ordem fundada no casamento entre poder e política, para mostrar que o poder está nas mãos de grandes grupos econômicos - ao qual a política se associa e, de certa forma, se subordina. No entanto, como um princípio inerente à própria definição do que historicamente foram os interregnos, é indicado que as possibilidades estão em aberto. Já o segundo mostra um fortalecimento do poder econômico por meio de uma conversão gradual do neoliberalismo em uma racionalidade que organiza a conduta de governantes e governados.

Por fim, o último conjunto de conceitos incorporados na pesquisa foram o de *espaços híbridos* (NAWRATEK, 2012) e o conceito de *fissuras* (HOLLOWAY, 2013a), discutidos no âmbito daquela “outra possibilidade” trazida pelo interregno. Pensar em uma hibridez espacial é entender que não há, entre o espaço público e o privado, senão uma “divisão entre espaço interativo/colaborativo e (através do vácuo existente dentro e fora do sujeito) espaço íntimo, que é construído como identidades autoconscientes do sujeito” (NAWRATEK, 2012, p. 24 - tradução nossa). Essa forma de se entender o espaço tem grande impacto na percepção de cidade e de arquitetura pois ela caminha em favor dos espaços onde intimidade e interação possam naturalmente coexistirem. Por fim, chega-se à discussão proposta por Holloway (2013a), que defende que o capitalismo pode ser fissurado, a partir do crescimento de um sentimento de negação de sua reprodução rumo à criação de outros-fazeres que não dependam dele. À exceção do conceito de espaço híbrido, que será recuperado no *Capítulo 1, tópico 1.2 - O espaço público como arena*, todos os outros conceitos citados serão recuperados no *Capítulo 1, tópico 1.1 - Subjugações e contrapontos como possibilidades em interregnos capitalistas*.

No momento de realização daquela disciplina isolada, voltou à mente a figura da mulher que resolveu tomar sol de biquini na praça recém-inaugurada. Os questionamentos anteriores, agora qualificados juntamente com os novos conceitos, compuseram o trabalho final da disciplina - e, no ano seguinte, o Projeto de Pesquisa de Tese foi apresentado pelo autor junto ao NPGAU/UFMG. O ponto de partida foi a articulação entre interregno, neoliberalização e fissuras (FIGURA 6), apresentada a seguir.

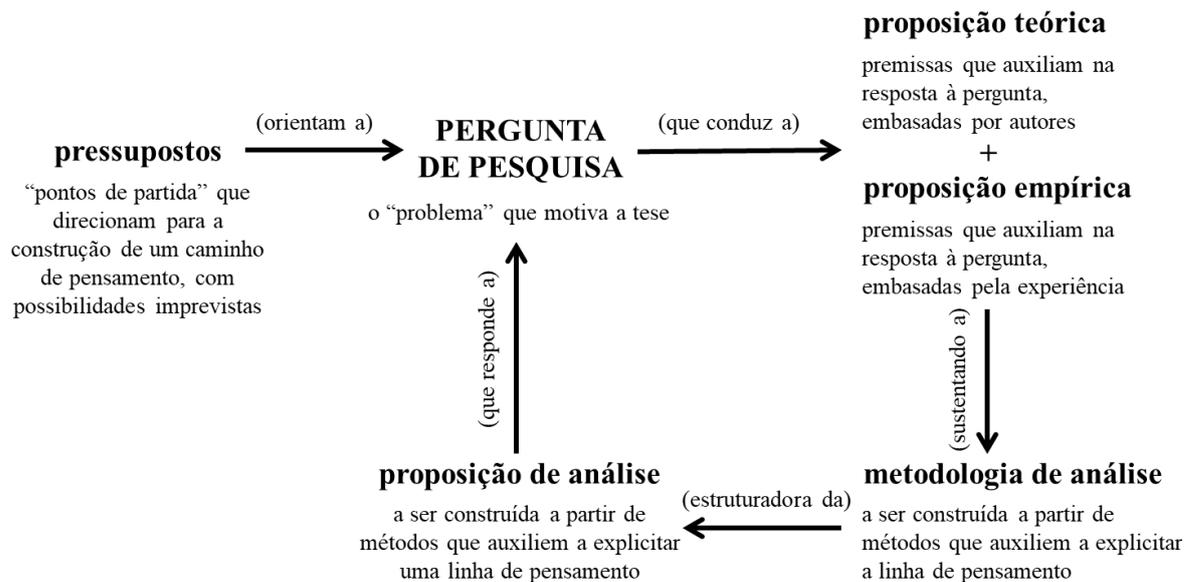


Fonte: Elaborado pelo autor.

(ii) Estrutura da tese

Desta forma, a tese teve sua argumentação consolidada a partir de todo percurso anteriormente citado, o qual constituiu a base do sistema de disposições deste autor frente ao contexto onde se insere, assumindo-se ora como um agente-observador, ora como um agente-sujeito, ora como um agente-pesquisador - assim como multifacetados se apresentam os agentes aqui pesquisados. O percurso da tese adota a estrutura mostrada no Quadro 3 e detalhada a seguir:

Quadro 3 - Estrutura da Tese



Fonte: Elaborado pelo autor

Como primeiro pressuposto a pesquisa se apoia na constatação de Bauman (2012) de que estamos vivendo um momento de *interregno*, um intervalo, uma ruptura na continuidade de um processo, aquele “espaço ‘entre o que não é mais e aquilo que não é ainda’” (BAUMAN, 2016, on-line). Temos presenciado o Estado reduzindo sua atuação à flexibilização das legislações e à criação de instrumentos que potencializem a reprodução do capital, enquanto um grande número de funções é assumido por agências não-políticas e o poder de decisão entregue nas mãos de grandes grupos econômicos, em escala global.

O segundo pressuposto é o de que esse caminho tem levado à conversão da ideologia neoliberal em um processo de neoliberalização (DARDOT; LAVAL, 2016), constituindo-se como uma racionalidade com características próprias que a fortalecem a cada nova crise, tais como:

- (a) atuação no anonimato (reproduzimos sua lógica sem termos ciência) baseada na indução ao consumo;

(b) estímulo à competição, com premiação de “méritos” (os quais, na verdade, escondem privilégios de vida) em detrimento da punição de “fracassos”;

(c) adoção de táticas de choque (mais contundentes) e de cooptação (mais sutis) para manter a coesão social (MONBIOT, 2016; KLEIN, 2007).

Porém, se um interregno traz a possibilidade do que não é “ainda”, há a possibilidade de se pensar caminhos alternativos aos trazidos pela racionalidade neoliberal. Logo como terceiro pressuposto se assume que a sociedade tem dado indícios no sentido de buscar uma não-dependência desta lógica neoliberal e seus efeitos. Se esses caminhos forem recusas conscientes à lógica de uma vida que não se paute na competição e no consumo sem limites, pode-se falar na constituição de fissuras, de brechas ao “sistema” (HOLLOWAY, 2013a).

Por fim, falar do conflito entre um processo de neoliberalização que avança ao mesmo tempo em que também avançam os contrapontos a ele é entender que há um “jogo de forças” que precisa ser analisado a partir de uma arena comum a ambos. Com isso, assume-se como quarto pressuposto que, no campo da Arquitetura e do Urbanismo, o espaço público é uma dessas arenas. Com isso, a discussão foi trazida para ele, a fim de que fosse possível visualizar essa dicotomia em ação e, a partir dela, estruturar novas possibilidades.

Assim apresentados, os quatro pressupostos foram organizados na seguinte pergunta de pesquisa: *nesse momento de interregno, o processo de neoliberalização tem-se fortalecido, apesar da proliferação de movimentos de contraponto ao capitalismo. Entendendo o espaço público como uma arena comum a ambos, **em que medida o desvelamento de agentes, suas ações e reações no espaço público poderá contribuir para a retomada da rua como um local de convívio com o conflito?***

Sim, nesse campo de lutas há agentes que agem e agentes que (re)agem e um desvelamento desse jogo foi necessário para se entender como cada um se posiciona, sob quais bases incidem os conflitos mais comuns no espaço público e - principalmente - sob quais outras bases resultam as recusas mais estratégicas à reprodução da lógica neoliberal. Para isso, em paralelo à atividade docente contínua desde 2011, outras produções acadêmicas foram elaboradas e apresentadas pelo autor durante os quatro anos de duração do programa de Doutorado, nas quais partes da pesquisa foram sendo aprimoradas.

No artigo *O espaço urbano, da aporofobia às fissuras* (CUNHA; MORADO NASCIMENTO, 2019) foram abordados conceitos como interregno, neoliberalismo, liberdade *versus* segurança, aporofobia e fissuras - os quais compuseram parte da proposição teórica da pesquisa -,

finalizando com indagações sobre qual o seria o “desenho” da prática de ações com potencial de se configurarem como fissuras.

Em seguida, o artigo *É possível fissurar o espaço público?* (CUNHA; MORADO NASCIMENTO, 2021), retomando as indagações levantadas no artigo anterior, apresentou a discussão desenvolvida pelo autor na disciplina Projeto Flexibilizado (PFlex) Fissuras Urbanas⁸, conduzida como seu “estágio de docência”. Essa disciplina trouxe a possibilidade de se aplicar no espaço público os conceitos de regras/desvios, simbolismo espacial, leitura do lugar e processo diagramático de projeto - alguns também complementares à proposição de pesquisa -, finalizando com considerações sobre limites e possibilidades de ações que possam se configurar como fissuras no espaço público.

Por fim, o artigo *Estruturando um método para a identificação de fissuras no espaço público* (CUNHA, 2022) trouxe parte da proposição empírica da pesquisa - a saber, o jogo de ações e de reações e os atributos de uma “fissura no espaço público” através da análise de ações-chave -, encerrando a discussão com os desafios de se pensar a retomada dos espaços públicos após o advento da COVID-19, do fortalecimento do mundo virtual e das *fake news*⁹.

Assim informados, lista-se a seguir o modo como se desenvolvem os capítulos da tese:

O **Capítulo 1** traz a proposição teórica da pesquisa, a partir dos pressupostos citados. Da pergunta de pesquisa eles auxiliam na compreensão ao trecho: “*nesse momento de interregno, o processo de neoliberalização tem-se fortalecido, apesar da proliferação de movimentos de contraponto ao capitalismo. Entendendo o espaço público como uma arena comum a ambos...*”

Na sequência, o **Capítulo 2** traz a proposição empírica da pesquisa. Da pergunta de pesquisa eles auxiliam na compreensão ao trecho: “*... o desvelamento de agentes, suas ações e reações no espaço público...*”, uma vez que são listados/caracterizados agentes e reações dos (e aos) agentes no espaço público, em uma dinâmica relacional para ser testada e validada.

Assim, o **Capítulo 3** traz a metodologia de análise da pesquisa, a qual parte da Análise de Conteúdo (Bardin, 2002) e se expande em um desenho próprio para identificar e analisar, em um recorte têmporo-espacial, a dinâmica organizada no capítulo anterior.

A metodologia então aplicada resulta no **Capítulo 4**, que contém uma proposição de análise de

⁸ Ministrada pelo autor no 2º semestre de 2019, na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte (MG).

⁹ Literalmente “notícias falsas”, as quais, nos últimos anos impactaram boa parte das discussões mundiais em vários âmbitos - social, político, econômico, etc. (nota do autor)

ações emblemáticas em espaços públicos na área central de Belo Horizonte, a partir de 2008. Os resultados, possibilidades e limitações da pesquisa contribuem, por fim, com a resposta sobre “*em que medida o desvelamento de agentes, suas ações e reações no espaço público poderá contribuir para a retomada da rua como um local de convívio com o conflito*”.

Por fim, com as considerações finais no **Capítulo 5**, a discussão é delimitada até o momento, ao mesmo tempo em que novas indagações são colocadas visando a continuidade da investigação sobre outros-fazeres com potencial de fissurarem o espaço público.

Finalizando essa Introdução, tem-se na Figura 7 uma diagramação do percurso das disposições do autor rumo à formulação da Tese. A posição de cada capítulo nesse diagrama mostra, de um modo de certa forma relacional, as correlações imediatas que podem ser feitas entre essas disposições e no que resultaram. O Conhecimento se interconecta e, daí, se expande.

Figura 7 – O percurso das disposições do autor na formulação da Tese



Fonte: Elaborado pelo autor.

Capítulo 1 – Proposição teórica

Segundo Harari (2016) os humanos conseguiram se organizar em redes de cooperação em massa devido à criação dos sistemas de escrita e de realidades imaginadas – ficções como deuses, nações, corporações, com suas correspondentes “ordens” também imaginadas, como cristianismo, democracia, capitalismo, por exemplo -, as quais se contrapunham àquelas realidades objetivas, da natureza – rios, árvores, animais, entre outros. Essas ordens imaginadas “dividiram as pessoas em pretensos grupos, dispostos em uma hierarquia. Os níveis superiores desfrutavam de privilégios e poder, enquanto os inferiores sofriam discriminação e opressão” (HARARI, 2018, p. 141). Como produto da imaginação humana, as hierarquias contrariaram a inexistência de diferenças biológicas e, através de “leis e normas humanas transformaram algumas pessoas em escravos e outras em senhores” (HARARI, 2018, p. 141).

Essas hierarquias imaginadas foram adotadas por diferentes sociedades, seja através da raça, da classe social e, mesmo do gênero. Para Becker (2019, p. 31) “pessoas estão sempre, de fato, impondo suas regras a outras, aplicando-as mais ou menos contra a vontade e sem o consentimento desses outros”. Com isso, os mais velhos fazem regras para os mais novos, os homens para as mulheres, os brancos para os pretos, a classe média para a classe baixa. A imposição de regras está associada à posse de um poder político e/ou econômico e “diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas são essencialmente diferenciais de poder (seja legal ou extralegal)” (BECKER, 2019, p. 31).

Esse *modus operandi* pode ser entendido a partir de conceitos formulados por Pierre Bourdieu¹⁰. Ele coloca que o mundo social é constituído por campos - espaços de relações com interesses específicos e uma lógica própria, dada pelas ações dos indivíduos e grupos que o compõem - os chamados “agentes sociais”. Cada campo apresenta valores e interesses específicos podendo, inclusive, ser analisados independente de seus agentes. A vida social é governada pelos interesses específicos do campo, comuns a todos os agentes. (BOURDIEU, 2004a)

Os agentes que compõem um campo “criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram” (BOURDIEU, 2004b, p. 23). Cada agente é dotado de *habitus* – disposições que os levam a agir de determinada forma, através de um conjunto gestual e de um modo de ver que fazem com que ajam sem pensar, de forma natural. *Habitus* é um princípio de ação que contém, em si, as “regras do jogo”

¹⁰ Apesar da pesquisa não utilizar sua proposição teórico-metodológica, os conceitos de Bourdieu contribuirão para a construção argumentativa a ser proposta adiante.

do campo (THIRY-CHERQUES, 2006); é por meio dele que são previstas as condutas regulares de um campo. É “o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 34). A partir do momento em que “a construção da realidade social não é somente um empreendimento individual, podendo também tornar-se um empreendimento coletivo” (BOURDIEU, 2004a, p. 158), pode-se, da mesma forma, falar da existência de um *habitus* coletivo, que fica depositado em cada indivíduo como disposições duráveis e que dá a possibilidade a esses indivíduos de experienciarem “afinidades de *habitus*” (BOURDIEU, 2005, p. 182). Thiry-Cherques (2006, p. 36) escreve que

por definição, o campo tem propriedades universais, isto é, presentes em todos os campos, e características próprias. As propriedades de um campo, além do *habitus* específico, são a estrutura, a *doxa*, ou a opinião consensual, as leis que o regem e que regulam a luta pela dominação do campo.

A *doxa* pode ser entendida como um senso comum ou “aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37) e é desenvolvida pelo campo juntamente com o *nomos*, as leis derivadas dos usos e costumes e estabelecidas pelos agentes e instituições dominantes (BOURDIEU, 2003). Assim, “tanto a *doxa* como o *nomos* são aceitos, legitimados no meio e pelo meio social conformado pelo campo” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37).

No entanto, para ingressar no campo, cada agente precisa de um montante de capital, os interesses postos em “jogo”, e usar de estratégias para se manter - interesse de conservação/reprodução da lógica do campo - ou para conquistar novas posições - interesse de subversão - em uma luta que pode ser explícita ou simbólica. Em síntese, Bourdieu considera os seguintes capitais principais (THIRY-CHERQUES, 2006):

- (a) econômico – quantidade de dinheiro/bens, patrimônio;
- (b) cultural – conhecimento, habilidades, informações;
- (c) social – relacionamentos, contatos;
- (d) simbólico – reconhecimento, prestígio, honra (uma síntese dos anteriores).

Assim, “o direito de entrada no campo é dado pelo reconhecimento dos seus valores fundamentais, pelo conhecimento das regras do jogo, isto é, da história do campo, e pela posse do capital específico” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40 – grifo nosso). Quanto melhores/piores o volume e a qualidade de capital do agente, melhores/piores sua posição

relativa no campo. A capacidade do agente de agir na cidade depende da quantidade de capital que carrega e o progresso no campo se dará com a alteração do montante de capital.

Com isso, cada campo será marcado por uma relação de forças entre agentes e instituições (que querem manter a autoridade de definir as regras e repartir capitais específicos). Esse conflito permanente entre os agentes que dominam o campo - e querem manter esse privilégio - e aqueles que são dominados - e mostram seu inconformismo - mostra que a violência simbólica é própria ao sistema. A transformação se dá com a mudança dos capitais, que mudam o *habitus*, que muda o campo.

1.1 Subjugações e contrapontos como possibilidades em interregnos capitalistas

Retoma-se aqui o primeiro pressuposto - o fato de estarmos vivenciando um momento de interregno. Porém, antes de justificá-lo, serão feitas uma definição e uma contextualização histórica desse termo. O conceito de interregno¹¹ originalmente remonta à Roma Antiga, significando o período que se sucedia à morte de um soberano até a sucessão de outro. Através da nomeação de um *interrex*, havia a manutenção da continuidade do poder enquanto leis eram suspensas para outras serem instituídas em seu lugar (AGAMBEN, 2007). Esse intervalo temporal trazia tanto possibilidades de ruptura com governo, lei e ordem social vigentes quanto expectativas por novas e diferentes leis e ações (BAUMAN, 2010). Incorporado ao Direito Romano, esse recurso foi amplamente utilizado ao longo da história dos reinados, sendo adotado inclusive no falecimento de papas da Igreja Católica¹².

Para que se possa entender a importância desse conceito na argumentação a ser apresentada a seguir, é necessário perceber nele duas questões: a primeira é a sua configuração como um *hiato*. De fato, durante o interregno, a ideia de pausa, transição, intervalo é central para o que acontece na sequência; logo, a segunda questão importante no conceito é seu papel como precursor de *outras* possibilidades - se melhores ou piores à situação anterior, só será possível avaliar através de uma correlação entre os fatos e situações.

Com o passar dos anos e a evolução dos mecanismos de poder, o conceito de interregno foi deixando a exclusividade de aplicação em momentos de troca de comando governamental para se inserir na complexidade de uma estrutura onde passou a operar a força do capital. Considerando a ideia de “um hiato precursor de outras possibilidades”, pode-se entender que o

¹¹ Do latim *interregnum* ou “entre reinos”

¹² Nesse caso, é conhecimento como *sede vacante*, ou “trono vazio”, e está vinculado ao Direito Canônico (MARIENBERG, 2014)

momento de transição do modo de produção feudal para o capitalista guarda também características de um interregno – talvez o primeiro nessa nova função. Isso porque, naquela época, houve a pausa brusca em toda uma sociedade pré-capitalista - onde estavam presentes “uma nítida cultura de ócio e de relativa ‘lentidão’” na produção (KRISIS, 1999, *on-line*) e onde as atividades das pessoas eram distribuídas por meio de suas habilidades particulares e concretas – para “uma nova forma de socialização em que as pessoas [passaram a se relacionar] através do mercado, por meio da troca de mercadorias” (HOLLOWAY, 2013a, p. 102). Mas, é importante destacar que

não foi por vontade própria que a maioria dos homens passou a produzir para mercados anônimos e, portanto, para uma economia monetária generalizada, mas sim porque, com o absolutismo, a fome de dinheiro monetarizou os impostos e aumentou-os de maneira exorbitante. Os indivíduos tinham que ‘ganhar dinheiro’, não para si, mas para o Estado militarizado do início da modernidade. [...] Em breve, os impostos e taxas deixaram de ser suficientes. Os burocratas absolutistas e os administradores do capital financeiro puseram-se a organizar de forma coerciva os indivíduos como material direto de uma máquina social de transformação de trabalho em dinheiro. O modo tradicional de vida e de existência da população foi destruído; não porque esta população se tivesse ‘desenvolvido’ de forma livre e autodeterminada, mas porque tinha de ser utilizada como material humano numa máquina de valorização que estava posta em andamento. Os indivíduos foram expulsos das suas terras pela força das armas, para darem lugar à criação de ovelhas necessárias às manufaturas de lã. Os direitos tradicionais, como a liberdade de caça, pesca e recolha de lenha nas matas, foram extintos. E quando as massas pauperizadas deambulavam pelos campos, mendigando e roubando, lançaram-nas em casas de trabalho e nas manufaturas, para serem seviciadas com os instrumentos laborais de tortura e para lhes inculcar, à pancada, uma consciência de escravos, a fim de se tornarem dóceis animais de trabalho. (KRISIS, 1999, *on-line*)

Isso significou a transformação da atividade das pessoas e a conversão do trabalho útil em trabalho abstrato¹³, consolidando uma nova estrutura (HOLLOWAY, 2013a) a partir de pontos como:

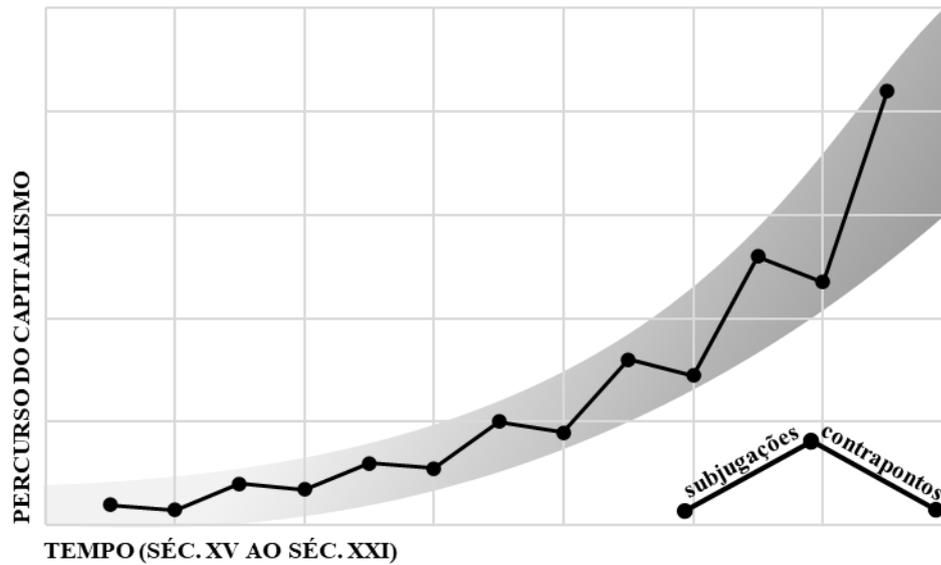
¹³ Conceito trazido por Karl Marx, em *O Capital*, para explicar, dentro do “duplo caráter do trabalho”, aquele que produz apenas valor (de troca). Seu contraponto é o conceito de trabalho útil (ou concreto) – aquele que produz valor de uso -, sobre o qual Holloway (2013a) construirá o argumento do *fazer concreto*.

- (1) *o fortalecimento do pensamento identitário e do processo de personificação*: os quais criaram as máscaras de caráter e deram às pessoas papéis específicos (rótulos) a serem desempenhados – o trabalhador, o capitalista, o professor, o estudante, etc.;
- (2) *a dimorfização da sexualidade*: reforçando a ideia de que havia apenas dois sexos (à mulher cabia a procriação; ao homem, o trabalho) e promovendo uma forte misoginia;
- (3) *a constituição da natureza como objeto*: visão responsável pelo cercamento das terras e pela privação da população urbana ao contato com as mesmas;
- (4) *a criação da figura do cidadão, da política e do Estado*: o poder como verbo (o poder-fazer, nosso poder criativo) se torna o poder como substantivo (algo fora - e sobre - nós, que converte nosso fazer em alienação);
- (5) *a homogeneização do tempo*: trazendo, com o relógio, a disciplina do trabalho, a virtude da pontualidade e a punição por atrasos;
- (6) *a criação da totalidade*: traduzida na coesão social e expressa, por exemplo, na “eliminação de maneiras alternativas de fazer e maneiras alternativas de viver, de qualquer coisa que não se ajuste às cegas leis do trabalho abstrato” (HOLLOWAY, 2013a, p. 139)

De fato, “foram necessários vários séculos de violência aberta e em grande escala para literalmente submeter os homens à tortura do serviço incondicional do ídolo trabalho” (KRISIS, 1999, *on-line*). A essa estrutura subjugadora ainda nos subordinamos diretamente - mas também contra essa estrutura sempre se manifestaram contrapontos.

O Gráfico 4 traz uma interpretação do processo de consolidação do capitalismo. No percurso ascendente desse modo de produção, há forças “positivas” e, na grande maioria, subjugadoras - expressas em regulações de comportamento de corpos e de funcionamento de mecanismos – que atuam no sentido de fortalecer o sistema; no entanto, há também forças “negativas”, contrapontos, que têm a tarefa de frear o fortalecimento do sistema através da proposição de outras formas de “fazer” e de “ser” no mundo. Interregnos podem surgir nos momentos inflexão entre essas forças, como precursores de *outras* possibilidades.

Gráfico 4 – A consolidação do capitalismo entre forças de subjugação e de contrapontos

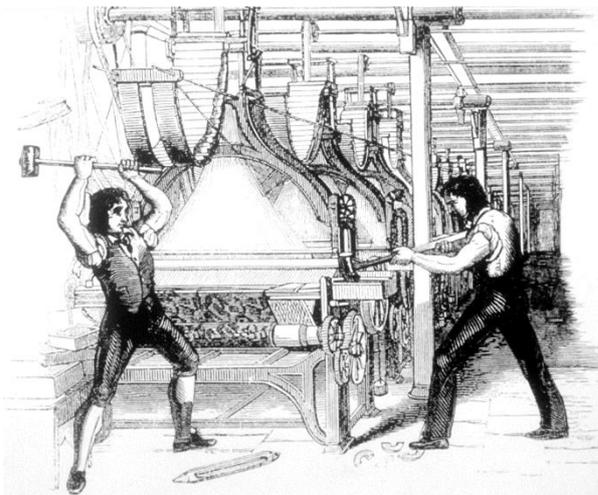


Fonte: Elaborado pelo autor

Fato é que “os produtores das antigas sociedades agrárias, que nunca se resignaram a aceitar inteiramente as relações de dominação feudal, estavam ainda menos dispostos a aceitar serem convertidos em ‘classe trabalhadora’ de um sistema que lhes era exterior” (KRISIS, 1999, online). Há uma série de registros de lutas contra a sociedade do trabalho nos séculos XV e XVI (Guerras Camponesas), no século XVIII (Movimento Ludita ou dos “destruidores de máquinas”) e no século XIX (Revolta dos Tecelões da Silésia). (FIGURA 8)

Figura 8 – Registros artísticos de lutas contra a sociedade do trabalho

(a) Movimento Ludita



(b) Revolta dos Tecelões da Silésia



Fonte: (a) YOUR, 2020 / (b) EIN, 200[?]

No século XIX, como uma nova reação do capitalismo, o liberalismo - expresso no *laissez-faire* - surge como um suporte contra a intervenção estatal na economia. De fato, “o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado são

certamente alguns dos dogmas do pensamento liberal dominante em meados do século XIX” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37).

No entanto, esses dogmas conduziram os países que compartilhavam dessa ideologia a uma pauperização da classe trabalhadora - sem regulamentações mínimas de jornada e condições de trabalho, além de outros direitos - e, por consequência, ao aumento dos movimentos operários e da circulação dos ideais socialistas. Carlsson (2014, p. 35) argumenta que “a classe surge como experiência unificadora em períodos históricos específicos, geralmente correspondendo a mudanças nas estruturas econômicas”. Ele relata que já nas décadas de 1860, 1880 e 1900 períodos de “consciência de classe” surgiram para estabelecer as bases mínimas de um acordo trabalhista.

Nesse mesmo período, a redefinição das fronteiras europeias, associada ao neocolonialismo, traz uma reorganização das forças políticas globais - que passam a contar com a ciência da Geopolítica para seu entendimento e de seus desdobramentos - cujos desagrvos culminarão, no século XX, nas duas grandes guerras mundiais e no surgimento de regimes totalitários.

É nesse contexto que, em algum momento entre o final da década de 1920 e início da década de 1930, Antonio Gramsci anota em suas memórias do cárcere que “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse *interregno*, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem” (GRAMSCI, 1971 – tradução nossa).

Bauman (2010) entende que Gramsci amplia o conceito para nominá-lo como um período de

“situações extraordinárias em que o quadro jurídico existente de uma ordem social perde sua aderência e não pode mais se manter, enquanto um novo quadro [...] ainda está no estágio de projeto, não foi totalmente montado ou não é forte o suficiente para ser colocado em seu lugar.” (BAUMAN, 2010, p. 201 - tradução nossa)

Com o objetivo explícito de combate ao socialismo e às versões de totalitarismos e de rompimento com sua versão dogmática do século XIX, a década de 1930 traz, enfim, um “neo”liberalismo

“mais consciente das realidades sociais e econômicas [que] procurava definir havia muito tempo uma nova maneira de compreender os princípios do liberalismo, [e] que emprestaria certas críticas do socialismo, mas para melhor realizar os fins da civilização liberal.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 57).

Como o Estado, naquele momento, tinha a melhor estrutura para auxiliar na necessária recuperação econômica e social, nasce então a concepção do Estado de Bem-Estar Social

(EBES) o qual, aliado à lógica de produção fordista, promoveram um ciclo de crescimento econômico associado a uma maior regulação e planejamento estatal (CISLAGUI, 2020a).

Os contrapontos à lógica vigente continuaram a ser percebidos, através de movimentos grevistas em busca de melhores condições de trabalho ao longo das décadas de 1940 e 1950. No entanto, rapidamente a luta de classes foi sendo convertida em uma política identitária e de consumo, com “as antigas reivindicações socialistas por jornadas de trabalho mais curtas [sendo] subsumidas em negociações setoriais por tempo de férias, salários mais altos e aposentadorias” (CARLSSON, 2014, p. 42) e com “as pessoas [sendo] incentivadas a expressar sua individualidade possuindo produtos distintivos, de carros e roupas a móveis e livros” (CARLSSON, 2014, p. 34). A televisão, associada aos jornais e ao rádio, firmou-se como um poderoso sistema de propaganda de uma vida doméstica com conforto, conveniência, segurança e individualismo, pois “como consumidores individualizados, torna-se menos tangível a experiência de fazer parte de uma ampla classe” (CARLSSON, 2014, p. 35).

Com isso, décadas de prosperidade econômica serviram para despolitizar cada vez mais essa classe trabalhadora, até o momento em que os levantes culturais dos anos 1960, aliados às crises bélicas e do petróleo - que trouxeram recessão e inflação -, contribuíram para a quebra daquele “pacto” que vinha funcionando bem desde o pós-Segunda Guerra e para o lançamento de uma nova contraofensiva do capital.

De fato, esse modelo, mostrando sinais de desgaste - ao mesmo tempo em que lidava com esse período de “lapso de civilidade” (CISLAGUI, 2020a, *on-line*) e de importantes conquistas sociais - encontrou nas crises do petróleo na década de 1970 a oportunidade de se distanciar cada vez mais dos princípios democráticos, vistos como obstáculos à nova racionalidade que estava sendo construída e que tinha a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Diante da crise do regime fordista de acumulação do capital, os anos 1980 trazem um rompimento com a lógica dos EBESs e a busca de novas estratégias para a superação da inflação, a queda de lucros e, conseqüentemente, a desaceleração do crescimento, uma vez que “o ‘compromisso social-democrata’ era sinônimo de intervenção do Estado [e] o ‘compromisso liberal’ era sinônimo de livre mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191). Mas, na verdade, a retórica “antiestatal” consistiu de um novo direcionamento para o fundo público - que passou a remunerar diretamente o capital rentista em vez garantir políticas sociais, contando, inclusive, com orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o controle

de gastos públicos e uma maior abertura ao capital privado, em detrimento de uma maior penalização dos trabalhadores, afetados em seu poder de compra e na perda de direitos - que incluía uma maior repressão aos sindicatos, com um progressivo desmantelamento de seu histórico papel (CISLAGUI, 2020a). Assim, a “nova orientação” do neoliberalismo altera as regras do jogo trazendo, entre outras ações, uma onda de privatizações de empresas públicas - vendidas a baixos preços - e uma crescente desregulamentação econômica, motivadas pela ideia de que “a liberdade que se dá aos atores privados - que conhecem melhor a situação dos negócios e seus próprios interesses - é sempre mais eficaz do que a intervenção direta ou a regulação pública” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 197).

E é assim que o século XXI chega com uma rearticulação de movimentos sociais contra as privatizações e constantes expropriações. No entanto, a emergência de líderes oriundos das lutas sociais inaugura o que Cislagui (2020b) nomeia de *neoliberalismo de cooptação*, quando, sobre lideranças de movimentos e partidos, passou a incidir uma nova base ideológica, de verniz progressista, que resultou em novas estratégias de consentimento. Para Fraser (2020) o objetivo desse *neoliberalismo progressista* não é alterar as hierarquias sociais nem reduzir desigualdades, mas potencializar uma diversidade cujo ideal é “voltado para garantir que indivíduos ‘merecedores’ de ‘grupos sub-representados’ possam alcançar posições e estar em pé de igualdade com os homens brancos e heterossexuais de sua própria classe.” (FRASER, 2020, p.21). Interessante notar nesse contexto o conceito de *hegemonia às avessas* trazido por Oliveira (2010) para explicar que, longe dos dominados parecerem “dominar” a situação, na verdade há um consentimento dos dominantes na condução política desde que a exploração capitalista não seja questionada. Uma tática dentro dessa estratégia é a da “permissão” para a introdução de políticas de combate à pobreza associadas às políticas identitárias - várias delas cooptadas para que, através da despolitização, a implementação do programa neoliberal se desse de modo mais eficiente (CISLAGUI, 2020b).

Ainda assim, em 2008, a crise estrutural que o capital vinha enfrentando desde o final da década de 1970 eclode em um evento de alcance mundial. Essa crise, apresentada como se fosse do setor público - e em partes foi, ao assumir o prejuízo do capital - tratou-se de uma crise do setor privado e que teve como consequência uma austeridade fiscal que resultou em grande custo social (BLYTH, 2017).

Nesse contexto se insere o novo interregno visualizado por Bauman - o autor o entende como o “espaço ‘entre o que não é mais e aquilo que não é ainda’” (BAUMAN, 2016, *on-line*). Ele

afirma que estamos vivendo um intervalo, uma ruptura de continuidade com a antiga ordem - fundada no triplo princípio do território-estado-nação - que está morrendo e onde “o casamento supostamente inquebrável de poder e política está [...] terminando em separação, com uma perspectiva de divórcio” (BAUMAN, 2012, p. 50 – tradução nossa).

Para ele, isso se dá porque aquele Estado, que tinha como tarefa reduzir os desconfortos da vida, abandonou - ou tem atendido com baixo nível de qualidade - essa tarefa, reduzindo sua atuação à flexibilização das legislações e à criação de instrumentos que acabam potencializando a reprodução do capital. Esses desconfortos, então, “se multiplicaram e se intensificaram pelos tormentos da incerteza e da humilhação trazidas pela sensação de inadequação pessoal” (BAUMAN, 2016, *on-line*). Porém, ao contrário do que Bauman (2012) afirma de que há uma “crise de territorialidade” do Estado por ele não ter mais poderes de cumprir suas promessas frente aos seus residentes e se ver, assim, forçado a “‘terceirizar’ ou ‘contratar’ um crescente número de funções (tradicionalmente confiadas à governança dos Estados nacionais) a agências não-políticas” (BAUMAN, 2012, p.52 – tradução nossa), Carlos (2015, p. 43) reforça o argumento de que não há passividade no comportamento do Estado e sim uma “aliança entre os planos político e econômico contra o social”, bem como Dardot e Laval (2016, p. 19) lembram que “foram antes os Estados e os mais poderosos em primeiro lugar, que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e do modelo de empresa”; ou seja, o mercado moderno sempre teve o amparo do Estado.

Sim, o poder agora, e mais do que nunca, está associado aos grandes grupos detentores do capital, em uma soberania “desancorada e livre-flutuante” (BAUMAN, 2012, p.50 - tradução nossa), onde multinacionais, grandes indústrias e companhias de comércio controlam tanto a produção quanto o comércio mundial (respectivamente 1/3 e 2/3 do total) - evidenciando que o poder de decisão está nas mãos de grandes grupos econômicos, em um nível cada vez mais global (em contraposição à política que se mantém local) (BAUMAN, 2012). Nesse momento, a sociedade é dominada pelo poder econômico que extrapola as fronteiras territoriais das nações e “tende a organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17).

Nesse contexto se insere o segundo pressuposto - o fato de que a *ideologia* neoliberal, enquanto um instrumento da política econômica do Estado, tem se convertido em um *processo* de neoliberalização, uma racionalidade em si mesma, à medida em que o intervencionismo estatal - visto como negativo - foi dando lugar ao estímulo de atividades sem entraves ao capital

(DARDOT; LAVAL, 2016). Nesse processo, a desigualdade de classes é necessária para que a “posse centralizada da riqueza social gerada por toda a sociedade [esteja] nas mãos de uma classe social, que é também detentora do poder” (CARLOS, 2015, p. 43).

Com isso, e desde então, o mundo se move atualmente na possibilidade das relações sociais se reproduzirem segundo a lógica do capital; isso se dá porque, segundo Monbiot (2016), um aspecto peculiar no neoliberalismo é o seu *anonimato*. Ou seja, a sociedade vive dentro da lógica neoliberal sem ter ciência dela - e isso é considerado “sintoma e causa de seu poder” (MONBIOT, 2016, *on-line* - tradução nossa). Além disso, as relações humanas passam a ser definidas a partir da competição, cidadãos são tratados como consumidores, as escolhas são reduzidas ao exercício do comprar-e-vender e o mercado emerge como um “sistema natural, que atua em nós igualmente, como a gravidade ou a pressão atmosférica” (MONBIOT, 2016, *on-line* - tradução nossa). Os defensores do neoliberalismo afirmam que o mercado permite que todos tenham o que mereçam, quando, na verdade, vê-se que os méritos são sempre premiados e as ineficiências sempre punidas. Isso leva Monbiot (2016) a afirmar que

“nós internalizamos e reproduzimos suas crenças [neoliberais]. Os ricos se convencem de que adquiriram sua riqueza através do mérito, ignorando as vantagens - como educação, herança e classe social - que podem ter ajudado a conquistá-la. Os pobres começam a se culpar por suas falhas, mesmo quando podem fazer pouco para mudar sua situação”. (MONBIOT, 2016, *on-line* – tradução nossa)

Com um culto ao individualismo e ao consumo exacerbado de mercadorias e *status*, Cislagui (2020c) defende que estamos vivendo a fase mais agressiva do neoliberalismo, desde sua reconfiguração a partir dos anos 1970. Isso porque ele tem conseguido um modo de operar que o torna mais forte a cada “crise”, uma vez que, para garantir a estratégia de manutenção da estrutura político-econômico-social que lhe dá suporte, conta com algumas táticas - e o *choque* é uma delas. Para Klein (2007)

“a doutrina do choque é uma filosofia que sustenta que o melhor caminho, o melhor momento para impulsionar ideias radicais de livre mercado é em consequência a um grande choque. [...] Essas crises, esses desastres, esses choques abrandam sociedades inteiras, as desconcertam, as desorientam. [...] E naquela janela [que se abre], você pode promover o que os economistas chamam de ‘terapia de choque econômico’”. (KLEIN, 2007, *on-line* – tradução nossa)

Monbiot (2016) observa que a ideologia neoliberal vai se tornando cada vez mais extrema à proporção do fracasso, uma vez que “os governos usam as crises neoliberais como desculpa e

oportunidade para cortar impostos, privatizar os serviços públicos remanescentes, romper a rede de segurança social, desregular corporações e regular os cidadãos” (MONBIOT, 2016, *on-line* – tradução nossa). A charge da Figura 9 traz uma crítica sobre como ações de choque, promovidas de forma gradual e silenciosa por políticas neoliberais, fazem do desespero pela sobrevivência pessoal o meio ideal para a manutenção do sistema.

Figura 9 – “Pessoas desesperadas tornam-se trabalhadores ideais e cidadãos distraídos”



Fonte: COSTA A COMICS, 2014.

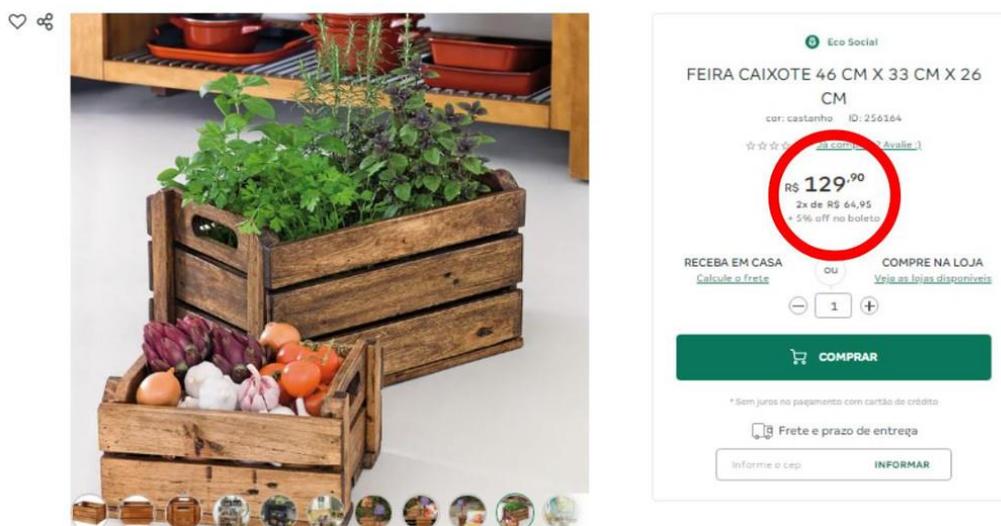
No entanto, há outra tática mais sutil - a *cooptação* - que tem o objetivo de fazer com que ações que possam romper com a estrutura de suporte ao neoliberalismo sucumbam à associação Estado e capital e, mesmo, acabem por fortalecer o aparato neoliberal. Alguns exemplos podem ser encontrados:

(a) *na gourmetização da alimentação*: para Palmieri Júnior (2017) é uma das estratégias encontradas pelo mercado para absorver nichos de consumo nascidos de movimentos críticos ao modo industrializado de produção da alimentação, através da oferta de alimentos orgânicos e sustentáveis com custo superior à média;

(b) *no marketing da diversidade*: incorporando as lutas de minorias (mulheres, negros, homossexuais, portadores de necessidades especiais, etc.) por maior representatividade através da oferta de itens de consumo nos quais elas se identifiquem (vide campanhas publicitárias de marcas clássicas como Boticário¹⁴ e Johnson's¹⁵);

(c) *na cultura hipster*: que incorporou, ao longo dos anos, a contracultura dos anos 1960 - marcada pela radicalização e pelo questionamento - e a converteu, já na década de 1990 (plenamente neoliberal), em uma cultura juvenil como nicho de mercado, conforme Mallo (2015). Enquanto uma cultura individualista, ela se apoia na diferença, na exclusividade. Na Figura 10 tem-se o exemplo do caixote de pinus, usualmente descartado nas feiras de hortifrutos brasileiras, mas que ganha uma ressignificação (e uma maior precificação) ao se vincular a causas sociais - no caso, os artesãos da Cooperativa Unindo Forças. Na página que descreve o produto, destaca-se o trecho: “inspirado nas caixas usadas em feiras e mercados para guardar frutas e verduras, este item pode virar destaque no ambiente” (TOK&STOK, 2019, on-line – grifo nosso).

Figura 10 - Monetização do caixote de feira em uma loja virtual



Fonte: TOK&STOK, 2019

¹⁴ Na pesquisa Oldiversity 2018, O Boticário foi eleita a marca mais lembrada pelo tema “diversidade na propaganda”. Contudo, 72% dos entrevistados ainda não acreditam na sinceridade das marcas ao abordarem o tema (PROPMARK, 2018)

¹⁵ Em 2017, a Johnson's Brasil lançou uma campanha de Dia das Mães tendo como protagonista um bebê com Síndrome de Down. A iniciativa gerou ampla visualização em redes sociais e canais da marca (G1 ECONOMIA, 2017).

Logo, por meio de suas táticas, o neoliberalismo tenta desmontar as divergências ao seu moto-perpétuo, uma vez que está no seu cerne a “desativação do jogo democrático e, até mesmo, sob certos aspectos, da política como atividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8). O trabalho executado ao longo do século XX para diminuir as resistências foi tanto o de dismantelar as bases da classe trabalhadora quanto - principalmente - a de construir, em seu lugar, outras bases estruturadas no consumo e no individualismo. De fato, a crise de 2008 levou o capital financeirizado a um novo patamar, ao permitir a ascensão de governos neofascistas ao redor do mundo para lhe dar suporte, uma vez que

“o sistema se aproveita dos questionamentos à democracia liberal, gerados pela própria razão neoliberal, e se apropria das tendências nacionalistas, autoritárias, xenófobas assumindo um caráter absolutista e hiperautoritário para impor uma melhor lógica do capital sobre a sociedade.” (CISLAGUI, 2020c, *on-line*)

Isso deve acelerar na sociedade o compromisso em se retomar a discussão das políticas emancipatórias em um sentido de oposição a - e não de alianças com - o capital (CISLAGUI, 2020c). Nesse sentido,

“nossos olhos são abertos aos primeiros sinais de uma nova formação de classe trabalhadora bem como da resistência reativa daquelas classes trabalhadoras que estão sendo ‘desfeitas’. Uma tarefa central passa a ser a identificação de respostas, oriundas de baixo, aos aspectos criativo e destrutivo do desenvolvimento capitalista”. (SILVER, 2003, p. 19 - tradução e grifo nossos)

De fato, se sempre houve contrapontos ao capitalismo - e ao neoliberalismo enquanto atual estrutura dominante -, hoje a maior publicidade faz com que se proliferem através de registros gráficos e textuais. Dentro de uma *modernidade líquida* (BAUMAN, 2012), esses contrapontos sofrem mutações e se ajustam, mas mostram que uma parcela da sociedade que sempre reagiu, ainda reage. Com isso, retoma-se aqui o terceiro pressuposto - o fato de que a sociedade tem dado indícios no sentido de buscar uma não-dependência desta lógica neoliberal e seus efeitos.

Autores têm se ocupado em conceituar discussões e registrar iniciativas - conduzidas por indivíduos e grupos - que refletem uma inadequação ao mundo tal como se encontra colocado. O ativista Chris Carlsson nomeia *nowtópicos* aos indivíduos e grupos que “se mobilizam trabalhando nos fluxos de resíduos e nos espaços abertos do capitalismo tardio, imaginando novas práticas enquanto redefinem o propósito da vida” (CARLSSON, 2014, p.20 – grifo nosso). Seu livro *Nowtopia* (em tradução livre “Lugar do Agora”) é definido por ele como

um livro sobre uma nova política de ação criativa. Traça o perfil de pessoas atuantes, criativas, fuçadoras, com espíritos improvisadores que trazem uma abordagem renovada e levam adiante tarefas importantes, em geral, ignoradas ou subvalorizadas pela sociedade de mercado. (CARLSSON, 2014, p. 15)

Pensar a “construção de um novo mundo na casca do velho” (CARLSSON, 2014, p. 16) é o que muitas pessoas têm feito - com mais força a partir da década de 1960 -, desde que vêm tomando consciência da degradação das relações humanas em uma estrutura onde a força de coesão social do capitalismo “busca colonizar até nossos pensamentos e controlar nossos desejos e comportamentos” (CARLSSON, 2014, p. 16) e, assim, tenta bloquear - e mesmo anular - quem almeja uma vida que não sirva ao propósito de alimentar o mercado e os negócios. Permacultura, hortas comunitárias, cicloativismo, desenvolvimento de biocombustíveis e de softwares de códigos abertos, entre outros exemplos, mostram uma busca - ainda incipiente, mas promissora - por trabalhos dotados de um sentido que fuja do destino comum de se tornarem lucro para outros e alienação e impotência para quem os produz (CARLSSON, 2014).

Nesse mesmo caminho, o guia do The Trapese Collective, intitulado *Do it yourself: a handbook for changing our world*, pretende “reunir em um só lugar muitos dos exemplos e ideias inspiradoras [encontradas] na tentativa de torná-los mais acessíveis e possíveis de realizar” (COLLECTIVE, 2007, p. ix – tradução nossa) e conclamar as pessoas a se envolverem de forma prática na busca por formas de vida mais sustentáveis e longe da lógica capitalista. São trabalhados nove temas, para os quais há sempre um capítulo introdutório -, apresentando histórico, principais ideias e armadilhas – e outro trazendo meios para colocar as ideias em prática – todos seguidos de um conjunto de referências de consulta (QUADRO 4).

Quadro 4 – Estrutura trabalhada no guia *‘Do it yourself’*

TEMA	CAPÍTULO INTRODUTÓRIO	CAPÍTULO ‘COMO FAZER’
Vida sustentável	01. Por que precisamos de soluções holísticas ...	02. Como sair da bolha
Tomada de decisões	03. Por que ‘fazer’ sem líderes	04. Como tomar decisões por consenso
Saúde	05. Por que a sociedade está nos deixando doentes	06. Como gerenciar nossa própria saúde
Educação	07. Por que ainda temos muito a aprender	08. Como inspirar mudanças pelo aprendizado
Alimentação	09. Por que ‘somos o que comemos’	10. Como montar uma horta comunitária
Cultura	11. Por que precisamos de ativismo cultural	12. Como ‘pregar peças’, brincar e subverter o sistema
Ativismo	13. Por que precisamos de espaços autônomos ...	14. Como montar um centro social autogerido
Espaços livres	15. Por que precisamos recuperar a mídia	16. Como se comunicar além da TV
Ação direta	17. Por que precisamos agir diretamente	18. Como criar campanhas ativas

Fonte: COLLECTIVE, 2007 – tradução nossa, elaborado pelo autor.

No entanto, outro documento traz um contraponto fortemente mais conceitual ao neoliberalismo. O Grupo Krisis, através de seu *Manifesto contra o Trabalho*, trabalha a crítica ao capitalismo através da

crítica de uma sociedade que se baseia na produção de mercadorias, no trabalho abstrato e na exploração do valor e está sujeita a uma dinâmica histórica independente que culmina no atual processo de crise. Essa crise [...] ameaça as condições de convivência humana em geral e, portanto, levanta a questão de uma abolição emancipatória do capitalismo com nova urgência.

[Com seus textos, intervêm] no discurso público com o objetivo de conscientizar sobre a lógica louca e destrutiva do sistema produtor de mercadorias e abrir uma nova perspectiva de emancipação social. (KRISIS, 2022, on-line)

O Manifesto começa apresentando o contrassenso de que em um momento onde se evidencia a revolução microeletrônica e uma produção de riqueza cada vez mais desvincilhada da força de trabalho humano, nunca a sociedade esteve tão organizada em torno do trabalho, o qual determina pensamentos, comportamentos e um verdadeira profissão de fé resumida em “é melhor ter um trabalho ‘qualquer’ do que não ter” (KRISIS, 1999, on-line).

Em seguida, tece uma rede argumentos contrários ao *trabalho* – fundamentados em fatos históricos e constatações sobre as situações degradantes dos trabalhadores frente aos detentores do capital – afirmando que os vários partidos dos trabalhadores mundiais sempre tiveram como programa o “‘libertar o trabalho’, mas não libertar do trabalho” (KRISIS, 1999, on-line - grifo nosso). Nesse sentido, classe operária e capitalistas/gestores são, ambos, servos do trabalho, uma vez que “o dinheiro se converteu em motivação central da sociedade, e a abstração do trabalho em exigência central, sem consideração das necessidades” (KRISIS, 1999, on-line).

Por fim, o Manifesto caminha para a constatação de que não há possibilidade de redefinição do trabalho – ele deve ser superado. De que forma? Alguns caminhos podem ser resumidos abaixo:

- (a) negação de uma existência voltada a ser “sujeito do trabalho e da concorrência [...] em circunstâncias cada vez mais miseráveis” (KRISIS, 1999, on-line);
- (b) crítica – fundamentada - ao trabalho, seguida de um debate teórico que pense um contra-espço (público) profícuo à construção de um movimento social que atue contra o trabalho;
- (c) promoção de “alianças de indivíduos livremente associados” (KRISIS, 1999, on-line), em uma luta contra o monopólio dos recursos sociais e de riqueza potencial pelo

Mercado e pelo Estado;

(d) substituição do Mercado e do Estado por um sistema de conselhos de associações livres escalonadas do nível de bairro ao nível global, caminhando, assim para uma sociedade mundial sem fronteiras;

(e) reconstrução da cultura do ócio, “passando cada atividade particular [...] a poder seguir o seu próprio ritmo, individualmente variável e integrado em contextos de vida pessoais” (KRISIS, 1999, on-line) e redescobrimo o prazer da “lentidão”;

(f) abolição da atribuição de tarefas em função dos sexos, de forma a que homens e mulheres se considerem ambos responsáveis por elas – em especial àquelas que a sociedade do trabalho designou como “femininas”, como “a esfera do lar, da família e da intimidade” (KRISIS, 1999, on-line).

Uma luta a favor da auto-organização, da autodeterminação e da construção de uma contra-sociedade, em desfavor do Estado e da política, entendidos como “entrelaçados com o sistema coercitivo do trabalho” (KRISIS, 1999, on-line).

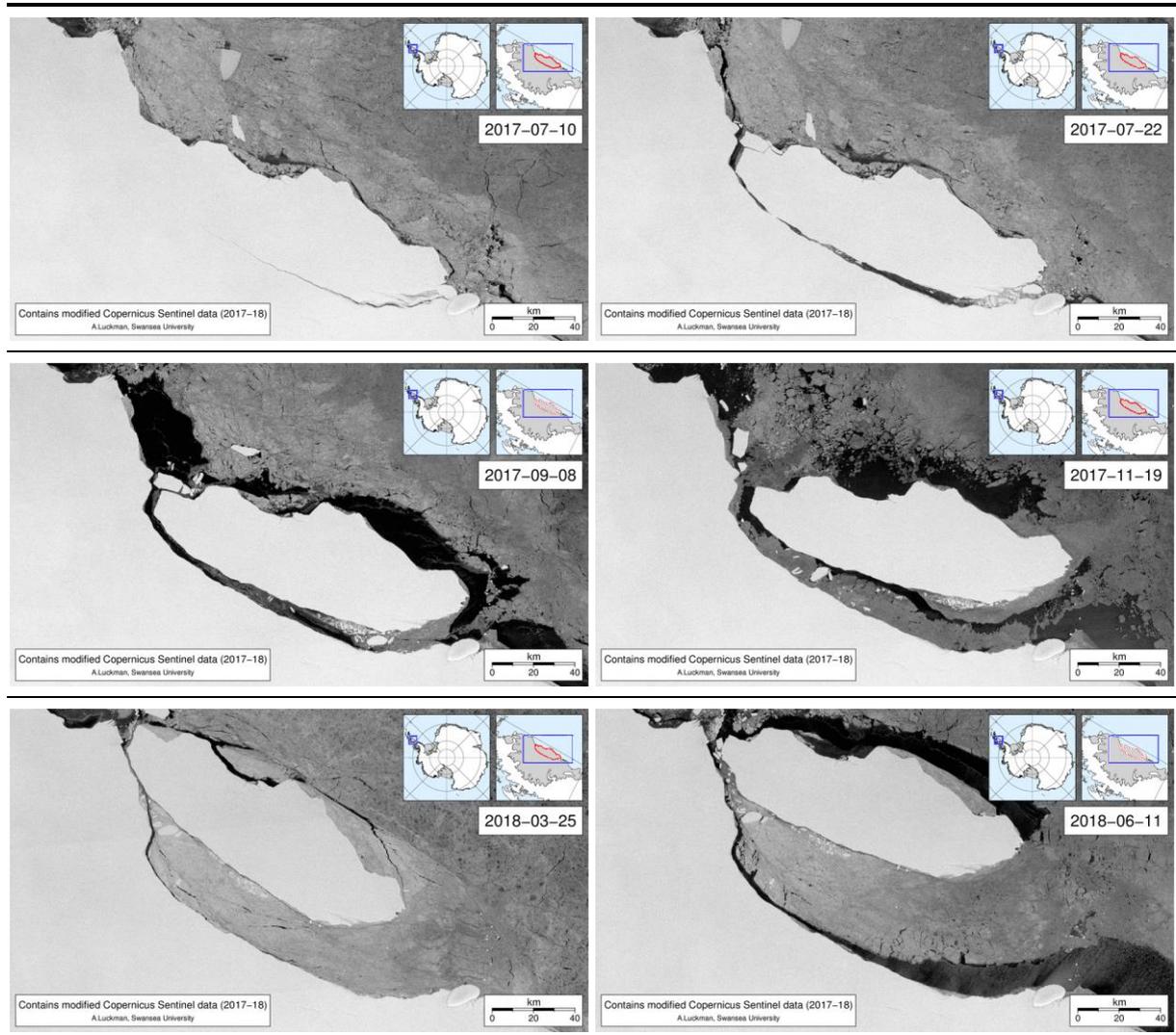
É dentro dessa perspectiva que se insere a discussão trazida por John Holloway - um filósofo marxista com influências anarquistas - através de seu livro *Fissurar o Capitalismo*. Aliás, os três trabalhos apresentados anteriormente são citados por Holloway na construção de sua argumentação uma vez que, para ele, “estes experimentos são possivelmente os embriões de um novo mundo, os movimentos intersticiais a partir dos quais uma nova sociedade poderia crescer” (HOLLOWAY, 2013a, p.15)

Partindo dessa mesma percepção de desajuste das pessoas ao mundo tal como colocado, ele propõe que a mudança se dê pela *fissura*, a qual ele exemplifica por uma metáfora (FIGURA 11):

Imagine uma camada de gelo cobrindo um escuro lago de possibilidades. Gritamos NÃO tão alto que o gelo começa a fissurar. O que é aquilo que fica descoberto? O que é aquele líquido escuro que (às vezes, não sempre) lenta ou rapidamente borbulha através da fissura? A fissura no gelo se move, imprevisível, às vezes mais rápido, às vezes diminuindo a velocidade, às vezes alargando-se, às vezes estreitando-se, às vezes congelando novamente e desaparecendo, às vezes reaparecendo. Ao redor do lado há pessoas fazendo o mesmo que nós, gritando NÃO tão alto quanto podem, criando fissuras que se movem exatamente como o fazem as fissuras no gelo, imprevisivelmente, se espalhando, correndo para juntar-se a outras fissuras, algumas

se congelando novamente. Quanto mais forte o fluxo de dignidade nelas contido, maior a força das fissuras. (HOLLOWAY, 2013a, p. 19)

Figura 11 – O poder de uma “fissura” na geleira



Fonte: MACDONALD; PETTIT, 2018 – elaborado pelo autor.

Assim, *fissuras* seriam iniciativas que podem se converter em brechas dentro do próprio modo de produção capitalista quando as pessoas passam a desenvolver suas vidas de modo a não depender dos políticos e dos capitalistas. Elas podem surgir (HOLLOWAY, 2013a):

- (a) como transbordamentos de lutas limitadas - por exemplo, o fechamento de uma fábrica pode incutir nos trabalhadores demitidos a necessidade de criação de uma cooperativa e, a partir daí, a busca por um mundo sem patrões;
- (b) como decisões conscientes de pessoas que rejeitem as limitações capitalistas - por exemplo, grupos de pessoas que optam por viver no campo e produzir seu próprio

alimento; e, mesmo,

(c) como resultado de expulsões forçadas das relações capitalistas - por exemplo, os desempregos motivados pela robotização dos processos industriais (no entanto, estar desempregado - ou desalentado - não necessariamente envolverá uma recusa ao capitalismo; mas se esse fato desencadear o desenvolvimento de uma estrutura de relações de apoio mútuo – uma rede de solidariedade formada por família, amigos e vizinhos -, poderá sim ser um momento de virada, como ocorreu com o movimento *piquetero* da Argentina).

Fissuras começam com um *não*, com uma recusa em se criar o capitalismo - mas essa negação deve conduzir a um *outro-fazer* pois, do contrário, “o não mais servir [...] pode facilmente ser convertido em uma negociação sobre os termos da servidão” (HOLLOWAY, 2013a, p.19) - aliás, essa insubordinação no “aqui-e-agora” já é uma abertura. Isso é o que ele considera como “negação-criação” - uma característica presente nas ações descritas anteriormente e corroborada por outros autores que entendem ser necessária para

renovar a discussão sobre o que queremos: pensar não apenas no que somos contra, mas pelo que estamos lutando (e, portanto, quem 'nós' somos), e considerar o que pode ser alcançado plausivelmente nas circunstâncias atuais” (DYER-WHITEFORD, 2007, p.28 - grifos nossos).

As fissuras podem ser:

(a) espaciais, com a criação de uma base territorial que permita se desenvolvam outras relações sociais - como no Movimento Sem Terra (MST);

(b) relacionadas à atividade ou ao recurso, com a criação/defesa de bens comuns – “a possibilidade de propriedade coletiva, ao invés de privada, em outros domínios: um bem comum ecológico (de água, atmosfera, pesca e florestas); um bem comum social (de provisões públicas para bem-estar, saúde, educação e assim por diante); um [bem] comum em rede (de acesso aos meios de comunicação)” (DYER-WHITEFORD, 2007, p. 28 – tradução nossa).

(c) temporais, quando energias sociais liberadas de “outros fazeres” (como os levantes populares) conduzem a mudanças após certo tempo de *pregnância* em nossos cérebros e sentidos. Vale destacar que desastres (naturais ou antrópicos) podem trazer tanto o colapso de algumas relações sociais quanto a emergência de outras, mais ligadas a redes de apoio e solidariedade. Por isso que esses desastres “com frequência representam uma

ameaça aos governos: através e além do sofrimento, eles abrem uma janela para a possibilidade de um outro mundo, e desnudam as misérias do mundo existente” (HOLLOWAY, 2013a, p. 34)

Necessário destacar que fissuras surgidas podem tanto mover-se de forma imprevisível quanto cristalizar-se, na interrupção de uma luta. Esse “mover” guarda em si características de um comportamento resiliente. Segundo Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) a resiliência¹⁶ foi estudada na psicologia por duas formas: os anglo-saxões a entendiam como uma “resistência ao estresse, ao qual chamavam invulnerabilidade” (BRANDÃO; MAHFOUD; GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2011, p. 268 - grifo nosso), enquanto brasileiros e latinos, incorporando o conceito da resistência anglo-saxônica, “começaram a trazer definições de resiliência que incluíam o sentido de superação e começaram a estudar o fenômeno de recuperação” (BRANDÃO; MAHFOUD; GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2011, p. 268 - grifo nosso), sendo o ato de “recuperar” entendido enquanto superação e crescimento pessoal. O entendimento dessa pesquisa se alinha ao dos pesquisadores brasileiros.

Ao mesmo tempo, se uma fissura pode se cristalizar, esta cristalização reflete o fato de que

“existe uma pressão universal vinda da coesão social das relações capitalistas, ou seja, uma totalidade de relações que ‘nos sugam’, nos sufocam e nos fazem retornar ao sistema, porque é de lá que tiramos o nosso comer, vestir etc., as nossas necessidades. Tendo como limite principal a ‘síntese social capitalista’, somos levados por ela de volta ao sistema de diferentes maneiras ou por meio de diversos obstáculos, ao passo que as fissuras se chocam com eles”. (MEDEIROS SILVA, 2013, p.4)

Assim, a lógica da dominação do capital deve ser enfrentada a partir do crescimento de um senso de responsabilidade pessoal, mesmo que os resultados pareçam contraditórios - uma vez que “as fissuras são sempre perguntas, não respostas” (HOLLOWAY, 2013a, p.22). Nesse sentido, as pequenas (porém permanentes) revoltas são tão importantes quanto as grandes manifestações e o momento é sempre o agora. De fato, uma importante fissura anticapitalista pode ser o simples ato de fazer algo com o fim em si mesmo (e não como um meio para outro fim, típico do raciocínio capitalista), como caminhar, sentar e ler um livro.

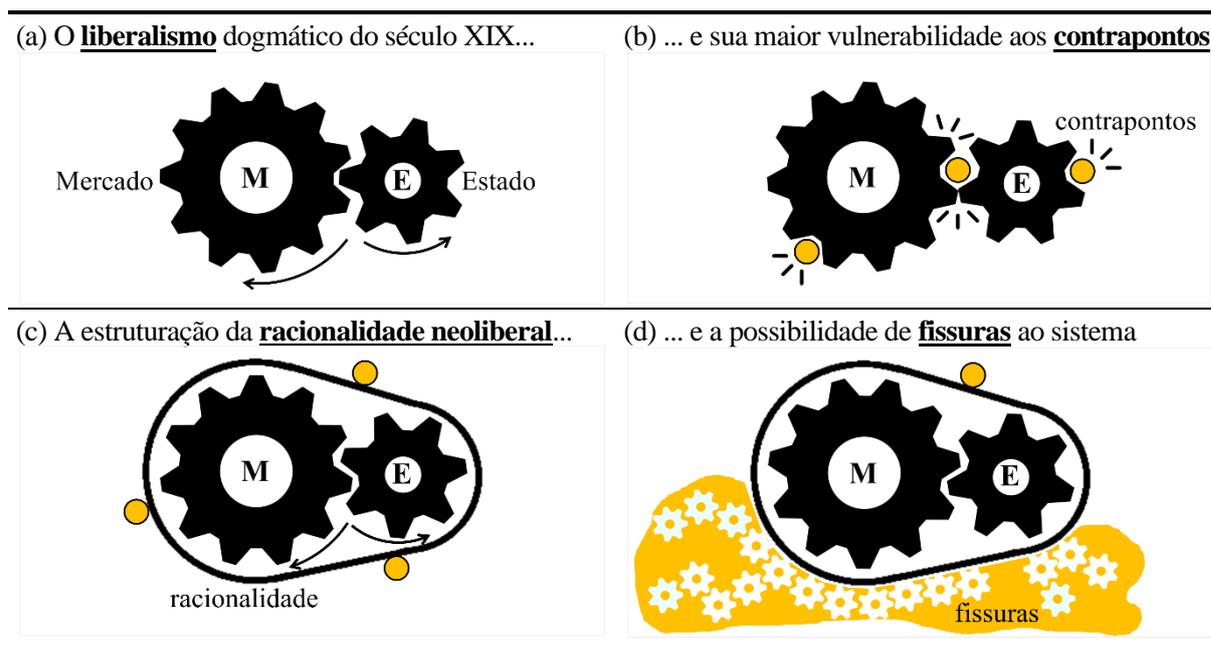
Se, na transformação do feudalismo para o capitalismo, vários burgueses anônimos começaram a produzir e a viver suas vidas com valores e critérios distintos aos da classe dominante daquela

¹⁶ Do latim *resilio* ou “saltar para trás” (*re=* para trás + *salio=* saltar, pular)

época, os autores acima guardam em comum a crença de que novas mudanças virão a partir da transformação das atividades cotidianas das pessoas, por meio das múltiplas rebeldias particulares, uma vez que “perguntando caminhamos, mas é caminhando, não ficando parados, que desenvolvemos nossas questões” (HOLLOWAY, 2013a, p. 17).

A Figura 12 traz um diagrama que sintetiza a discussão trabalhada neste tópico.

Figura 12 – Síntese das subjugações e contrapontos, a partir do século XIX



Fonte: Elaborado pelo autor.

Entendendo que o momento de interregno favorece tanto o processo de neoliberalização - no anseio pela retomada da coesão social (através do choque e da cooptação) -, quanto a proliferação de movimentos de contrapontos ao modo de produção capitalista, faz-se necessária a ampliação do debate em torno das fissuras, no sentido de se buscar ressonâncias entre elas.

De fato, para lidar com a racionalidade neoliberal estruturada e enraizada no cotidiano das pessoas, o ponto comum nos debates sobre as formas de rompimento com essa lógica está em sua multiplicação e na conectividade entre elas:

“O mundo está cheio de fissuras, cheio de revoltas. Todas são contraditórias, todas têm seus problemas, mas a única maneira que eu penso a revolução, hoje, é em termos da criação, expansão, multiplicação e confluência dessas fissuras, desses espaços” (HOLLOWAY, 2013b, *on-line* - grifo nosso).

“A descentralização do poder que o neoliberalismo demanda abriu espaços de toda a sorte para que florescessem uma variedade de iniciativas locais, de maneira que

são muito mais consistentes com uma imagem de socialismo descentralizado ou de um socialismo anarquista do que de um planejamento e controle centralizados e estritos. As inovações já existem lá fora. O problema é como reuni-las de maneira a construir uma alternativa viável ao neoliberalismo de mercado.” (HARVEY, 2013, p. 57 - grifo nosso)

“No contexto de uma economia de âmbito mundial, que poda sistematicamente a criatividade, a cooperação e a comunidade humanas, é profundamente subversivo preservar e ampliar essas conexões extraeconômicas” (CARLSSON, 2014, p. 17 - grifo nosso).

Isso, por sua vez, corrobora o momento de *interregno* defendido por Bauman (2012) , para o qual a pesquisa aponta, como um dos caminhos, o estímulo às fissuras, uma vez que a crise em que nos encontramos “é, essencialmente, aberta. A crise pode levar a uma reestruturação do capital e ao estabelecimento de um novo modelo de dominação, mas pode não fazê-lo.” (HOLLOWAY, 2003, p. 300 - grifo nosso).

Diante do exposto, esta pesquisa anuncia que uma ação com potencial de *fissura no espaço público* será aquela com uma combinação entre:

- (a) negação-criação - uma ação onde o agente não reproduza a lógica neoliberal alienante e reflita sobre *outros-fazer*es;
- (b) resiliência - uma ação que tenha um potencial de reorganização interna dado pela capacidade de certa leitura preditiva do agente sobre os meios utilizados pelas reações de sobreposição;
- (c) conectividade - uma ação que traga um potencial de identificação social - nas reações de indiferença e/ou de submissão que provoque - associado a um potencial de replicabilidade, dado o nível de engajamento - virtual ou real - que o agente é capaz de suscitar.

É necessário e urgente buscar por essas vozes e fazê-las ressoarem juntas rumo a rupturas permanentes; de fato, “não podemos esperar pela grande revolução, [...] temos que começar a criar algo diferente aqui e agora” (HOLLOWAY, 2013a, p.14-15).

1.2 O espaço público como arena

Falar do conflito entre um processo de neoliberalização que avança ao mesmo tempo em que também avançam os contrapontos a ele é entender que há um “jogo de forças” que precisa ser

analisado a partir de uma arena comum a ambos. Uma vez que o neoliberalismo necessita se realizar no espaço (LEFEBVRE, 1999), retoma-se o quarto pressuposto que trata o espaço público como uma importante arena para esse “jogo”, no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

Várias são as concepções para *espaço público* e não é objetivo dessa pesquisa o aprofundamento entre esses vieses. Com isso, a discussão partirá do trabalho de Lavalle (2005), o qual, promovendo uma pesquisa sobre os usos linguísticos do vocábulo *público* no castelhano a partir do século XIV, identificou substantivos e adjetivações, bem como conexões entre usos e acepções distintas para esse vocábulo. No entanto, ele salienta que “a precisão cabal do seu sentido apenas se torna possível quando a oposição com o ‘privado’ lhe define as fronteiras” (LAVALLE, 2005, p. 35).

A acepção mais antiga encontrada (século XIV) é a do “público” como aquilo que é aberto, acessível e sem restrições, por acontecer fora do ambiente doméstico. Termos como transporte público, via pública, telefone público exemplificam usos atuais com esse significado. Contrapõe-se a ele o “privado” como aquilo que é próprio da intimidade, sem direito de intervenção ou participação. Assim, pensar em espaço público nesse sentido é enxergá-lo como oposto ao mundo da privacidade.

Já a partir do século XVI passa a ser corriqueira a utilização do “público” como sinônimo do que é comum, de interesse de todos. Poder público, orçamento público e educação pública são termos atuais que exemplificam esse significado. Contrapõe-se a ele o “privado” enquanto propriedade que permite uso/abuso e que está “[impregnada] com os valores do capital” (LAVALLE, 2005, p. 37). O espaço público, nesse sentido, é aquele oposto ao mundo da propriedade.

Por fim, a partir do século XVIII, destaca-se a acepção de “público” como aquilo que é amplamente difundido e associado a fenômenos comunicativos - sendo a única a incorporar novas dicções referentes ao crescimento da mídia, principalmente no século XX. Termos como opinião pública, conhecimento público e publicidade exemplificam usos atuais com esse significado. Em correlação direta, o “privado” é “aquilo que não atinge notoriedade pública e permanece sob o conhecimento de número de limitado de pessoas ou particulares” (LAVALLE, 2005, p. 37). O espaço público, nesse sentido, é aquele oposto ao mundo da particularidade.

Entendendo que os três campos semânticos continuam a vigorar com ênfases variadas, Lavalle (2005), então, constata que o espaço público pode ser pensado a partir de uma configuração multidimensional, pela confluência de três dimensões (QUADRO 5):

- (a) a social - exemplificada nas instituições civis da vida pública, na sociedade civil e nas regras de civilidade;
- (b) a política – exemplificada em instituições que processam, implantam e respaldam decisões, com imposição de penas;
- (c) a comunicativa – exemplificada na “expressão e recepção de conteúdos, mas principalmente como construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo” (LAVALLE, 2005, p. 39)

Quadro 5 - As dimensões constitutivas do espaço público

Dimensão	Vocabulo ‘Público’	Termo ‘Espaço Público’	Em evidência
Social	aquilo que é aberto, irrestrito, acessível	aquele oposto ao mundo da <i>privacidade</i>	a sociedade civil ansiando por voz e participação no poder
Política	aquilo que é comum, de interesse de todos	aquele oposto ao mundo da <i>propriedade</i>	o Estado como alvo da conciliação de interesses
Comunicativa	aquilo que é difundido, divulgado	aquele oposto ao mundo da <i>particularidade</i>	a Mídia intermediando instituições políticas e sociedade

Fonte: Lavalle, 2005 – elaborado pelo autor.

Isso vai ao encontro do entendimento do espaço público como uma arena, um “produto da convergência das distintas dimensões com suas respectivas problemáticas, as quais não podem ser reconduzidas a um princípio ou polo de articulação único; quer dizer, a produção do espaço público não pode ser carregada ‘no lado’ da sociedade civil tampouco apenas do Estado ou da mídia” (LAVALLE, 2005, p. 41).

Porém, também é importante considerar a visão de Nawratek (2012) sobre o *espaço público*. Na verdade, o autor defende que a distinção binária entre espaço público e espaço privado é incompleta e cheia de fronteiras indefinidas entre eles:

É impossível definir o espaço público com base nos direitos de propriedade ou acessibilidade. Os direitos de propriedade não se traduzem diretamente em como o espaço é usado - a maneira como o espaço é usado é sua principal característica na cidade. A acessibilidade não se limita a acessível/inacessível. Novas questões surgem: o espaço é acessível para quem? Sob quais condições? Quando? E a que preço? (NAWRATEK, 2012, p. 21 – tradução e grifos nossos)

Uma distinção coerente para Nawratek seria entre espaço de intimidade e espaço de interação/colaboração. O primeiro diz respeito a indivíduos e a qualquer situação onde haja uma autonomia de relacionamento; se constrói como uma identidade autoconsciente do sujeito – importante destacar que não diz respeito ao conceito de “privacidade”. Já o segundo funciona sempre onde haja uma negociação sobre as condições de interação, um consentimento para a interação,

através dos vazios que existem dentro e fora do sujeito. Na verdade, vivemos em um constante ligar-e-desligar no mundo, negociando nossa posição em um ambiente em contínua mudança - não apenas enquanto corpos no espaço, mas enquanto possuidores de múltiplas identidades, reveladas conforme o contexto onde se inserem. De fato, em família somos pais, filhos, irmãos; na escola somos diretores, professores, alunos; na empresa somos patrões, funcionários, visitantes.

Para o autor, muitos espaços “públicos” são indeterminados, não permitindo nem a intimidade nem a interação – uma praça vazia com apenas um banco pode ser pior do que um shopping. Aliás, há outras variáveis a serem analisadas antes de se afirmar que praças são sempre boas e shoppings sempre ruins. Entendendo que há conexões entre as pessoas e que, por meio delas, a cidade funciona, Nawratek questiona como essas conexões são construídas: essas ligações transcendem as pessoas ou, pelo contrário, são construídas pelas pessoas? Para isso, é importante entender o papel da *interface*, a “superfície” que permite às identidades se transformarem em outras, aquilo que está “no meio”, que pertence e não pertence ao mesmo tempo e que traz como resultado os espaços híbridos (QUADRO 6)

Quadro 6 – Os espaços híbridos

Espaço de intimidade	Interface	Espaço de interação
espaço de livre exploração por uma identidade singular	um constante ligar-e-desligar (<i>plugging in and out</i>)	espaço no qual nos movemos de uma identidade para outra e que apresenta múltiplas identidades simultaneamente
um espaço para “nós”, o indivíduo (exemplo: o braço da cadeira ou o banco de praça onde se senta)	uma superfície reagindo com outras superfícies - natureza (re)ativa membranas semi-permeáveis, produzidas em um contínuo processo de identidades se transformando em outras	um espaço para “os outros” e o indivíduo conformado pelo outro espaço onde constantemente mudamos nossa identidade, sendo nós mesmos e sendo para outros (exemplo: o restaurante onde se trabalha como garçom, sendo também um colega de trabalho e um pai)

Fonte: Nawratek, 2012 – elaborado pelo autor.

Assim, o autor propõe um sistema de classificação dessas interfaces (QUADRO 7) que funcione mais como pontos de partida do que como modelos fechados - uma vez que entre essas três interfaces há infinitas possibilidades e é difícil que ocorram na forma pura.

Quadro 7 – Tipos de interfaces

Interface Íntima	Interface Interna	Interface Externa
baseada na relação “eu-você”, é construída durante o processo de comunicação entre aqueles que tomam parte dessa relação; é a menor aproximação entre duas pessoas	tem o próprio conjunto de regras, mas ainda muito influenciada pelas pessoas que a utilizam; a parte mais significativa são as conexões entre os usuários e o meio; um tipo de organização	a interface mais independente; de certa forma, é representada por qualquer tipo de instituição
aberta a mudanças	parcialmente aberta a mudanças de baixo para cima; nossa influência sobre essa interface é mais limitada que a anterior - e é aí que ela começa a sentir a pressão social externa	mudanças de baixo para cima praticamente impossíveis
há um jogo de negociações	é possível negociar as regras de uso dessa interface, mas elas tendem a serem estáticas	
a conversa é mediada por convenções construídas por eles; processo é limitado apenas por aqueles que constroem essa relação	escolhe quais usuários aceitar e quais rejeitar; impõe comportamentos, forma e educa seus usuários	não tenta formar seus usuários; em vez disso, permite que eles se conectem e desconectem à vontade

Fonte: Nawratek, 2012 – elaborado pelo autor.

Respondendo à própria questão levantada, Nawratek entende que a interface

se revela na ação, e não na contemplação. O status da interface é dialético: por um lado, toca parcialmente o sujeito/ator, mas nunca absorve tudo. Por outro lado, ela obviamente extrapola o sujeito/ator. Ela é então externa ao sujeito e, ao mesmo tempo, permite que ele se atualize e aja. Sem a interface, o sujeito se torna solipsista¹⁷. (NAWRATEK, 2012, p. 36 – tradução e grifos nossos)

Na prática, essas *interfaces* se mostram materializadas em instituições, em organizações (igreja, escola, tribunal, etc.) que moldam os sujeitos - fazendo-os a adotarem suas próprias lógicas – mas também estão dentro de nós. Quanto maior a possibilidade de negociação, menor a “eficiência” da interface e maior a oportunidade de inovação.

No contexto da cidade contemporânea essa discussão afeta diretamente a noção de comunidade - aquele “tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance - mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p.9). Na vida em comunidade, dois aspectos coexistem em permanente tensão - a segurança e a liberdade - uma vez que, “a promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança” (BAUMAN, 2003, p.24); ou seja, não se tem ambos, na quantidade desejada, ao mesmo tempo. De fato, com o discurso do medo e da violência, “a segurança pessoal tornou-se um dos principais pontos de venda, talvez o principal, em toda espécie de estratégias de marketing” (BAUMAN, 2007, p.93), a exemplo de dispositivos como:

¹⁷ Aquele que acredita que apenas ele e suas experiências existem. (nota do autor)

circuitos de câmeras de vigilância, veículos blindados, cursos de defesa pessoal, entre outros.

Dessa forma, o discurso da segurança vai ao encontro da tática de choque neoliberal adotada com grande eficiência sobre a sociedade. Pelo menos no Brasil, isso se reflete diretamente no espaço público através do progressivo esvaziamento da rua - enquanto *locus* do convívio com o conflito -, em detrimento de encontros cada vez mais transferidos para espaços fechados (e controlados) e, principalmente, para o espaço virtual, cujo enfrentamento é cada vez mais submetido ao jugo manipulador das ferramentas de controle de massa (EMPOLI, 2019). O ponto mais nitidamente trabalhado nesse processo é a desarticulação das lutas - pelo fortalecimento do partidarismo e dos rótulos sociais - e, conseqüentemente, a colocação em lados opostos de setores que possuem os mesmos anseios e críticas. Essa tática faz parte da estratégia neoliberal de manutenção da coesão social (HOLLOWAY, 2013a).

Nesse sentido, nota-se a proliferação, nas grandes cidades, de dispositivos (FIGURA 13) que sutilmente têm alterado a paisagem de forma a trazer uma sensação de segurança e proteção: grades metálicas e painéis de vidro (fechando afastamentos frontais, antes abertos), concertinas e cercas elétricas (delimitando fronteiras aéreas), além de fincos, pedras, divisórias e, mesmo, holofotes e aspersores de água (dificultando a permanência em áreas propícias para tal). Para além do discurso da segurança, esses dispositivos trazem também componentes que denotam a presença de um comportamento xenofóbico (aqui entendido como uma aversão ao “estranho”, a quem não faz parte do grupo - seja por distinção de raça, idade, orientação/identidade sexual, entre outros) e, especificamente, de um comportamento aporofóbico¹⁸ (uma aversão específica à pobreza) no seio social.

Para Orts (2017), as pessoas em situação de pobreza (assim como outras minorias) são naturalmente propensas a serem vítimas tanto de *delitos* de ódio quanto de *discursos* de ódio. Na primeira situação se enquadram aqueles comportamentos que se configuram como infrações penais e administrativas (tais como agressões físicas); enquanto na segunda situação tem-se “qualquer forma de expressão cuja finalidade consista em propagar, incitar, promover ou justificar o ódio sobre determinados grupos sociais, a partir de uma posição de intolerância” (ORTS, 2017, p.23 - tradução nossa). Em geral, tanto os delitos quanto os discursos de ódio, mesmo quando dirigidos a uma pessoa específica, pretendem atingir o coletivo, o grupo a que essa pessoa pertence.

¹⁸ Relativo a *aporofobia* - um neologismo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina Orts em 1995 e eleito Palavra do Ano 2017 pela Fundación del Español Urgente (Fundéu).

Figura 13 - Dispositivos de barreira “ao outro” em Belo Horizonte



Fonte: CUNHA; MORADO NASCIMENTO, 2019, p. 8.

Orts (2017) demonstra que o comportamento xenofóbico guarda raízes no cérebro humano desde os primeiros grupamentos, como forma de proteção e sobrevivência coletiva. No entanto o pobre, principalmente nos dias atuais, “é aquele que fica de fora da possibilidade de devolver algo em um mundo baseado no jogo do dar e receber” (ORTS, 2017, p.66); logo, aquele que não contribuiria com o grupo social ao qual pertence. Para Orts (2017), trata-se de uma patologia social mundial, cujo fenômeno deve ser prontamente identificado, entendido como ocorre e, por fim, ser desativado, dado o seu grau de corrosão social.

Trazendo a discussão das fissuras para o espaço público, Harvey (2013) coloca que a liberdade na cidade é tanto o direito de acessá-la, quanto de mudá-la - o direito à mudança é inerente às práticas diárias. O direito à cidade

“não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito.” (HARVEY, 2013, p. 57)

Assim, Bauman (2007) salienta que é importante que aqueles dispostos a adentrar o espaço público não sejam pré-selecionados e, muito menos, que se exijam registros de quem entra e sai. A presença é anônima e, assim, “os que nele aparecem tendem a ser mutuamente estranhos. [...] Os espaços públicos são locais em que os estranhos se encontram.” (BAUMAN, 2007, p.102).

No entanto, considerando o contexto neoliberal em que estamos inseridos, essa possibilidade fica comprometida. O enfrentamento que decorre entre o uso espontâneo e o controle policial

ainda é um problema a ser discutido, sem possibilidades imediatas de resolução, uma vez que os critérios de idade, identidade de gênero, orientação sexual, cor da pele e condição financeira são determinantes na classificação de usuários do espaço público como “transgressores das regras” e, eventualmente, como inimigos da lei e da ordem, enquanto a polícia é tomada quase sempre como repressora e inimiga da liberdade de expressão. No entanto, na visão de Mouffe (2000),

“o objetivo da política democrática é construir os ‘eles’ de tal forma que não seja mais percebido como um inimigo a ser destruído, mas como um ‘adversário’, isto é, alguém cujas ideias combatemos, mas cujo direito de defendê-las não colocamos em questão.” (MOUFFE, 2000, p.102 - tradução nossa)

Pelas ruas, inúmeras são as situações onde a cidade vai sendo refeita de forma espontânea e anônima por aqueles que a compõem. Na Figura 14 tem-se o registro da negação de caminhos pré-determinados pelo paisagismo em detrimento de outros mais alinhados ao percurso intuitivo.

Figura 14 - Subversão de caminhos para viabilizar deslocamento no espaço público.



Fonte: CUNHA; MORADO NASCIMENTO, 2019, p. 14.

Nos registros da Figura 15, outros usos espontâneos do espaço público, nos quais se vislumbram sentimentos de inadequação (e conseqüente adaptação) às formas colocadas: (a) um gari descansando depois do almoço sob papelões deixados sob árvore, (b) um jovem sentado em saliência da base da edificação enquanto toma cerveja e usa o celular, (c) uma mulher sentada sobre pedra ornamental de jardineira (posterior à cerca de proteção) enquanto usa o celular.

Figura 15 - Subversão de funções para viabilizar permanência no espaço público.



Fonte: CUNHA; MORADO NASCIMENTO, 2019, p. 15.

Ao mesmo tempo, essa inadequação está posta na cidade também a partir das múltiplas formas de (manifest)ação: pichação, grafite, lambe-lambe¹⁹, passeatas, movimentos de (re)ocupação do espaço público - estes sendo objeto de análise no *Capítulo 4 - Proposição de Análise* - ou, mesmo, de frases que convidam a uma “negação-criação”. (FIGURA 16)

Figura 16 – Convites a uma “negação-criação”



Fonte: (1) VAI, 2022 / (2) COUTINHO, 2011 / (3,4) Fotos autorais

¹⁹ Cartazes de tamanhos variados colados em postes, muros e demais superfícies disponíveis (nota do autor)

1.3 Regras e desvios (às regras) no espaço público

Complementando o entendimento do espaço público, é importante anexar a ele a questão das regras e dos desvios em um grupo social (BECKER, 2019), já apresentada na *Introdução*. Grupos sociais fazem regras em cima de situações, nas quais algumas ações comportamentais são classificadas como certas e outras como erradas. Há regras que foram promulgadas como lei - o arcabouço legal que regula a vida em comunidade é um acordo formal promulgado, cujo cumprimento é garantido, entre outras formas, pelo poder policial e pelas sanções legais.

Mas há também os acordos não institucionalizados, um sem número de regras que partem de acordos informais (alguns, mesmo, violentos - ainda que simbolicamente), sejam porque ainda são recentes ou – o oposto – porque já estão consolidadas pela idade e pela tradição. Nesse conjunto de acordos, por exemplo, há sanções por idade, identidade de gênero, orientação sexual, cor da pele e condição financeira - as quais, mesmo sem embasamento legal, são impostas sobre os indivíduos. A aplicação dessas regras pode ser designada a um grupo especializado ou tratada como uma tarefa de todos - e elas podem acabar sendo extintas por falta de imposição.

Aquele que transgredir essas regras sempre será visto como um *outsider*, um desviante. Há níveis de *outsiders* – de fato, um bêbado causa uma transgressão menor do que um assassino. No entanto, quando há uma discordância sobre a regra ou sobre a competência de quem o julga, a pessoa com esse rótulo pode pensar que desviante é quem fez a regra; ou seja, nesse caso, essa pessoa entende que desviantes são os seus “juízes”. Mas ela pode, também, aceitar seu papel de transgressor - isso acontece, por exemplo, quando ela aprova a regra, ainda que a transgrida (como é o caso das infrações ao código de trânsito). O Quadro 8 traz uma organização proposta por Becker (2019) para se entender os tipos de comportamento desviante, em relação a um mesmo conjunto de regras. Importante destacar que a classificação não se refere a tipos de pessoa, mas a tipos de comportamento, uma vez que “o comportamento de uma mesma pessoa pode obviamente ser apropriado em algumas atividades e desviante em outras” (BECKER, 2019, p. 33).

Quadro 8 – Tipos de comportamento desviante

	Comportamento apropriado	Comportamento infrator
Não percebido como desviante	Apropriado A pessoa obedece à regra e as outras pessoas a percebem como tal	Desviante secreto A pessoa comete um ato impróprio, mas ninguém percebe nem reage a ela como tal. Ex.: um usuário de narcóticos
Percebido como desviante	Falsamente acusado A pessoa é vista como se tivesse cometido ato impróprio, mas efetivamente não o cometeu. Ex.: um suspeito preso para “averiguação”	Desviante puro A pessoa desobedece à regra e é percebida como tal Ex.: um assassino

Fonte: Becker, 2019, p. 33 – adaptado pelo autor.

Mais do que ter um comportamento apropriado/infrator, é necessário ser percebido como desviante/não desviante. Assim, “o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’ (BECKER, 2019, p. 24 – grifo nosso). O desvio não está tanto no comportamento, mas na recepção do comportamento pelas outras pessoas; de fato, “se um dado ato é desviante ou não, depende em parte na natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele” (BECKER, 2019, p. 28). Por exemplo, na época da Lei Seca estadunidense (1920 a 1933), a ação de imigrantes italianos que tradicionalmente produziam seu vinho em ritos familiares foi tomada como desviante, ilegal. Então, falar de desvio é falar de “reações a” e são essas respostas que devem ser analisadas.

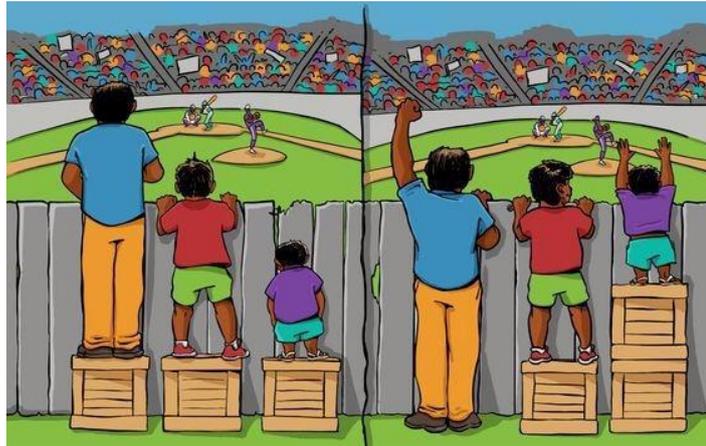
A Constituição Federal – lei máxima de nosso país – informa no art. 5º que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, on-line- grifo nosso)

Conhecido como o “princípio constitucional da igualdade”, esse artigo “prevê a igualdade de aptidões e de possibilidades virtuais dos cidadãos de gozar de tratamento isonômico pela lei” (BARRETO, 2010, on-line). No entanto, esse princípio pressupõe que, caso os cidadãos estejam colocados em situações diferentes, sejam tratados de forma desigual: “dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999, p. 42 – grifo nosso).

Isso pode ser exemplificado, por exemplo, no art. 6º o qual, ao definir como direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, on-line), não coloca todos os brasileiros na mesma condição de usufruto de tais direitos; pelo contrário, exige que o Estado, através de políticas específicas, facilite mais o acesso daqueles que sabidamente estão em condição de desigualdade (FIGURA 17). Outro exemplo pode ser tomado pelo art. 7º da Constituição Federal onde, ao mesmo tempo em que proíbe a diferenciação de salários, funções e critérios de admissão entre sexos (inciso XXX), garante à mulher uma licença maternidade em tempo superior à licença paternidade (inciso XVIII). Ou seja, “a Constituição Federal e a legislação podem fazer distinções e dar tratamento diferenciado de acordo com juízos e critérios valorativos, razoáveis e justificáveis, que visem conferir tratamento isonômico aos desiguais” (BARRETO, 2010, on-line).

Figura 17 – “Tratar desigualmente os desiguais”



Fonte: ROMANZOTI, 2019.

Entendida a questão da igualdade, cabe destacar nos incisos do art. 5º aqueles de maior impacto na ação junto ao espaço público:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

[...]

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

[...]

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente. (BRASIL, 1988, on-line – grifos nossos)

Obviamente, a liberdade apregoada pela Constituição necessita de alguns mecanismos de controle, para que não incorra no Paradoxo da Tolerância, de Karl Popper – “a tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da tolerância” -; ou seja, os limites na tolerância são necessários para que ela possa ser defendida. Assim pode-se entender o sentido das penas na

legislação. No Brasil, as principais leis nacionais com influência no uso do espaço público são: (a) O Código Penal (Decreto-Lei 2848/1940), (b) A Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3688/1941a) e (c) A Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/1998). Todas elas têm em comum a listagem de tipos penais - fatos ilícitos -, para os quais são designadas as penas correspondentes. Conforme a Lei de Introdução ao Código Penal e a Lei das Contravenções Penais (BRASIL, 1941b) esses tipos penais são descritivos de infrações penais que podem ser de dois tipos: contravenção - infração de menor gravidade - ou um crime, também chamado de delito - infração de maior gravidade. O Código Penal (BRASIL, 1940) e a Lei de Contravenções Penais (BRASIL, 1941^a) informam que, no caso de contravenção, as penas principais podem ser prisão simples - a ser cumprida em regime aberto ou semiaberto - e multa complementar ou opcional à prisão. Já no caso da configuração como um crime, o ato ilícito pode ser punido com detenção - cumprida em regime aberto ou semiaberto, admitido o regime fechado -, reclusão - cumprida em regime aberto, semiaberto ou fechado - e multa complementar ou opcional à prisão (QUADRO 9).

Quadro 9 – Comparativo entre infrações penais

INFRAÇÃO PENAL	PENA	CUMPRIMENTO DA PENA	LEI CORRELATA
Contravenção (menor gravidade)	Prisão Simples	-em regime aberto ou semiaberto (não admite o regime fechado) -multa complementar ou opcional à prisão	Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3688/1941)
Crime/delito (maior gravidade)	Detenção	-em regime aberto ou semiaberto (admite o regime fechado) -multa complementar ou opcional à prisão	Código Penal (Decreto-Lei 2848/1940) Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/1998)
	Reclusão	-em regime aberto, semiaberto ou fechado -multa complementar ou opcional à prisão	

Fonte: BRASIL, 1940; 1941a; 1998 - elaborado pelo autor.

Entre os tipos penais disponíveis foram listados aqueles com influência direta no uso do espaço público. O Quadro 10 traz essa listagem hierarquizada em função do tempo de pena correspondente. As multas variam entre opcional ou à prisão ou obrigatória (independente ou não de prisão).

Quadro 10 – Tempo de pena para tipos penais com influência no uso do espaço público

ARTIGO	TIPO PENAL	PENA	TEMPO	MULTA
37 (LCP)	Arremessar/derramar em via pública coisa que possa ofender, sujar ou molestar alguém	-	-	obrigatória
68 (LCP)	Recusar a dar informações sobre si, se solicitado*	-	-	obrigatória
59 (LCP)	Entregar-se a ociosidade, sendo válido p/ o trabalho	prisão simples	15d-3m	-
21 (LCP)	Praticar vias de fato contra alguém	prisão simples	15d-3m	opção à prisão
42 (LCP)	Gritaria, algazarra e instrumentos sonoros em excesso	prisão simples	15d-3m	opção à prisão
62 (LCP)	Apresentar-se embriagado, com escândalo e risco	prisão simples	15d-3m	opção à prisão
45 (LCP)	Fingir ser funcionário público	prisão simples	1-3m	opção à prisão
330 (CP)	Desobediência a ordem legal	detenção	15d-6m	obrigatória
68 (LCP)	*Dar declarações falsas sobre si próprio	prisão simples	1-6m	obrigatória
163 (CP)	Dano a coisa alheia	detenção	1-6m	opc. à detenção
49 (LCA)	Dano a plantas de ornamentação (culposo)**	detenção	1-6m	opc. à detenção
25 (LCP)	Ter instrumentos para furto, sendo mendigo, vadio ou ex-condenado ou sujeito a liberdade vigiada	prisão simples	2m 1a	obrigatória
233 (CP)	Ato obsceno em lugar público	detenção	3m 1a	opc. à detenção
65 (LCA)	Pichação ²⁰ a edificação e monumento urbano***	detenção	3m 1a	obrigatória
49 (LCA)	**Dano a plantas de ornamentação	detenção	3m 1a	opção ou não
62 (LCA)	Dano a bem protegido, museu, biblioteca, etc (culp.)****	detenção	6m 1a	obrigatória
65 (LCA)	***Pichação a monumento ou coisa tombada	detenção	6m 1a	obrigatória
329 (CP)	Resistência a execução de ato legal*****	detenção	2m 2a	(pena pela violência)
165 (CP)	Dano a coisa de valor (artístico, arqueol., histórico)	detenção	6m 2a	obrigatória
234 (CP)	Escrito ou objeto obsceno	detenção	6m 2a	opc. à detenção
331 (CP)	Desacato a funcionário público	detenção	6m 2a	opc. à detenção
163 (CP)	Dano a coisa alheia (qualificado)	detenção	6m 3a	obrigatória (+ pena pela violência)
329 (CP)	*****Se o ato, pela resistência, não se executa	reclusão	1a 3a	(pena pela violência)
62 (LCA)	****Dano a bem protegido, museu, biblioteca, etc.	reclusão	1a 3a	obrigatória
63 (LCA)	Alteração de aspecto/estrutura de edif./local proteg.	reclusão	1a 3a	obrigatória

d=dia / m=mês / a=ano CP=Código Penal / LCA=Lei de Crimes Ambientais / LCP=Lei das Contravenções Penais

Fonte: BRASIL, 1940; 1941a; 1998 - elaborado pelo autor.

²⁰ A grafia informal para essa palavra - com X, e não CH - é a mais aceita entre seus adeptos; no entanto, o texto seguirá acompanhando a grafia tal como aparece na lei e reportagem consultadas (nota do autor)

Na lista anterior, tipos penais de menor gravidade como o ato obsceno em lugar público (por exemplo, urinar na rua), o dano a plantas de ornamentação (por exemplo, colher flores em um jardim) e a pichação a edificação ou monumento urbano tendem a resultar em detenções desnecessárias, inflando assim o precário sistema prisional brasileiro. Na verdade, o grau de classificação de um ato como desviante dependerá muito de quem realiza a ação e de quem reage a ela, uma vez que algumas pessoas são preferidas a outras na aplicação de regras. De fato,

alguns status, em nossa sociedade como em outras, sobrepõem-se a todos outros e têm certa prioridade. Raça é um deles. O pertencimento à raça negra, tal como socialmente definida, irá sobrepujar a maior parte das outras considerações na maioria das outras situações; o fato de alguém ser médico, ou de classe média ou do sexo feminino não o protegerá contra o fato de ser tratado em primeiro lugar como negro, e depois como qualquer um desses aspectos. O status de desviante (dependendo do tipo de desvio) é esse tipo de status principal. (BECKER, 2019, p. 45)

Segundo dados do INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça), em 2018 a maioria da população carcerária brasileira era formada por homens pretos/pardos (61,7%). Do relatório de 2014 consta que 75% dos presos tinham até ensino fundamental completo – um indicador de baixa renda (SISTEMA, 2018). Nesse sentido,

tratar uma pessoa como se ela fosse em geral, e não em particular, desviante produz uma profecia autorrealizadora. Ela põe em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar a pessoa segundo a imagem que os outros têm dela. Em primeiro lugar, após ser identificada como desviante, ela tende a ser impedida de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as consequências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar por si mesmas caso não houvesse o conhecimento público e a reação a ele (BECKER, 2019, p. 46 – grifos nossos).

E, assim, o desviante vai sendo tratado conforme esse “diagnóstico popular” que acaba por definir quem ele é na sociedade. No caso da pessoa viciada em drogas, esse estigma pode conduzi-lo para um caminho ascendente de desvio (BECKER, 2019).

Ainda no sentido de confirmar a aplicação distinta de regras, é interessante notar que, a partir da Lei 12408/2011 (originada do Projeto de Lei 706/2007), o art. 65 da Lei de Crimes Ambientais - a despeito de manter a criminalização da pichação – ganhou um segundo parágrafo, que informa que

não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1998, on-line).

O referido Projeto de Lei 706/2007, com o objetivo de proibir a venda de tintas *spray* para menores de 18 anos, trouxe dois conceitos iniciais para distinguir pichação de grafite (na verdade, apenas o conceito de grafite foi ao final inserido, conforme citado acima):

Entende-se por “pichação” uma ação ilegal e criminosa que degrada o patrimônio público e privado, além de inferir de forma negativa na paisagem e meio ambiente urbano.

Entende-se por “grafite” a prática que tem como objetivo a valorização do patrimônio público e privado mediante a manifestação artística sob o consentimento de seus proprietários. (BRASIL, 2007, on-line – grifos nossos)

Descrito como uma “manifestação artística”, o grafite se alinha ao inciso IX do art. 5º da Constituição Federal e, assim, torna-se legal. Diferente do picho que, segundo Franco (2019), se associa diretamente ao estigma do jovem periférico (e marginalizado) brasileiro e, assim, acaba sendo visto como ilegal. Para o pichador Cripta Djan, o picho não funciona sob “consentimento”; a transgressão é razão de sua existência (FREITAS, 2021). No entanto, ele explica que a pichação

pode ser entendida como arte. Também tem a questão do vandalismo. Mas um vandalismo no sentido político. Porque o picho não destrói nada, nem inutiliza nada. Ele pode ser um vandalismo simbólico – mas não efetivo. Um muro pichado continua apto a cumprir sua função. Eu vejo como uma intervenção estética na cidade, uma necessidade de expressão mesmo, de uma classe de jovens que criou sua própria linguagem para poder estar se comunicando através das paredes das cidades. (FOLHA, 2017, on-line)

Becker (2019) também ressalta que a reação da sociedade a um ato considerado desviante varia conforme o tempo, fazendo com que determinado ato desviante desperte reações mais lenientes do que em um momento anterior. Isso porque “as regras criadas e mantidas por essa rotulação [de comportamento desviante] não são universalmente aceitas. Ao contrário, constituem objeto de conflito e divergência, parte do processo político da sociedade” (BECKER, 2019, p. 32).

Nesse sentido, cabe destacar duas revogações e dois projetos de lei de revogação na Lei de Contravenções Penais, mostrando a evolução do entendimento dessas contravenções pela sociedade atual.

A primeira revogação destacada é a do art. 27, que tratava como uma contravenção penal o ato de “explorar a credulidade pública mediante sortilégios, predição do futuro, explicação de sonho, ou práticas congêneres”, passível de prisão simples, de um a seis meses, e multa (BRASIL, 1941a, on-line). No parecer do Projeto de Lei 1607A/1996 – que resultou na Lei 9521/1997, que revoga o artigo – o relator informa que

nada mais desatual e, não obstante, uma vez invocado pela autoridade policial, pode levar à cadeia, em flagrante delito ou não, cidadãos simples do povo e pôr em marcha todo o aparato judicial. [...] Revisando a jurisprudência, chama a atenção o número de prisões que se efetuam em salvaguardar à "credulidade pública". [...] Nem sequer se reclama, em muitos casos, a habitualidade do fato para que se configure a mencionada contravenção. Nem tampouco se exige que o réu tenha usufruído qualquer vantagem material. (BRASIL, 1996, p. 29;31 – grifos nossos).

Outra revogação é a do art. 60, que tratava como uma contravenção penal o ato de “mendigar, por ociosidade ou cupidez”, passível de prisão simples de 15 dias a 3 meses e agravável de um sexto a um terço da pena em caso de ser praticada “a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; c) em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos” (BRASIL, 1941a, on-line). No parecer do Projeto de Lei 75/2005 - que resultou na Lei 11983/2009, que revoga o artigo - a relatora correlaciona a existência desse artigo ao período do Estado Novo, quando a Lei de Contravenções Penais foi publicada. Segundo o parecer,

para um Estado autoritário um direito penal autoritário, para um Estado democrático um direito penal democrático. Mas, não obstante exista legislação de proteção de direitos humanos, a operacionalidade do nosso sistema penal continua a atingir principalmente as pessoas integrantes de determinados grupos sociais de menores recursos. A Constituição Federal, no seu art. 1º, III, tem como um dos valores fundamentais a dignidade da pessoa humana, e em nosso país, que tem milhões de cidadãos sofrendo os efeitos marginalizantes do desemprego, não se pode punir uma pessoa por mendicância, o que seria uma forma odiosa de discriminação socioeconômica. Entendemos, portanto, que o atual art. 60 da Lei de Contravenções Penais já pode ser considerado inconstitucional. (BRASIL, 2009, on-line – grifos nossos).

Está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3158/2021 visando revogar o art. 59 da Lei das Contravenções Penais, que penaliza com prisão simples a quem entregar-se “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” – prática conhecida como “crime de vadiagem” (BRASIL, 1941a, on-line). A justificativa apresentada é a de que o combate à “vadiagem” remonta desde 1603, com as Ordenações Filipinas e

reflete a perseguição histórica e institucional às camadas mais pobres e marginalizadas da classe trabalhadora, a exemplo das pessoas escravizadas que, após libertas não conseguiam encontrar qualquer forma de trabalho para o seu sustento. [...] Uma dupla punição a milhares de brasileiras e brasileiros até hoje vitimados pelo desemprego, fome e descaso de um Estado [...] e que se encontram ‘sem renda’ e ‘em ociosidade’ simplesmente pela ausência de oportunidades de emprego e de políticas públicas que possibilitem efetivamente uma vida digna. BRASIL, 2021, p. 201 – grifos nossos)

Outra tramitação importante na Câmara dos Deputados é do Projeto de Lei 190/22, que objetiva alterar o art. 233 do Código Penal para que o *topless* não seja criminalizado como “ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público” (BRASIL, 1940, on-line). A proposta é de que o artigo ganhe um parágrafo único com a seguinte descrição:

Não se considera ato obsceno a mera exposição do corpo humano, nem sua exposição, acima da linha da cintura, em qualquer ambiente público, destacadamente em áreas de banho como praias, margens de rios, piscinas e assemelhados. (BRASIL, 2022, on-line)

A constatação apresentada é a de que há um padrão que se repete na repressão e controle do corpo feminino: sempre que possível, ele é hipersexualizado. A justificativa trazida pelo Projeto de Lei é a de que a exposição dos seios é muito antiga em diversas culturas e adotada em diversos países europeus em parques e praias e

o que deveria ser natural para os dois gêneros acaba sendo negado a um deles. Não há motivo para uma sociedade civilizada considerar crime a exposição do busto feminino e perceber com normalidade a exposição do masculino. Todos esses episódios revelam apenas machismo e despreparo (BRASIL, 2022, on-line).

O texto se encerra dizendo que o problema está na formação masculina, ainda essencialmente machista e que sexualiza qualquer parte minimamente exposta do corpo da mulher, clamando que o Código Penal pare de ser utilizado como “mais uma forma de opressão contra as

mulheres” (BRASIL, 2022, on-line).

Nesse mesmo caminho revisionário, porém no sentido de uma maior penalização, está a revogação do art. 61 da Lei das Contravenções Penais, que penalizava apenas com multa a quem “importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor”. Com a publicação da Lei 13718/2018, essa “importunação” passou a ser enquadrada como um crime, estando sujeita às sanções do Código Penal, que agora conta com artigos adicionais (art. 215-A, art. 218-C, art. 225) e incisos adicionais aos arts. 226 e 234-A para auxiliar no combate a crimes sexuais.

Outro aspecto importante de se mencionar são as súmulas vinculantes - um conjunto de decisões de um Tribunal Superior, organizadas de forma a padronizar entendimentos acerca de determinados assuntos. Em relação ao espaço público, destaca-se a Súmula Vinculante 11 do Supremo Tribunal Federal, abaixo transcrita:

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. (BRASIL, 2008, on-line – grifo nosso).

Essa súmula visa esclarecer uma situação – uso indevido de algemas - que pode ser enquadrada como um abuso de autoridade por parte do agente penal. Sobre esse assunto, destaca-se a Lei do Abuso de Autoridade (Lei 13869/2019), que lista os crimes que podem ser cometidos por agentes públicos que abusem do poder a eles atribuídos (QUADRO 11). As condutas desses agentes serão enquadradas como abuso de autoridade “quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal” (BRASIL, 2019, on-line).

Quadro 11 –Tipos penais para abuso de autoridade com influência no uso do espaço público

ARTIGO	TIPO PENAL	PENA	TEMPO		MULTA
16 (LAA)	Deixar de identificar-se ou identificar-se falsamente ao preso (incluindo o responsável pelo interrogatório)	detenção	6m	2a	obrigatória
20 (LAA)	Impedir conversa do preso com seu advogado	detenção	6m	2a	obrigatória
38 (LAA)	Comunicar (inclusive em redes sociais) atribuição de culpa antes de se apurar/formalizar a acusação	detenção	6m	2a	obrigatória
09 (LAA)	Decretar privação de liberdade em desconformidade com hipóteses legais*	detenção		1a 4a	obrigatória
09 (LAA)	*Se autoridade judicial não corrigir prisão ilegal	detenção		1a 4a	obrigatória
10 (LAA)	Decretar condução coercitiva sem intimação	detenção		1a 4a	obrigatória
13 (LAA)	Constranger preso ou detento com violência, ameaça e redução de sua capacidade de resistência	detenção		1a 4a	obrigatória (+ pena pela violência)
21 (LAA)	Manter presos de ambos os sexos (ou crianças/adolescentes e adultos) no mesmo confinamento	detenção		1a 4a	obrigatória
23 (LAA)	Alterar o estado de lugar, coisa ou pessoa para se eximir de responsabilidade ou responsabilizar outro	detenção		1a 4a	obrigatória
25 (LAA)	Obter prova por meio ilícito**	detenção		1a 4a	obrigatória
25 (LAA)	**Utilizar prova, sabendo que é ilícita	detenção		1a 4a	obrigatória
30 (LAA)	Proceder persecução a inocente	detenção		1a 4a	obrigatória

d=dia / m=mês / a=ano / LAA=Lei de Abuso de Autoridade

Fonte: BRASIL, 2019 - elaborado pelo autor.

Assim exposto, esta pesquisa anuncia que *espaço público* será conceituado como aquele possuidor de uma configuração multidimensional, um suporte e um condicionador da ação, que se adequa - conceitual e/ou fisicamente - às disposições de seus usuários e que tem na interposição contra barreiras - físicas e/ou ideológicas - uma maior chance de atrair e conectar fissuras.

Capítulo 2 – Proposição empírica

Corroborando com Bourdieu – que pautou sua obra na prática dos agentes e defendia que as estruturas sociais fossem analisadas pela prática e desveladas por métodos empíricos (THIRY-CHERQUES, 2006) –, esta pesquisa absorve a proposição teórica apresentada enquanto um quadro referencial e a submete à investigação empírica, entendida como um reflexo (relacional) entre os elementos daquela estrutura teórica. Nesse sentido,

o esquema que leva à análise empírica é sistêmico. Deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um /campo/, um segmento do social, cujos /agentes/, indivíduos e grupos têm /disposições/ específicas, a que ele [Bourdieu] denomina /habitus/. O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não-conscientes, que se fundam no /habitus/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /habitus/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /habitus/ (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31 – grifos nossos).

Assim, discutiu-se anteriormente que a vida em sociedade é uma arena de disputas entre agentes pela posse e uso de capitais e um jogo de forças está posto nessa “arena” constantemente mutável. Se na natureza as forças aparecem aos pares – não há força sem sua contraparte – é possível tecer uma analogia entre o comportamento desses agentes segundo Bourdieu e o comportamento dos corpos segundo a Física. Para isso, é importante trazer à discussão os três princípios da Mecânica Clássica, conhecidos como as Leis de Newton (NEWTON, 2010):

(Lei 1) se a somatória das forças que atuam sobre um objeto for *nula*, sua velocidade será constante: estando em repouso, permanecerá em repouso; estando em movimento, permanecerá em movimento retilíneo uniforme - é conhecida como o *Princípio da Inércia*; ($\vec{F}_R = \vec{0}$)

(Lei 2) a força resultante que age sobre um corpo equivale ao produto da massa desse corpo por sua aceleração: assim, maior/menor massa e maior/menor aceleração geram uma maior/menor força (grandezas diretamente proporcionais) – é conhecida como o

Princípio Fundamental da Dinâmica; ($\vec{F}_R = m \cdot \vec{a}$)

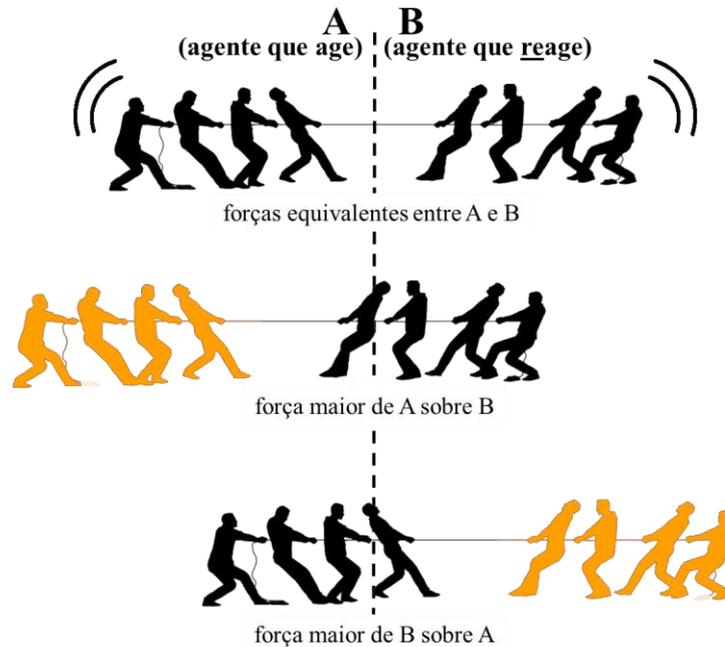
(Lei 3) em relação aos pares de forças, a toda ação corresponde uma reação igual (em módulo e direção) e oposta (em sentido) - é conhecida como o *Princípio da Ação e Reação*. ($\vec{F}_{AB} = -\vec{F}_{BA}$)

Massa pode ser entendida como a “medida da inércia de um corpo através do quociente de força que nele atua pela aceleração resultante” (VALADARES, 1993, p. 111 – grifo nosso). Por isso é conhecida como “massa inercial” e é também entendida como “a resistência de um objeto a uma mudança em seu movimento” (BREDA, 2021, on-line – grifo nosso) e ao fato de que “equivale ao conteúdo de energia que [um corpo] contém” (VALADARES, 1993, p. 115). Já *aceleração*, uma grandeza vetorial como a força, é a variação da velocidade de um objeto em relação ao tempo. Sendo algo que se ganha e se perde, é considerada *positiva* quando a velocidade aumenta e *negativa* quando a velocidade diminui. Com uma maior aceleração, um corpo que parte de um ponto X chega mais rápido a um ponto Y (e vice-versa).

Se simultaneamente afetamos e somos afetados uns pelos outros, os conflitos daí inerentes nas relações sociais entre os agentes podem ser tomados em termos de forças de ação e de reação. Em havendo infinitos jogos (lutas) sendo jogados pelos agentes - em estreita relação com seus capitais acumulados/acionados e com os *habitus* que os constituem - em uma analogia com os elementos da Física expostos acima, esta pesquisa assume que:

- (a) “massa” se associa a *habitus* – aquilo que se é e se carrega, orientando as escolhas assumidas, em função de seus interesses;
- (b) “aceleração” se associa aos capitais – aquilo que se adquire e que explica a posição no campo e a capacidade de (re)agir na cidade;
- (c) “força” enquanto produto da massa pela aceleração se associa, assim, ao mecanismo de ação e de reação enquanto uma relação entre *habitus/capitais* de um agente (individual ou coletivo) frente a *habitus/capitais* de outro agente (individual ou coletivo);
- (d) em reação a uma ação, pode-se: equiparar a ela, dominá-la ou ceder a ela. Assim, equiparar-se a uma ação é garantir que os capitais e *habitus* do par de agentes estejam, de certa forma, equivalentes; da mesma forma, dominar a ação ou ceder a ela, pode ser entendido que a quantidade de capitais e *habitus* de um dos agentes está superior (no caso de dominar ação) ou inferior (no caso de ceder à ação) à do outro agente. (FIGURA 18)

Figura 18 – Reação de equiparação, de cessão ou de dominação a uma ação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa correlação será necessária para o entendimento da proposição empírica a ser feita adiante. Assim, este capítulo aprofunda a identificação e categorização de um grupo de agentes que agem/reagem e de uma nomenclatura para as ações e reações geradas. O ponto comum entre eles será sempre o espaço público; por exemplo, falar de “morar” nesse contexto refere-se a “morar no espaço público”, não entrando na discussão o jogo de forças no espaço privado.

2.1 – Agentes do espaço público

A organização da lista de agentes partiu da prática docente associada à discussão teórica apresentada, sendo organizada em três grupos - (i) os personificados, (ii) os institucionais e (iii) os não-corporificados – os quais serão individualmente explicitados.

2.1.1 - Agentes personificados

Serão entendidos como agentes *personificados* aqueles que, mesmo se vinculados a instituições, evocam diretamente seu *habitus* individual e seus capitais na interação com o espaço público.

A definição desses agentes iniciou-se de forma empírica, a partir da atividade acadêmica descrita na *Introdução*, tópico (i) *Antecedentes*. O Quadro 1 conduziu a um novo questionamento: as ações listadas guardariam em comum ações preponderantes? Por exemplo: os verbos *compor*, *atuar*, *fotografar*, *conversar* guardam uma similaridade entre si, mas são distintos dos verbos *ler*, *meditar*, *ouvir*, *descansar*, os quais são semelhantes aos verbos

caminhar, passear, correr, pedalar. Dessa análise foram resultando alguns grupos de similaridades (QUADRO 12).

Quadro 12 – Similaridades entre ações realizadas no espaço público

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
acampar morar	trabalhar	conversar plantar lutar dançar encontrar namorar desenhar/pintar cantar compor atuar fotografar mobilizar manifestar escrever ensinar flertar	(a) caminhar flanar passear correr pedalar	(b) dormir comer sentar ler brincar exercitar jogar estudar observar descansar meditar beber comprar isolar-se ouvir esperar

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os quatro grupos anteriores foram respectivamente relacionados às ações de *morar* (Grupo 1), *trabalhar* (Grupo 2), *manifestar* (Grupo 3) e *utilizar* (Grupo 4). Esta última ganhou duas diferenciações, em razão do grau de movimentação necessário para sua realização – e assim, tem-se o “utilizar pelo deslocamento” (Grupo 4a) e o “utilizar pela permanência” (Grupo 4b). No entanto, durante a análise sobre os agentes institucionais (a serem descritos adiante), percebeu-se a necessidade de se incluir duas ações - regular e manter - que, apesar de guardarem relação direta com o Estado, têm em seus “agentes que agem” um caráter mais personalizador do que institucional. Desta forma, a ficha de consulta à população mostrada no Quadro 2 ficou assim interpretada, em termos de ações matrizes (QUADRO 13):

Quadro 13 – Ações matrizes identificadas a partir do Quadro 2

dormir	flanar	plantar	comprar	fotografar	
comer	acampar	lutar	correr	mobilizar	
caminhar	jogar	dançar	desenhar/pintar	manifestar	
sentar	estudar	meditar	cantar	esperar	
ler	trabalhar	encontrar	isolar-se	escrever	
conversar	observar	namorar	compor	pedalar	
brincar	descansar	morar	atuar	ensinar	
exercitar	passear	beber	ouvir	flertar	

AÇÕES	
	morar
	trabalhar
	manifestar
	utilizar (pelo deslocamento)
	utilizar (pela permanência)

	manter
	regular

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando que toda ação está vinculada ao “agente que age”, na definição desses agentes foram adotadas nomenclaturas terminadas no sufixo *-dor*. Para Costa e Coelho (2013) esse sufixo agentivo²¹ é útil para especificar *aquele que pratica a ação X*, possuindo os valores semânticos *frequentativo* - “aquele que, com frequência ou habitualidade, pratica a ação expressa pela base verbal X’ ex.: comprador, morador” (COSTA; COELHO, 2013, p. 68) - e *profissional* - “aquele que trabalha com o que está especificado na base X’ ex.: contador, corregedor, desembargador, governador, lavrador, procurador, vendedor” (COSTA; COELHO, 2013, p. 68). Por essa razão, os agentes personificados foram nomeados tanto por vocábulos comuns (morador, trabalhador, regulador, mantenedor) quanto por outros mais incomuns na linguagem corrente (manifestador - em vez de manifestante; utilizador - em vez de usuário).

Entendendo que o sufixo *-dor* se associa, em si, à ação *naquele* espaço-tempo, importa considerar que um mesmo agente pode assumir outras ações, dependendo do contexto e em que ele é demandado a agir, conforme apontado por Nawratek (2012).

O primeiro agente identificado é o **morador do espaço público** (Ag01) - aquele que, por escolha ou falta de opção, tem nele sua moradia, de modo permanente ou esporádico. A definição de se apoia no conceito trazido por Mendes (2007), que entende por moradores de rua (ou população de rua) as “pessoas que não apenas tiram da rua o seu sustento, como também fazem da rua o seu local de moradia, ainda que optem por dormir em instituições de acolhimento para moradores de rua e migrantes” (MENDES, 2007, p.6).

O segundo agente identificado é o **trabalhador do espaço público** (Ag02) - aquele que, primordialmente, tira dele a sua renda. Essa definição também se apoia no conceito trazido por Mendes (2007), assumindo que trabalhadores de rua são “pessoas que buscam na rua seu sustento, mas não fazem dela seu local de moradia – como vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, guardadores de carro, flanelinhas, etc.” (MENDES, 2007, p.6). Importante se inserir nesses exemplos a figura dos trabalhadores licenciados: os que exercem suas atividades em banca (jornais/revistas, flores, bebidas naturais, etc.), em veículo de tração humana e veículo automotor, bem como engraxates, feirantes, entre outros (BELO HORIZONTE, 2003a). No entanto, considerando que somos agentes múltiplos, esta pesquisa entende que um *trabalhador* do espaço público pode ser também um *morador* desse mesmo espaço, sem prejuízo da análise de seu comportamento, ora como um, ora como outro agente.

²¹ Relativo a *agente*.

O terceiro agente identificado é o **manifestador do espaço público** (Ag03) - aquele que tem como suporte (ou motivo) para (da) sua expressão. Esse agente é definido a partir do entendimento de Morán (2005) de que “manifestar-se significa essencialmente ‘sair para a rua’, ocupar um espaço público visível para o maior número de pessoas e desfilar por ele.” (MORÁN, 2005, p.100 - tradução nossa). Apesar de se concordar que “os locais onde as manifestações acontecem também são de grande importância [,] devem ter alta visibilidade e, além disso, ser carregados de forte conteúdo simbólico” (MORÁN, 2005, p.100 - tradução nossa), a presente pesquisa entende que a manifestação se dá tanto em movimento, em deslocamento pelo espaço por excelência (MORÁN, 2005) quanto de forma estática, sendo percebida pelo movimento *do outro* em reação a ela. Assim, como exemplos considerados, citam-se tanto o realizador de passeata quanto o artista de rua, o pichador, o grafiteiro (bem como outros ativistas do espaço público) e, mesmo, o orador religioso, entre outros.

O quarto agente identificado é o **regulador do espaço público** (Ag04) - aquele agente vinculado a um poder institucional que, aplicando o poder de polícia ou o poder fiscalizador no espaço público, o regula com critérios próprios, consonantes ou contraditórios às regras (explícitas ou ocultas) da própria instituição a que está vinculado²². A definição desse agente se apoia no estudo de Lipsky (1969), autor do conceito de “burocratas do nível da rua”²³ ou “pessoas empregadas pelo governo que: 1) são constantemente chamadas a interagir com os cidadãos no curso normal de seus empregos; 2) têm independência significativa na tomada de decisões de trabalho; e 3) potencialmente têm um grande impacto na vida de seus clientes” (LIPSKY, 1969, p.3). O segundo ponto (independência na tomada de decisões) mostra exatamente o poder discricionário desses agentes, cuja relevância “está em expor a maleabilidade das regras formais, enquanto sua aplicação abre margem para interpretações e interpelações pelo público tocado” (ARAÚJO FILHO, 2016, p. 44). Exemplo de agentes reguladores são os agentes da guarda municipal, da polícia militar, da fiscalização de atividades, do trânsito, entre outros.

O quinto agente identificado é o **mantenedor do espaço público** (Ag05) - aquele que trabalha diretamente em sua manutenção - na maioria das vezes, a serviço de outro agente (como o Estado, por exemplo). Esse agente é definido a partir dos estudos de Hughes (1958) e Lhuilier (2005) acerca do conceito de “trabalho sujo” ou aquele que “pode ser simplesmente nojento

²² Sendo contraditórios, diz-se que estaria agindo com arbitrariedade (ROSA, 2019, *on-line*)

²³ *Street-level bureaucrats*

fisicamente. Pode ser um símbolo de degradação, algo que fere a dignidade. Finalmente, pode ser trabalho sujo, pois de alguma forma vai contra a mais heroica de nossas concepções morais.” (HUGUES, 1958, p. 49). Assim, é um agente que opera na base da escala de prestígio e desejabilidade (LHUILIER, 2005, *on-line*), atraindo para si estigmas sociais. Exemplos de agentes mantenedores são os agentes da limpeza pública, a saber: da coleta de lixo, da varrição, da manutenção de bueiros, da poda/capina, entre outros.

Por último, o sexto agente identificado é o **utilizador do espaço público** (Ag06) - aquele cuja abordagem de uso se dá pelo deslocamento e/ou pela permanência. A vinculação ao espaço público pelo *deslocamento* envolve tanto o acesso a “algo” (moradia, trabalho, consumo, lazer, entre outros) quanto o deslocamento *per se* (caminhando, correndo, flanando, entre outros). Por sua vez, sendo amplas as possibilidades de vinculação ao espaço público pela *permanência* (morando, trabalhando, regulando, mantendo, entre outras), será considerada nessa pesquisa a motivo de consumo e de lazer. Para isso, será trazido o estudo de Dumazedier (2000) que entende o lazer a partir de três sentidos: (a) descanso, (b) diversão, recreação, entretenimento e (c) desenvolvimento da personalidade. Entende-se que esse é o principal agente corporificado pois, mesmo os agentes anteriormente citados estão utilizando o espaço público - seja como moradia, fonte de renda, suporte (ou motivo) para (da) sua expressão, bem como para regulá-lo com critérios próprios e para trabalhar em sua manutenção. No entanto, é importante destacar que um utilizador do espaço público (pelo deslocamento ou pela permanência, nas especificações aqui trazidas) pode *não* assumir adicionalmente nenhuma daquelas outras ações anteriormente listadas.

2.1.2 - Agentes institucionais

Considera-se agentes *institucionais* aqueles que agem sobre o espaço público enquanto instituições constituídas por regulamentos e/ou normas de conduta, acionando seu *habitus* coletivo para cancelar o comportamento daqueles que a eles se vinculam e são representados. A lista é encabeçada por Estado e Mercado, dois agentes que, no arranjo neoliberal, tendem a atuar juntos (ainda que autônomos). Tendo sido sua caracterização anteriormente explorada no Capítulo 1, resta aqui definir que, no âmbito desta pesquisa, o **Estado** (Ag07) é aquele que legisla sobre (e ordena territorialmente) o espaço público; da mesma forma, o **Mercado** (Ag08), em simbiose com o Estado ou autonomamente, é aquele que orienta o fluxo financeiro e influi em decisões sobre o espaço público.

No entanto, há um terceiro agente institucional que, principalmente nesta pesquisa, exerceu um importante papel: a **Mídia** (Ag09), aquela que estrutura as narrativas sobre o espaço público, muitas vezes atuando como interlocutora entre o Estado/Mercado e a sociedade.

Por fim, há um último agente institucional a ser destacado: a **Academia** (Ag10), aquela que estuda e avança no conhecimento sobre o espaço público.

2.1.3 - Agentes “não-corporificados”

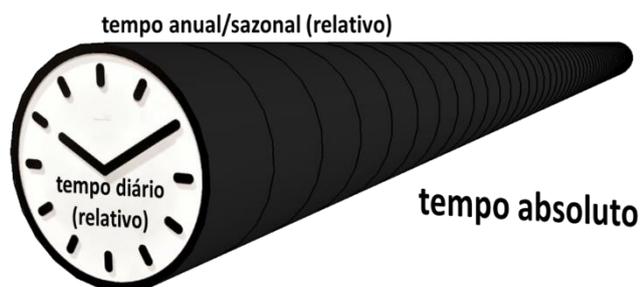
Por fim, a pesquisa aponta a existência de dois agentes “não-corporificados” mas com capacidade de ação e reação. Um deles é o Tempo, o outro é o Meio.

Muitas são as acepções possíveis para cada termo, conforme os vários campos de análise (científico, filosófico, sociológico, etc.) e não é escopo desse trabalho delimitar e esgotar cada definição. No entanto, a pesquisa partiu de uma caracterização científica desses agentes para, na sequência, conduzir a discussão para os campos sociológico e geográfico. Assim, tem-se de início estas definições:

Tempo absoluto, verdadeiro e matemático, de si mesmo e por sua própria natureza flui igualmente, sem relação a qualquer coisa de externo, e, por outro nome, chama-se duração. **Tempo relativo**, aparente e comum, é alguma medida sensível e externa (precisa ou imprecisa) da duração, por meio do movimento, que é usada comumente em vez do tempo verdadeiro, tal como uma hora, um dia, um mês, um ano (FIGURA 19).

Espaço absoluto, de sua própria natureza sem relação com qualquer coisa de externo, permanece sempre semelhante e imóvel. **Espaço relativo** é qualquer medida ou porção móvel dos espaços absolutos, determinada pelos nossos sentidos segundo a sua posição em relação a corpos (NEWTON, 2010, p. 28-29 - grifos nossos).

Figura 19 - Um “desenho” do Tempo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

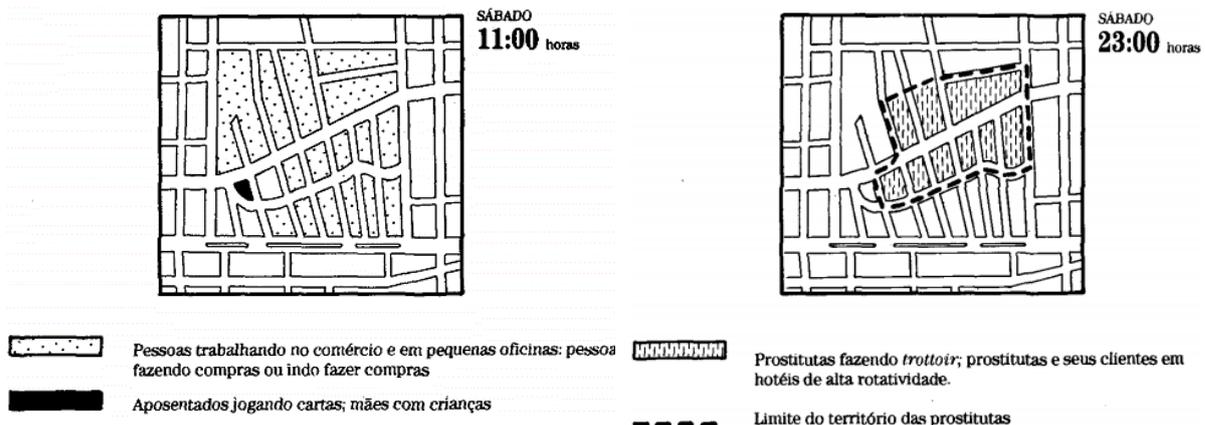
Tempo e Espaço caminham juntos, se influenciando mutuamente e influenciando outros agentes.

Porque **os espaços e os tempos** são, por assim dizer, tanto os lugares de si próprios como de todas as outras coisas. Todas as coisas se situam no tempo segundo a ordem da sucessão e se situam no espaço segundo a ordem da situação. Tempo e Espaço são duas concepções intelectuais do ser humano. Tempo é a sucessão de fenómenos passados no mesmo lugar; Espaço é o conjunto de fenómenos simultâneos (NEWTON, 2010, p. 32 - grifos nossos).

Nesse sentido, a pesquisa define o **Tempo** (Ag11) como aquele que altera diária, sazonal, anual e indefinidamente a dinâmica do espaço público, enquanto o **Meio** (Ag12) é aquele que altera física e ambientalmente a dinâmica desse mesmo espaço - nesse caso, por processos próprios ou oriundos de ações antrópicas. Ambos afetam o entendimento sobre:

- (a) as disposições entendidas como regras e como desvios, tornando-as obsoletas (no caso do Tempo) ou sem efeito de incidência (no caso do Meio) (BECKER, 2019);
- (b) os territórios que se alternam em um mesmo espaço (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995 - FIGURA 20); e
- (c) as possíveis fissuras que possam surgir de uma ação (HOLLOWAY, 2013a).

Figura 20 - Territorialidades cíclicas.

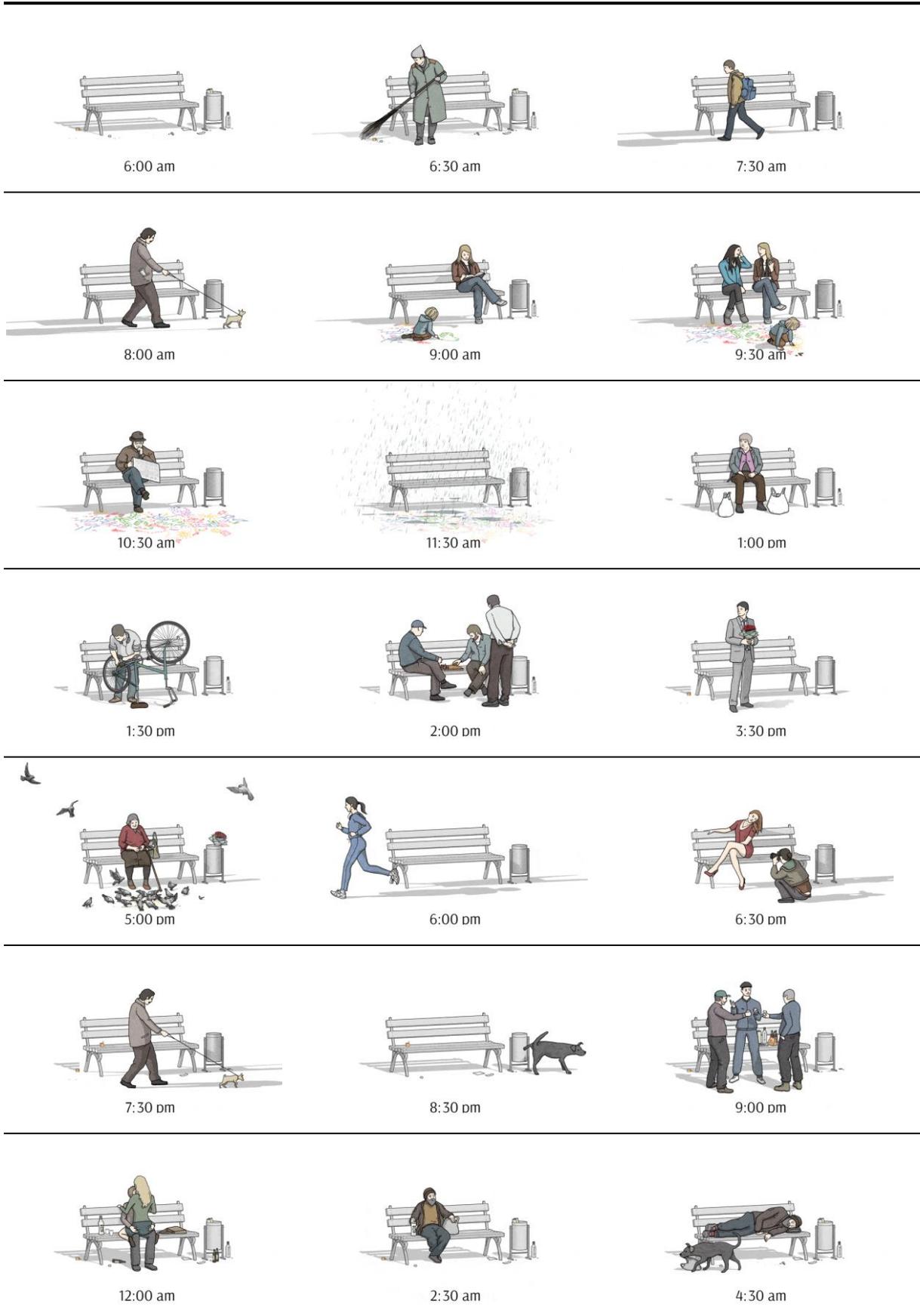


Fonte: SOUZA, 1995.

A Figura 21 traz cenas de um gif²⁴ animado intitulado *One day in 48 seconds*. Nela, “o banco não é apenas um conjunto de ripas, mas algo mais. Este lugar atrai pessoas e eventos. Ele transmite humor e uma história de todos que já se sentaram nele” (DEGTYAREV, 2022). Uma simbiose de influências.

²⁴ *Graphics Interchange Format* (ou Formato de Intercâmbio de Gráficos)

Figura 21 - Tempo e Meio em ação.



Fonte: DEGTAREV, 2022 - adaptado pelo autor.

2.2 – Reações dos (e aos) agentes do espaço público

A partir da analogia com as leis de Newton apresentada no início desse capítulo, esta pesquisa distingue e nomeia as reações de assimilação, sujeição e dominação.

Uma **Reação de Assimilação** (R1) à ação do agente é aquela que pressupõe (a) uma indiferença, por não ver nessa ação incômodo ou temor ou (b) uma identificação, podendo o agente que reage se considerar “equiparado” no jogo, em termos de *habitus* e/ou capitais. Exemplos:

- quando a Guarda Civil (regulador do espaço público) não repreende funcionários sentados na porta de uma loja (utilizadores do espaço público pela permanência) - no rol de infrações, esta não é uma;
- quando um pedestre (utilizador do espaço público pelo deslocamento) não se incomoda com um grupo de pessoas usando camisas de partidos políticos (manifestadores do espaço público) - a identificação pode ser pelo direito à livre manifestação, ainda que não pelo partido.

Já uma **Reação de Sujeição** (R2) à ação do agente é aquela que pressupõe uma submissão do agente que reage, por se perceber desfavorável no jogo. Exemplos:

- quando um grupo de jovens reunidos em uma praça (utilizadores do espaço público pela permanência) decidem ir embora com a chegada da noite e a escuridão do local (o Tempo diário em ação);
- quando os municípios (Estado) definiram regras de isolamento social da população durante a pandemia da COVID-19 (o Meio se tornou contaminado).

No entanto, a dominação é mais complexa e possui uma gradação em função da intensidade da sobreposição gerada pela força de reação. Além de uma dominação do tipo *subjugação*, foram incluídas as duas táticas neoliberais de *cooptação* e *choque* (expostas no *Capítulo 1, tópico 1.1 - Subjugações e contrapontos como possibilidades em interregnos capitalistas*), por entendê-las como reações de dominação do neoliberalismo a ações que visem romper ou, pelo menos, fissurar, sua estrutura político-econômico-social que lhe dá suporte. As três se organizam da seguinte forma:

- (a) **Cooptação** (R3): é uma sobreposição dissimulada, porém coordenada. Ou seja, há uma articulação de forças na reação que busca manter a existência daquela ação - por identificar nela uma utilidade -, mas ajustando-a sutilmente aos seus termos; ou, dizendo de outra forma, fazendo com seus termos sejam inseridos àquela ação de um modo não

muito evidente para quem age. Exemplos:

- quando a gestão do prefeito Márcio Lacerda em Belo Horizonte (Estado) incorporou no calendário de eventos o carnaval surgido espontaneamente através de pessoas (manifestadores do espaço público) que foram à rua contra sua gestão - nesse processo houve a inserção de patrocinadores e a estruturação de um *marketing* em torno do “maior carnaval de rua do Brasil” (Mercado) (esse assunto será abordado no *Capítulo 4*);

- quando a Academia insere e aprova suas pautas junto às revisões de legislação demandadas pelo Estado - através da participação ativa em seminários, assembleias e comitês muitos resultados de pesquisas que avançam o conhecimento sobre determinados assuntos são levados à discussão e, no jogo de influências e argumentações, inseridos no corpo legal.

(b) **Subjugação** (R4): é uma sobreposição ostensiva (não oculta), porém simples, no sentido de que não há uma reação coordenada. É a forma ordinária de reação dos agentes do espaço público quando querem se sobrepor a uma ação, por identificarem nela uma ameaça e por se julgarem melhor equiparados em termos de *habitus* e capitais. Exemplos:

- quando a Polícia (regulador do espaço público) aborda, por critérios de cor e/ou orientação sexual, uma pessoa que descansa sob uma árvore (utilizador do espaço público pela permanência);

- quando um corredor (utilizador do espaço público pelo deslocamento) constrange um gari (mantenedor do espaço público) por, ao varrer a rua onde corre, interromper sua ação.

(c) **Choque** (R5): é uma sobreposição ostensiva e coordenada. As razões são as mesmas da subjugação (querer se sobrepor a uma ação, por identificar nela uma ameaça e por se julgar melhor equiparados em termos de *habitus* e capitais); no entanto, o grau da reação pode envolver outros agentes em uma força tanto maior quanto maior for a sensação de ameaça. É uma reação própria dos agentes institucionais, isolada ou colaborativamente, por demandar o acionamento de uma estrutura complexa de reação. Exemplos:

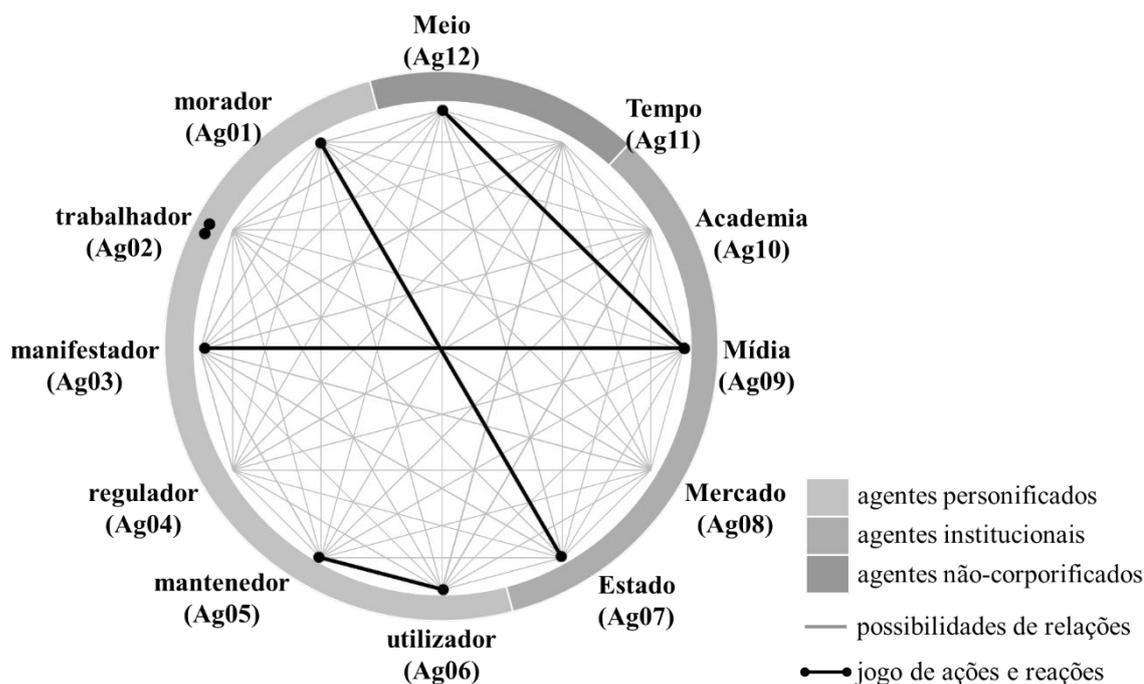
- quando a Prefeitura (Estado) institui uma política de aplicação de mecanismos hostis (pedras, fincos) junto a baixios de viadutos, passarelas e escarias públicas para inibir a permanência de pessoas (notadamente moradores do espaço público e demais

utilizadores do espaço público pela permanência);

- quando a Mídia constrói e divulga narrativas de deslegitimação de manifestadores do espaço público que demandam direitos básicos em passeatas.

A Figura 22 traz uma diagramação do posicionamento dos agentes do espaço público frente às possibilidades de relações no “jogo” de ações e reações.

Figura 22 - Os agentes do espaço público e suas relações



Fonte: Elaborado pelo autor.

2.3 – Nomeação das ações a partir das reações geradas

Assim como um comportamento (ação) é tomado como “desviante” a partir da sua recepção (reação) pelo outro (BECKER, 2019), também aqui a ação do agente é classificada a partir da reação que ela gera. Como os agentes (Ag1 a Ag12) estão sempre agindo no espaço público:

(a) se a ação do agente provoca uma reação de dominação (R4) ou de choque (R5) de qualquer outro agente, essa ação será identificada uma **Ação Temerária** (A1). Ela tem uma maior probabilidade de sucumbir, uma vez que reações de dominação e choque são de sobreposição de forças e veem naquela ação uma ameaça a ser eliminada ou a ter restringido seu potencial de influência;

(b) se a ação do agente provoca uma reação de cooptação (R3) de qualquer outro agente, essa ação será identificada como uma **Ação Útil** (A2). Ela tende a parcialmente sucumbir, posto que, sendo cooptada, adotará uma coexistência em parte aos moldes do

agente que reagiu a ela; ou seja, a reação de cooptação, apesar de também ser de sobreposição de forças, vê naquela ação uma possibilidade de ganho sobre;

(c) se a ação do agente provoca uma reação de assimilação (R1) ou de sujeição (R2) de qualquer outro agente, essa ação será identificada como uma **Ação Parceira** (A3). Ela tende a não sucumbir, uma vez que reações de assimilação e sujeição são, respectivamente, de equiparação ou sujeição de forças e veem naquela ação um fato a que não cabe uma reação contrária, senão uma aceitação, ou um apoio ao sistema de crenças e lutas de quem reage.

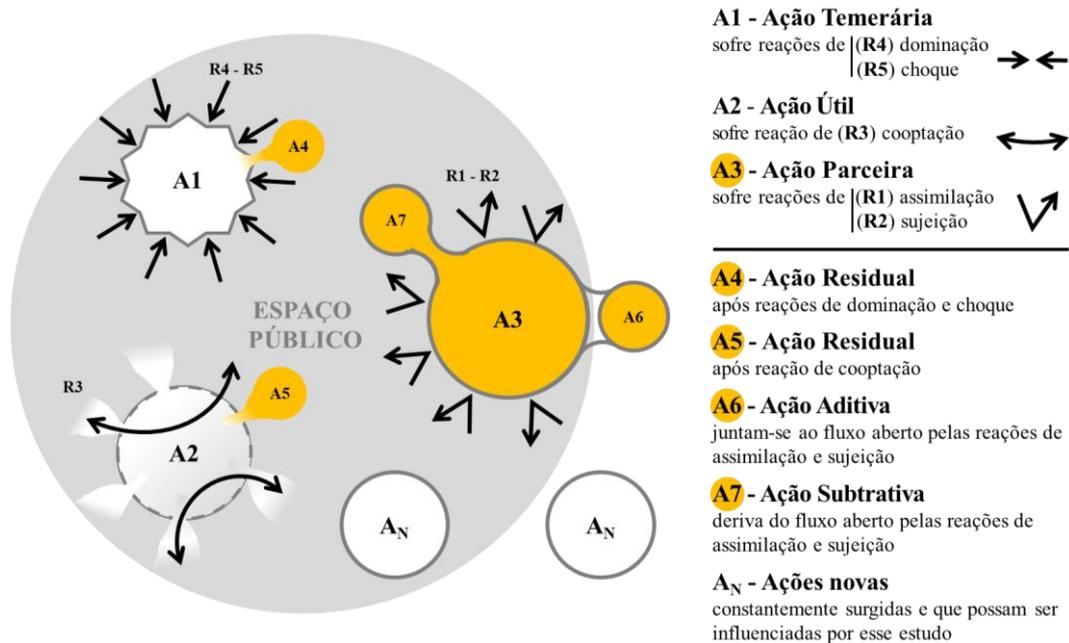
As possibilidades de reação a uma ação são muitas, como múltiplos são os agentes que reagem. Isso faz com que uma mesma ação possa ser classificada como A1, A2 e A3 simultaneamente, conforme o espectro de reações que ela desperta. Esta pesquisa, ao buscar o desvelamento dos conflitos (ações e reações) presentes no uso do espaço público, tem como objetivo entender como pode se dar a constituição de fissuras (*rupturas, outros-fazeres*) nessa arena, a partir do entendimento de como cada agente equaliza/modula seus capitais e seus *habitus* nesses confrontos. Para isso, além do estudo das ações e reações oriundas de confrontos diretos, busca-se também a caracterização de novas (re)ações, resultantes de desdobramentos desse jogo. Nesse sentido,

(a) em uma Ação Temerária (A1) ou Útil (A2), podem surgir novas ações, resultado de reorganizações dos agentes após as reações de Cooptação (R3), Subjugação (R4) ou Choque (R5); na pesquisa, serão denominadas **Ações Residuais** (A4, se remanescente a uma ação A1; A5, se remanescente a uma ação A2);

(b) em uma Ação Parceira (A3), no entanto, o fato de não sucumbir às reações de Assimilação (R1) e de Sujeição (R2) pode abrir um fluxo de novas ações que se juntem a ela ou que derivem dela; na pesquisa, será denominada **Ação Aditiva** (A6) a essa ação que se junta à A3 e **Ação Subtrativa** (A7) a essa ação que deriva de A3.

O diagrama da Figura 23 sintetiza o jogo de ações e reações acima descrito. Em resumo, a depender das reações (R1 a R5), os agentes (Ag1 a Ag12) podem ter suas ações vistas como melhor ou pior posicionadas no “jogo” (A1 a A3). No entanto, de cada reação podem surgir novas possibilidades (A4 a A7), em uma arena onde novas ações estão sempre surgindo (AN). A pesquisa defende que as ações parceiras (A3) e as (re)ações resultantes (residuais, aditivas, subtrativas) têm mais força de se configurarem em possíveis fissuras.

Figura 23 - Síntese do jogo de ações e reações



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao mesmo tempo, uma ação por si só - ou convertida em novas (re)ações residuais (A4 e A5), aditivas (A6) e subtrativas (A7) - pode trazer evidências de que possui as características buscadas para a constituição de fissuras. Nesse caso, se ela traz características de uma **Negação-Criação** será identificada como **Fis1**; de **Resiliência**, **Fis2**; de **Conectividade**, **Fis3**.

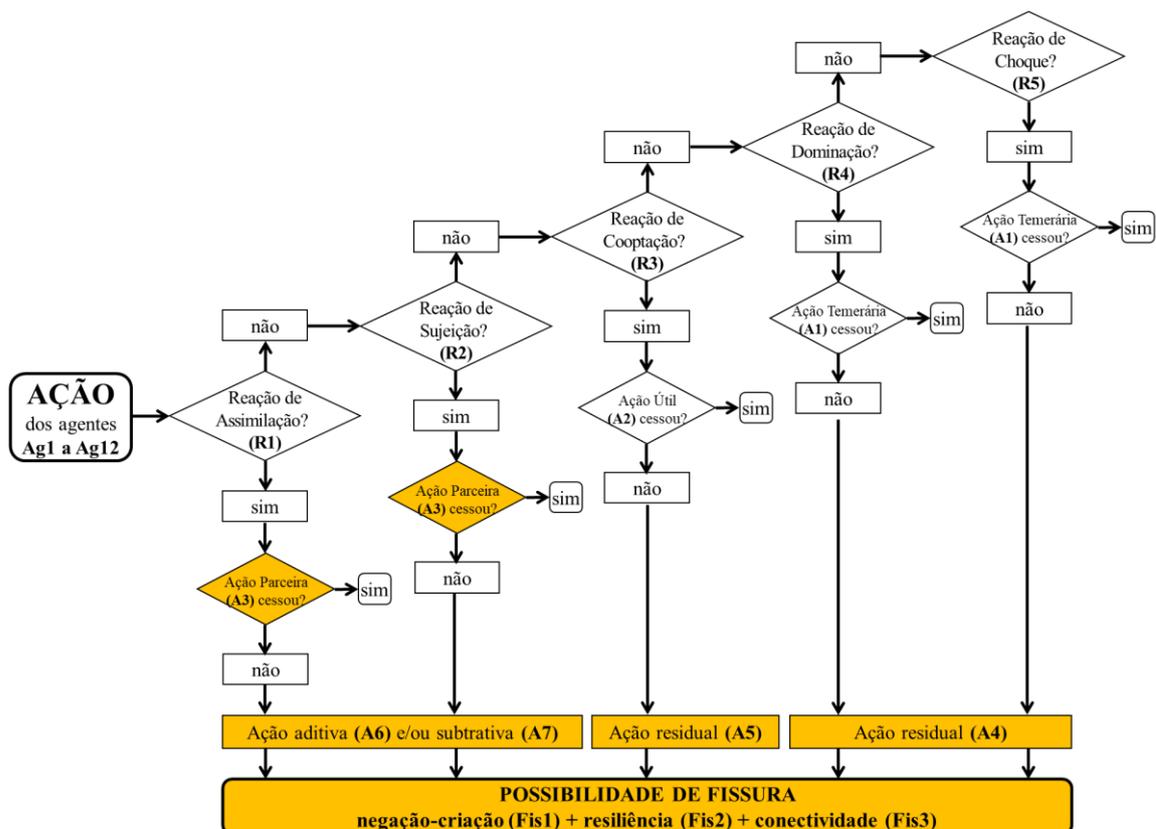
Para essa percepção, será necessário o entendimento da ação no tempo, principalmente para a análise da resiliência; talvez para a análise da conectividade. Ações com características de *negação-criação* são mais facilmente encontradas. Por exemplo, utilizadores do espaço público subvertendo a forma de se usar o (ou de se deslocar no) espaço público - mostradas nas figuras 14 e 15 - e, mesmo, manifestadores do espaço público - que serão objeto de análise no Capítulo 4 - são exemplos de potenciais “negadores-criadores”.

No entanto, a característica de *resiliência* é percebida nas ações vistas como “temerárias” (A1, aquelas que sofrem reação de dominação - seja do tipo cooptação, subjugação ou choque), uma vez que ser resiliente pressupõe a existência de forças que atuem contra - e por isso o tempo é importante nessa análise. Por fim, a característica de *conectividade* é melhor vista nas ações percebidas como “parceiras” (A3, aquelas que sofrem reação de assimilação), uma vez que em uma conexão está implícito certo grau de “parceria” naquilo que se vincula (ou naqueles que se vinculam). Nas ações percebidas como “úteis” (A2, aquelas que sofrem reação de cooptação), é possível se perceber tanto resiliência quanto conectividade, uma vez que elas coexistem em um modo “híbrido” aos moldes de quem age e aos moldes de quem reage a elas, cooptando-as. O comportamento dessas ações será demonstrado através de um estudo de narrativas no

Capítulo 4 - Proposição de Análise. No entanto, cabe, desde já, a ressalva de que nessas narrativas investigadas não foram encontradas “ações úteis”. Assim, a demonstração da percepção de resiliência e/ou conectividade nessas ações fica disponível para verificação em pesquisas futuras.

Na Figura 24, tem-se um diagrama em esquema de “algoritmo” (uma sequência de ações) que estrutura um processo para entendimento das reações a uma ação. Considerando uma hierarquia nas reações a partir de uma gradação de sua força sobre a ação que a gerou - assimilação < sujeição < cooptação < dominação < choque - o diagrama possibilita a visualização de um percurso que conduz à identificação de possíveis ações aditivas, subtrativas e residuais. Ao mesmo tempo, permite uma visualização de ações que cessaram após reações mais incisivas de dominação e choque e de ações que tiveram uma reação de “coexistência útil” pela cooptação - pontos igualmente importantes na busca de um entendimento sobre as possibilidades e limitações do jogo de ações e reações no espaço público.

Figura 24 - Diagrama de processo para entendimento do jogo de ações e reações



Fonte: Elaborado pelo autor

Esse esquema traz uma outra forma de se entender a síntese mostrada na Figura 22, bem como correlaciona de modo mais técnico as ações A3, A4, A5, A6 e A7, entendidas como estratégicas para a constituição de fissuras no espaço público.

Capítulo 3 – Metodologia de análise

Apresentados os pressupostos, a pergunta de pesquisa e as proposições teórica e empírica, esta pesquisa discute uma forma de se analisar o jogo de ações e de reações, por meio do estudo de narrativas sobre ações ocorridas no espaço público. Essa estratégia se justifica pela maior possibilidade de se “desenrolar um fio”, a partir de pontos-referência (os centros das narrativas), os quais vão se conectando a outras ações em tempos e meios distintos. Ações dispersas e dinâmicas como aquelas mostradas nas figuras 13, 14 e 15 servem como prova da existência de uma força negadora-criadora e como um estímulo à investigação dessa força. A partir dos resultados dessa pesquisa e um possível entendimento de como se configuram fissuras urbanas, talvez novas táticas possam ser incorporadas à estratégia de recusa individual diariamente levada a cabo por milhões de agentes.

Para o estudo das narrativas, foi tomada como referência a Análise de Conteúdo,

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (BARDIN, 2002, p. 42)

Esse método de análise se estrutura por meio de quatro etapas. Partindo de uma leitura “flutuante” (que depois vai se tornando mais precisa), a organização é o momento em que se entra em contato com os documentos que se quer analisar, “deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2002, p. 96). Segue-se a constituição do *corpus* da pesquisa, pela escolha dos documentos úteis a ela, obedecendo-se às regras: (i) da exaustividade (esgotamento das possibilidades de busca do assunto), (ii) da representatividade (escolha de amostra cujo resultado possa ser generalizável²⁵), (iii) da homogeneidade (pouca singularidade fora dos critérios de escolha²⁶) e (iv) da pertinência (correspondência ao objetivo da análise). A formulação de hipóteses (respostas provisórias) e dos objetivos (finalidades a que a análise se propõe) são desejáveis, ainda que esse *corpus* de hipóteses não seja obrigatório, podendo dar lugar a análises “às cegas” e sem concepções. Deve-se proceder também à escolha dos índices (temas) a serem buscados nos documentos, bem como sua organização em indicadores

²⁵ Se o material de análise não for susceptível a uma amostragem, pode-se abster dessa regra a favor de uma redução do universo (e alcance) da análise. (BARDIN, 2002)

²⁶ Em caso de documento único e singular, tal regra não faz sentido. (BARDIN, 2002)

(que determinarão a frequência desses temas) - que deverão ser pré-testados para validação de sua pertinência. Por fim, procede-se com a preparação do material para sua exploração efetiva na etapa seguinte.

A codificação é o momento de tratamento do material, visando a uma representação do mesmo que o torne claro para o analista nos termos de sua pesquisa. Para isso, é importante se proceder à escolha das unidades de registro (segmentos de conteúdo que serão analisados, podendo ser um tema, uma palavra/frase, um objeto, um personagem, um acontecimento, um documento) e das unidades de contexto (que auxiliam na significação da unidade de registro, como a frase o é para uma palavra). Em seguida, parte-se para a enumeração das ocorrências, através de regras como: (i) presença/ausência dos elementos, (ii) frequência de aparição (que pode ser ponderada com uma “pontuação” pelo entendimento de que determinado elemento tem mais importância que outro), (iii) intensidade (um caráter *quantitativo* de ponderação da frequência, relacionada a variações semânticas na aparição de um elemento - tempo verbal, advérbios, adjetivos, etc.), (iv) direção (um caráter *qualitativo* de ponderação da frequência, podendo ser positivo, negativo, neutro ou ambivalente), (v) ordem (de aparição das unidades de registro, bem como frequência e encadeamento) e (vi) co-ocorrência (quando duas ou mais unidades de registro estão presentes simultaneamente na mesma unidade de contexto).

Já a categorização consiste numa classificação (por diferenciação e reagrupamento) dos elementos que constituem um conjunto pesquisado. O critério pode ser semântico, sintático, léxico e expressivo. Objetiva passar os dados brutos para dados classificados, sem introduzir desvios no material; ao contrário, busca dar conhecimento a índices invisíveis, no nível bruto. Um conjunto de categorias boas deve apresentar: (i) exclusão mútua (garantindo que o elemento não exista em mais de uma divisão), (ii) homogeneidade (um princípio de classificação único), (iii) pertinência (refletindo as intenções da investigação), (iv) objetividade/fidelidade (mesma codificação para diferentes partes de um mesmo material) e (v) produtividade (fornecimento de resultados “férteis”).

Por fim, a inferência trabalha com vestígios, entendendo-os como “manifestação de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles” (BARDIN, 2002, p. 39). Com o tratamento das mensagens é possível se inferir conhecimentos sobre seu emissor e seu meio, por meio dos índices colocados em evidência. Importante destacar que na Análise de Conteúdo têm-se tanto a tentativa de compreensão do sentido da comunicação quanto o desvio do olhar para *outros* significados, um sentido em segundo plano. (QUADRO 14)

Quadro 14 - Estruturação da Análise de Conteúdo de Bardin

ORGANIZAÇÃO (contato com os documentos)	CODIFICAÇÃO (tratamento do material)	CATEGORIZAÇÃO (classificação dos elementos)	INFERÊNCIA (dedução de conhecimentos)
<ul style="list-style-type: none"> . leitura “flutuante” (buscando impressões e caminhos). . escolha dos <i>índices</i> a serem buscados e organização de <i>indicadores</i> para validação. 	<ul style="list-style-type: none"> . representação do material para torná-lo claro ao analista. . escolha de unidades de <i>registro</i> e unidades de <i>contexto</i>. . enumeração de ocorrências. 	<ul style="list-style-type: none"> . classificação por diferenciação ou reagrupamento. . objetiva passar de dados brutos para classificados. 	<ul style="list-style-type: none"> . dedução de conhecimentos sobre o emissor e seu meio por meio dos <i>índices</i> em evidência.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Bardin (2002).

A partir da Análise de Conteúdo, a metodologia de análise se organizou em fases. A **Fase 1** - equiparada à etapa de *Organização* da Análise de Conteúdo - foi iniciada já no Projeto de Pesquisa de Tese. Definiu-se um recorte temporal e espacial para, a partir dele, buscar por ações em espaços públicos cujas narrativas mostrassem a presença de uma “negação-criação” no comportamento dos seus agentes. Conforme explicitado na *Introdução*, já havia, por parte do autor, uma identificação pessoal pela ação da mulher que tomou sol de biquini na Praça Raul Soares e pelo contexto em que ela realizou essa ação, da mesma forma que também havia um reconhecimento de outras ações que ocorreram em Belo Horizonte, a partir de 2009. Dessa forma, a pesquisa se iniciou com um conjunto prévio - já delimitado - de ações. A partir daí, foi estruturado um método próprio, delineado nas seguintes partes:

- **Parte A** - para cada ação, foram montadas expressões de busca (*índices*) testadas junto ao Google – esse motor de busca, em função do seu sistema de algoritmos, permite o retorno de resultados cada vez mais próximos ao procurado. É importante destacar que a mesma expressão de busca, testada em dias e horas diferentes trará uma disponibilização de resultados diferentes, uma vez que a estrutura dos algoritmos é dinâmica; assim, é importante que sejam registrados data e horário da busca;
- **Parte B** - para fins de registro da buscas realizadas, os resultados (*indicadores*) de todas as páginas foram transcritos *ipsis litteris* para o Microsoft Word;
- **Parte C** - procedeu-se com a abertura de cada link de resultado, descartando-se resultados “homônimos” e *links* corrompidos/desatualizados e registrando resultados correspondentes a pesquisas acadêmicas (artigos, dissertações, teses) sobre a ação em outro arquivo. Já os resultados que correspondiam a narrativas sobre a ação pesquisada foram reservados para o momento seguinte;

- Parte D - por meio da estrutura de colunas mostrada no Quadro 15, foi preenchida uma tabela no Microsoft Excel - enquanto software de gerenciamento de dados, ele organiza os resultados e ainda possibilita sua análise numérica -, com uma linha para cada resultado. As narrativas foram organizadas segundo ordem crescente de data (coluna D).

Quadro 15 - Cadastro dos resultados no Microsoft Excel

A	B	C	D	E	F	G	H
AÇÃO*	PÁGINA**	RESULTADO**	DATA	FONTE	TIPO****	TÍTULO	LINK
número da ação	localização da narrativa no motor de busca (Google)		publicação da narrativa (AAMMDD)***	site onde narrativa foi publicada	tipo de mídia que publicou a narrativa	título da narrativa tal como no site	endereço eletrônico da narrativa

*a partir de número atribuído a cada ação, por ordem de aparecimento na pesquisa; em uma mesma narrativa pode estar mais de uma ação descrita

** no Google, cada página traz 10 resultados

*** formato ano/mês/dia (dois dígitos para cada, sem espaço)

**** se uma mídia oficial (p. ex. jornal eletrônico de grande alcance) ou não oficial, alternativa (p. ex. blog pessoal)

Fonte: Elaborado pelo autor.

- Parte E - os textos dessas narrativas foram integralmente transcritos (recurso copia-cola) para o Bloco de Notas – esse editor de textos simples salva o arquivo com um tamanho reduzido. A nomenclatura de cada arquivo guardou uma correlação com o resultado cadastrado anteriormente no Excel (Quadro 16).

Quadro 16 - Nomenclatura dos arquivos de extensão “.txt”

000000_0000000000_NOMEDOSITE.txt		
(A)	(B)	(C)
(A) Data de publicação da narrativa (ou documento) na mídia, em formato ANO/MÊS/DIA.	(B) Número da ação analisada, em uma lista de dez dígitos zero – com cada zero sendo substituído pelo registro da ação.	(C) Nome do site encontrado, sem espaços.

Exemplo: uma nomenclatura de arquivo como 080910_0204000000_otempo representa uma narrativa publicada pelo jornal O Tempo no dia 10 de setembro de 2008, referente às ações 02 e 04.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse banco de narrativas cadastradas com resultados válidos do Google foi acrescido, ao longo da pesquisa, por outros registros buscados à medida que as leituras foram sendo feitas e novas informações importantes incorporadas, resultando em uma planilha unificada com quase 500 linhas de informação - incluindo também *links* para vídeos e álbuns de imagens.

A **Fase 2** - equiparada à etapa de *Codificação* da Análise de Conteúdo - teve início a partir da planilha unificada (Quadro 15), na qual foi possível verificar, por uma análise quantitativa: (a) a proporção entre meios de informação oficiais e alternativos (não-oficiais), (b) o número de ocorrências por *site*, (c) a ordem de importância atribuída pelo algoritmo do Google no

ranqueamento dos resultados *versus* a real importância da narrativa para o “ciclo de vida” da ação. Na sequência, entrou-se na **Fase 3** - equiparada à etapa de *Categorização* da Análise de Conteúdo - cujo objetivo era entender correlações espaciais e temporais entre as ações e as reações, identificar os alcances das ações, contrapor narrativas da mídia hegemônica às de outras fontes alternativas (não-hegemônicas), perceber comportamentos comuns nas ações que despertaram reações de dominação, bem como naquelas aquelas que conduziram a reações de sujeição e assimilação. Para isso, foi pensado um modelo de quadro de forma que a diagramação permitisse posicionar, em uma mesma coluna temporal, a relação entre os agentes que agem e os agentes que reagem e, em colunas distintas, novas ações consecutivas que podem ou não ter gerado reações imediatas (QUADRO 17).

Quadro 17 - Diagramação dos quadros de análise das ações

		Tempo						
	Agente que age							
Agente que reage enxergando a ação como:	Temerária (A1)							
	Útil (A2)							
	Parceira (A3)							
	Ponto Estratégico							
	Fonte da informação							

Fonte: Elaborado pelo autor.

As linhas basicamente se dividem em quatro zonas: (a) as ações dos agentes, (b) as reações a essas ações (divididas em novas linhas conforme o modo como as ações dos agentes são vistas), (c) os pontos estratégicos que podem ser extraídos para subsidiar uma discussão mais ampliada e (d) a fonte das narrativas explicitadas. Assim, a partir da importação dos registros salvos no Bloco de Notas para o Atlas.ti - um *software* para análise de dados qualitativos - foram identificadas as unidades de registro e de contexto de cada ação das narrativas estudadas, a partir da codificação mostrada no Quadro 18.

Quadro 18 - Unidades codificadas a serem buscadas nas narrativas

GER					a ação geratriz (fato que desencadeia o jogo de ações e reações)
Ag01 a Ag12					os agentes (personificados, institucionais, não-corporificados)
R1	R2	R3*	R4	R5*	as reações (assimilação, sujeição, cooptação, subjugação, choque)
A3		A2*	A1		a forma como as reações enxergam as ações dos agentes (parceira, útil, temerária)
A7	A6	A5*	A4		as ações resultantes geradas após as reações (subtrativa, aditiva, residual, residual)
Fis1		Fis2	Fis3		as características de uma fissura (negação-criação, resiliência, conectividade)

*situações não encontradas nas ações analisadas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cada agente, ação, reação, ação resultante e característica de uma fissura foi devidamente identificado e posicionado em vários quadros, a partir do modelo acima.

Em paralelo, foram realizadas entrevistas²⁷ com agentes-chave nessas ações, visando aclarar lacunas constatadas nas narrativas e auxiliar no entendimento das motivações e dos capitais acionados para a ação. As entrevistas foram compostas, basicamente, por três momentos: (a) anterior à ação estudada, (b) durante/após a ação e (c) reflexões atuais. Na sequência, as considerações categorizadas foram expandidas em escrita livre, visando incorporar a contribuição das entrevistas e, assim, permitir um desvelamento das forças atuantes no jogo de ações e reações, bem como conduzir para um encadeamento interacional dessas ações com o *zeitgeist* da época analisada.

Por fim, tem-se a **Fase 4** - a última, equiparada à etapa de *Inferência* da Análise de Conteúdo - que objetivou à dedução de um entendimento sobre as condições que favorecem (possibilidades) e aquelas que repelem (limitações) a constituição de fissuras no espaço público, de forma textual e sintética. Ela se associa a um banco de imagens que contrapõe o avanço do espaço público que segrega (através dos dispositivos de segurança e proteção) a negações-criações levadas a cabo cotidianamente por anônimos. O Quadro 19 traz um resumo das fases explicitadas.

Quadro 19 – Fases da metodologia de análise

Fase da Análise	Objetivos
FASE 1: ORGANIZAÇÃO	- definir recorte temporal e espacial; - buscar, dentro do recorte, por ações cujas narrativas evidenciem uma “negação-criação”; - compilar e organizar as narrativas correspondentes.
FASE 2: CODIFICAÇÃO	- realizar análise quantitativa nas narrativas compiladas; - propor classificações no cadastro de narrativas que tragam parâmetros numéricos úteis na compreensão do jogo de ações e reações.
FASE 3: CATEGORIZAÇÃO	- realizar análise qualitativa nas narrativas compiladas; - identificar agentes, ações, reações e características de uma fissura, valendo-se de entrevistas complementares para compreensão de lacunas não-narradas; - entender correlações espaciais e temporais entre ações e reações e o alcance das ações; - contrapor narrativas da mídia hegemônica e da mídia alternativa; - perceber comportamentos comuns em ações que despertaram reação de dominação e nas que despertaram reações de sujeição e assimilação.
FASE 4: INFERÊNCIA	- deduzir um entendimento sobre condições que favorecem e que repelem a constituição de fissuras no espaço público; - divulgar banco de imagens que contraponha dicotomias encontradas nos espaços públicos.

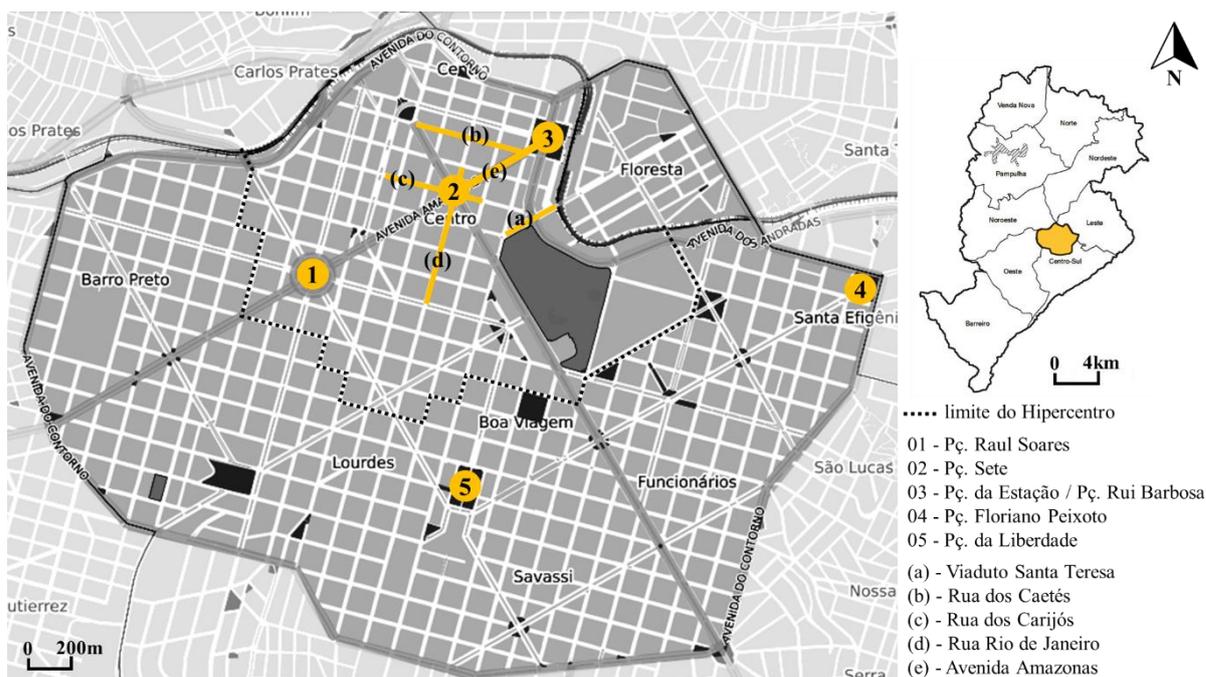
Fonte: Elaborado pelo autor.

²⁷ Atendendo à normativa do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, todas os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 01) e o Termo de Autorização de Uso de Imagem, Texto e Voz (Anexo 02).

Capítulo 4 – Proposição de análise

Após exposição da metodologia desenvolvida, este capítulo organiza sua aplicação prática, por meio do estudo de narrativas sobre ações ocorridas em espaços públicos de Belo Horizonte, notadamente aqueles inseridos na área interna à Avenida do Contorno (FIGURA 25).

Figura 25 – A área delimitada pela Avenida do Contorno



Fonte: Elaborado pelo autor.

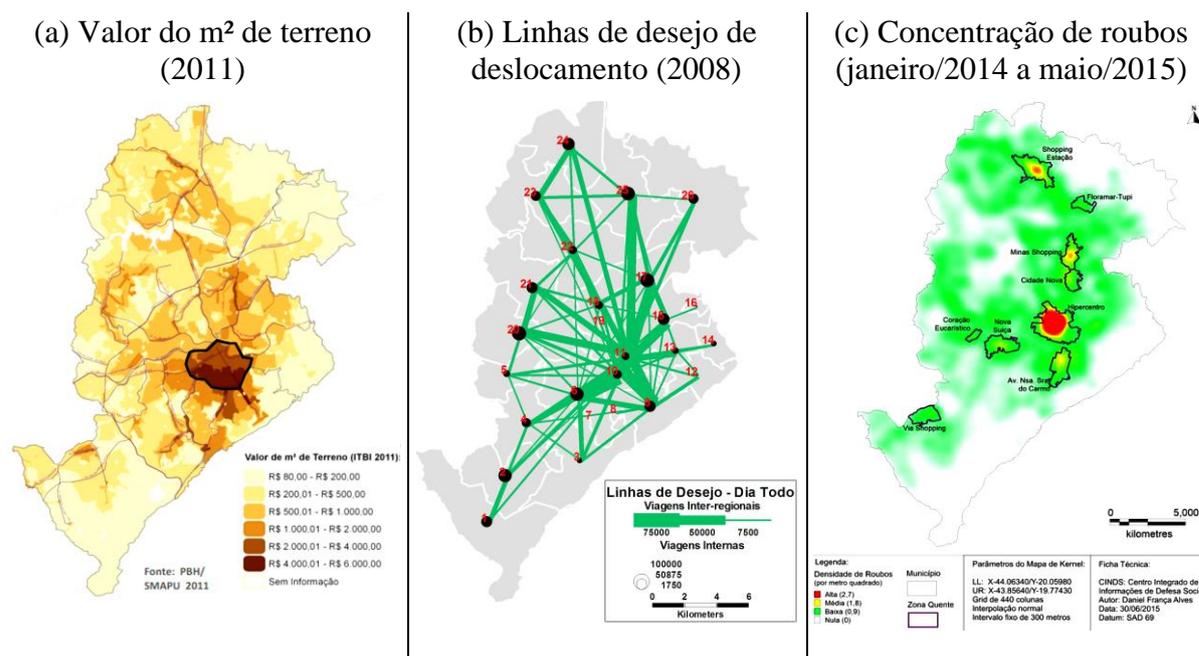
A área delimitada pela Avenida do Contorno contém o traçado principal da zona urbana definida no plano de Aarão Reis para a nova capital de Minas Gerais, no final do século XIX. O sistema de sobreposição a 45° de duas malhas reticuladas (uma para ruas, outra para avenidas) foi o responsável pela configuração de praças nos encontros dessas avenidas - como é o caso das cinco praças assinaladas na figura acima. A porção norte dessa região representa o Hipercentro (o “centro do centro”) - por esse motivo, foco prioritário dos projetos de requalificação urbana citados adiante.

Trata-se de um recorte tipológico, que dialoga com as áreas centrais de outras grandes cidades brasileiras em termos de conflitos comuns no contexto da neoliberalização (valorização da terra, perda de direitos trabalhistas resultando em uma maior informalidade do trabalho, descaso com os espaços públicos, entre outros) - mas que também reflete o modelo concêntrico de deslocamentos intraurbanos, tão propalado pela lógica rodoviária do século XX.

No contexto de Belo Horizonte, essa associação de características traz um maior potencial de

tensão entre as ações e as reações nessa porção do território, que: (i) tem maior valor da terra, (ii) é o foco dos deslocamentos diários e (iii) apresenta maior vigilância/controlé (FIGURA 26); ou seja, é uma região com maior densidade de pessoas agindo simultaneamente como moradores, trabalhadores, manifestadores, reguladores, mantenedores e, em consequência, utilizadores do espaço público. Assim, é uma região que guarda um potencial de conflitos de uso em seus espaços públicos.

Figura 26 – Tensões na área delimitada pela Avenida do Contorno



O período de análise abarcado será de 2008 até os dias atuais, tomando ações que tiveram como arena esses espaços públicos e que inauguraram uma forma criativa de sua ocupação (RENA *et. al.*, 2015). De fato, em Belo Horizonte, 2008 marcou o final de um ciclo de governo progressista que, desde 1993, trouxe importantes transformações na estrutura urbana municipal, na qual “os maiores avanços situam-se na esfera da integração das políticas públicas de intervenção no espaço urbano”²⁸ (CALDAS; MENDONÇA; CARMO, 2008, p. 19). A partir da instituição do Programa Centro Vivo (2004) - o qual visava a reabilitação da área central de Belo Horizonte por meio do resgate de seu potencial socioeconômico, simbólico, ambiental e habitacional - ruas e praças passaram por processos de requalificação urbana. Fazem parte da lista de obras desse período, as requalificações: do Viaduto Santa Teresa (1999), da Praça Sete

²⁸ O documento cita como exemplos: Plano Municipal de Drenagem (PDDU), Plano Municipal de Saneamento PMS), Planos Globais Específicos (PGEs), Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte (VIURBS), entre outros.

(2003), da Praça da Estação e Praça Rui Barbosa (2004), de trechos das ruas Caetés (2005), Carijós (2006), Rio de Janeiro (2007) e da Avenida Amazonas (2008) e da Praça Raul Soares (2008) (FIGURA 11). No entanto, ainda que tenha havido um trabalho de recuperação mais intenso do que nos anos seguintes, a discussão não avançou no sentido de se envolver os usuários na construção coletiva dessas melhorias, prevalecendo a tradicional lógica burocrática de elaboração de projetos, execução de obras, seguida da gestão desses espaços.

4.1 – Ações emblemáticas

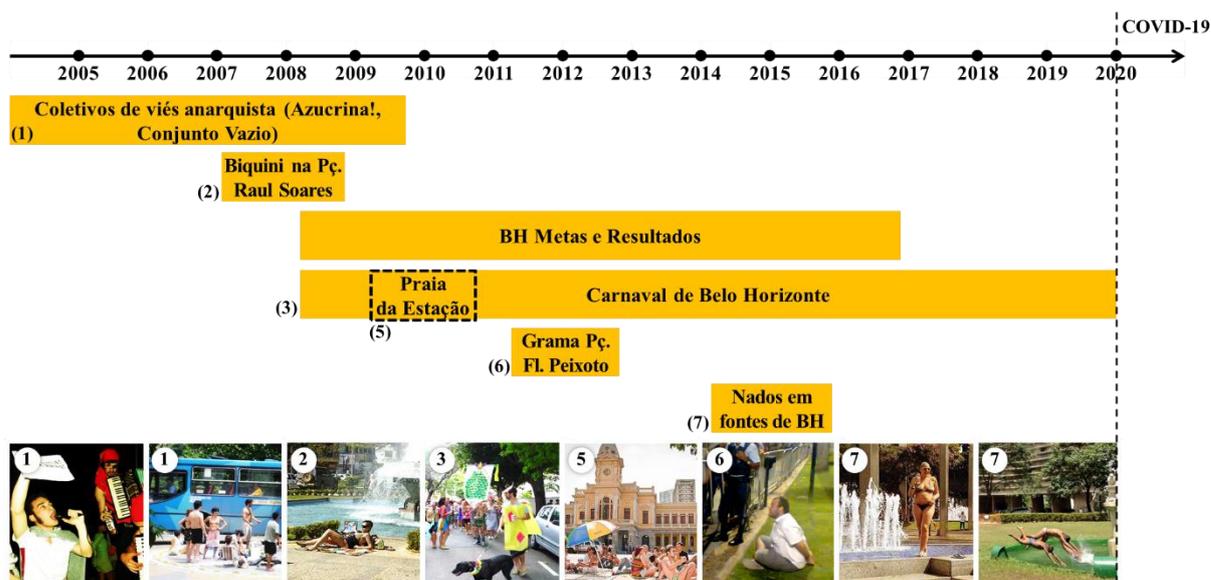
As ações que serão listadas a seguir foram originalmente apresentadas no Projeto de Pesquisa de Tese, anunciado na *Introdução*. O período de trabalho do autor na Prefeitura de Belo Horizonte permitiu o contato com a execução de obras de requalificação e com a observação da ação das pessoas nesses espaços; com isso, veio o interesse em guardar registros sobre o que acontecia em Belo Horizonte, em termos de espaço público. Assim, ao conhecimento da ação da mulher que tomou sol de biquini na Praça Raul Soares (OLIVEIRA, 2008), somaram-se outros registros, como a ação de um jovem que se rompeu o cercamento de proteção e se sentou em um gramado durante evento na Praça Floriano Peixoto - sendo preso por isso (GRUPO, 2012) - e a ação de três meninos que nadaram em uma das fontes da Praça da Liberdade e não foram impedidos pelos agentes reguladores do espaço público (G1 Minas Gerais, 2015).

Assim, esses fragmentos - dentre outras notícias guardadas - se somaram à teoria trazida pela disciplina isolada (também relatada na *Introdução*) e suscitaram questões, algumas das quais transcritas a seguir:

- (a) por que os meninos nadaram naquela fonte sem nenhuma interposição, sendo que, poucos anos atrás, pessoas entraram em conflito com a Polícia Militar e a Guarda Municipal ao se sentarem em gramados?
- (b) haveria alguma mudança na forma de ação desses agentes reguladores enquanto um desdobramento da realização da ação coletiva denominada de “Praia da Estação”?
- (c) a análise expandida dessas ações e reações em uma linha temporal poderia elucidar um *modus operandi* útil ao entendimento dessas questões?

No entanto, o percurso da Tese demandou um recuo no tempo da análise para que a ação na Praça Raul Soares e as demais a serem relatadas fossem contextualizadas com as experimentações (de coletivos de viés anarquista) que vinham ocorrendo nos espaços públicos da cidade. A síntese dessas ações é mostrada na Figura 27 e descritas na sequência.

Figura 27 – Linha do tempo das ações emblemáticas



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1.1 – (Re)ocupando o espaço público

A despeito do não-envolvimento da população na requalificação de espaços públicos emblemáticos promovida pela Prefeitura, havia um processo de (re)ocupação do espaço público ocorrendo em Belo Horizonte, em parte como resultado de iniciativas de grupos de viés anarquista formados no início do séc. XXI:

Práticas e coletivos desconhecidos da grande maioria se reuniam há tempos e criavam intervenções urbanas que mesclavam ocupações de espaços públicos, intervenções festivas e artísticas e mobilizações sociais. (RICCI; ARLEY, 2014, p. 179)

Dessas ocupações em espaço público vale destacar as *Rotatórias*, ação do Coletivo Azucrina! (voltado a experimentações culturais e artísticas). Segundo Manuel Andrade,

as rotatórias surgiram inspiradas nas Zonas Autônomas Temporárias descritas por Hakim Bey em seu livro de mesmo nome e a sua inspiração era fortemente anarquista e NÃO tinha intenção de dialogar com o poder público. A proposta era marcar um local, nas recém instaladas rotatórias em cruzamentos de ruas, um tema de fantasia e um horário pontual em que todos, inclusive a banda, chegavam e realizavam a intervenção relâmpago até que a polícia chegasse. Como a frequência entre os eventos foi se intensificando, e com a polícia chegando cada vez mais cedo, foi se tornando necessário o diálogo com o poder público - as últimas rotatórias já foram realizadas com alvará e notificações à polícia. (ANDRADE, 2022 - Anexo 06)

A partir de 2005, com a Rotatória Circense I e II, essa ação aconteceu anualmente com uma

temática distinta: Rotatória Pirata (2006), Rotatória Zumbi (2007), Rotatória de Gala (2008) e, talvez a mais emblemática delas, a Rotatória de Praia (2009). Esta última será retomada no tópico 4.1.5 - *Uma praia na Praça da Estação*.

Em 2007, outro coletivo (Conjunto Vazio) realizou uma intervenção urbana semelhante, intitulada *A Ilha*, visando discutir a utilização dos espaços públicos: “através de uma ação banal como tomar banho de sol com amigos (e eventualmente sua avó) em uma rotatória, [tentando] viver plenamente a cidade e questionar a utilização habitual dos seus espaços” (A ILHA, 2009, on-line). (FIGURA 28)

Figura 28 – Registros das Rotatórias e dA Ilha

(a) Rotatória Circense (2005)



(b) Rotatória Pirata (2006)



(c) Rotatória Zumbi (2007)



(d) Rotatória de Praia (2009)



(e) Ilha entre avs. Contorno e Prof. Moraes



(f) Ilha entre ruas Ceará e Tomé de Souza



Fonte: (a, b, c) AZUCRINA, 2022 / (d) RETRIGGER, 2022 / (e, f) A ILHA, 2009.

Também em 2007 surgiu o Domingo Nove e Meia, uma ação que ocorria a cada primeiro domingo do mês, às 9h30, embaixo do Viaduto Santa Teresa, como

um encontro de cunho libertário e uma atividade para ressignificar o espaço urbano. O D9eMeia possibilitava que pessoas de todos os lugares e ideais se apropriassem da rua para manifestar suas vontades. Ali rolava de tudo: festas, debates, oficinas, trocas, churrascos, shows, performances, apresentações artísticas, feira grátis etc. (BELO, 2015, on-line).

O Duelo de MCs, outra ação importante ocorrendo também aos domingos (porém, à noite), começou a ocupar o espaço na sequência, atraindo uma multidão oriunda principalmente das periferias de Belo Horizonte (RICCI; ARLEY, 2014).

As ações anteriormente descritas evidenciavam “uma forte agitação cultural que envolvia muitos jovens que se agregavam em atividades culturais e pequenos coletivos” (RICCI; ARLEY, 2014) e um ambiente propício para questionamentos sobre os “modos de uso” dos espaços públicos. Esse entendimento será importante para contextualizar o que ainda estaria por vir.

4.1.2 – Uma mulher tomando sol na praça

A Praça Raul Soares (FIGURA 29) teve sua reforma realizada com recursos do 1º Orçamento Participativo Digital - onde a população votava, com base em propostas pré-definidas, aquela que julgava mais necessária para a regional administrativa com a qual se relacionava (no caso, a Regional Centro Sul). Sendo uma praça tombada em nível municipal e estadual, sua reforma teve como princípio básico a maior manutenção possível das características originais do projeto da década de 1940. Isso significava, entre outras questões: a recuperação do calçamento em pedra portuguesa e dos bancos em mármore, a poda circular dos fícus que fazem a bordadura dos canteiros, a supressão de indivíduos arbóreos que obstruíam a visão da praça pelas ruas adjacentes e – o elemento principal – a recuperação integral da fonte luminosa, juntamente com sua função original de “tocar” músicas²⁹.

A praça, então, foi reinaugurada com todos os atributos anteriores, incluindo um moderno sistema de som digital, cujos equipamentos foram armazenados em uma casa de máquinas construída em um dos jardins (no subsolo da praça) e conectados a quatro caixas de som posicionadas nas extremidades da fonte. O reforço da iluminação, com a instalação de potentes

²⁹ No passado, um funcionário da prefeitura era incumbido de ligar os alto-falantes da praça em uma radiola com discos de músicas clássicas, tornando a experiência do *footing* marcante para quem vivenciou isso. (nota do autor)

refletores de luz no canteiro central da via que margeia a praça, viabilizou ao local uma nova dinâmica de uso noturno, até então restrita a prostituição e outros usos marginais. A Prefeitura deu ampla divulgação na mídia sobre a reinauguração da praça, juntamente com inaugurações de outras obras concluídas e que marcariam o encerramento da gestão do prefeito Fernando Pimentel.

Figura 29 – A Praça Raul Soares



Fonte: Vistas aéreas: Google Earth / Fotos antes e depois: MCID/SNPU, 202[?]

É dentro desse contexto, após a reinauguração da Praça Raul Soares em julho de 2008, que Márcia Amar All, moradora do Edifício JK³⁰, passou a tomar sol junto ao gramado e à fonte, trajando maiô. O fato passou despercebido por cerca de quinze dias, até ser notícia na imprensa local. A reportagem de Oliveira (2008), relata que, estando a duas semanas na rotina de tomar sol de maiô na praça, a atitude da mulher motivou que uma denúncia anônima resultasse na condução da Polícia Militar e da Guarda Municipal ao local. Apesar de não ser mencionado o teor da denúncia, Polícia e Guarda se ativeram não no uso do maiô – uma vez que esse ato não se configurava “atentado ao pudor”³¹ – e sim o fato dela estar se deitando sobre o gramado

³⁰ Contíguo à Praça Raul Soares

³¹ Essa expressão foi erroneamente utilizada na reportagem para designar um “ato obsceno em público”. (nota do autor)

recém-inaugurado. Nesse dia e no dia seguinte, ela foi informada pelos agentes reguladores sobre a Lei Federal 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), em especial o Art. 49, que trata de punição a quem “destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia” (BRASIL, 1998, *on-line*). A “planta de ornamentação”, no caso, era o gramado. A reportagem traz o argumento de Márcia: “Queria que as pessoas aproveitassem esse espaço, que as crianças brincassem e as famílias fizessem piquenique. A praça está linda. Por que não usá-la?” (OLIVEIRA, 2008, *on-line*). Na ocasião, o major da Guarda Municipal justificou assim a abordagem: “Se permitirmos, daqui a pouco teremos dezenas de pessoas na grama e a vegetação será danificada. Aqui é jardim e não foi adequado para isso. Há áreas específicas, como os parques Municipal e das Mangabeiras” (OLIVEIRA, 2008, *on-line*). Ainda segundo o major, seriam instaladas placas orientativas, juntamente à ação de “quatro guardas por turno” para orientar os frequentadores. A reportagem finalizou salientando que o uso de trajes de banho em local público não era considerado crime, “desde que fora da grama”.

Porém, poucos dias depois, após um desentendimento com a Polícia e a Guarda Municipal - que disseram que ela tentou guardar seus pertences na casa de máquinas da fonte e, no calor da emoção, proferiu palavras racistas aos agentes públicos -, Márcia acabou conduzida à delegacia por desacato, sendo liberada após acordo de prestação de serviços voluntários (COTIDIANO, 2008).

Na semana seguinte, um grupo de apoiadores de Márcia resolveu se manifestar na Praça Raul Soares contra a sua detenção e pela normalização do banho de sol com trajes de banho em espaços públicos. Apesar de poucas pessoas no local - incluindo Márcia que também esteve presente - o encontro suscitou um debate importante, com opiniões favoráveis e desfavoráveis dos curiosos sendo registradas pelas reportagens feitas naquele dia. Quem era a favor argumentava o quanto esse hábito, visto com normalidade em outros países, era adequado a um país tropical como o Brasil; quem era contra argumentava que essa atitude era “chocante” para a população belorizontina.

No entanto, mesmo com a importância dessa semente de discussão lançada, nos dias seguintes a ação finalizou - segundo Márcia, porque ela foi viajar e, depois, começou a trabalhar em outros projetos (AMAR ALL, 2022 - Anexo 03). A Figura 30 ilustra esse percurso narrado.

Figura 30 – Registros de Márcia Amar All na Praça Raul Soares, em 2008

(a) sentada no gramado



(b) deitada junto à fonte



(c) em confronto com a Guarda Municipal



(d) com apoiadores de sua ação

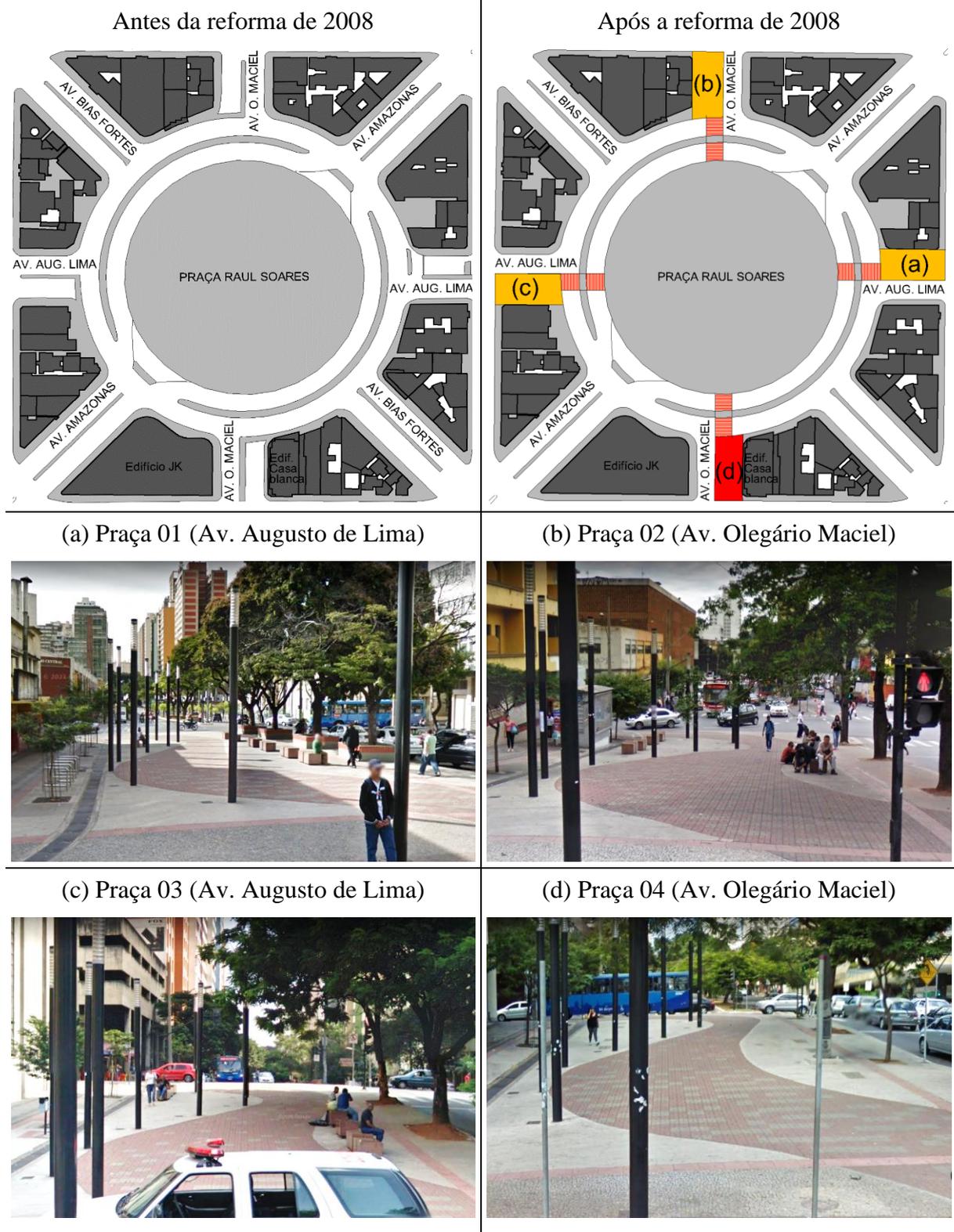


Fonte: (a) Acervo do autor / (b) OLIVEIRA, 2008 / (c) COTIDIANO, 2008 / (d) PAIXÃO, 2008

É importante mencionar um fato isolado, ocorrido também em 2008, mas que de certa forma contribuirá para a discussão. Durante a reforma da Praça Raul Soares, estava acontecendo também a conversão de quatro trechos de via – fechados para circulação, mas usados como estacionamento – em quatro pequenas praças que se conectariam à Praça Raul Soares por travessias elevadas. Em cada uma dessas pequenas praças havia a proposição de mobiliário urbano (posteamto de 2º nível, bancos, lixeiras, orelhões). (FIGURA 29)

Ao terem notícia da intervenção proposta, os moradores do Edifício Casablanca – vizinhos ao Edifício JK - se mobiliaram e enviaram uma solicitação formal à Prefeitura para que não fosse feita a instalação de nenhum mobiliário, exceto o posteamto, na praça contígua ao seu prédio. A justificativa apresentada era a de que o tradicional prédio concentrava muitos moradores idosos e a existência de bancos e orelhões traria a presença de “mendigos e marginais” junto à portaria de entrada do prédio, bem como a instalação de lixeiras acarretaria em acúmulo de lixo e mal cheiro. Diante da negativa do setor técnico da Prefeitura em acatar a solicitação dos moradores, os mesmos entregaram ao prefeito Fernando Pimentel, no dia da inauguração da Praça Raul Soares, um novo documento com as mesmas solicitações – que foram, finalmente, atendidas. Dessa forma, pelas fotos da Figura 31, pode-se notar o contraste entre as três praças com bancos e lixeiras e a praça que não os possui, ainda que com uma apropriação incipiente.

Figura 31 – Os locais das pequenas praças de acesso à Praça Raul Soares



Fonte: Plantas – elaborada pelo autor / Fotos - GOOGLE MAPS, 2011

4.1.3 - Um “novo” carnaval de rua

Em 2009, aquela efervescência cultural descrita anteriormente seria colocada à prova a partir da posse do prefeito Márcio Lacerda (Partido Socialista Brasileiro – PSB), eleito a partir de uma aliança entre o governador de Minas Gerais (Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) e o prefeito de Belo Horizonte (Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores - PT). Mesmo deixando a gestão com aprovação de 77% (DATAFOLHA, 2008), Pimentel optou pela aliança inédita com o partido rival em vez de lançar um sucessor do próprio partido.

Foi o ano em que Belo Horizonte presenciou a retomada de um carnaval de rua formado por blocos espontâneos de grupos de amigos e conhecidos. Segundo Andrés (2015, p. 84), o bloco de rua se distingue da escola de samba ao operar no improvisado, na mistura do ver e ser visto e por se tornar “um dispositivo caminhante de encontros”. Os dois primeiros blocos dessa retomada – Peixoto e Tico Tico Serra Copo – têm suas primeiras articulações documentadas em *blogs* da época, ainda ativos. Pelos relatos das postagens e dos comentários é possível acompanhar desde a montagem dos estandartes e dos instrumentos de sucatas, a listagem das marchinhas, a definição dos trajetos e o resultado da adesão dos foliões (BLOCO, 2022; TICO, 2022). O caráter errante daquele momento foi assim descrito por um de seus organizadores:

Ainda em 2009, quando Belo Horizonte parecia um cemitério nos dias de Carnaval, um bloco minúsculo saiu com um itinerário modesto: da casa de alguns foliões a um bar poucos quarteirões adiante, com paradas em frente a casas de conhecidos que ofereceriam banhos de mangueira.

Só que ninguém se lembrou de verificar se o bar-destino estaria aberto. E não estava, bem como qualquer outro bar num raio de quilômetros. O jeito foi seguir adiante, em busca de algum fornecedor etílico naquela cidade-fantasma. Aquele grupo carnavalesco amador e mirrado deambulou por ruas e becos, atravessou lotes vagos, adentrou agências bancárias, sorveterias e postos de gasolina, sob chuva torrencial, em um trajeto que se revelou muito mais interessante depois do ponto de inflexão que é o erro. (ANDRÉS, 2015, p. 84)

Em paralelo, o Coletivo Azucrina! promoveu o Escola Autônoma de Feriado que

ofereceu ao público de Belo Horizonte uma série de oficinas rodas de conversa, feira e shows e DJ durante o carnaval de 2009. Ao fim desse encontro foi formado espontaneamente o um bloco anarquista de carnaval, em que as pessoas saíram batucando instrumentos improvisados catados no lixo e cantando algumas marchinhas

tradicionais de carnaval. O bloco saiu da sede no [bairro] Floresta e terminou na praça de Santa Teresa. Paralelamente, o Bloco Tico-Tico Serra Copo e o Bloco do Peixoto saíram assumindo mais fortemente a cultura do carnaval tradicional com fantasias e música. Várias pessoas que estavam nesses blocos foram à Escola Autônoma no fim do dia após os blocos surgirem. (ANDRADE, 2022 - Anexo 06)

Assim, houve duas frentes simultâneas no carnaval daquele ano com propósitos que de certa forma se convergiram, mas que tinham motivações distintas:

a proposta inicial da Escola Autônoma não era a retomada do carnaval tradicional, mas sim de realizar encontros anarquistas com atividades educativas e culturais, diferentemente dos blocos Tico-Tico Serra Copo e Peixoto que tinham o viés mais voltado à retomada dos blocos de rua no formato mais tradicional [...] [mas] que de certa forma também traziam, em seu início, diversas questões políticas como a ocupação dos espaços públicos, embate com o poder público no que tange a cultura e a pautas identitárias. (ANDRADE, 2022 - Anexo 06)

O que acabou ocorrendo foi o encerramento da Escola Autônoma nos anos seguintes, com a migração das pessoas para os blocos de carnaval, os quais acabaram absorvendo pautas antes restritas aos ambientes anarquistas (ANDRADE, 2002 - Anexo 06). (FIGURA 32)

Figura 32 – O carnaval de blocos e a Escola Autônoma, em 2009

(a,b) Blocos Tico Tico Serra Copo e Peixoto



(c,d) Escola Autônoma de Feriado



Fonte: (a) TICO, 2022 / (b) BLOCO, 2022 / (c) ESCOLA, 2022 / (d) BELO, 2022.

4.1.4 – O programa municipal que propunha metas e avaliava resultados

Apesar de (ou pelo fato de) Márcio Lacerda estar vinculado a um partido de centro-esquerda, sua gestão desde o início teve um viés nitidamente (mais) alinhado com a lógica neoliberal. Como uma de suas primeiras ações, o novo governo apresentou o Programa BH Metas e Resultados, “objetivando uma maior eficácia nas ações, políticas urbanas e sociais e em todos os serviços públicos prestados pela Prefeitura” (BELO HORIZONTE, 2009e, p.3). Esse programa trouxe uma metodologia de monitoramento e gerenciamento de 40 projetos sustentadores divididos em 12 áreas de resultado e listados no Decreto 13.681 (BELO HORIZONTE, 2009b). (QUADRO 20)

Quadro 20 – Estrutura de Planejamento do Programa BH Metas e Resultados

Área de Resultado	Projeto Sustentador	Ações com impacto na área de estudo
1. Cidade Saudável	01. Hospital Metropolitano 02. Saúde da Família 03. Melhoria do Atendimento Hospitalar 04. Gestão e Regionalização da Saúde	
2. Educação	05. Expansão do Ensino Infantil 06. Expansão da Escola Integrada 07. Melhoria da Qualidade da Educação	
3. Cidade com Mobilidade	08. Expansão do Metrô 09. Implantação do “Corta Caminho” 10. Conclusão das avs. Antônio Carlos e Pedro I 11. Prioridade ao Transporte Coletivo 12. Gestão Inteligente do Transporte Urbano 13. Novos Terminais Rodoviários	
4. Cidade Segura	14. Vigilância Eletrônica 15. Espaço Urbano Seguro	- compartilhar imagens geradas pelas várias centrais de monitoramento - instalar central de monit. da Guarda Munic. - estabilizar/reduzir interv. da Guarda Munic.
5. Prosperidade	16. Desburocr. e Melhoria do Amb. de Negócios 17. Promoção de Investimentos 18. Turismo em BH 19. Copa 2014	
6. Modernidade	20. Gestão Estratégica de Pessoas 21. BH Digital 22. Desburocr. e Melhoria do Atend. Cidadão 23. Modern. dos Processos Administrativos 24. Modern. da Receita e Capt. de Recursos	
7. Cidade com Todas as Vilas Vivas	25. Vila Viva 26. Habitação	
8. Cidade Compartilhada	27. Orç. Particip. e Gestão Compartilhada	
9. Cidade Sustentável	28. Coleta, Destin. e Tratam. de Res. Sólidos 29. Recuperação Ambiental de BH 30. Estruturação Urbana 31. Movimento Respeito por BH	- aumentar serviços de limpeza de vias - tratar calçadas no Hipercentro - expandir rotas cicloviárias e paraciclos - revitalizar Polo da Moda, Lagoinha e Savassi

Área de Resultado	Projeto Sustentador	Ações com impacto na área de estudo
	32. Manutenção da Cidade 33. Parques e Jardins	- realizar conferências com partic. popular - reduzir notificações/autuações por ocupações irregulares do espaço público - atender demanda de poda de árvores - manter praças limpas e bem conservadas - melhorar condições de lazer dos parques
10. Cidade de Todos	34. BH Cidadania e Sist. Único de Assist. Social 35. Programa de Atendimento ao Idoso 36. Direito de Todos 37. Qualificação, Profissionalização e Emprego 38. Promoção do Esporte	
11. Cultura	39. Rede BH Cultural	
12. Integração Metropolitana	40. Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH	

Fonte: BELO HORIZONTE, 2009e – elaborado pelo autor.

Na compilação acima destacam-se as áreas Cidade Segura e Cidade Sustentável como aquelas com impacto mais direto nos espaços públicos – e, em especial, na área de estudo deste documento. Seguem os objetivos de alguns projetos sustentadores relacionados a essas áreas:

CIDADE SEGURA:

- **Vigilância Eletrônica:** Aumentar a sensação de segurança (objetiva e subjetiva) da população de BH por meio da instalação de câmeras de vigilância eletrônica e integração das centrais de vigilância eletrônica, com impacto na redução e inibição das ações delituosas e redução de vitimologia.

- **Espaço Urbano Seguro:** Assegurar um clima de harmonia e tranquilidade pública nos espaços urbanos do Município, por meio da implantação de medidas de prevenção de segurança para reduzir os principais índices de criminalidade e aumentar a segurança do cidadão.

CIDADE SUSTENTÁVEL:

- **Estruturação Urbana:** Assegurar o desenvolvimento urbano ordenado, por meio do monitoramento e da avaliação da dinâmica urbana, e a consequente adequação da legislação urbanística, com a participação da população organizada em seus diversos segmentos, além de promover a melhoria das condições urbanísticas, ambientais e econômicas da cidade, por meio da revitalização de espaços urbanos de importância simbólica para Belo Horizonte.

- **Movimento Respeito por BH:** Garantir o ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, através do cumprimento e efetiva aplicação da legislação vigente, buscando despertar a civilidade do cidadão belo-horizontino.

(BELO HORIZONTE, 2009e, on-line – grifos nossos)

Como o Programa BH Metas e Resultados seria o norteador da gestão de Márcio Lacerda, é importante tecer algumas considerações:

- (a) o planejamento das ações de segurança passava, preferencialmente, pela lógica da instalação de câmeras - com integração de centrais – sem uma correlação mais contundente com as características do meio físico (diversidade de usos, melhoria de iluminação e visibilidade) e com ações de promoção da figura humana (notadamente os grupos mais vulneráveis que ocupam os espaços públicos);
- (b) alguns objetivos traziam asserções subjetivas (“assegurar clima de harmonia e tranquilidade”, “garantir a correta utilização do espaço urbano”, “despertar a civilidade”) e que não encontram respaldo nas ações propostas para viabilizá-las;
- (c) a “participação popular” aparecia como frase clichê, senão retórica, sem muito avanço quanto ao caráter geralmente opinativo dessa participação.

4.1.5 - Uma praia na Praça da Estação

No dia 02 de dezembro de 2009, o Coletivo Azucrina! divulgou o convite para uma nova “rotatória” - a Rotatória de Praia (FIGURA 33) - para o dia 12, aniversário de Belo Horizonte, na Rua Aarão Reis, ao lado da entrada do Metrô e junto à Praça da Estação:

Chegou a hora de azucrinar em mais uma Rotatória, dessa vez na Praia da Estação!
 Por isso traga seu bikini ou ponha seu calção!
 Venha se divertir pegando jacaré na fonte e se bronzear no calçadão!
 Traga água de coco, bezunte o nariz com protetor solar,
 Faça uma tatuagem de henna irada
 Pois a festa servirá para volta relâmpago do
ESQUADRÃO RELÂMPAGO MONSTER SURF!
 Depois estenda a canga e pare de jogar o frescobol,
Tome uma ducha, bata palma ao pôr-do-sol,
 E saia correndo pois é hora de arrastão
 Com super show estilo "de graça em Ipanema" com RETRIGGER!!!
Tudo isso sem areia grudada no corpo, não vai ser demais?!!!
 (ROTATÓRIA, 2009 - grifos nossos)

É o primeiro registro na mídia com o nome “Praia da Estação”. Propunham tomar sol e “nadar” na fonte enquanto se ouvia música. No convite, a Praça da Estação era referida como a “vulva” de Belo Horizonte, “por onde nasceu aquele que outrora era belo e tinha horizontes. Aqueles

trilhos que eram nossa principal ligação com o mar até 1950!!!” (ROTATÓRIA, 2009). Além disso, o convite conclamava também para a manifestação mundial pelo clima, em decorrência da realização da COP-15³², em Copenhague.

Figura 33 – Chamamento para a Rotatória de Praia

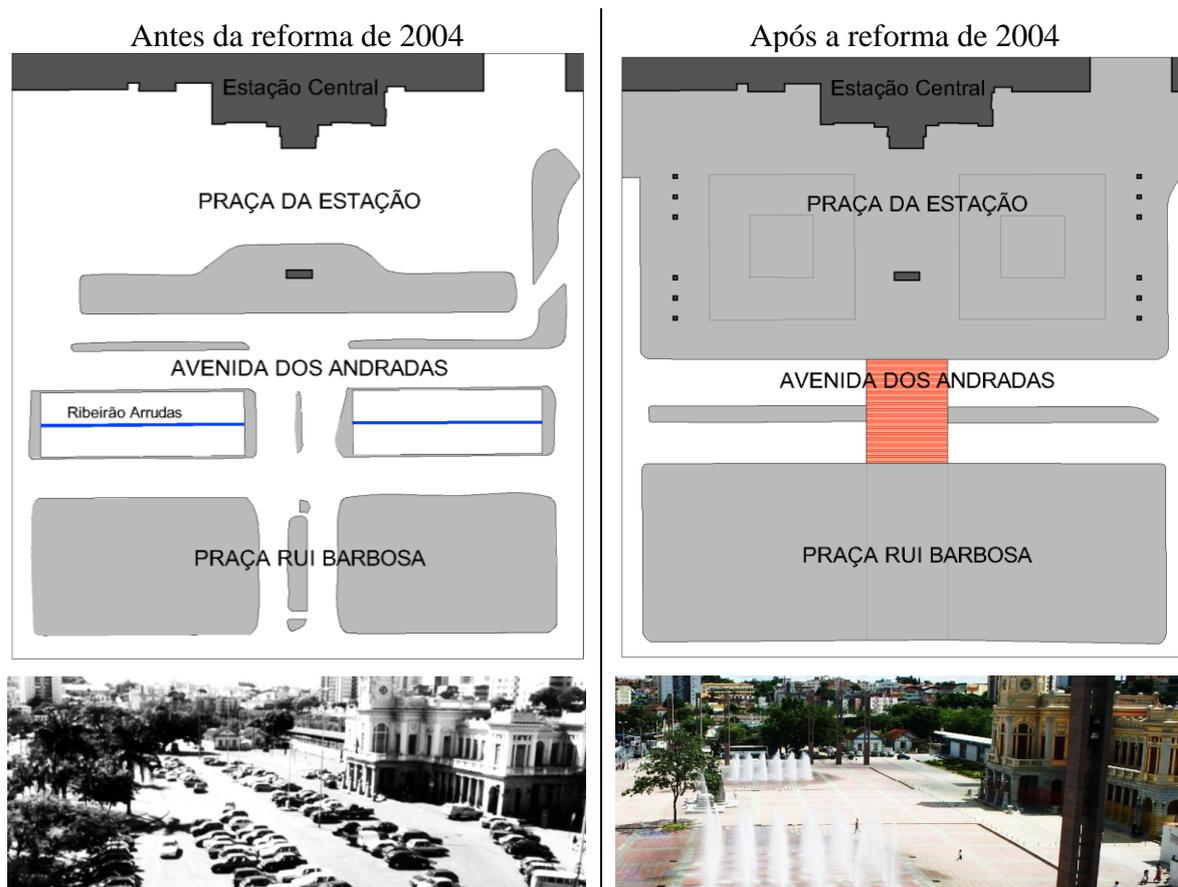


Fonte: ROTATÓRIA, 2009

No entanto, por uma coincidência (sem relação causa-efeito), na semana seguinte (dia 10), foi publicado o Decreto 13.798 que proibia a realização de “eventos de qualquer natureza” na Praça da Estação a partir de 1 de janeiro de 2010. A justificativa apresentada na lei era “a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depredação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados” (BELO HORIZONTE, 2009d). Isso ia de encontro à reforma estruturante feita na praça em 2004, visando exatamente potencializá-la a receber eventos de maior porte, por meio: (a) da retirada do estacionamento que ocupava todo o largo, com elevação do piso no mesmo local, (b) da instalação de piso resistente a grandes impactos, de postes com holofotes nas extremidades e, o destaque do projeto, de duas estruturas de fontes secas, com a intenção de minimizar a aridez local – e necessária à finalidade idealizada pela proposta (FIGURA 34).

³² *Conference of the Parties* (ou Conferência das Partes), que acontece no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) - nota do autor

Figura 34 – A Praça da Estação



Fonte: Plantas - elaboradas pelo autor / Fotos antes e depois - MCID/SNPU, 202[?]

Aliás, veio da própria Prefeitura o esclarecimento das características da requalificação e de seus objetivos em notícia publicada no Diário Oficial do Município (DOM) em 2003:

A Prefeitura está requalificando a Esplanada da Praça Rui Barbosa, a popular Praça da Estação. As obras já começaram e o projeto prevê a revitalização do espaço público, dotando-o de infraestrutura adequada para manifestações culturais com grande aglomeração de pessoas. [...] Serão instalados também dois conjuntos de fontes, no espaço de pedestres, sem formação de lagos. As fontes poderão ser desligadas, permitindo que toda área seja utilizada para eventos. (BELO HORIZONTE, 2003b – grifo nosso)

Exatamente por estar clara essa vocação, que o decreto proibitivo provocou a reação das pessoas - notadamente daquelas envolvidas com o movimento de (re)ocupação dos espaços públicos. No entanto, a Rotatória de Praia ocorreu conforme planejado (ver Figura 27).

Surgiu, então, um *blog* denominado Vá de Branco que, em postagem do dia 14 de dezembro, publicizou o conteúdo do Decreto 13.798 e convocou, para 07 de janeiro de 2010, um protesto com pessoas vestidas de branco “em prol da cultura na Praça da Estação” (FIGURA 35).

Figura 35 – Chamamento para o “Vá de Branco”



Fonte: ENTENDA, 2009.

Em 2010, a manifestação ocorreu conforme programado. O registro do *blog* Pedreira na Vidraça trouxe um breve relato do que ocorreu (FIGURA 36):

Por volta de cinquenta pessoas estiveram na praça ontem, convocadas por um chamado anônimo. Nessa reunião, os presentes deliberaram para que seja articulado um movimento apartidário [...] em prol da cultura belorizontina.

Apesar da inclinação partidária de alguns, o movimento iniciado pareceu apontar para uma aliança do movimento cultural contra a medida. E, diga-se de passagem, iremos espalhar a palavra nas rodas de cultura do município. (VÁ, 2010 - grifo nosso)

Figura 36 – Registro do “Vá de Branco”



Fonte: VÁ, 2010.

Nos dias seguintes, outros *blogs* e redes sociais da época, noticiaram um novo ato de protesto às restrições de uso impostas. Esse ato, divulgado pelo *blog* Conjunto Vazio, era denominado por “Praia

na Praça da Estação” e conclamava que as pessoas comparecessem à Praça com roupas de banho e demais elementos alusivos a uma praia, como toalha, guarda-sol, bolas, entre outros (FIGURA 37).

Figura 37 – Chamamento para a “Praia na Praça da Estação”



Fonte: CONJUNTO VAZIO, 2010.

Sobre a mudança de uma ação com pessoas vestidas de branco para pessoas com vestimentas e acessórios de praia - como no chamamento para a Rotatória de Praia no mês anterior -, Manuel Andrade diz que “sim há muitas coincidências e confluências que não devem passar despercebidas, mas não posso afirmar, tampouco posso negar, que exista essa relação de causalidade” (ANDRADE, 2022 - Anexo 06). Segundo ele, o que ajudaria a entender a “coincidência” é o fato desses agentes serem de turmas próximas - muitos arquitetos e estudantes de arquitetura presentes nessas ações eram oriundos da Escola de Arquitetura da UFMG - e o fato de que Hakim Bey (em especial sua obra *Zona Autônoma Temporária*) era uma leitura comum tanto naquele ambiente acadêmico, quando nos coletivos de viés anarquista. Momentos antes da ação, outra postagem do *blog* Conjunto Vazio alertava para o fato de que a mídia já noticiava a Praia como um “evento cultural” - quase um *flash mob*³³ - numa tentativa de cooptação de discurso e, com isso, de retirada do “potencial subversivo da intervenção”, reforçando que ação não tem – e nem deveria ter – líderes nem partidos (CARTA, 2010, on-line). Ainda assim, a ação ocorreu (FIGURA 38) com “uma pluralidade de discursos, com pessoas de vários pontos da cidade, de diversas idades e ideologias, todos compartilhando o mesmo espaço com o intuito de se divertirem e debaterem sobre o significado de se estar ali” (PRAIA, 2010b, on-line).

³³ “Reunião de um grande número de pessoas, que, através de redes sociais ou de mensagens de celular e num curto intervalo, combinam um encontro num local e com uma ação concertada, dispersando-se depois rapidamente” (FLASH MOB, 2002)

Figura 38 – Registro da primeira “Praia na Praça da Estação”



Fonte: CONJUNTO VAZIO, 2010.

Novamente, o *blog* Conjunto Vazio - que convocou a Praia de 2010 - redigiu uma postagem alertando ser importante que ela não se configurasse em um evento que, contrário ao seu potencial político, se convertesse em “mais um serviço cultural para tirar as pessoas de seu final de semana entediante” (PRAIA, 2010, on-line). A preocupação era a de que o debate não se esvaziasse em mera intervenção artística, em vez de promover uma discussão mais ampla pela retomada de “todas as praças, todas as ruas e pontos não utilizados da cidade” (PRAIA, 2010, on-line). O coletivo, então, se afastou da ação e o registro passou a ser feito pelo *blog* Praça Livre BH, que marcou nova “praia” para o final de semana seguinte, nos mesmos termos do convite anterior (FIGURA 39) e com os objetivos de derrubada do Decreto 13.798 e de construção de uma cidade para as pessoas.

Figura 39 – Chamamento para a 2ª “Praia da Estação”



Fonte: PRAÇA LIVRE BH, 2010.

As “praias”, então, passaram a ser intercaladas com discussões na Praça da Estação uma vez por semana, durante a semana, sempre ao fim dia. Em um desses encontros foi reforçado que o objetivo principal dessa articulação era a derrubada do decreto municipal – uma vez que as demais ações correlatas precisariam de um maior amadurecimento de discussão. Um abaixo assinado com data de 23 de janeiro começou a circular, ressaltando que o impedimento de eventos na Praça da Estação contrariava a Constituição Federal – art. 6º (dos Direitos Sociais) e art. 182 (da Política de Desenvolvimento Urbano -, bem como a Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e a Lei Orgânica de Belo Horizonte, art. 18 (da ação administrativa do Poder Executivo) (ABAIXO, 2010).

No dia 29 de janeiro (50 dias após a publicação do Decreto 13.798 e apenas 13 dias após a realização da primeira “praia”), o Decreto 13.863 foi publicado instituindo a Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação, “com a finalidade de definir regras especiais para a utilização desse espaço público para a realização de eventos” (BELO HORIZONTE, 2010a). Ainda que a Comissão fosse formada apenas por representantes do Executivo, foi uma importante sinalização da eficácia das “praias”.

Em paralelo, o movimento foi mantendo algumas estratégias: (a) “praias” aos sábados, (b) discussão durante a semana ao fim do dia, (c) divulgação de outras ações no espaço da Praça da Estação (Sarau na Praça, Domingo Nove e Meia, Bicicletada, entre outros) e de panfletos conclamando pela ocupação da cidade (disponibilizados também em PDF para livre impressão e divulgação) e (d) divulgação de manifestos com assinatura de representantes da sociedade civil (A PRAIA, 2010).

Em março foi divulgado o Eventão na Praça da Estação (FIGURA 40), um sábado inteiro com programação gratuita, visando congregação as várias manifestações que surgiram após a publicação do Decreto 13.798. No entanto, no dia da ação

por volta das dez e meia da manhã, quando apenas 15 banhistas se encontravam na Praia, um contingente policial absurdo circundava o local. Um ônibus da Tropa de Choque da PM com mais algumas viaturas, um número enorme de Guardas Municipais e dezenas de Fiscais da PBH se encontravam espalhados pela Praça no intuito de intimidar os manifestantes e coibir a realização do Evento. [...] A informação é de que desde as oito da manhã o aparato já se encontrava no local. Após algumas horas a prefeitura voltou atrás no gesto agressivo e decidiu não intervir na realização do Evento e “ordenou” a retirada do contingente policial. (BANHISTAS, 2010, on-line)

Figura 40 – Chamamento para o (1º) Eventão na Praça da Estação

EVENTÃO NA PRAÇA DA ESTAÇÃO
 "A ONDA NÃO MORRE NA PRAIA"

06 MARÇO

Praia da Estação

MANHÃ	TARDE	NOITE
OFICINA DE STENCIL PERFORMANCES VARAL DE POESIA FEIRA GRÁTIS EXPOSIÇÃO BANNERS DO BARÇAÇA CAMINHÃO PIPA DEBATES E DISCUSSÕES	16h CONCENTRAÇÃO MARCATU BAQUE TROVÃO 17h30 SHOWS COM PROJETO SARAVÁ CIDA REIS AIRTON CRUZ E CARLINHOS FERREIRA	19h EXIBIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO "BICICLETADA BH" 19h45 SHOWS COM Ò E GRAVEOLA E O LIXO POLIFÔNICO (participações de RAFAEL MACEDO, URUCUM NA CARA e THE DEAD LOVER'S TWISTED HEART)

www.eventao.wikispaces.com | www.pracalivrebh.wordpress.com

Fonte: PRAÇA LIVRE BH, 2010.

Apesar do incidente, a ação ocorreu como esperado e reuniu cerca de 600 pessoas na Praça (DESEJO, 2010). No dia 14/03 a realização da Meia Maratona da Linha Verde, que teria seu ponto final na Praça da Estação, conflitou com o uso da mesma pelo pessoal da “praia”, uma vez que os fiscais da Prefeitura exigiram que os banhistas retirassem do local as lixeiras de recicláveis, as cadeiras de praia, guarda-sóis, cangas e as caixas de isopor com cerveja, argumentando ser uma ocupação indevida do espaço público, enquanto outros funcionários montavam a estrutura para o palco do evento esportivo (PROIBIRAM, 2010).

Outros avanços obtidos pelo grupo da “praia” foi o convite para que compusessem a comissão de regulamentação da praça e a marcação de uma audiência pública para o dia 24/03 na Câmara Municipal de Belo Horizonte, para discutir a utilização da Praça. Nessa audiência, foi ressaltado o fato de que o projeto feito em 2003 visava exatamente prepará-la para receber eventos de maior porte; foi também questionado o fato de, se estavam suspensos eventos na Praça, por que estava sendo permitida sua utilização para a Meia Maratona – um evento promovido pelo Governo de Minas Gerais (PRAIA, 2010a).

Ainda em março de 2010, o cancelamento do FIT (Festival Internacional de Teatro) a cinco meses de sua realização fez com que manifestações contrárias ao cancelamento fossem aglutinadas às que já vinham ocorrendo na Praça da Estação (MANIFESTAÇÃO, 2010) e uma e uma crítica generalizada à gestão cultural do governo de Márcio Lacerda foi tomando forma (E O PATETA, 2010). Em abril prosseguiram as “praias”, seguidas das reuniões semanais noturnas para discussão e da realização de ações como os saraus (FIGURA 41).

Figura 41 – Divulgações do Sarau na Praça



Fonte: PRAÇA LIVRE BH, 2010.

Durante a preparação do 2º Eventão – que, dessa vez, contaria com dois dias de atividades (FIGURA 42) –, houve, enfim, a publicação do Decreto 13.960 em 04 de maio, revogando o Decreto 13.798, após 146 dias de sua publicação e 109 dias (3,5 meses) da realização da primeira “praia”.

Figura 42 – Chamamento para o 2º Eventão na Praça da Estação



Fonte: PRAÇA LIVRE BH, 2010.

No entanto, o Decreto 13.960 vinculava o licenciamento de eventos na Praça da Estação ao Decreto 13.792 de 02/12/2009³⁴, que discrimina procedimentos e exigências ao se realizar algum evento em Belo Horizonte. Destacam-se nesse decreto o art. 4º, § 3º informando que “o licenciamento do evento poderá ser condicionado à delimitação da área” e o art. 5º, §1º, inciso

³⁴ O Decreto 13.792 regulamenta a Lei nº 9.063, de 17 de janeiro de 2005, que "Regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município", mas que não traz as exigências para licenciamento de eventos de médio e grande porte; estas serão trazidas exatamente pelo Decreto 13.792. (BELO HORIZONTE, 2009c)

III discriminando que o proponente do evento deve apresentar, entre outros documentos, “medidas de segurança a serem adotadas” (BELO HORIZONTE, 2010b). No mesmo dia 04 de maio também foi publicado o Decreto 13.961, exclusivamente com o objetivo de alterar o Anexo I do Decreto nº 9.687, de 21 de agosto de 1998, instituindo cobrança pelo uso da Praça da Estação para eventos, com preços que variavam de R\$ 9.600,00 (eventos de um a dois dias) a R\$ 19.200,00 (eventos de 5 a 6 dias) – a única praça municipal listada no documento. (BELO HORIZONTE, 2010c). A Portaria SARMUCS 02, publicada no dia seguinte, regulamenta em definitivo a realização dos eventos na Praça da Estação. Nela se destacam:

Art. 2º, inciso III, §4º - Os eventos [particulares promovidos por entidades, organizações, empresas e instituições] poderão ser realizados uma vez por mês e terão público máximo de 15.000 (quinze mil) pessoas, por dia, cabendo ao interessado a prévia distribuição de convite, de forma a observar o limite de público [...]

Art. 3º, §1º, inciso IV – [O projeto deverá conter] planta de cercamento delimitando a área do evento, visando permitir o controle do número de pessoas, bem como o acesso ao Museu de Artes e Ofícios, à Estação do Metrô e a circulação de pedestres, observada a altura mínima de 1.80 m (um metro e oitenta centímetros). (BELO HORIZONTE, 2010d, on-line – grifo nosso)

Ainda nessa Portaria, o Anexo I traz os valores da caução a ser depositada, proporcional ao público estimado do evento, com valores que partem de R\$ 8.000,00 (para eventos até 2.000 pessoas) até R\$ 20.000,00 (para eventos até 15.000 pessoas)

O Quadro 21 oferece um panorama do percurso da legislação municipal em um processo que durou exato 1 ano entre a instituição de um programa que tem um projeto sustentador que objetiva “ordenar a utilização correta do espaço urbano” e a obrigatoriedade, em caso de eventos na Praça da Estação, de fechamento provisório, controle de acesso e depósito de caução.

Quadro 21 – Legislação municipal com impacto na Praça da Estação entre 2009-2010

<p>Decreto 13.568 (13/05/2009)</p> <p>Institui a Gestão Estratégica Orientada por Resultados e cria o Programa BH Metas e Resultados</p>	<p>Decreto 13.681 (25/08/2009)</p> <p>O ‘Movimento Respeito por BH’ é listado junto com outros 39 projetos sustentadores</p>	<p>Decreto 13.792 (02/12/2009)</p> <p>Regulamenta a Lei 8.762/2004 (calendário de festas e eventos) e a Lei 9.063/2005 (procedimentos e exigências para eventos em BH)</p>	<p>Decreto 13.798 (09/12/2009)</p> <p>Proíbe eventos na Praça da Estação</p>	<p>Decreto 13.863 (29/01/2010)</p> <p>Institui a Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação</p>	<p>Decreto 13.906 (23/03/2010)</p> <p>Acrescenta ao Decreto 13.972 a cobrança de caução de 10% dos custos operacionais (cobertura de eventuais danos)</p> <hr/> <p>Decreto 13.960 (04/05/2010)</p> <p>Revoga o Decreto nº 13.798 e autoriza eventos na Praça da Estação se atendido o Decreto 13.792</p> <hr/> <p>Decreto 13.961 (04/05/2010)</p> <p>Institui cobrança para eventos na Praça da Estação</p> <hr/> <p>Port. SARMUCS02 (05/05/2010)</p> <p>Regulamenta os eventos na Praça da Estação</p>
<p>Explicitação do viés neoliberal da nova gestão municipal</p>	<p>Movimento tem como premissa “ordenamento e a correta utilização do espaço urbano”</p>	<p>Delimitação de espaços físicos é proposta como recurso de segurança em eventos</p>	<p>Medida unilateral que nega o caráter definido para a Praça desde sua reforma em 2004</p>	<p>Comissão é formada apenas por representantes do Executivo Municipal</p>	<p>Eventos voltam a ocorrer na Praça com fechamentos provisórios e controle de acesso</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A principal mudança percebida nos eventos posteriores na Praça da Estação seria a adoção constante de fechamento provisório e controle de acesso, fato que foi ironicamente explorado por uma postagem do *blog* Praça Livre BH, com o título “Prefeitura inaugura Barreira de Proteção ao Patrimônio na Praça da Estação”. (FIGURA 43)

Figura 43 – Fotomontagens insinuando o aspecto do fechamento da Praça da Estação



Fonte: PREFEITURA, 2010.

Na Figura 44, a imagem de uma senha de acesso para se assistir ao espetáculo de rua K@osmos (do grupo espanhol Puja) na Praça da Estação, durante a abertura do FIT-BH, em agosto de 2010.

Figura 44 – Senha de acesso para espetáculo gratuito na Praça da Estação

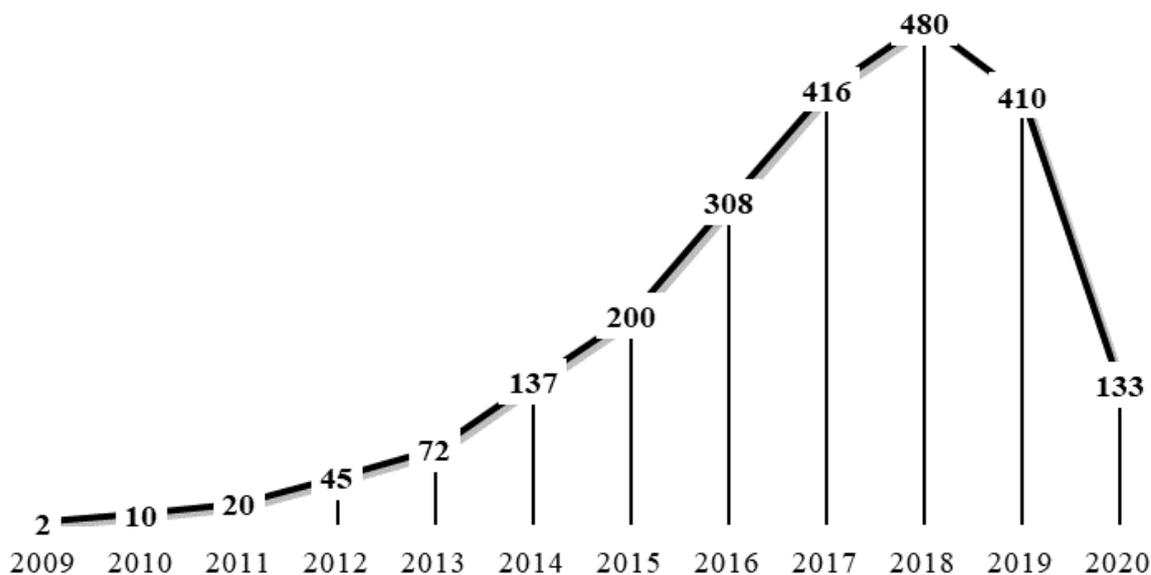


Fonte: PRAÇA, 2010.

Naquela ocasião, o *blog* Praça Livre BH abriu uma discussão sugerindo que fossem cercados apenas monumentos, jardins e árvores e que se deixasse livre a esplanada da Praça da Estação, uma vez que (a) o processo de montagem e desmontagem da estrutura de cercamento vinha demorando dias (anteriores e posteriores aos eventos), prejudicando a circulação e a permanência de pessoas no local, (b) a cobrança de alimentos não-perecíveis como entrada em alguns eventos acabava funcionando como um elemento de exclusão daqueles “que não podem ou não querem topor essa barganha” e (c) mesmo que não houvesse nenhum tipo de cobrança, o simples controle de acesso dava ao controlador da entrada a possibilidade de fazer “uso de critérios nada imparciais para selecionar quem entra e quem fica de fora, quem parece ser arruaceiro ou não, quem tem os pés descalços ou não, quem se encaixa ou não no ‘perfil’ do evento” (TIRA, 2010, on-line). As “praias” continuaram a existir, por motivos diversos e convocadas por postagens em *blogs* e em redes sociais.

Junto à Praia da Estação, outras ações e outros movimentos (como Duelo de MCs, Fica Ficus, BH em Ciclo, etc.) inauguraram um momento de resistências e contrapontos ao processo de neoliberalização em Belo Horizonte com reverberações junto ao grande público (como o Carnaval e outras manifestações por democracia) e, mesmo, na forma de utilização do espaço público, conforme aponta Rena *et. al.*, (2015). O Carnaval, por exemplo, entrou em uma curva ascendente desde 2009, atingindo um pico de blocos rua cadastrados em 2018 e se consolidando como um dos mais importantes carnavais do país (GRÁFICO 5). Já em 2011, inclusive, há registros do “Bloco da Praia (da Estação)”.

Gráfico 5 - Número de blocos de carnaval em Belo Horizonte, a partir de 2009



Fonte: O TEMPO, 2020 – elaborado pelo autor

4.1.6 – Preso por sentar na grama

Em 2012, dentro desse contexto, outro fato mereceu notícia da imprensa local. A Praça Floriano Peixoto, reformada em 2010, contou com recursos financeiros da rede de planos de saúde UNIMED - uma contrapartida determinada pelo poder público durante o licenciamento do hospital dessa rede, construído em frente à praça. (FIGURA 45)

Figura 45 – A Praça Floriano Peixoto



Fonte: Vista Aérea – Google Earth / Planta – elaborada pelo autor

Considerando que a realização de eventos na praça demandava a proteção dos jardins, a reportagem de Gomes (2012) informa que, na preparação do evento Festival Palavra Som, o representante da UNIMED exigiu da promotora do evento o cercamento dos gramados (ainda que a Prefeitura tivesse determinado apenas o fechamento dos jardins). Durante o evento em 22 de abril, o estudante de Arquitetura e Urbanismo Fernando Soares abriu o cercamento de proteção e sentou-se no gramado. Segundo seu relato:

Não havia lugar para sentar e fiquei indignado com a praça cercada. Ela foi projetada pelo meu professor e diretor da Escola de Arquitetura da UFMG e eu sabia que podia receber pessoas no gramado. Rompi a grade e sentei na grama. Um fiscal da prefeitura me questionou e eu quis saber se existia uma lei que me proibisse. Ele respondeu que a lei que ele praticava não era a lei que eu conhecia. (GRUPO, 2012, on-line)

Fiscais chamaram a Guarda Municipal, que acionou a Polícia Militar e algemou o estudante. Nesse momento, a narrativa aqui apresentada é assumida pelo relato do advogado Joviano Gabriel Maia Mayer, que se apresentou, no momento da abordagem policial, para a defesa de

Fernando e exigiu que fossem retiradas as algemas do estudante, acionando inclusive a Súmula Vinculante 11 do Superior Tribunal Federal (STF) - que torna ilegal o uso de algemas quando não há resistência à voz de prisão. Diante da negativa da Polícia e da argumentação do advogado, este também foi algemado, juntamente com o antropólogo Rafael Barros Gomes que, naquele momento, tentava intermediar a interlocução. Segundo Joviano, os três foram acusados dos crimes de desobediência e desacato e permaneceram cerca de 8 horas na delegacia (de 21h20 às 05h40), enquanto o boletim de ocorrência era elaborado sem relatar corretamente a versão dos três detidos sobre o ocorrido (AVELAR, 2012). Estes fatos estão registrados na Figura 46.

Figura 46 – Registros das prisões arbitrárias na Praça Floriano Peixoto, em 22/04/2012



Fonte: Acervo pessoal de Fernando Soares

Já no dia 23, haveria uma reunião do Conselho Municipal de Cultura (COMUC) de Belo Horizonte. Sendo Rafael Barros um dos conselheiros, ele aproveitou a oportunidade da reunião e trouxe o seu relato sobre o que havia acontecido na noite anterior. Ele iniciou a fala confirmando que o pedido para fechamento dos gramados partiu da UNIMED, uma vez que a licença expedida pela Prefeitura determinava que apenas os jardins fossem fechados – esse custo adicional, inclusive, foi arcado pelos organizadores do evento. Rafael salienta ser

“extremamente delicado e complicado que uma empresa privada tenha voz e poder sobre um espaço público, de toda a sociedade” (BELO HORIZONTE, 2012b, on-line). E continua com sua versão sobre o que ocorreu:

Eu me dirigi ao local e encontrei o Fernando, que é um estudante de arquitetura, sentado na grama, na parte superior da praça, em um local que já é utilizado, diariamente, pelas pessoas que brincam com seus filhos naquela grama. O espaço foi projetado pelo professor Flávio, que inclusive é da Faculdade de Arquitetura, para que seja utilizado como um espaço de convivência e de lazer, e encontro o Fernando algemado na presença de dois guardas municipais. Apresentei-me, inclusive, como conselheiro municipal de cultura, perguntando o que havia acontecido e fui informado de que ele havia sido detido porque tinha pisado na grama e isso era proibido. Eu perguntei qual era a lei que eles se amparavam e não souberam responder. Eu falei que eles não estavam no direito de fazer isso com esse cidadão. Eles alegaram que foram desacatados em sua autoridade, pois falaram que ele não poderia pisar na grama, já que a área estava cercada. Eles o haviam alertado disso, portanto, ele seria mantido detido. Eu falei que era uma situação muito ridícula, muito ínfima e que poderíamos resolver isso usando o diálogo, que ele poderia ser liberado, mas eles não quiseram dialogar comigo. Eu então solicitei que ele fosse desalgemado já que ele não oferecia resistência à prisão e argumentei que isso era ilegal pela Constituição do nosso País, mas eles me negaram a soltar as algemas do Fernando, até que a polícia chegou, ele foi levado e eu o acompanhei. Nesse momento, procurei o comandante da Polícia Militar, me apresentei a ele e solicitei que as algemas fossem retiradas, mas ele se negou a retirar as algemas, até que chegou o advogado Joviano. Tentei também intermediar a situação e, por meio do diálogo, não consegui, até que, em um determinado momento, o sargento Nogueira, que estava comandando a operação, deu voz de prisão para o Joviano no exercício de sua profissão e de maneira violenta o agrediu e o algemou. Eu, no mesmo momento, liguei pra um conselheiro estadual dos direitos humanos e pedi que entrasse em contato com a Comissão de Direitos Humanos da OAB e, enquanto estava no telefone, fui surpreendido e algemado [...]. Até o presente momento, eu não sei por que fui preso. (BELO HORIZONTE, 2012b, on-line).

Solicitou, por fim, uma votação de repúdio por parte do COMUC, o que não ocorreu naquela data. No entanto, no dia 28 de abril (sábado seguinte), um grupo de mais de 30 pessoas resolveu protestar nos gramados da Praça Floriano Peixoto contra a ação dos agentes públicos na prisão do estudante, do advogado e do antropólogo (FIGURAS 47 e 48). Seguindo o verso do letrista

carioca Chacal - “É proibido pisar na grama. O jeito é deitar e rolar” – os manifestantes literalmente rolaram no gramado, que também contou com um piquenique (GRUPO, 2012).

Figura 47 – Chamamento para ato no 28/04/2012 na Praça Floriano Peixoto



Fonte: Acervo pessoal de Fernando Soares

Figura 48 – Manifestação na Praça Floriano Peixoto



Fonte: GRUPO, 2012

Na reunião do COMUC do dia 11 de setembro, Rafael elaborou uma moção de repúdio direcionada: ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, ao Secretário Regional Centro-Sul da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, às corregedorias da Polícia Militar de Minas Gerais e da Guarda Municipal de Belo Horizonte, à Comissão de Prerrogativa da OAB (Seção Minas Gerais), à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Lida perante os presentes, os principais pontos listados foram (BELO HORIZONTE, 2012c):

- manifestação contrária à prisão de Fernando, Joviano e Rafael e ao tratamento dispensado aos três pelos agentes públicos;
- solicitação, às respectivas corregedorias, de apuração dos fatos junto aos seus agentes (e punição dos mesmos, se comprovadas as irregularidades);
- questionamento ao Estado sobre o tratamento diferenciado dado a outros órgãos do Estado (Orquestra Filarmônica de Minas Gerais) e a empresas privadas (UNIMED) que, tendo se utilizado do espaço da Praça para seus eventos, não fizeram o fechamento dos gramados;
- questionamento ao Estado quanto à interferência da UNIMED na exigência de fechamento dos gramados, quando o mesmo não foi solicitado pela Prefeitura;
- esclarecimento ao Estado quanto à inaplicabilidade da Lei 10.277 de 27 de setembro de 2011 no evento em questão, uma vez que é mencionado no art. 5º que no caso de atividades artísticas e culturais, praças municipais não podem ser cercadas e a atividade deverá ser gratuita.

Levada para votação entre os demais conselheiros, houve opiniões divergentes, até que uma das conselheiras pediu vistas, adiando a decisão para a próxima reunião. Nesta, ocorrida no dia 09 de outubro, os conselheiros decidiram pelo arquivamento da moção (BELO HORIZONTE, 2012a).

No entanto, em 2017, mais de cinco anos após o fato na Praça Floriano Peixoto, o juiz da 7ª Vara Criminal de Belo Horizonte absolveu Fernando e Joviano das acusações de desobediência e desacato. Ressaltou que a ação do dia 22 de abril de 2012 poderia ter-se resolvido através de um termo de acordo entre acusados e agentes públicos, a partir da constatação de uma desobediência civil, em vez da prisão, denúncia e indiciamento dos mesmos. O juiz finalizou dizendo que:

Não cabe somente absolvê-los, mas, acima de tudo, em nome do Poder Judiciário e do Estado de Minas Gerais, pedir desculpas pelas atrocidades praticadas pelo despreparo técnico e emocional dos agentes públicos envolvidos nas prisões. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2017, on-line – grifo nosso).

4.1.7 – Nados aleatórios em fontes

Em 12 de setembro de 2012, Márcia Amar All novamente foi notícia por estar usando o espaço público - dessa vez, ela estava na Praça Diogo de Vasconcelos (Praça da Savassi), junto às fontes recém construídas na reforma da Praça. E novamente o foco da notícia foi o fato dela

estar de biquíni (FIGURA 49). Esses são os principais registros das duas curtas reportagens:

DESINIBIDA: Mulher de biquíni toma banho de sol na praça da Savassi, em Belo Horizonte (título)

Uma mulher vestida de biquíni e tomando banho de sol chama a atenção das pessoas que passam pela praça da Savassi, região Centro-Sul da capital, na tarde desta terça-feira (18). Segundo uma frequentadora do local [...] a moça desinibida já está virando celebridade, “todo mundo que passa por aqui quer falar com ela”, afirma.

Rafaela conta que a mulher está frequentando a praça da Savassi há uma semana e, segundo ela, a moça já fez até topless, causando um verdadeiro frison com as pessoas que transitam por ali. (AMORIM, 2012, on-line – grifos nossos)

De biquíni e com um copo de cerveja nas mãos, a jovem entrou na fonte e chamou a atenção de quem passava pelo local

[...] Aproveitando o intenso calor que faz na capital mineira, uma jovem não se intimidou, tirou as roupas, ficou apenas de biquíni e se refrescou em uma das quatro fontes construídas no local. (VALE, 2012, on-line – grifos nossos)

Figura 49 – Registros de Márcia Amar All nas fontes da Praça Diogo de Vasconcelos



Fonte: (1) VALE, 2012 / (2) BHAZ, 2012

Uma das reportagens ressalta que Márcia não foi impedida por ninguém. Questionada, a Guarda Municipal informou que “o ato da mulher não representou nenhum ato infracional e não havia motivo para abordagem” (VALE, 2012, on-line).

Pouco tempo depois, em 2015, uma reportagem local relata o inusitado caso de três jovens da cidade de Ibitaré que, a fim de se refrescarem do calor, nadaram na fonte da Praça da Liberdade (FIGURA 50). Os jovens não sofreram nenhuma advertência; pelo contrário, a Prefeitura informou que a água era potável e sem restrições de uso, orientando apenas “que o patrimônio

seja preservado e que não ocorram depredações” (G1 Minas Gerais, 2015, on-line).

Figura 50 – Jovens nadam na fonte da Praça da Liberdade



Fonte: G1 MINAS GERAIS, 2015.

A este fato complementa-se a reportagem do site institucional da Prefeitura de Belo Horizonte o qual, em maio de 2017, traz um descritivo sobre a Praça da Liberdade, destacando seu caráter cultural e arquitetônico, em especial a rotina onde “carros passam ao fundo, pessoas conversam ou leem nos bancos ou na grama, e a impressão é de se estar em uma bolha de calma” (BELO HORIZONTE, 2017, on-line – grifo nosso).

Os exemplos mostrados mostram diferentes abordagens do Estado frente à utilização daquelas praças - de um modo espontâneo e não-convencional - por pessoas que exerciam recusas conscientes à reprodução da cidade segundo a lógica do capital ao tomar sol em traje de banho, sentar na grama e nadar na fonte, em um momento onde a mão invisível do mercado regula corpos e condutas. No entanto, os fatos narrados suscitam algumas questões: haveria uma linha comportamental unindo essas ações e essas reações? Haveria fissuras sendo estruturadas e sendo dissolvidas?

4.2 – Fase 1 (Organização)

Das ações descritas no tópico anterior, foram escolhidas para a pesquisa aquelas cujas narrativas mostraram um jogo de ações e reações mais explícitos para serem analisados segundo a metodologia apresentada no *Capítulo 3*. Nesse sentido, serão estudadas:

- (a) a ação de Márcia Amar All na Praça Raul Soares (*Tópico 4.1.2*);
- (b) a ação coletiva da Praia da Estação (*Tópico 4.1.5*);
- (c) a ação de Fernando Soares na Praça Floriano Peixoto (*Tópico 4.1.6*).

A retomada do carnaval de rua (*Tópico 4.1.3*), ainda que nos anos iniciais de sua consolidação tenha trazido uma trama de conflitos entre manifestadores/utilizadores do espaço público e reguladores do espaço público (e Estado, e Mercado), não foi objeto de análise das narrativas, dados o volume de resultados de busca *versus* o tempo da tese e a extrapolação do recorte espacial - uma vez que os blocos de carnaval ressurgiram em todo o município. Das ações relatadas no tópico anterior foi seguramente a que sofreu uma Reação de Cooptação (R3), pelo fato de Prefeitura e patrocinadores de produtos como cerveja (Estado e Mercado) passarem a ver o carnaval como uma Ação Útil (A2), após um período inicial de reações de subjugação (R1), quando o carnaval era visto como uma Ação Temerária (A1), no âmbito das ações aglutinadas pelos manifestantes da Praia da Estação. As ações dos coletivos de viés anarquista (*Tópico 4.1.1*) bem como dos utilizadores das fontes (*Tópico 4.1.7*) também foram de baixa repercussão. Porém, a despeito do escasso registro de reações contrárias, foram importantes respectivamente como um ponto precursor e como um ponto resultante das ações ocorridas entre eles (*Tópicos 4.1.2 a 4.1.6*). Assim, cada uma das ações que permaneceram para análise tiveram o seguinte registro de busca (QUADRO 22):

Quadro 22 - Registro das buscas no Google

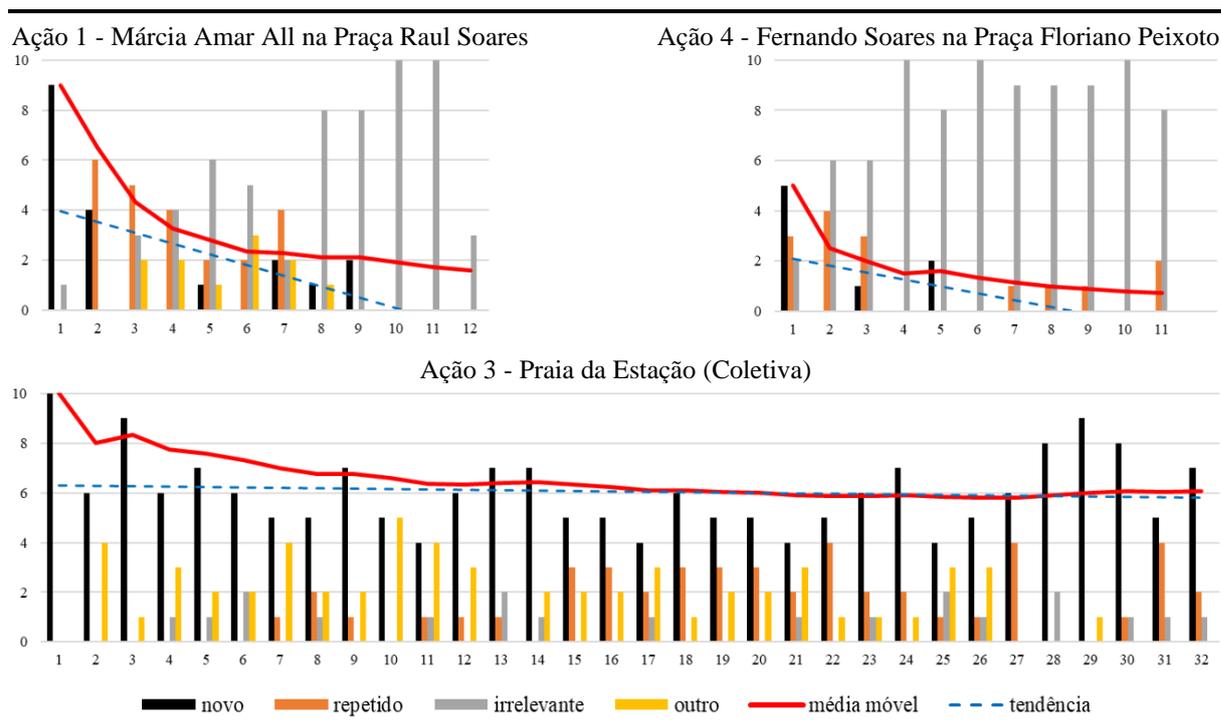
	AÇÃO	DATA BUSCA	EXPRESSÃO DE BUSCA	RESULTADOS E PÁGINAS
1	Márcia Amar All na Pç. Raul Soares	24/04/2021 - 17h20	"praça raul soares" "banho de sol"	113 e 12
3	Praia da Estação (Coletiva)	25/03/2021 - 16h30	"praia da estação"	320 e 32
4	Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto	14/08/2021 - 20h30	"praça floriano peixoto" grama prisão	110 e 11

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre o número atribuído na primeira coluna, importante esclarecer que a ação 2 seria o Carnaval de Rua que, pelas razões explicitadas, não foi analisado. A última coluna deve ser lida, por exemplo, como "113 resultados distribuídos em 12 páginas" - considerando que cada página traz, no máximo, 10 resultados

Para cada busca foi feita uma seleção das narrativas de interesse de investigação, através da exclusão de resultados homônimos, de *links* corrompidos e da separação de outros resultados referentes à ação, mas que não eram narrativas (como, por exemplo, pesquisas acadêmicas). Assim, as três ações tiveram suas narrativas organizadas em uma planilha unificada (*Anexo 09*), conforme critérios de cadastro de resultados e de nomenclatura de arquivos mostrados nos quadros 15 e 16. Os resultados dessa seleção encontram-se no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Situação final dos resultados das pesquisas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao assunto pesquisado, os algoritmos de entrega de resultados do Google privilegiam uma maior correspondência à busca nas primeiras páginas de resultados, de modo a atender com presteza à demanda da pesquisa. Quando uma ação não tem uma continuidade na produção de novos fatos/narrativas, a tendência é de que a entrega de resultados inéditos se reduza, em detrimento de uma maior oferta de resultados irrelevantes ou repetidos. Assim, percebe-se que a pesquisa pela Ação 1 (Praça Raul Soares) já entrega quase 70% dos resultados inéditos nas duas primeiras páginas (com uma taxa de 90% de correspondência na 1ª página), enquanto a pesquisa pela Ação 4 (Praça Floriano Peixoto) entrega 62% dos resultados inéditos nas duas primeiras páginas (com uma taxa de correspondência de 50% na 1ª página). No caso da pesquisa da Ação 3 (Praia da Estação), o percentual de resultados inéditos nas duas páginas foi de 8% - dado o maior volume de resultados (com uma taxa de correspondência de 100% na 1ª página - ou seja, todos os resultados mostrados foram relevantes). Um dos aspectos que explica como a Praia da Estação permanece com resultados relevantes em todas as páginas é o fato de que a Praia enquanto “reação contra um decreto proibitivo” se desdobrou estrategicamente em um bloco de carnaval ativo e aglutinador de outras ações - assunto a ser retomado adiante. Também na Ação 1 e na Ação 3 destaca-se uma quantidade relevante de “outros” resultados - na sua grande maioria, pesquisas acadêmicas (artigos, dissertações, teses) - mostrando o interesse pela discussão suscitada por elas.

4.3 – Fase 2 (Codificação)

A partir dos registros cadastrados na planilha unificada (*Anexo 09*) serão traçadas algumas considerações. Conforme Quadro 23, em relação aos registros totais sobre a ação, há uma combinação de resultados trazidos pela pesquisa no Google e aqueles registros acrescentados ao longo da pesquisa - o que os distingue, na planilha, é que estes últimos não possuem valor atribuído nas colunas “página” e “resultado”. Outra diferenciação possível é o percentual desses registros originados de fontes oficiais (jornais de grande circulação e diários oficiais) e daquelas fontes alternativas, “não-oficiais” (jornais de segmentos específicos, *blogs*, redes sociais).

Quadro 23 - Panorama do cadastro na planilha unificada

AÇÃO		REGISTROS TOTAIS	REGISTROS		FONTE	
			VIA GOOGLE	ACRESCIDOS	OFICIAL	NÃO-OFICIAL
1	Márcia Amar All na Pç. Raul Soares	33	23 (70%)	10 (30%)	17 (52%)	16 (48%)
3	Praia da Estação (Coletiva)	357	192 (54%)	165 (46%)	114 (32%)	243 (68%)
4	Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto	16	9 (56%)	7 (44%)	12 (75%)	4 (25%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

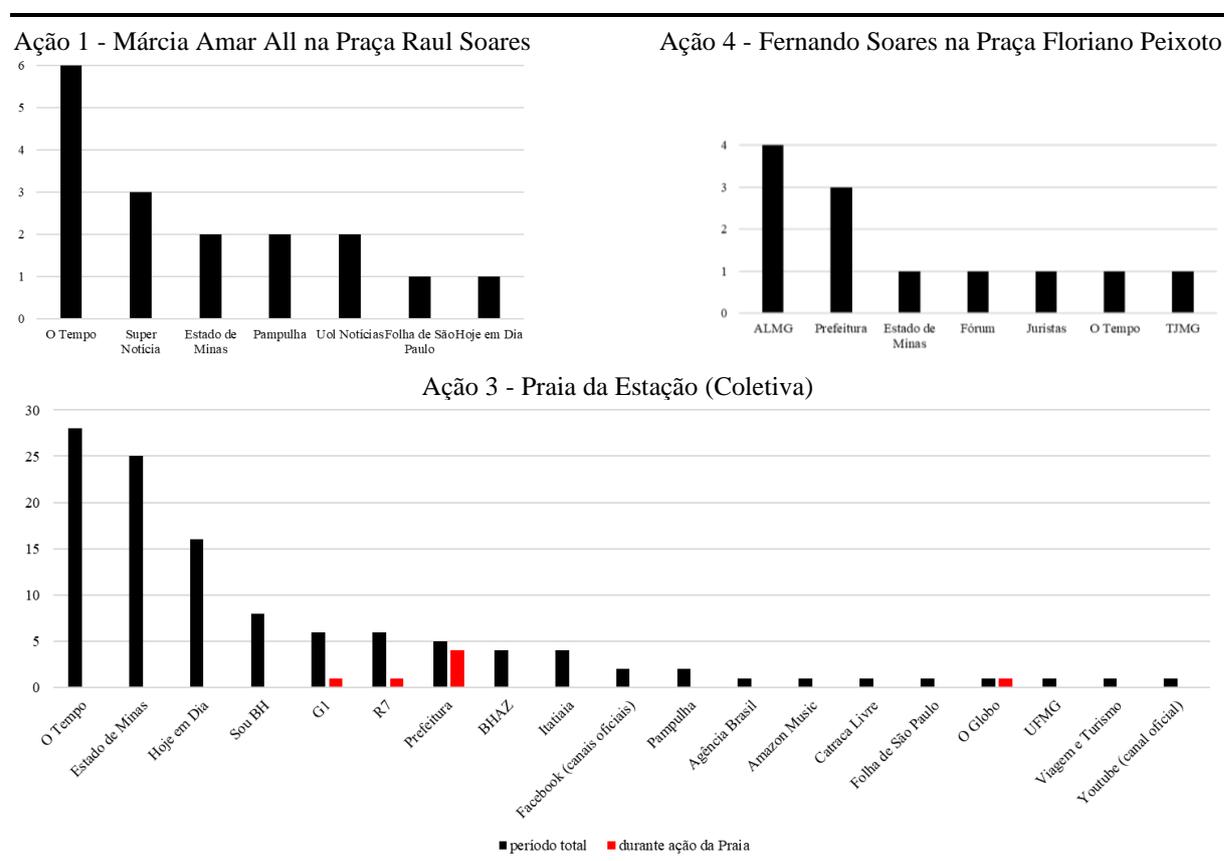
Sobre a Ação 1, que apresentou uma proporção equilibrada de fontes oficiais (52%) e não-oficiais (48%) narrando a discussão, a maior parte dos registros disponíveis (70%) já foi entregue pela pesquisa do Google. Situação similar aconteceu com a entrega do Google (90%) em relação à Ação 4, que teve a maior parte (75%) da sua pouca discussão trazida por fontes oficiais; no entanto, sua contribuição à pesquisa virá por outra brecha que ela aciona - a ser discutida adiante. A Ação 3, pelo contrário, apresentou uma grande proporção de fontes não-oficiais (68%) pautando a discussão, o que pode ter refletido no fato de que apenas 54% dos registros disponíveis foi entregue pela pesquisa do Google - uma vez que fontes oficiais tendem a pagar mais por estratégias de SEO³⁵ para o impulsionamento de suas páginas.

Sobre a composição da mídia oficial para cada ação (Quadro 24), é importante destacar seu comportamento referente à Ação 3. Apesar dos registros referentes à Praia da Estação contar com 114 inserções desse tipo de mídia, quando se analisa apenas o período em que a Praia concentrava o objetivo principal de derrubada do Decreto 13798/2009 (de janeiro a maio de 2010), o número de divulgações da ação nesse tipo de mídia cai substancialmente para 7. Sim, é importante considerar que *links* da mídia oficial daquele período possam estar extintos/corrompidos; no

³⁵ *Search Engine Optimization* (ou Otimização de Motor de Busca)

entanto, em comparação com os 17 *links* ainda ativos referentes à Ação 1 (ocorrida em 2008), há um indicativo de que houve naquele momento um controle da mídia pela estrutura dominante para que não fosse noticiada a reação dos manifestantes-banhistas. Respalda essa afirmativa o fato de que os três jornais que divulgaram a Praia-ação (G1, R7 e O Globo) têm suas sedes e estruturas organizativas fora de Minas Gerais - ou seja, as notícias não saíram restritas ao Estado; pelo contrário. O volume de narrativas da mídia oficial se altera, no entanto, à medida em que a Praia vai se firmando como um bloco de carnaval; nesse caso, sua divulgação vem a reboque dos demais blocos que acabaram reestruturando o carnaval belorizontino.

Quadro 24 - Composição da mídia oficial em cada ação



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 25 traz uma organização dos resultados válidos para a Ação 1, a partir da ordem crescente de data (formato ANO/MÊS/DIA mostrado no Quadro 16). Cada coluna representa uma página da busca e cada linha a data de uma narrativa válida. O ranqueamento do Google se dá por meio de uma amostragem por página de resultados antigos, intermediários e recentes, que vai seguindo um certo “escalonamento” ao longo das demais páginas. Por exemplo, a coluna 1 (representando a 1ª página de resultados) traz narrativas dos dias 06/08/08, 17/08/08, 28/05/11, 22/04/14; a página 2, narrativas dos dias 06/08/08, 16/08/08, 28/05/11, 10/01/15, e assim por diante. Não há um padrão

formal rígido, inclusive porque para essa análise foram excluídos os resultados irrelevantes. Mas isso demonstra a importância de, em um estudo temporal das narrativas, se esgotar a busca por todos os resultados, uma vez que aqueles mais antigos - e, provavelmente, pontos “zero” da ação - podem estar ranqueados mais ao final das páginas.

Quadro 25 - Resultados para a Ação 1 (Praça Raul Soares) em ordem crescente de data

DATA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
080801												
080801								?				
080806												
080806												
080806												
080806												
080806												
080807												
080807												
080807												
080807												
080808												
080808												
080816												
080817												
080817												
080817												
080818												
080831												
080926												
100610												
110222												
110222												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110528												
110531												
110831												
110831												
110901												
140422												
150110												

Fonte: Elaborado pelo autor.

No caso específico da Ação 1 mostrada no Quadro 22, o pesquisador teria contato com a narrativa da condução à delegacia de Márcia Amar All na 1ª página (dia 06/08/2008), mas só entenderia o início de sua ação com o resultado da 8ª página (01/08/2008). Já em relação à Ação 3, a narrativa mais antiga mostrada na 1ª página é de 28/05/2011 (um ano após a revogação do Decreto 13798/2009). Para se ter acesso à narrativa da primeira convocação para a Praia (13/01/2010), é necessário avançar até à 14ª página de resultados. Por fim, no caso da Ação 4, devido ao universo reduzido de resultados, a narrativa mais antiga já é mostrada na 2ª página.

4.4 – Fase 3 (Categorização)

Sobre os aspectos qualitativos da análise das narrativas, as leituras foram acompanhadas do preenchimento de um quadro-resumo (ver Quadro 17) para cada ação. A identificação dos agentes, das reações dos/aos agentes, das novas ações surgidas e das características de uma fissura se seu à medida que as leituras das narrativas foram sendo organizadas nos quadros-resumo, com a utilização das unidades codificadas mostradas no Quadro 18. O ponto de partida são as ações geratriz abaixo:

Ação 1: Márcia Amar All decide tomar sol de biquini na Praça Raul Soares

Ação 3: Prefeitura de BH publica decreto proibindo eventos na Praça da Estação

Ação 4: Fernando Soares remove grade e se senta no gramado da Praça Floriano Peixoto

Importante considerar que o termo *geratriz* serve apenas para delimitar um marco para a análise, uma vez que toda ação é reação a algo (ou a alguém): Márcia reage ao Tempo e ao Meio (uma manhã ensolarada de uma praça recém-reformada); a Prefeitura reage aos utilizadores do espaço público (deprecação do patrimônio público nos últimos eventos); e Fernando reage aos reguladores do espaço público (fiscais que exigiram o fechamento da área gramada propícia para o pisoteio).

No título de cada coluna está a data da narrativa e, a partir da ação geratriz, o tempo transcorrido. No caso da Ação 3 e da Ação 4, há algumas ações anteriores à geratriz importantes de serem consideradas para o contexto da análise a ser feita. As análises trazem o entendimento de cada uma das três ações no tempo - no que foram complementadas pelas entrevistas realizadas com agentes-chave de cada ação. Primeiramente serão apresentadas as narrativas nos quadros-resumo, seguidas de análises textuais e encerradas pelos diagramas-síntese respectivos.

4.4.1 – Ação 1: Márcia Amar All na Praça Raul Soares

A seguir, mostra-se a configuração estudada sobre a ação de Márcia Amar All.

(A) *Quadro-resumo* (Quadro 26)

Quadro 26 - Análise da Ação 1

	15 julho 2008 (tempo 0)	01 agosto 2008 (+15 dias)	05 agosto 2008 (+4 dias)	06 agosto 2008 (+1 dia)	16 agosto 2008 (+10 dias)	17 agosto 2008 (+1 dia)	
AGENTE QUE AGE	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Márcia Amar All [Ag03] vê a Praça Raul Soares recém formada e resolve tomar sol de biquini no gramado junto à fonte (1, 2)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Márcia [Ag03] continua a tomar sol no gramado da Praça (1) "Querida que as pessoas aproveitassem esse espaço, que as crianças brincassem e as famílias fizessem piquenique. A praça está linda. Por que não usá-la?" (1) "Trabalho enquanto estou aqui, pelo celular, e ninguém sabe que estou tomando sol" (1)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) Márcia [Ag03] passa a tomar sol na parte pavimentada (1, 2) "Eu não posso, mas os mendigos e as madames que deixam os cães fazerem cocô em via pública podem" (1) "Eu acho que a grama é para o povo, é para fazer piquenique. [...] E[em] grama [se] joga futebol, serve para a pessoa deitar" (2) "Eu não ligo pra isso não [das pessoas a observarem]" (2)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) Márcia [Ag03] toma sol na Praça, tenta guardar seus pertences na casa de máquinas da fonte e discute com os agentes. (3, 4, 5) "Não sou racista. Apenas troquei, sem querer, a palavra quartel por quadrilha. Não entrei na casa de máquinas. Apenas joguei meu colchão lá dentro" (3)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) Márcia [Ag03] protesta em frente à Prefeitura contra a truculência dos agentes e solicitando ressarcimento de bens perdidos na abordagem policial (6, 7) "Quero que o prefeito me receba e repare a humilhação que eu passei ontem (anteontem). Não sou marginal para ser tratada assim" (6)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) "Meu banho de sol tomou proporções fora do Estado." (8) "Deviam tomar mais conta do patrimônio público do que ficar vigiando ou preocupados com o público que o frequenta" (9) [Fis03] - CONECTIVIDADE [A6] Aditiva (após A3) "Cerca de 50 pessoas devem estar presentes no local. Quem também promete engrossar o coro em prol dos banhos de sol é o grupo Queijo, Comédia e Cachaça." (8)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis02] - RESILIÊNCIA [Fis03] - CONECTIVIDADE [A4] Residual (após A1) Márcia toma sol na praça, também com apoiadores [Ag03] (10) "A designer e outras três mulheres foram até a praça e estavam de biquini aproveitando a manhã ensolarada na capital." (10)
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:							
TEMERÁRIA (A1)		R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag06] Denunciante anônimo (1) [Ag04] Guarda Municipal e Polícia Militar (1) Os agentes a proibem de usar o gramado e a informam da Lei de Crimes Ambientais (1) "Aqui é jardim e não foi adequado para isso" (1)	R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag04] Guarda Municipal (2) "Tudo liberado desde que mantenha os princípios do mineiro, como o decoro" (2)	R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag04] Guarda Municipal e Polícia Militar (3, 4) Os agentes a conduzem à delegacia supostamente por tê-los desacato com palavras racistas (3, 4, 5) "Márcia foi liberada [...] mas com a obrigação de cumprir serviços comunitários" (3)		R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag04] Guarda Municipal (8,9) O número de guardas triplicou para doze; carro da PM circulava na Praça e entorno (9) [Ag06] Pessoas do local (9) "Achava que a manifestação fosse ter um conteúdo mais sério, não esse deboche" (9) "São pessoas querendo aparecer. A praça não é indicada para isso" (11)	R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag06] Pessoas do local (10) "A divergência de opiniões ficou bem clara com a presença de um casal de um belo-horizontino e uma norte-americana. Enquanto o homem é totalmente contra o uso da praça como uma espécie de clube..." (10)
ÚTIL (A2)							
PARCEIRA (A3)		R1 - ASSIMILAÇÃO [Ag06] Pessoas do local (1) "A praça é pública e se você se sente bem e não se importa, não há problema" (1) "Não está errado e não incomoda ninguém" (1)	R1 - ASSIMILAÇÃO [Ag06] Pessoas do local (2) "Se eu tivesse com os "requisitos" todos no lugar, eu faria" (2) "Não [incomoda] nem um pouco" (2) R2 - SUJEIÇÃO [Ag06] Pessoas do local (2) "Se não é proibido, cada um faz o que quer" (2) "Se ela se sente à vontade, fazer o que?"		R1 - ASSIMILAÇÃO [Ag06] Pessoas da rua e apoiadores do Orkut (6) "A designer recebe mensagens de apoio de amigos e desconhecidos. Nas ruas, as pessoas [a]reconhecem. [No Orkut] sugeriram que a irreverência seja copiada por outros moradores da capital mineira." (6)	R1 - ASSIMILAÇÃO [Ag06] Pessoas do local (8,9) "Na Europa é muito comum as pessoas tomarem banho de sol nas praças, parques e às margens de rios e lagos" (9) R2 - SUJEIÇÃO [Ag06] Pessoas do local (2) "Acho que exagera um pouco no seu jeito de expressar, mas é atitude válida" (9)	R1 - ASSIMILAÇÃO [Ag06] Pessoas do local (8,9) "... a namorada, que nasceu em Nova York, americana não via nada de mais no fato e disse que isso é mais do que normal nos parques americanos e da Europa." (10)
PONTO ESTRATÉGICO		"Não faço loucura, sei até onde posso ir." (1) "Acrescentou que tomar sol em trajas de banho não é considerado atentado ao pudor e não é crime, desde que fora da grama." (1)	"E você viu até a Guarda Municipal falando - o Major da Guarda Municipal dizendo - desde que atenda os princípios, que não haja um atentado violento ao pudor, não haverá problema." (2)	"Nós não estávamos implicando com ela por causa do banho de sol, mas sim pelo fato de ela ter entrado em local proibido. Não tem lei que proíba tomar sol em locais públicos, desde que seja com trajas adequados" (3)	"'Musa da Raul Soares' protesta na prefeitura" (6)		
FONTE	(1) 080801_1000000000_skyscrapercity(noticiasdeminasv) (2) 080800_1000000000_balancogeral(youtube) (3) 080806_1000000000_otempo	(4) 080806_1000000000_supemoticias (5) 080806_1000000000_uolnoticias (6) 080807_1000000000_otempo	(7) 080807_1000000000_nacaraecoragem (8) 080816_1000000000_otempo (9) 080817_1000000000_hojeemdia	(10) 080817_1000000000_otempo(1) (11) 080817_1000000000_otempo(2)			

Fonte: Elaborado pelo autor.

(B) Ações e Reações

Márcia Amar All, (Ag03), moradora do Edifício JK, decide tomar sol de biquini em uma manhã de julho de 2008, na Praça Raul Soares recém-inaugurada (GER):

Minha ideia surgiu de assistir do alto do meu apartamento no Edifício JK (Guajajaras, 2814) a reforma maravilhosa que estavam fazendo. Ninguém lá debaixo tinha o acesso que nós moradores tínhamos. Eu aguardava a inauguração com muito entusiasmo. Pois a beleza da praça muito me encantava. Eu dizia às minhas visitas em casa: aqui dentro é NYC, lá embaixo é minha Paris!!! [...] Então: quando a Praça Raul Soares foi revitalizada e os homens se exercitavam como ou sem camisa, meus questionamentos aumentaram e decidi mostrar para a população que poderíamos nos divertir, nos confraternizar, picnic, ler um livro, ouvir o Bolero de Ravel era um *must* para minh'alma. Sol, vitamina D e água da garrafa... (AMAR ALL, 2022 - Anexo 03)

Importante considerar que sua ação é uma **Reação de Sujeição (R2)** à dupla de agentes não-corporificados - a **Praça (Meio - Ag12)** e o **dia ensolarado (Tempo - Ag11)** - nos quais ela reconhece uma **Ação Parceira (A3)**.

Ela prossegue nessa ação por 15 dias até ser notada pela imprensa, por causa da denúncia anônima de um **usuário da Praça (utilizador do espaço público - Ag06)**, que aciona **Guarda Municipal e Polícia Militar (reguladores do espaço público - Ag04)** para averiguarem a ação dela. Essa atitude denota uma **Reação de Subjugação (R4)**, por enxergarem que Márcia realiza uma **Ação Temerária (A1)**. O objeto de “temor” dos reguladores do espaço público é a utilização do gramado recém plantado - nunca se saberá o temor do denunciante (talvez seja o uso do gramado, talvez o uso do biquini - ou ambos). O fato é que Márcia é orientada a não utilizar o gramado - mas não há nenhuma objeção pelo uso do biquini. Sob **olhares curiosos (Ag06)**, pessoas são entrevistadas pela imprensa e a resposta é favorável à ação de Márcia (**R1+R2 → A3**)

Nos próximos dias, ela continua a ser vista como “parceira” pelos demais utilizadores da Praça e como “temerária” pelos reguladores, que aumentam o efetivo que diariamente vistoria o local:

Eu nunca ouvi e muito menos ouvi nada negativo de nenhum transeunte. Eu realmente relaxava e curti meu sol. Como se estivesse em um parque ou clube. Não fez a menor diferença. Não fiz para me observarem, para vender uma ideia de um corpo em exposição... Quem chegava perto eu conversava; no mais, os olhos estavam fechados. (AMAR ALL, 2022 - Anexo 03)

Há um desentendimento entre Márcia e os reguladores e ela é conduzida à delegacia por

LEGENDA	
GER	ação geratriz
Ag	agentes
R1	rç. assimilação
R2	rç. sujeição
R4	rç. subjugação
A3	aç. parceira
A1	aç. temerária
A7	aç. subtrativa
A6	aç. aditiva
A4	aç. residual
Fis1	neg.-criação
Fis2	resiliência
Fis3	conectividade

desacato e liberada com a condição de prestação de serviços comunitários. Esse desentendimento - que não é bem esclarecido por ambas as partes envolvidas - faz com que Márcia se dirija até a Prefeitura, em protesto contra a truculência e solicitando ressarcimento pelos bens danificados na abordagem (R4→A1)

Nos próximos dias, é organizada uma ação de manifestantes, com a participação do Grupo Queijo Comédia e Cachaça (Ag03), na Praça Raul Soares em apoio à Márcia (R1→A3) e em repúdio à ação da Guarda Municipal e da Polícia Militar (R4→A1). O uso de trajes de banho desperta aprovação (R1→A3) e rechaço (R4→A1) nas pessoas que passam pelo local; Guarda Municipal e Polícia Militar estão presentes com um contingente de 12 a 15 pessoas (R4→A1). Nos próximos dias a ação cessa: “Não me lembro bem..., mas acho que fui viajar e comecei a trabalhar em outros projetos que tomaram meu tempo. Eu faria um ‘home office’ na praça.” (AMAR ALL, 2022 - Anexo 03)

No entanto, extrapolando o Tempo e o Meio da ação, está o agente Academia (Ag10) (R1→A3), que prolonga a discussão proposta por essa ação a partir da produção de trabalhos que a abordam (QUADRO 27).

Quadro 27 - Pesquisas que abordam a ação de Márcia Amar All na Praça Raul Soares

ANO	AUTOR	TITULO
2012	Igor Thiago Moreira Oliveira	Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte (Dissertação de Mestrado)
2014	Dickson Duarte Pires	Sobre (re)gadores e água; entre fontes e cidades: reflexões sobre o processo criativo do espetáculo Anjos D'Água Terracota Água Contemporânea (Dissertação de Mestrado)
2018	Milene Migliano Gonzaga	Entre a praça e a internet: a potência narrativa na criação de outros Imaginários políticos na Praia da Estação, em Belo Horizonte (Tese de Doutorado)

Fonte: Elaborado pelo autor.

(C) Ações Resultantes

A detecção de reações de apoio e de repúdio a uma ação é, de certa forma, superficial e de mais fácil percepção. No entanto, são nas (re)ações resultantes que se pode ver uma movimentação mais sutil rumo ao objetivo dessa pesquisa, que é a constituição de fissuras.

Assim, nos momentos em que Márcia se rearranja às reações de subjugação (por ser vista como Ação Temerária) - quando é impedida de tomar sol no gramado e vai para a parte pavimentada, quando ela vai à Prefeitura denunciar a forma como foi tratada na abordagem, quando ela diz que reguladores deviam estar mais atentos à depredação de patrimônio do que com quem frequenta o espaço público, quando ela retorna ao banho de sol após a detenção e, uma

LEGENDA
GER
ação geratriz
Ag
agentes
R1
rç. assimilação
R2
rç. sujeição
R4
rç. subjugação
A3
aç. parceira
A1
aç. temerária
A7
aç. subtrativa
A6
aç. aditiva
A4
aç. residual
Fis1
neg.-criação
Fis 2
resiliência
Fis3
conectividade

subjugação sutil, quando é apelidada de “Musa da Praça” -, ela (re)age com **Ações Residuais (A4)** àquelas subjugações - comportamento semelhante nas **peças que resolvem apoiá-la** na manifestação após a detenção.

Ao mesmo tempo, as reações de assimilação e submissão dos demais utilizadores da Praça durante esse período e a repercussão predominantemente positiva da ação de Márcia podem auxiliar na caracterização da ação do **Grupo Queijo, Comédia e Cachaça** bem como da **produção acadêmica** realizada como exemplos de **Ações Aditivas (A6)**, uma vez que se valeram do fluxo aberto por essa ação na Praça para trazerem discussões ou aprimorarem aquelas já existentes.

(D) Características de uma fissura

O último filtro de análise é a detecção das características elencadas para a constituição de uma fissura. A primeira delas, **Negação-criação (Fis1)** é identificada já na ação de Márcia de tomar sol de biquini na praça. Há aí tanto a recusa em se aceitar a proibição velada de exposição do corpo feminino e de utilização de gramados como local de permanência, bem como a proposição criativa de usar a praça como seu escritório.

REPÓRTER - [...] Como é que surgiu essa ideia de tomar sol em plena praça no centro de Belo Horizonte?

MÁRCIA AMAR ALL - Primeiro eu vou te convidar pra sentar no meu escritório.

REPÓRTER - Então tudo bem, vamos sentar aqui no escritório. Ela disse que é um escritório. Mas, isso tem cara de escritório? Márcia, quando é que isso aqui é um escritório?

MÁRCIA - A duas semanas eu trabalho aqui, porque eu quero tomar um sol e eu sou a minha patroa. Então, ninguém precisa saber o que eu estou fazendo. Eu telefono, agendo. (BALANÇO, 2008 - Anexo 07)

A característica de **Resiliência (Fis2)** está implícita nas ações residuais (A4) que Márcia empreende após as reações de subjugação. Há uma persistência em sua ação que é responsável por encorajar outras pessoas a fazerem o mesmo ou, pelo menos, a pautarem essa discussão. Um componente importante é o conhecimento mínimo da legislação aplicável: “minha decisão de tomar sol foi analisada e perguntei para alguns amigos [...] se havia algum empecilho pela lei. Fui aprendendo no decorrer dos dias o que era permitido ou não” (AMAR ALL, 2022 - Anexo 03). Por fim, o Tempo foi importante tirar de sua ação um caráter de espetacularização midiática para dar a ela um caráter de maior comprometimento com a causa que defendia.

Por fim, também relacionada com o Tempo, a característica de **Conectividade (Fis3)** aparece no apoio do Grupo Queijo, Comédia e Cachaça durante o protesto contra a prisão de Márcia e

LEGENDA	
GER	ação geratriz
A3	ag
R1	agentes
R2	rç. assimilação
R4	rç. sujeição
A3	rç. subjugação
A1	aç. parceira
A7	aç. temerária
A6	aç. subtrativa
A4	aç. aditiva
	aç. residual
Fis1	neg.-criação
Fis2	resiliência
Fis3	conectividade

pele direito de uso ao espaço público, assim como a ação da Academia, uma força que registra e perpetua a ação. Mas, talvez, uma conectividade emblemática seja a foto mostrada na Figura XX, onde Márcia Amar All aciona o caminhão-pipa em uma das “Praias” (FIGURA 51).

Figura 51 – Registros de Márcia Amar All na Praia da Estação

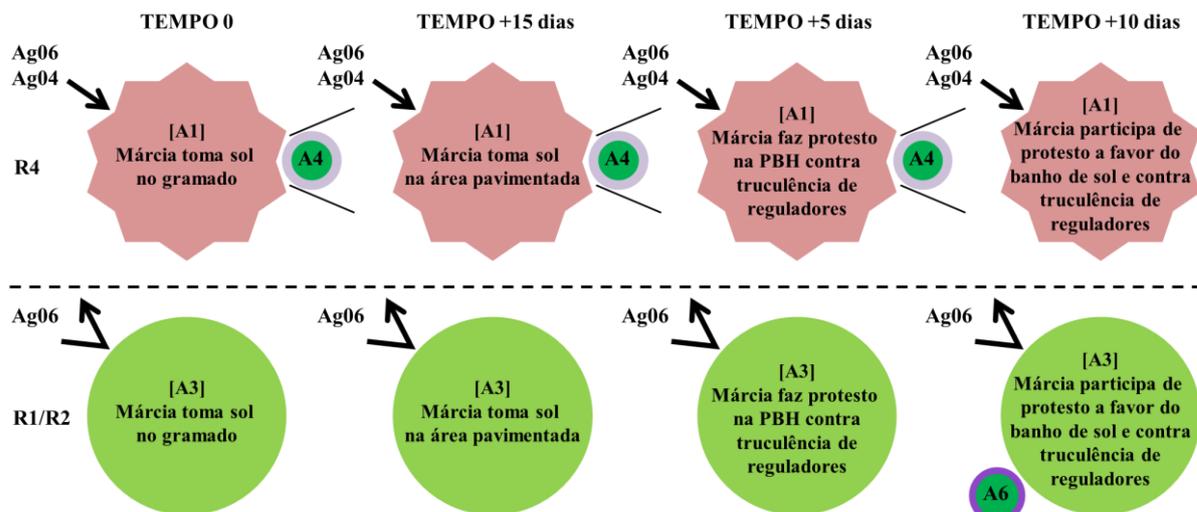


Fonte: Acervo pessoal de Márcia Amar All

LEGENDA	
GER	ação geratriz
Ag	agentes
R1	rç. assimilação
R2	rç. sujeição
R4	rç. subjugação
A3	aç. parceira
A1	aç. temerária
A7	aç. subtrativa
A6	aç. aditiva
A4	aç. residual
Fis1	neg.-criação
Fis2	resiliência
Fis3	conectividade

(E) Diagrama-síntese (Figura 52)

Figura 52 – Síntese da Ação 1



Ag04 - regulador do espaço público / Ag06 - utilizador do espaço público

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4.2 – Ação 3: Praia da Estação (coletiva)

A seguir, mostra-se a configuração estudada sobre a ação coletiva da Praia da Estação.

(A) Quadro-resumo (Quadros 28 a 37)

Quadro 28 - Análise da Ação 3 (parte 1)

	02 dezembro 2009 (-7 dias)	02 dezembro 2009 (-7 dias)	09 dezembro 2009 (tempo 0)	12 dezembro 2009 (+3 dias)	06 janeiro 2010 (+25 dias)	07 janeiro 2010 (+1 dia)	13 janeiro 2010 (+6 dias)
AGENTE QUE AGE	Coletivo Azucrina! [Ag03] convida para a Rotatória de Praia (1) <i>“Chegou a hora de azucrinar em mais uma Rotatória, dessa vez na Praia da Estação! Por isso traga seu biquini ou ponha seu calção! Venha se divertir pegando jacaré na fonte e se bronzear no calçadão! [...] Depois estenda a canga e pare de jogar o frescobol, Tome uma ducha, bata palma ao pôr-do-sol. DIA: 12/12 (SÁBADO) HORA: 16h20 LOCAL: AV. AARÃO REIS [sic], PRAÇA DA ESTAÇÃO” (1)</i>	Prefeitura de BH [Ag07] publica Decreto 13792 (2) - Define “evento” - Classifica os eventos quanto à dimensão do público - Condiciona realização de eventos a prévio licenciamento - Define documentos a serem apresentados pelo empreendedor do evento - Define os prazos para o licenciamento de eventos - Cria Comissão Permanente de Eventos (COPE-BH) (2)	Prefeitura de BH [Ag07] publica Decreto 13798 (3) - Proíbe realização de “eventos de qualquer natureza” na Praça da Estação (3) - Justifica a medida pela “dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depredação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados” (3)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Coletivo Azucrina! [Ag03] realiza a Rotatória de Praia (6)	Blog Pedreira na Vidraça [Ag03] reforça convite para Vá de Branco (7) - Expõe o Decreto 13798/2009 - Contrapõe com notícia da Prefeitura da época da reforma da Praça da Estação (2003): <i>“As obras já começaram e o projeto prevê a revitalização do espaço público, dotando-o de infraestrutura adequada para manifestações culturais com grande aglomeração de pessoas. As fontes poderão ser desligadas, permitindo que toda área seja utilizada para eventos. (7)</i>	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam o Vá de Branco (8) <i>“Por volta de cinquenta pessoas estiveram na praça ontem, convocadas por um chamado anônimo. Nessa reunião, os presentes deliberaram para que seja articulado um movimento apartidário [...] em prol da cultura belorizontina. [...] O movimento iniciado pareceu apontar para um aliança do movimento cultural contra a medida” (8)</i>	Blogs Conjunto Vazio e Pedreira na Vidraça [Ag03] convocam para “Praia na Praça” (9) e “Praça-Praia” (10) no dia 16/01/10 contra o Decreto 13798/2009 <i>“Traga sua roupa de banho (bermuda, calção, biquini, maiô, cueca), boias, cadeiras, toalhas de praia, guarda-sol, cangas, farofa e a vitrolinha... Traga tambores e viola! Traga comida para um banquete coletivo!” (9) “Começamos com o anônimo Vá de Branco. E a tendência é só aumentar” (10)</i>
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)		R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag03] Blog Vá de Branco Convoca manifestação contra o Decreto 13798 (4) <i>“Os movimentos e grupos culturais foram pegos de surpresa” (5) “7 de janeiro, a partir das 17h Protesto em prol da cultura na Praça da Estação Vá de branco/não se deixe apagar” (4)</i>				
	ÚTIL (A2)						
	PARCEIRA (A3)						
PONTO ESTRATÉGICO						Decisão pela articulação de um movimento apartidário em prol da cultura (8)	O nome para o evento está em definição (9, 10)
FONTE	(01) 091202_0030000000_azucrina (02) 091202_0000000000_prefeitura_belo Horizonte (03) 091209_0030000000_prefeitura_belo Horizonte	(04) 091214_0030000000_vadebranco (05) 091214_0030000000_vadebranco(2) (06) 091213_0030000000_youtube(porquinho)	(07) 100106_0030000000_pedreiravidraca (08) 100108_0030000000_pedreiravidraca (09) 100113_0030000000_conjuntovazio	(10) 100113_0030000000_pedreiravidraca			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 29 - Análise da Ação 3 (parte 2)

	16 janeiro 2010 (+3 dias)	20 janeiro 2010 (+4 dias)	21 janeiro 2010 (+1 dia)	23 janeiro 2010 (+ 2 dias)	26 janeiro 2010 (+3 dias)	29 janeiro 2010 (+3 dias)	
AGENTE QUE AGE	<p>[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO</p> <p>Manifestantes [Ag03] realizam 1ª Praia da Estação (1,2,3)</p> <p>“[Manifestantes] transformaram o local em uma praia para protestar contra a proibição da prefeitura de realizar eventos em praças públicas da capital mineira.” (1)</p> <p>“Cerca de 70 pessoas, segundo a Prefeitura da capital, transformaram a Praça da Estação em uma 'praia' para chamar a atenção para a proibição de grandes eventos populares no local.” (2)</p>	<p>[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO</p> <p>[Fis02] - RESILIÊNCIA</p> <p>[A4] Residual (após A1)</p> <p>Manifestantes [Ag03] contratam caminhão-pipa para suprir fontes que estão desligadas (4)</p> <p>“O forte calor e a falta de água preocupam. Surge a ideia: vamos chamar um caminhão pipa! Uma garota passa arrecadando o dinheiro da vaquinha e cerca de 2 horas e R\$ 150 reais depois, para delírio geral, um caminhão pipa realmente estaciona na caótica avenida Andradas, bem em frente à praça.” (4)</p>	<p>Blog Praça Livre BH [Ag03] convoca para Praia da Estação no dia 23/01/10 (5)</p> <p>“Para @s desavisad@s, caiu sobre a praça, na surdina da virada do ano, um decreto que proíbe “eventos de qualquer natureza” na praça da Estação. Qual a sua opinião? Compareça para curtir a praça e conversar sobre isso!” (5)</p>	<p>[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO</p> <p>Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação (6)</p> <p>“Temos um encontro marcado para hoje 21 de janeiro para conversarmos sobre tudo isso que tem acontecido. Praça da Estação – 18hrs” (6)</p>	<p>[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO</p> <p>Manifestantes [Ag03] realizam 2ª Praia da Estação</p>	<p>[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO</p> <p>Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação (7)</p> <p>- Criação de abaixo-assinado;</p> <p>- Elaboração de um manifesto explicitando objetivo de derrubada do decreto</p> <p>[Fis03] - CONECTIVIDADE</p> <p>[A7] Subtrativa (após A3)</p> <p>Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Regional Noroeste (8)</p> <p>“Uma iniciativa descentralizada de discussão, levando-a para acontecer no bairro, através de uma ocupação de uma praça de lá.” (8)</p>	<p>Prefeitura de BH [Ag07] publica Decreto 13863 (10)</p> <p>- Institui a Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação, “com a finalidade de definir regras especiais para a utilização desse espaço público para a realização de eventos”</p> <p>- a Comissão apenas tem representantes do Executivo (10)</p> <p>Blog Praça Livre [Ag03] convida para 1º Sarau na Praça no dia 31/01/10 (11)</p>
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	<p>TEMERÁRIA (A1)</p> <p>[Ag07] Prefeitura de BH</p> <p>“O chafariz que deveria ter sido acionado às 11h da manhã, não foi.” (3)</p> <p>“[Secretário da Regional Centro-Sul] identificou depredação na praça e confirmou que não há previsão de liberação do espaço” (2)</p>						
	ÚTIL (A2)						
	<p>PARCEIRA (A3)</p> <p>R-1 ASSIMILAÇÃO</p> <p>[Ag06] Pessoas do local (3)</p> <p>“Repórter: Está se sentindo numa praia de verdade? Entrevistada: Mais ou menos. Eu estou sentindo mais poder manifestar minha indignação pela falta de espaços culturais”. (3)</p> <p>[Ag04] Guarda Municipal e Polícia</p> <p>“Estão aqui pacificamente, em princípio sem causar tumulto.” (3)</p>	<p>R-1 ASSIMILAÇÃO</p> <p>[Ag06] Pessoas do local (4)</p> <p>“Gente voltando do trabalho adere à festa” (4)</p> <p>R-2 SUJEIÇÃO</p> <p>[Ag06] Pessoas do local (4)</p> <p>“As pessoas observam pela janela [dos carros] não acreditando no que estão vendo.” (4)</p> <p>[Ag09] Imprensa local (4)</p> <p>“Imprensa fica sabendo e comparece”</p>					
PONTO ESTRATÉGICO		Adoção do caminhão-pipa como um dos símbolos da resistência da ação frente à negativa de diálogo com a Prefeitura	Primeira menção à “Praia da Estação” (5)	Instituição do modelo de discussão horizontal semanal entre as “praias”		Primeiro registro de “conectividade” da Praia com outras ações	
FONTE	(01) 100116_0030000000_g1 (02) 100116_0030000000_oglobo (03) 100116_0030000000_r7(video)	(04) 100119_0030000000_overnundo (05) 100120_0030000000_pracalivrebh (06) 100121_0030000000_pracalivrebh(3)	(07) 100125_0030000000_pracalivrebh(4) (08) 100126_0030000000_pracalivrebh(2) (09) 100127_0030000000_pracalivrebh(2)	(10) 100129_0030000000_prefeitura_belo Horizonte (11) 100129_0030000000_pracalivrebh(2)			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 30 - Análise da Ação 3 (parte 3)

	30 janeiro 2010 (+1 dia)	31 janeiro 2010 (+1 dia)	01 fevereiro 2010 (+1 dia)	02 fevereiro 2010 (+1 dia)	04 fevereiro 2010 (+1 dia)	06 fevereiro 2010 (+2 dias)	07 fevereiro 2010 (+1 dia)
AGENTE QUE AGE	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 3ª Praia da Estação	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis03] - CONECTIVIDADE [A7] Subtrativa (após A3) Manifestantes [Ag03] realizam 1º Sarau na Praça "Realização já põe por terra vários sentidos atribuídos a esse termo" - não foi um evento restrito, particular; - não foi meramente cultural (também um ato de desobediência); - não foi restrito a intelectuais (5) "Isso abre caminho para a reconstrução do significado do termo sarau" (5)	Prefeitura de BH [Ag07] cogita abrir Praça para grandes eventos culturais (1) - Assume que a proibição de eventos foi provisória, após estudo apontar "problemas graves na estrutura do local" (1) - Pretende encontrar solução que permita uso com manutenção da integridade do espaço (1) - Ponderou que jovens também se manifestem sobre pichação, "um grave problema na cidade em que muitos deles se envolvem" (1) - Estuda realização do Carnaval no Centro, já em 2011 (1)	Blog Praça Livre BH [Ag03] lança abaixo-assinado em arquivo .doc, para ser impresso à vontade e replicado - Argumentação construída em cima de leis infringidas pelo Decreto 13798/2009 (3) Blog Praça Livre BH [Ag03] convida para Domingo Nove e Meia na Praça da Estação no dia 07/02/10 (4)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 4ª Praia da Estação	[Fis03] - CONECTIVIDADE [A6] Aditiva (após A3) Manifestantes [Ag03] realizam Domingo Nove e Meia na Praça da Estação
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)		R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag03] Blog Praça Livre BH ironiza declarações do prefeito (2) "Antes de mais nada, eles estão conseguindo mais adeptos, é preciso que o senhor dê mais declarações. [...] A repercussão foi ótima, além de fazer a sociedade perceber que são um bando de pichadores e arruaceiros, no interior do movimento foi plantada a semente da discórdia." (2)				
	ÚTIL (A2)						
	PARCEIRA (A3)						
PONTO ESTRATÉGICO		Pretendem realizar novos "saraus" (5)	O blog Praça Livre BH assina com o pseudônimo coletivo de Luther Blisset. Em alguns posts, o personagem "Q." (do livro "Q, O Caçador de Hereges") passa a "responder" diretamente ao prefeito, como um espião infiltrado na Praia da Estação.	Relatam: - Constituição Federal (arts. 6º, 182) - Estatuto da Cidade (art. 2º) - Lei Orgânica de BH (art. 18) (3) Domingo Nove e Meia já ocorria desde 2007 no Viaduto Sta. Teresa			

FONTE (01) 100202_0030000000_pracalivrebh (02) 100202_0030000000_pracalivrebh(2) (03) 100202_0030000000_pracalivrebh(3) (04) 100202_0030000000_pracalivrebh(4) (05) 100202_0030000000_pracalivrebh(5)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 31 - Análise da Ação 3 (parte 4)

	11 fevereiro 2010 (+5 dias)	11 fevereiro 2010 (+5 dias)	13 fevereiro 2010 (+2 dias)	15 fevereiro 2010 (+2 dias)	17 fevereiro 2010 (+2 dias)	18 fevereiro 2010 (+1 dia)	19 fevereiro 2010 (+1 dia)
AGENTE QUE AGE	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação (1) "Caloroso encontro para discutirmos a Praça da Estação, o Decreto, a Comissão, a Cidade, a gente..." (1) Blog Praça Livre BH [Ag03] divulga poema do cantor Maurício Tizumba em apoio à Praia (2)	Governo de Minas Gerais [Ag07] apoia 3ª edição da Meia Maratona Linha Verde, para ocorrer em 14/03/2010, com partida na Cidade Administrativa de Minas Gerais e chegada na Praça da Estação (3) "A Meia Maratona Linha Verde, em sua 3ª edição, passa por diferentes pontos da capital mineira, alternando seu percurso entre o moderno e o histórico" (3)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 5ª Praia da Estação	Blog Praça Livre BH [Ag03] informa que, apesar de eventos estarem proibidos pelo Decreto 13798/2009, são garantidas pela Constituição Federal, no Art. 5º, a livre manifestação do pensamento (inciso IV) e a reunião pacífica (inciso XVI) (4) Blog Praça Livre BH [Ag03] convida interessados para a organização de um evento no dia 6/3/10. "seja propondo atividades, como debate, oficina, mostra de vídeo, música, malabares, teatro ou o que for; ou auxiliando nas discussões ou demais correrias para a sua realização" (5)	Blog Praça Livre BH [Ag03] divulga site onde está sendo planejado o Evento (6) "Tá no ar o Wiki do Evento. Ele vai ajudar a organizar informações para esse projeto, e vai servir na divulgação também! [...] A edição dele é também aberta, bastando clicar em "EDIT" para poder mexer nos textos e organização da página. Para funções como fazer Upload de arquivos e imagens, mexer no modelo de wiki, e outras é necessário fazer um login pessoal. Nada complicado. Informe-se e ajude (se quiser)!" (6)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação (7) "Ainda de ressaca do Carnaval, vai ter uma reunião as 19hs na Praça da Estação dando sequencia aos assuntos que já vem sendo tratados! Uma das pautas será o Evento! Outras coisas também serão discutidas! Compareça!" (7)	Blog Praça Livre [Ag03] convida para 2º Sarau na Praça no dia 21/02/10 (8) "Mês passado aconteceu o primeiro sarau na Praça, e foi bem bacana. Foram cerca de 30 pessoas. O espaço é totalmente aberto, não havendo mediadores, nem convidados especiais e nem outras formalidades. Apareça e faça o sarau acontecer!" (8)
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)						
	ÚTIL (A2)						
	PARCEIRA (A3)						
PONTO ESTRATÉGICO				O argumento de que o que realizam é uma "livre manifestação do pensamento" passará a ser utilizado pelos manifestantes em momentos de interposição pelos agentes reguladores.			
FONTE	(01) 100209_0030000000_pracalivrebh(2) (02) 100211_0030000000_pracalivrebh (03) 100211_0030000000_corrempelomundo	(04) 100215_0030000000_pracalivrebh (05) 100215_0030000000_pracalivrebh(2) (06) 100217_0030000000_pracalivrebh	(07) 100218_0030000000_pracalivrebh (08) 100219_0030000000_pracalivrebh				

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 32 - Análise da Ação 3 (parte 5)

	20 fevereiro 2010 (+1 dia)	21 fevereiro 2010 (+1 dia)	25 fevereiro 2010 (+6 dias)	26 fevereiro 2010 (+1 dia)	27 fevereiro 2010 (+1 dia)	28 fevereiro 2010 (+2 dias)	03 março 2010 (+3 dias)
AGENTE QUE AGE	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 6ª Praia da Estação	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis03] - CONECTIVIDADE [A7] Subtrativa (após A3) Manifestantes [Ag03] realizam 2º Sarau na Praça	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação <i>Blog Praça Livre [Ag03] convida para Bicicletada no dia 26/02/10 (1)</i> <i>“E fica o convite para que participem da Bicicletada tradicional de toda última sexta feira do mês: Bicicletada (Tradicional) Data: 26/02 Local: Pça da Estação Concentração: a partir das 18:00hs Saída: 20:00hs Trajeto definido na hora. +++ Ocupe a cidade! +++” (1)</i>	<i>Blog Praça Livre [Ag03] publica manifesto pela erradicação do Decreto – de uma comissão popular independente, articulada em 7 de janeiro de 2010 (2)</i> <i>“Todos devemos lutar pela nossa praça e combater aqueles que dão apoio à este decreto anti-popular que visa a implementação do apartheid social, a criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e do dissenso. Lembramos que o dissenso – e não o consenso, como quer a tradição liberal – é o elemento fundante da democracia.” (2)</i>	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 7ª Praia da Estação	<i>Blog Praça Livre [Ag03] publica panfleto “Nasce uma rebelião a partir de um Decreto” (3)</i> <i>“Caso queira imprimir, CLIQUE AQUI e baixe o arquivo em PDF, contendo três panfletos por folha A4. Imprima o quanto quiser, altere se quiser ... distribua de qualquer forma.” (3)</i>	<i>Blog Praça Livre [Ag03] disponibiliza cartaz do Evento e pede apoio na sua divulgação (4)</i> <i>“Abaixo alguns arquivos para, se você quiser ajudar a divulgar, poder baixar, imprimir e divulgar por aí!” (4)</i>
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)						
	ÚTIL (A2)						
	PARCEIRA (A3)						
PONTO ESTRATÉGICO				O Manifesto reúne assinaturas de 29 entidades da sociedade civil		O panfleto estimula a ocupação de todas as praças, ruas e espaços da cidade. <i>“Que façamos da cidade local de vivências e alegria, e não só um espaço de consumo e de passagem para nossas rotinas de trabalho e estudo” (3)</i>	
FONTE	(01) 100225_0030000000_pracalivrebh (02) 100226_0030000000_pracalivrebh (03) 100228_0030000000_pracalivrebh(2)	(04) 100302_0030000000_pracalivrebh(2)					

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 33 - Análise da Ação 3 (parte 6)

	04 março 2010 (+1 dia)	06 março 2010 (+2 dias)	11 março 2010 (+5 dias)	13 março 2010 (+2 dias)	14 março 2010 (+1 dia)	
AGENTE QUE AGE	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis03] - CONECTIVIDADE [A7] Subtrativa (após A3) Manifestantes [Ag03] realizam 8ª Praia da Estação associada ao 1º Eventão (1) Apenas os eventos programados para a manhã aconteceram na Praça (oficinas, poesias, performances, teatro infantil, etc) (1)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) Manifestantes [Ag03] tomam a Avenida dos Andradas, paralisam o trânsito e, gritando palavras de ordem, se dirigem para baixo do Viaduto Santa Teresa para a realização dos shows previstos (1,2)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação <i>Blog Praça Livre [Ag03] convida para Audiência Pública no dia 24/03/10 (3) e ironiza ação da Prefeitura no Eventão através do "agente Q." (4) "Enquanto estes sujeitos se uniam para pedir a queda do decreto e o movimento não passava de uma festa da esquerda festiva, estava tranquilo. Agora não, a coisa está ficando perigosa. Imagine o Senhor que entre eles já começam a surgir alguns questionamentos." (4)</i>	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 9ª Praia da Estação	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) Manifestantes [Ag03] confrontam fiscais da Prefeitura de BH <i>"Perguntei: porra, mas piquenique é proibido? 'É'. O fiscal chegou pegando a cadeira e se recusando a devolver, até que um banhista gritou: 'então deixa recibo com sua assinatura e a explicação do porquê da apreensão, senão isto é roubo!' Daí ele soltou a cadeira. Os fiscais sabem que nenhum juiz do mundo vai justificar a apreensão da comida no isopor de um piquenique. (5)</i>
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)	R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag04] Prefeitura BH (Secretário Regional, fiscais e funcionários) [Ag04] Guarda Municipal e Polícia Militar - Encontravam-se espalhados pela praça desde 8h da manhã - Algumas horas depois o contingente policial saiu - Os shows programados não puderam acontecer na praça (1)	R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag04] Fiscais da Prefeitura de BH Apreenderam caixas de gelo de vendedores ambulantes que permaneceram na Praça (2)	R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag04] Fiscais da Prefeitura de BH e Polícia Militar (5) Enquanto era montado o palco para Meia Maratona, fiscais pediram para manifestantes retirarem isopor, cadeiras de praia, guarda-sóis e cangas, alegando "apropriação indevida do espaço público". Polícia foi acionada e disse que se impedissem montagem da estrutura, haveria repressão. (5)		
	ÚTIL (A2)					
	PARCEIRA (A3)					
PONTO ESTRATÉGICO		O aparato de "controle" acionado pela Prefeitura <i>"Depois de dois meses do início da Praia da Estação a prefeitura resolveu dar a cara na Praça. Mas ela não foi sozinha, chegou muito bem acompanhada" (1)</i>			O entendimento dos limites da lei por parte dos manifestantes	
FONTE	(01) 100307_0030000000_pracalivrebh(3) (02) 100308_0030000000_pracalivrebh (03) 100311_0030000000_pracalivrebh(3)	(04) 100311_0030000000_pracalivrebh (05) 100315_0030000000_pracalivrebh(2)				

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 34 - Análise da Ação 3 (parte 7)

	17 março 2010 (+3 dias)	18 março 2010 (+1 dia)	19 março 2010 (+1 dia)	20 março 2010 (+1 dia)	21 março 2010 (+1 dia)	23 março 2010 (+2 dias)	24 março 2010 (+1 dia)
AGENTE QUE AGE	<p>Blog Praça Livre [Ag03] convoca para Audiência Pública do dia 24/03/10</p> <p><i>“É fruto da demanda de uma ONDA de protestos – como saraus, encontros, reuniões, o Evento, blogs, posts, panfletos – e dentre eles a intitulada Praça da Estação. [...] A reivindicação é tão consistente que ganhou voz na Câmara dos Vereadores através de Arnaldo Godoy, vereador responsável pelo agendamento da Audiência. [...] Quem quiser ir, deve refletir e estudar materiais e demandas [...] e mandar ver lá na audiência, de forma objetiva e clara.” (1)</i></p>	<p>Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO</p> <p>Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação</p> <p><i>“Essa reunião será preparatória para a Audiência Pública que se realizará dia 24 de Março, para discutir a Praça da Estação, sua regulamentação e o decreto ditatorial 13.798. Divulgue, Compareça, pense propostas, convide amig@s ou qualquer pessoa. Se conhecer algum pessoa que tenha conhecimento sobre o funcionamento de audiências públicas, convide também!” (2)</i></p>	<p>Blog Praça Livre [Ag03] convida para Bicletada Extra</p> <p><i>“A Bicletada engrossa o caldo da praia mais uma vez! Este sábado tem mais uma Bicletada de Praia na Praça da Estação às 10hs da manhã! Esta será um evento “extra”, lembrando que a Bicletada é uma reunião de ciclistas e usuários de outros transportes não-poluente que acontece no mundo inteiro sempre às últimas sextas-feiras do mês.” (3)</i></p>	<p>Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO</p> <p>Manifestantes [Ag03] realizam 10ª Praia da Estação</p>	<p>[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis03] - CONECTIVIDADE [A7] Subtrativa (após A3)</p> <p>Manifestantes [Ag03] realizam 3º Sarau na Praça</p> <p><i>“O espaço é totalmente aberto, não havendo mediadores, nem convidados especiais e nem outras formalidades. Apareça e faça o sarau acontecer!” (4)</i></p>	<p>Prefeitura de BH [Ag07] publica Decreto 13906 (5)</p> <p>- Passa a exigir caução de 10% ao promotor de evento, com devolução até 30 dias após o mesmo, descontados valores referentes a danos ao patrimônio público</p> <p>- Detalha critérios para “eventos de mínima dimensão”</p> <p>- Apresenta modelo de “Termo de Responsabilidade” a ser assinado pelo promotor do evento. (5)</p>	<p>Prefeitura de BH [Ag07] realiza uma Audiência Pública para discutir Decreto 13798/2009 e repercussões (6)</p>
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:							
TEMERÁRIA (A1)							
ÚTIL (A2)							
PARCEIRA (A3)							<p>R1 - ASSIMILAÇÃO</p> <p>[Ag03] Manifestantes presentes questionam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a permissão para realização da Meia Maratona Linha Verde na Pç. Estação - o porquê da proibição de eventos especificamente na Pç. Estação - o contrassenso da proibição, uma vez que o espaço da Praça foi projetado para essa função (não tendo, inclusive, árvores em sua esplanada) (6)
PONTO ESTRATÉGICO							
FONTE	(01) 100317_0030000000_pracalivrebh (02) 100315_0030000000_pracalivrebh (03) 100319_0030000000_pracalivrebh(2)	(04) 100319_0030000000_pracalivrebh (05) 100323_0000000000_prefeitura_belo Horizonte (06) 100325_0030000000_pracalivrebh					

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 35 - Análise da Ação 3 (parte 8)

	25 março 2010 (+1 dia)	27 março 2010 (+2 dias)	29 março 2010 (+2 dias)	31 março 2010 (+2 dias)	03 abril 2010 (+3 dias)	07 abril 2010 (+4 dias)	10 abril 2010 (+3 dias)
AGENTE QUE AGE	Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis03] - CONECTIVIDADE [A7] Subtrativa (após A3) Manifestantes [Ag03] realizam 11ª Praia da Estação, associada a Bicicletada Extra (manhã) e manifesto contra cancelamento do FIT (tarde) (1) "Teve início numa concentração na Praça, sob a sombra rala de uma árvore, e continuou numa passeata que percorreu a rua da Bahia e a Av. Afonso Pena até a sede da Prefeitura de Belo Horizonte." (1)	Blog Praça Livre [Ag03] divulga o rascunho de um projeto de lei que "Declara espaço público como sendo TERRITÓRIOLIVRE e dá outras providências" (2) "Art. 1º – A Praça da Estação, local histórico de manifestações culturais, sociais e políticas do povo belorizontino, passa a ser TERRITÓRIOLIVRE MUNICIPAL, assim compreendido como espaço privilegiado para a realização de eventos de qualquer natureza." (2)	Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação "Atenção banhistas: nossa reunião foi antecipada para 18h! Na sequência (com trem e tudo), vamos conversar com o pessoal do Família de Rua no Centro Cultural da UFMG." (3)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 12ª Praia da Estação	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação "Na pauta, estão os seguintes temas: 1) Realização do próximo Evento 2) Tentativa de Ação Civil Pública para derrubada do Decreto 3) Repercussões práticas da Audiência Pública" (4)	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 13ª Praia da Estação
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)						
	ÚTIL (A2)						
	PARCEIRA (A3)		R-1 ASSIMILAÇÃO [Ag06] Pessoas do trajeto (1) "A defesa da Cultura de BH era aplaudida por onde passávamos, e na Rua da Bahia fomos recebidos com muito confete improvisado pelos moradores dos edifícios" (1)				
PONTO ESTRATÉGICO			O entendimento do viés legal para a regulamentação do que se pretendia para a Praça da Estação				

FONTE (01) 100328_0030000000_pracalivrebh
(02) 100329_0030000000_pracalivrebh(3)
(02) 100329_0030000000_pracalivrebh

(04) 100406_0030000000_pracalivrebh(2)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 36 - Análise da Ação 3 (parte 9)

	11 abril 2010 (+1 dia)	14 abril 2010 (+3 dias)	17 abril 2010 (+3 dias)	21 abril 2010 (+4 dias)	24 abril 2010 (+3 dias)	28 abril 2010 (+4 dias)	01 maio 2010 (3 dias)
AGENTE QUE REAGE	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis03] - CONECTIVIDADE [A7] Subtrativa (após A3) Manifestantes [Ag03] realizam 4º Sarau na Praça	Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação	Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 14ª Praia da Estação <i>Blog Praça Livre BH [Ag03] convida para o 2º Evento (1)</i> <i>“Um encontro lúdico-festivo-político num local onde atualmente é proibido ter eventos de qualquer natureza. Para o 2º EVENTÃO acontecer, basta ter gente para propor, e gente para correr atrás das coisas necessárias. Vídeos, Debates, Oficinas, Música, Teatro, Exposição de materiais...” (1)</i>	Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação	Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 15ª Praia da Estação <i>“Leve batuques, leve ranga para banquete, leve disposição a desobedecer e não pedir permissão a ninguém, desfrute de sorrisos sinceros, leve leveza. Já temos um arsenal...” (2)</i>	Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam reunião na Praça da Estação	Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Manifestantes [Ag03] realizam 16ª Praia da Estação
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)						
	ÚTIL (A2)						
	PARCEIRA (A3)						
PONTO ESTRATÉGICO							
FONTE	(01) 100417_0030000000_pracalivrebh (02) 100423_0030000000_pracalivrebh						

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 37 - Análise da Ação 3 (parte 10)

	04 maio 2010 (tempo 0)	04 maio 2010 (tempo 0)	05 maio 2010 (+1 dia)	08 maio 2010 (+3 dias)	28 maio 2010 (+20 dias)		
AGENTE QUE AGE	<p>Prefeitura de BH [Ag07] publica Decreto 13960 (1)</p> <p>“Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009.</p> <p>Art. 2º Os eventos deverão ser licenciados conforme o estabelecido no Decreto nº 13.792, de 02 de dezembro de 2009, e em Portaria da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul destinada a disciplinar a realização de eventos na Praça da Estação.” (1)</p>	<p>Prefeitura de BH [Ag07] publica Decreto 13961 (2)</p> <p>“Art. 1º O Anexo I do Decreto nº 9.687, de 21 de agosto de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte Grupo II-A:</p> <p>“II-A - Utilização da Praça da Estação para realização de eventos, proporcionalmente ao número de dias:</p> <p>1 - De 1 a 2 dias - R\$ 9.600,00; 2 - De 3 a 4 dias - R\$ 14.400,00; 3 - De 5 a 6 dias - R\$ 19.200,00.” (2)</p>	<p>Prefeitura de BH [Ag07] publica Portaria SARMU-CS nº 02/2010 (3)</p> <p>- Autorização para eventos na Praça a cargo da Regional Centro-Sul</p> <p>- Lista eventos que poderão ocorrer gratuitamente na Praça e as respectivas exigências (como documentos necessários e cuidados com limpeza e a danos no local)</p> <p>- Lista o valor da caução a ser cobrada por evento, proporcional ao público estimado (3)</p>	<p>[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis03] - CONECTIVIDADE [A7] Subtrativa (após A3)</p> <p>Manifestantes [Ag03] realizam 17ª Praia da Estação associada ao 2º Eventão e à Marcha da Maconha (4)</p> <p>“Tivemos o prazer de receber os amigos da Marcha da Maconha, um grupo de ativistas globais que lutam pela legalização da maconha. O evento tomou proporções inesperadas” (4)</p>	<p>Blog Praça Livre [Ag03] divulga que Prefeitura e Coca Cola transmitirão Copa das Confederações e Copa do Mundo a partir de estruturas montadas na Praça da Estação e no Parque JK (5)</p> <p>“De 11 de junho a 11 de julho, a Praça da Estação e o Parque JK serão transformados em “Arenas de Comemorações”, com transmissão de jogos e realização de eventos gratuitos diariamente. [...] Para ter acesso aos shows e assistir aos jogos do Brasil, os interessados deverão trocar 1kg de alimento não-perecível” (5)</p>	<p>Blog Praça Livre [Ag03] questiona postura de manifestantes após a revogação do Decreto 13798/2009 (6)</p> <p>“O cala-boca caiu bem? O primeiro decreto (n. 13.798) caiu como esse último (n. 13.961) não cairá? Ou o último derrubou, diante de bons olhos, as mobilizações que surgiram depois do primeiro? [...] O que sobrou do último Eventão, além da acomodação e o marasmo re-instalado?” (6)</p>	
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)						
	ÚTIL (A2)						
	PARCEIRA (A3)						
PONTO ESTRATÉGICO							
FONTE	(01) 100504_0030000000_prefeitura_belo Horizonte	(02) 100504_0030000000_prefeitura_belo Horizonte(2)	(03) 100505_0030000000_prefeitura_belo Horizonte	(04) 100514_0030000000_pracalivre bh	(05) 100528_0030000000_pracalivre bh	(06) 100528_0030000000_pracalivre bh(2)	

Fonte: Elaborado pelo autor.

(B) Ações e Reações

A Prefeitura de Belo Horizonte (Ag07) publica o Decreto 13798 em 09/12/2009, proibindo o uso da Praça da Estação para “eventos de qualquer natureza” a partir de janeiro de 2010 (GER). Já no dia 14/12/2009, o blog Vá de Branco (Ag03) convoca para 07/01/2010 uma manifestação, de mesmo nome, contrária ao Decreto (R4→A1). A manifestação acontece na data marcada, com cerca de 50 pessoas (Ag03). Decidindo pela articulação de um movimento apartidário em prol da cultura, blogs (Ag03) divulgam nova manifestação na semana seguinte, já com a simbologia de uma “praia” na Estação. Durante a 1ª Praia da Estação, enquanto Guarda Civil e Polícia Militar (Ag04) e passantes do local (Ag06) reagem entendendo a manifestação como pacífica (R1→A3), a Prefeitura reage (R4→A1) ordenando a não ligação das fontes da praça, como de costume. Os manifestantes, então, reagem (R4→A1) contratando um caminhão-pipa. Após a Praia, blogs convocam uma reunião no dia 21/01/2010 para discussão dos rumos dessa ação. Nessa reunião foram instituídas as reuniões semanais, juntamente com as praias aos finais de semana (R4→A1). Após 13 dias da 1ª Praia, a Prefeitura institui uma comissão para estudar a regulamentação de eventos na Praça da Estação composta integralmente por membros do Executivo (R4→A1).

Os blogs adicionam à sistemática praia-reunião: (a) a figura dos eventos culturais - sejam novos (como os saraus, eventões) ou aqueles já existentes (como Domingo 9 e Meia, Bicicletada) e (b) a panfletagem impressa e virtual de manifestos e convites. Fica completa, assim, a tétrede “praia-reunião-evento-panfletagem” que regerá as ações dos manifestantes, na pressão pela revogação do Decreto (R4→A1).

Os manifestantes recebem apoio de artistas como Maurício Tizumba e de representantes de 29 entidades da sociedade civil (Ag03) (os quais assinam um manifesto único) (R1→A3).

Na realização do 1º Eventão em 06/03/2010, logo pela manhã há um aparato formado por Guarda Civil, Polícia Militar, secretário e fiscais municipais. Parte das ações programadas acontecem, enquanto outras (como shows) são proibidas (R4→A1). Os manifestantes tomam a Avenida dos Andradas, paralisam o trânsito e, gritando palavras de ordem, se dirigem para baixo do Viaduto Santa Teresa para a realização dos shows previstos (R4→A1).

Com o apoio do vereador Arnaldo Godoy (Ag03) é realizada uma Audiência Pública para discussão das demandas da Praia da Estação, onde manifestantes apontam incoerências no Decreto 13798/2009 e nas ações da Prefeitura (R1→A3). Segundo Fidélis Alcântara, um dos organizadores:

LEGENDA	
GER	ação geratriz
Ag	agentes
R1	rç. assimilação
R2	rç. sujeição
R4	rç. subjugação
A3	aç. parceira
A1	aç. temerária
A7	aç. subtrativa
A6	aç. aditiva
A4	aç. residual
Fis1	neg.-criação
Fis2	resiliência
Fis3	conectividade

A Prefeitura desiste de barrar a Praia – o que eu percebo é isso. Ela desistiu, porque ela viu que quanto mais ela enfrentava, mais a coisa crescia, mais virava notícia. Virou uma resistência ao governo Lacerda – nunca um decreto custou tão caro para um prefeito. (ALCÂNTARA, 2022 - Anexo 04)

Assim, a Prefeitura revoga Decreto 13798/2009 em 04/05/2010, mas publica duas outras leis (GER): o Decreto 13961/2010 que traz os custos a serem pagos pelos promotores de eventos na Praça da Estação e a Portaria SARMU-CS 02/2010 que lista os eventos que podem acontecer gratuitamente na praça. Mas, para Fidélis, há um jogo sutil nisso:

a Prefeitura simplesmente não responde a tempo. E aí você perde o prazo. A estratégia da Prefeitura para você não ocupar o espaço público é ela não responder a sua demanda a tempo. E aí você perde o prazo: “agora não dá mais para fazer”. (ALCÂNTARA, 2022 - Anexo 04)

Motivados pelas consequências dessas novas leis - cuja mudança mais perceptível é a exigência de cercamento com controle de acesso em eventos na Praça da Estação - e pelas demais incoerências na condução da política cultural e social do município (em detrimento dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014), os manifestantes inauguram uma nova etapa de reações que culminará tanto na formação do Bloco da Praia quando na estruturação do movimento Fora Lacerda (R4→A1).

Há uma provocação na Praia [...] para que as pessoas que estavam participando da Praia criassem blocos. [...] Em 2010 há uma primeira tentativa, que se consolida em 2011, de vários blocos saírem de vários lugares diferentes da cidade e encontrar na Praça da Estação e formar o Bloco da Praia – ele é a união de vários blocos. (ALCÂNTARA, 2022 - Anexo 04)

A partir de 2010, meio de 2010, chega uma feirante da Feira Hippie lá na Praia, com os ferros da barraca, encosta na árvore e fala: “jovens, vocês têm um poder muito grande. Vocês são a única oposição ao governo Lacerda, vocês têm uma responsabilidade muito grande.. Eles querem privatizar a Feira Hippie, há um plano para colocar a Feira Hippie na administração de uma empresa privada. Isso é uma irresponsabilidade, precisamos da ajuda de vocês! Por favor, ajudem os feirantes, ajudem a Feira Hippie a continuar como é... “ Aí ela vai embora e ninguém conversa com ela. Ficamos olhando para a cara um do outro: “alguém pegou o telefone dela, alguém sabe mais?” Não... Aí na reunião da 4ª feira na Praia, nós percebemos que precisávamos fazer um outro movimento, porque a Praia [...] tinha um objetivo de

LEGENDA
GER
ação geratriz
Ag
agentes
R1
rç. assimilação
R2
rç. sujeição
R4
rç. subjugação
A3
aç. parceira
A1
aç. temerária
A7
aç. subtrativa
A6
aç. aditiva
A4
aç. residual
Fis1
neg.-criação
Fis 2
resiliência
Fis3
conectividade

ocupação do espaço público e de derrubada do decreto. Então nós criamos o Fora Lacerda. [...] O pessoal da Praia consegue agregar movimentos sociais, movimentos sindicais e outros movimentos ao redor do Fora Lacerda. (ALCÂNTARA, 2022 - Anexo 04)

Também o agente **Academia (Ag10)** (**R1**→**A3**), extrapolando Tempo e Meio, é responsável por, a partir da experiência das praias, avançar o conhecimento rumo à retomada dos espaços públicos. Há uma produção acadêmica intensa sobre essa ação, conforme Quadro 38.

Quadro 38 - Pesquisas que abordam a Praia da Estação

ANO	AUTOR	TITULO
2012	Juliana Gonzaga Jayme e Eveline Trevisan	Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte (Artigo)
2012	Igor Thiago Moreira Oliveira	Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte (Dissertação de Mestrado)
2012	Igor Thiago Moreira Oliveira e Juarez Tarcísio Dayrell	Uma Praia nas alterosas: formas ativistas contemporâneas na cidade de Belo Horizonte (Artigo)
2012	Thálita Motta Melo	Praia da Estação: O movimento de carnavalização nãooficial de Belo Horizonte sob a ótica da etnocenologia (Artigo)
2013	Carolina Abreu Albuquerque	Ei, polícia, a praia é uma delícia!: rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação (Dissertação de Mestrado)
2013	Milene Migliano Gonzaga	Praia da Estação como ação política - relato de experiências, envolvimento e encontros (Artigo)
2013	Igor Thiago Moreira Oliveira e Juarez Tarcísio Dayrell	Uma Praia nas alterosas: formas de ser da contestação social juvenil em Belo Horizonte (Artigo)
2014	Thálita Motta Melo	Praia da Estação: carnavalização e performatividade (Dissertação de Mestrado)
2015	Maria Natalina, Marina Fares, Rachel Castro, Regina Caminha, Yasmine Evaristo	Pré Projeto Zona Cultural Praça da Estação (site)
2016	Elias Gibran Valadares Cunha e Rosimeri Carvalho da Silva	A luta deita no cimento: a Praia da Estação e sua relação com o Poder Público (Artigo)
2016	Milene Migliano Gonzaga	Entre gafanhotos e vaga-lumes: a potência narrativa na criação de outros imaginários políticos na Praia da Estação (Artigo)
2016	Caroline Craveiro	Zona Cultural Praça da Estação - cultura como isca da gentrificação: desafios para uma gestão pública da cidade para o cidadão (Artigo)
2016	Fernanda Mingote Colares Luz	Deslocamento do olhar: análise das práticas sociais da região do Baixo Centro de Belo Horizonte (MG) (Artigo)
2017	Felipe Bernardo Furtado Soares, Marília Pimenta Chaves, Bernardo Neves, Natacha Rena	Zona Cultural Praça da Estação, Belo Horizonte: conflitos entre estratégias de gentrificação do Estado-capital e táticas anti-gentrificação de movimentos sociais (Artigo)
2018	Milene Migliano Gonzaga	Transformação política por meio de narrativas juvenis nos fragmentos da "Praia da Estação" (Artigo)
2018	Milene Migliano Gonzaga	Entre a praça e a internet: a potência narrativa na criação de outros Imaginários políticos na Praia da Estação, em Belo Horizonte (Tese de Doutorado)
2019	Carlos Eduardo Frankiw de Andrade	Ruas livres: insurgências do Uso, Desvios do Espaço e Direito à Cidade na Belo Horizonte Contemporânea (Tese de Doutorado)

LEGENDA
GER
ação geratriz
Ag
agentes
R1
rç. assimilação
R2
rç. sujeição
R4
rç. subjugação
A3
aç. parceira
A1
aç. temerária
A7
aç. subtrativa
A6
aç. aditiva
A4
aç. residual
Fis1
neg.-criação
Fis 2
resiliência
Fis3
conectividade

ANO	AUTOR	TITULO	LEGENDA
2019	Milene Migliano Gonzaga	A experiência da Praia da Estação: outras narrativas, multiterritorialidade e resistências no centro de Belo Horizonte (Artigo)	GER ação geratriz
2019	Patrícia Amorim e Paula André	Movimento Praia da Estação: dinâmicas urbanas, cultura e criatividade (Artigo)	Ag agentes
2019	Jansen Lemos Faria	Disputa pelo espaço público em Belo Horizonte - a Praça e a Praia da Estação (Artigo)	R1 rç. assimilação
2020	Igor Viana	Políticas da performatividade: a experiência da Praia da Estação em Belo Horizonte e a afirmação de um direito menor (Artigo)	R2 rç. sujeição
2020	Milene Migliano Gonzaga	Entre a praça e a internet: outros imaginários políticos possíveis na Praia da Estação (E-book)	R4 rç. subjugação
2020	Pauline Bosredon e Flavio Carsalade	Da Praia da Estação ao Conselho Municipal de Cultura: Mobilizações urbanas e direito à cidade em Belo Horizonte - Minas Gerais, Brasil (Artigo)	A3 aç. parceira
			A1 aç. temerária
			A7 aç. subtrativa
			A6 aç. aditiva
			A4 aç. residual

Fonte: Elaborado pelo autor.

(C) Ações Resultantes

A Praia da Estação foi uma ação que mostrou um jogo bem intenso de ações e reações entre manifestantes e Prefeitura de Belo Horizonte. Esse jogo, por si só, não traz o “certo” e o “errado”, o “bom” e o “mau” e sim quem age e quem reage. Desse modo, as ações resultantes podem ser analisadas do ponto de vista da Prefeitura (a partir das reações dos manifestantes) ou o contrário - ações resultantes do ponto de vista dos manifestantes (a partir das reações da Prefeitura). Entendendo que a promoção de fissuras no espaço público não virá da estrutura dominante do Estado, por contrariar o cerne do seu interesse por controle e por parcerias com o Mercado, e sim daqueles que buscam a recusa consciente a essas estruturas de poder, a pesquisa assume o segundo ponto de vista.

Nesse sentido, a atitude dos **manifestantes** de contratação de caminhão-pipa já na 1ª Praia da Estação por causa das fontes não ligadas, bem como do percurso até o Viaduto Santa Teresa a partir da proibição de realização de show do Eventão na Praça e, mesmo, de enfrentamento de fiscais que insistiam em confiscar os itens de praia “da Praia” mostram **Ações Residuais (A4)** à subjugação da Prefeitura (por ver a manifestação como uma Ação Temerária).

Ao mesmo tempo, as reações de assimilação e submissão dos **demais utilizadores da Praça e da rede de manifestantes-apoiadores** construída durante esse período de cinco meses constituíram condições favoráveis para que ações que já ocorriam (Domingo 9 e Meia, Bicicletadas, Marcha da Maconha) fossem aglutinadas às praias como **Ações Aditivas (A6)**; assim como os saraus, eventos, reuniões, panfletagens e, mesmo, as tentativas de expandirem a discussão da retomada dos espaços públicos para outros locais de Belo Horizonte, todos eles mostram exemplos de **Ações Subtrativas (A7)** que se desdobraram das praias pelos **manifestantes**.

(D) *Características de uma fissura*

Negação-criação (Fis1) é uma característica implícita já na 1ª Praia. A recusa ao Decreto 13798/2009 traz a proposta de uma ação que converte a aridez da Praça em uma praia com quase todos os atributos, à exceção da areia. A criação está também na tétrede de táticas (“praia-reunião-evento-panfletagem”), as quais entravam como frentes simultâneas abertas contra a medida impositiva. Essa estratégia permitiu que mais agentes fossem incorporados no jogo, dando oportunidades de contribuição naquilo que mais se afinizavam.

Já a Resiliência (Fis2) é percebida nas ações residuais (A4). Os manifestantes têm uma persistência favorecida pela tétrede de táticas e as discussões (nem sempre consensuais) sobre os rumos a tomarem. Porém, o entendimento da legislação aplicável foi um componente usado a favor durante e depois da ação:

Perguntei: “porra, mas piquenique é proibido? “É”. O fiscal chegou pegando a cadeira e se recusando a devolver, até que um banhista gritou: “então deixa recibo com sua assinatura e a explicação do porquê da apreensão, senão isto é roubo!” Daí ele soltou a cadeira. Os fiscais sabem que nenhum juiz do mundo vai justificar a apreensão da comida no isopor de um piquenique. (PROIBIRAM, 2010 - on-line)

ABAIXO ASSINADO: Considerando os fundamentos da democracia participativa e da cidadania, previstos no art. 1º da Constituição de 1988, nós, cidadãos de Belo Horizonte abaixo assinados e identificados, no uso de nossos direitos políticos e sociais garantidos pela Lei Maior da República Federativa do Brasil, manifestamos nossa inconformidade com o teor do Decreto Municipal nº 13.798, de 9/12/2009, que proibiu a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. Entendemos que, ao impedir a realização de eventos, que consistem em atividades culturais e de lazer, o referido Decreto contraria o art. 6º da Constituição da República, bem como seu art. 182 e a Lei Federal que o regulamenta (Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/2001), e, ainda o art. 18, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. (ABAIXO, 2010 - on-line)

Então, até hoje, [pelo fato d]a ocupação do espaço público em Belo Horizonte não ter uma lei que seja constitucional, ela pode ser burlada através do artigo 5º [incisos IV e IX] da Constituição. Porque a lei que tem é inconstitucional. Agora, quando chega uma grande empresa, que vai fazer evento, que vai fazer negócio, aí ela não consegue usar [o artigo 5º como qualquer cidadão], porque é uma empresa que está

LEGENDA	
GER	ação geratriz
Ag	agentes
R1	rç. assimilação
R2	rç. sujeição
R4	rç. subjugação
A3	aç. parceira
A1	aç. temerária
A7	aç. subtrativa
A6	aç. aditiva
A4	aç. residual
Fis1	neg.-criação
Fis 2	resiliência
Fis3	conectividade

produzindo. A partir do momento em que ela vai fazer um evento com patrocínio, ela vai ter que entrar nessas regras. (ALCÂNTARA, 2022 - Anexo 04)

[No caso de blocos de Carnaval] a gente notifica a PM 48h antes – atualmente, para não dar problema, a gente avisa 1 semana antes – e deixa claro que aquilo NÃO é um bloco de carnaval e sim uma “manifestação político-cultural” de acordo com o Art. 5º da Constituição. Alguns blocos ainda saem na cidade assim. (ALCÂNTARA, 2022 - Anexo 04)

Enfim, a **Conectividade (Fis3)** foi a característica mais marcante na ação da Praia da Estação, uma vez que, transversalmente, houve um diálogo com as experimentações anteriores a 2010 e com as ações que já aconteciam no período das praias (Bicicletada, Domingo 9 e Meia, Marcha da Maconha, etc.) - fato corroborado pelas declarações de Fidélis Alcântara:

Foi muito legal... O que ela [Márcia Amar All] estava fazendo é a mesma coisa da Praia, só que num movimento solitário ali - e muito bacana – de resistência, de ocupação do espaço público. [...] A ação dela é emblemática também. [Depois] ela passa a frequentar a praia. (ALCÂNTARA, 2022 - Anexo 04)

Já existia um grupo Praia na Rotatória. [...] Tinha o Domingo Nove e Meia, um movimento cultural [que acontecia] debaixo do viaduto Santa Teresa, todo domingo, 9h30 da manhã.. tinha saraus... De ocupação do espaço público, nessa época também, tinha o Sarau Vila Lata, que era desse pessoal também, esse mesmo povo, que já fazia pequenas intervenções no espaço urbano. O próprio Duelo de MCs era um grupo que se reunia na Praça da Estação e ficava duelando sem microfone. Então, já tinham pequenas coisas. A Praia vai agregar isso tudo. (ALCÂNTARA, 2022 - Anexo 04)

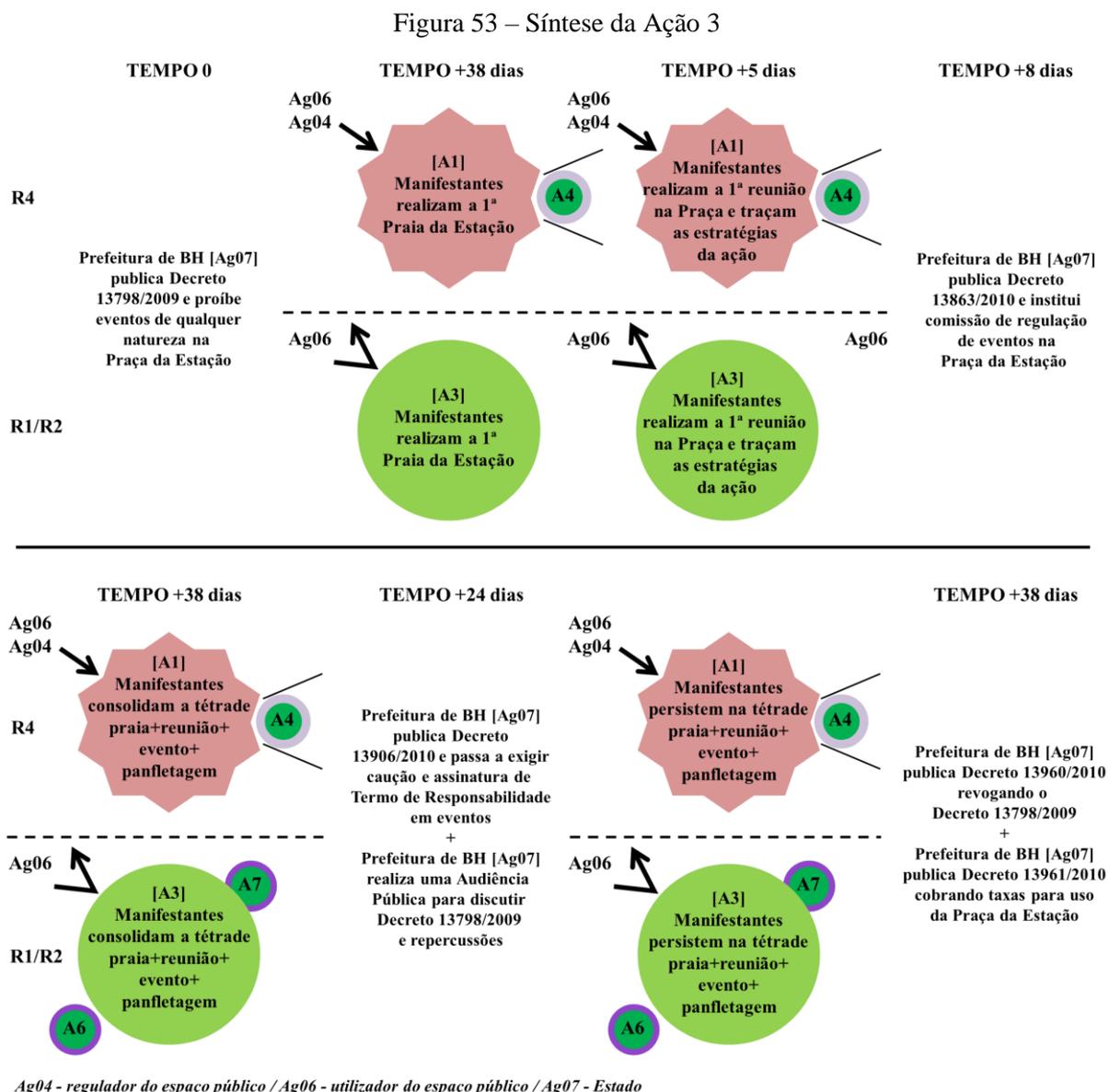
Além disso, houve um importante apoio na estruturação de manifestações contra o cancelamento do Festival Internacional de Teatro, a política de despejos e a pressão imobiliária na região da Isidora³⁶, por exemplo. Com a derrubada do Decreto 13798/2009 e a consolidação do Bloco da Praia nos próximos anos, a ação se mescla ao carnaval de rua e o *blog* Praça Livre BH - que se firmou como um “porta-voz” das praias - passa a aglutinar, com mais força, informações sobre a realização do Mercocidades em Belo Horizonte, o escândalo do Wikileaks,

³⁶ Situada na porção extremo-norte de Belo Horizonte, é um grande remanescente verde, objeto de disputa entre a empresa Granja Werneck S/A (associada a construtoras e incorporadoras) e a população lá residente, desde que o vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte passou por um processo de valorização impulsionado por sucessivos investimentos do Estado, principalmente a partir do século XXI. (nota do autor)

LEGENDA
GER
ação geratriz
Ag agentes
R1
rç. assimilação
R2
rç. sujeição
R4
rç. subjugação
A3
aç. parceira
A1
aç. temerária
A7
aç. subtrativa
A6
aç. aditiva
A4
aç. residual
Fis1
neg.-criação
Fis 2
resiliência
Fis3
conectividade

a divulgação da Marcha das Vadias, o apoio às ocupações urbanas, etc, com uma maior estruturação em torno dos impactos da Copa 2014 e do Fora Lacerda. Ainda que a análise de ações e reações promovida pela pesquisa se interrompa no momento da revogação do Decreto 13798/2009, foi elaborado um gráfico (Anexo 08) que mostra as ações que foram divulgadas no *blog* Praça Livre BH durante e após o período de vigência do decreto proibitivo.

(E) Diagrama-síntese (Figura 53)



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4.3 – Ação 4: Fernando Soares na Praça Floriano Peixoto

A seguir, mostra-se a configuração estudada sobre a ação de Fernando Soares.

(A) Quadro-resumo (Quadros 39 e 40)

Quadro 39 - Análise da Ação 4 (parte 1)

		19 abril 2012 (-3 dias)	22 abril 2012 (tempo 0)	23 abril 2012 (+1 dia)	28 abril 2012 (+6 dias)				
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	AGENTE QUE AGE	Mostra Palavra Som tem início na Praça Floriano Peixoto <i>“Um espaço para a música autoral e independente. Além dos diversos shows, a Mostra também contou com oficinas sobre a Semiótica da Canção, Escrita de Letras a partir da Tanka Japonês e Abstração e Criação. [...] Assim, durante os três dias do Festival, conseguiram aliar música e debate em torno de temas que comumente não chegam ao grande público, restritos ao meio acadêmico.” (1)</i>	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Fernando Soares [Ag03] [Ag06], questiona a grade de proteção do gramado da Floriano Peixoto (2) <i>“A produtora do Palavra Som [...] tinha sido surpreendida, da noite para o dia, da obrigação de cercar aquele espaço [as áreas gramadas]. Aquela espaço não tinha sido requisitado pela Regional [Centro-Sul] para ser cercado. Então eu já sabia dessa questão. [...] Eu fui perguntar pro fiscal: ‘por que está ocorrendo isso?’ E o fiscal falava que foi uma determinação de cima” (3)</i>	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO Fernando Soares [Ag03] [Ag06], remove a grade e se senta na grama (2) <i>“Ele [o fiscal] chamou [...] a Guarda Municipal. Na hora que a Guarda Municipal chegou eu já estava para tirar a cerca. E aí o Guarda Municipal falou: ‘se você entrar aí, se pisar nessa grama aí, a gente vai te prender, vai te levar preso’. Aí eu disse: ‘não, sem problemas... eu vou pisar e sentar.’” (3)</i>	Joviano Mayer, advogado, e Rafael Barros, antropólogo [Ag06] questionam a arbitrariedade e desproporcionalidade na reação da Polícia (2)	[Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) Joviano [Ag03] publica seu relato sobre o acontecido em mídia oficial (2) <i>“Não descansaremos até que os agentes públicos diretamente envolvidos, o Município de Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais sejam responsabilizados civil e penalmente. Mais do que isso, não descansaremos enquanto houver cercas nesta cidade, pois preferimos lutar a perder nossa dignidade.” (2)</i>	[Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) Rafael [Ag03] faz um relato na reunião do Conselho de Cultura (COMUC) e solicita a votação de uma moção de repúdio (3) <i>“Acho inadmissível que um espaço público possa ser cercado, privatizado, e o cidadão ser obrigado a se submeter aos interesses e às orientações de uma empresa privada, para usar um espaço, que é dele por direito, e também que a gente sofra e se submeta a esse tipo de situação” (6)</i>	[Fis01] - NEGAÇÃO-CRIAÇÃO [Fis03] - CONECTIVIDADE [A6] Aditiva (após A3) Manifestantes [Ag03] protestam na Praça Floriano Peixoto contra as prisões de Fernando, Joviano e Rafael (7) <i>“O protesto contou ainda com um farto piquenique sobre o gramado, que foi projetado para que as pessoas possam pisá-lo.” (7)</i>	
	AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)		R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag04] Fiscais, Guarda Municipal e Polícia Militar Durante os questionamentos, fiscais acionam a Guarda Municipal e a Polícia Militar (2)	R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag04] Polícia Militar Fernando recebe voz de prisão	Joviano e Rafael recebem voz de prisão <i>“De acordo com o boletim de ocorrência número 1153255, da PM, as prisões foram por desobediência, resistência à prisão e por tentarem impedir a ação dos policiais.” (4)</i>			R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag04] Guarda Municipal e Polícia Militar (7) <i>“Horas antes, sete guardas municipais e três PMs marcaram presença no local para impedir a manifestação, mas, na hora do ‘deitar e rolar’ tinham ido embora e nem a chuva atrapalhou a festa.” (7)</i>
	AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	ÚTIL (A2)							
	AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	PARCEIRA (A3)			R1 - ASSIMILAÇÃO [Ag03] Pessoas que estavam na Praça e amigos dos três detidos <i>“Manifestação de inúmeras pessoas na entrada da delegacia” (2)</i> <i>“Amigos que nos acompanharam durante a noite na delegacia de policia” (2)</i>	R1 - ASSIMILAÇÃO [Ag03] Blog Olho de Corvo Republica e comenta o relato de Joviano <i>“O efetivo policial militar se mostra ausente na proteção aos seus cidadãos, mas totalmente presente quando se trata de cumprir ordens do Estado-Polícia.” (5)</i>	R2 - SUJEIÇÃO [Ag07] Presidente do Conselho de Cultura Solicitou que Rafael elaborasse uma proposição de moção de repúdio para a próxima reunião, para votação (6)	R1 - ASSIMILAÇÃO [Ag06] Pessoas do local (7) <i>“Adultos e crianças se divertiram com animais de estimação, comendo frutas, biscoitos, algodão doce e pipoca.” (7)</i>	
PONTO ESTRATÉGICO				Joviano aciona a Súmula Vinculante 11, do Superior Tribunal Federal, que proíbe o uso de algemas se a pessoa não oferecer resistência à prisão		O relato de Rafael de que o projeto de requalificação da Praça, de autoria do arquiteto Flávio Carsalade, previa que o gramado fosse “utilizado como um espaço de convivência e de lazer” (6)	A reportagem reforça que o gramado foi projetado para receber pessoas		
FONTE		(01) 130224_0004000000_outros criticos (02) 120424_0004000000_forum (03) Anexo 05	(04) 120428_0004000000_estadodeminas (05) 120427_0004000000_olhodecorvo (06) 120614_0004000000_dombh	(07) 120428_0004000000_estadodeminas					

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 40 - Análise da Ação 4 (parte 2)

	02 maio 2012 (+4 dias)	22 maio 2012 (+20 dias)	11 setembro 2012 (+112 dias)	12 outubro 2012 (+31 dias)	04 março 2015 (+2,4 anos)	04 outubro 2017 (+2,6 anos)	
AGENTE QUE AGE	[Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) Deputado Durval Ângelo [Ag07] requer audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1) "Para discutir denúncias sobre agressão ocorrida na Praça Floriano Peixoto, em 22/4/2012 - de guardas municipais e policiais militares a Fernando da Silva Soares, estudante de Arquitetura da UFMG, Rafael Barros, membro do Conselho Municipal de Cultura, e Joviano Mayer, advogado." (1)	[Fis02] - RESILIÊNCIA [A4] Residual (após A1) Audiência Pública [Ag07] é realizada, com primeira manifestação pública de Fernando Soares [Ag03] (2) (6) Desdobramentos: - Requer encaminhamento às corregedorias da Polícia Militar e da Guarda Municipal das notas taquigráficas da audiência - Solicita informações sobre apurações sobre as agressões sofridas por Fernando, Joviano e Rafael (2)	[Fis02] - RESILIÊNCIA Em nova reunião do Conselho de Cultura, Rafael Barros [Ag03] apresenta proposta para moção de repúdio, citando: - obrigatoriedade de cercamento do gramado, quando eventos anteriores (promovidos por UNIMED e Governo de MG) não tiveram esse condicionante; - tratamento dispensado aos três (sendo um deles, advogado); - não-observância da Lei 10277/2011 que proíbe cercamento de atividade em praça pública; - necessidade de apuração dos fatos (3)	Conselho de Cultura [Ag07] retoma discussão da moção de repúdio a partir de votação de parecer de uma conselheira (que indicava que a moção não fosse levada em votação) (4)	Fernando e Joviano [Ag03] são formalmente acusados pelo Ministério Público por desobediência, desacato e resistência à prisão (5) "Na denúncia do Ministério Público (MP), consta que universitário e advogado reagiram violentamente à prisão." (5) "O Ministério Público não pôs ele [Rafael] no processo - porque a prisão não tinha argumento. O Rafael estava tentando ligar pra alguém, pra acionar a Comissão de Prerrogativas da OAB. E, na hora que ele estava ligando, o capitão deu a voz de prisão para ele." (6)	Juiz [Ag7] absolve Fernando e Joviano das acusações (7) "Ressaltou que o acontecido não merecia o indiciamento, nem sequer a denúncia e a prisão dos acusados, devido às arbitrariedades praticadas." (7) "Não cabe somente absolvê-los, mas, acima de tudo, em nome do Poder Judiciário e do Estado de Minas Gerais, pedir desculpas pelas atrocidades praticadas pelo despreparo técnico e emocional dos agentes públicos envolvidos nas prisões" (7)	
AGENTE QUE REAGE ENXERGANDO A AÇÃO COMO:	TEMERÁRIA (A1)		R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag07] Conselheira Pede vistas à moção, para a qual será feito um parecer (3)	R4 - SUBJUGAÇÃO [Ag07] Conselheiros 12 votos favoráveis à relatora, resultando no arquivamento da moção (4)			
	ÚTIL (A2)						
	PARCEIRA (A3)		R2 - SUJEIÇÃO [Ag07] Presidente Substituto do Conselho de Cultura "Esclareceu que a votação da moção seria realizada na próxima reunião ordinária" (2)	R2 - SUJEIÇÃO [Ag07] Conselheiros 8 votos contrários (e uma abstenção) à relatora "Questionaram o uso do espaço público pela iniciativa privada, bem como a legislação referente ao cercamento das praças para eventos e utilização pública" (4)			
PONTO ESTRATÉGICO		Requerimento foi arquivado em janeiro de 2015 pelo motivo de "final de legislatura"					

FONTE (01) 120502_0004000000_almg(2)
(02) 120522_0004000000_almg
(03) 121013_0004000000_dombh

(04) 121120_0004000000_dombh
(05) 150304_0004000000_otempo
(06) Anexo 05

(07) 171004_0004000000_tjmg

Fonte: Elaborado pelo autor.

(B) Ações e Reações

Essa ação de menor repercussão entra na análise pela peculiaridade das táticas de divulgação acionadas e pelo resultado obtido. Devido ao pequeno volume de informação disponível a partir da busca no Google, foi imprescindível a entrevista com Fernando para o entendimento das motivações e dos desdobramentos seguintes.

A ação de Fernando Soares (Ag03) mostra-se, inicialmente, como reação a uma determinação tardia de fechamento das áreas gramadas da Praça Floriano Peixoto, durante a realização da Mostra Palavra Som, em 22/04/2012. Por ser amigo de uma das produtoras, ele acompanhou a urgência dela em isolar as áreas (uma vez que essa solicitação não estava na autorização original), com o evento já ocorrendo. Nesse contexto, tem início sua ação de questionar ao fiscal (Ag04) o fechamento dos gramados (GER). Ambos, fiscal e Fernando, se mostram irredutíveis em posições (o fiscal em acompanhar o fechamento do gramado, Fernando em questionar o fechamento).

O fiscal aciona a Guarda Municipal (Ag04) que, por sua vez, aciona a Polícia Militar (Ag04) (R4→A1). Diante da decisão de Fernando de remover a grade (R4→A1), a Guarda o adverte da possibilidade da prisão (R4→A1). Fernando remove a grade e se senta no gramado (R4→A1) quando, então, recebe a voz de prisão da Polícia (R4→A1). Nesse momento, Joviano Mayer (Ag06) se apresenta como advogado de Fernando, aciona a Súmula Vinculante 11 do STF e exige a soltura do seu cliente (R4→A1). A Polícia não aceita os argumentos trazidos e também dá voz de prisão a Joviano (R4→A1). Rafael Barros (Ag06), que acompanhava a situação, se opõe às duas prisões anteriores (R4→A1) e, ao tentar argumentar, também acaba detido pela Polícia Militar (R4→A1). A acusação contra os três foram por desobediência, resistência à prisão e tentativa de impedimento da ação dos policiais.

Durante o conflito na praça e enquanto estavam na delegacia, muitas pessoas manifestaram apoio aos três detidos (R1→A3). Na delegacia há um novo conflito durante o registro das versões do que aconteceu e os três são soltos durante a madrugada.

No dia seguinte à detenção, Joviano e Rafael divulgam as arbitrariedades da noite anterior - Joviano a um jornal digital e Rafael na reunião do Conselho de Cultura do qual fazia parte (R4→A1). Há uma divisão de táticas: enquanto o relato de Joviano é compartilhado em *blogs*, Rafael tenta aprovar uma moção de repúdio às ações dos agentes públicos. Nesse tempo, é organizada uma manifestação em apoio aos três para o dia 28/04/2012 (R1→A3). Nesse dia os

LEGENDA	
GER	ação geratriz
Ag	agentes
R1	rç. assimilação
R2	rç. sujeição
R4	rç. subjugação
A3	aç. parceira
A1	aç. temerária
A7	aç. subtrativa
A6	aç. aditiva
A4	aç. residual
Fis1	neg.-criação
Fis2	resiliência
Fis3	conectividade

manifestantes (Ag03) realizam um piquenique sobre o gramado da Praça Floriano Peixoto. Enquanto cerca de 7 guardas municipais e 3 policiais militares aguardavam alguma ordem para impedir a manifestação (R4→A1), as pessoas presentes (incluindo crianças com animais de estimação) aprovaram a interação (R1→A3).

Os próximos passos dessa ação não se dão no espaço público, mas no campo institucional. Fernando Soares dá depoimento em audiência na Comissão de Direitos Humanos (Ag7), que consegue aprovar requerimento solicitando às corregedorias da Polícia Militar e da Guarda Municipal informações sobre apuração de denúncias de violação de direitos fundamentais e abuso de autoridade (R1→A3).

Rafael redige uma moção de repúdio que é apresentada ao Conselho de Cultura. Com o pedido de vistas de uma conselheira (Ag07) (R4→A1), a votação é adiada para a próxima reunião. No mês seguinte, a conselheira apresenta um parecer indicando a não aprovação da moção de repúdio (R4→A1 - os conselheiros (Ag07) se manifestam com 8 votos contrários, 1 abstenção e 12 votos favoráveis ao parecer da conselheira, a moção é arquivada (R4→A1).

Considerando que Joviano e Fernando tinham sido formalmente denunciados pelo Ministério Público (Ag07) por desobediência, desacato e resistência à prisão (R4→A1), a ação transcorreu por alguns anos até que em 2017 (cinco anos após o conflito na Praça Floriano Peixoto), ambos são absolvidos pelo juiz da 7ª Vara Criminal (Ag07) de Belo Horizonte (R1→A3), que pede desculpas a ambos em nome do Poder Judiciário de Minas Gerais.

(C) Ações Resultantes

Joviano e de Rafael realizam Ações Aditivas (A6) em apoio àquela de Fernando. Quando os três envolvidos divulgam o fato ocorrido, eles realizam Ações Residuais (A4) às arbitrariedades nas abordagens tanto na Praça quanto na delegacia, levando a questão para várias instâncias de discussão. Já a manifestação marcada para o fim de semana seguinte ao conflito de abordagem representa uma Ação Aditiva (A6) motivada na confiança de que a ação dos três jovens não foi errada e de que grama é para ser usada.

(D) Características de uma fissura

A ação de Fernando ao questionar o bloqueio do gramado e desafiar as estruturas de controle se sentando no objeto protegido mostra a Negação-criação (Fis1):

O maior absurdo que achei é que tinha um evento de música à noite, mas tinha muita criança, muita família com criança. E as crianças assim, ou ali naqueles brinquedos

LEGENDA
GER
ação geratriz
Ag
agentes
R1
rç. assimilação
R2
rç. sujeição
R4
rç. subjugação
A3
aç. parceira
A1
aç. temerária
A7
aç. subtrativa
A6
aç. aditiva
A4
aç. residual
Fis1
ncg. -criação
Fis 2
resiliência
Fis3
conectividade

ou correndo [nos caminhos]. E o gramado lá atrás – é um gramado para ser usado. Então, criança correndo, caindo.. Eu lembro de uma menina caindo e ralando o joelho e o pai puxando.. E eu: “gente, um gramado daquele tamanho...e tanta criança aqui correndo...” Então isso me gerou uma revolta geral e eu fui perguntar pro fiscal: “por que está ocorrendo isso?”

Nesta ação, a **Resiliência (Fis2)** está presente nas ações residuais realizadas fora do espaço público - mas a ele vinculado. A estratégia de divulgação imediata do conflito (relato de Joviano a jornal), bem como o acionamento - também imediato - dos meios institucionais (Rafael junto ao Conselho de Cultura e Fernando junto à Comissão de Direitos Humanos), associados ao conhecimento da legislação aplicável podem ter tido influência na absolvição futura dos acusados:

JOVIANO MAYER: Exigi – e não solicitei, por que direito fundamental não se transige – que as algemas fossem imediatamente retiradas, afinal “meu cliente” não oferecia qualquer resistência à prisão. Iludido com a possibilidade de convencer com argumentos a autoridade policial, cheguei a fazer menção à súmula vinculante número 11 do STF que prevê ser lícito o uso de algemas somente “em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia”. (AVELAR, 2012, on-line)

RAFAEL BARROS: Ademais, mencionamos a Lei nº 10.277/11 que, em seu artigo quinto, diz que “A atividade realizada em Praça do Município não poderá ser cercada e será gratuita”. O regulamento se aplica a diversas atividades que, frequentemente, são realizadas nas praças da capital, como a Praça da Estação, inclusive sob a responsabilidade do município, e que, no entanto, sofrem com cerceamento do espaço de uso comum configurando-se em descumprimento legal. Outrossim, repudia-se a forma de tratamento utilizada contra os três cidadãos envolvidos na referida ação por parte dos agentes públicos de segurança municipais e estaduais que, além de ferirem as prerrogativas da OAB ao prenderem um advogado no exercício de sua função, infringiram, entre tantas outras instruções normativas, os seguintes artigos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.(Artigo 5º; Inciso III; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988). É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. (Artigo 5º; Inciso IX; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988). Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (Artigo III; Declaração Universal dos Direitos Humanos; 1948).

LEGENDA	
GER	ação geratriz
Ag	agentes
R1	rç. assimilação
R2	rç. sujeição
R4	rç. subjugação
A3	aç. parceira
A1	aç. temerária
A7	aç. subtrativa
A6	aç. aditiva
A4	aç. residual
Fis1	neg.-criação
Fis 2	resiliência
Fis3	conectividade

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado. (Artigo IX; Declaração Universal dos Direitos Humanos; 1948) (BELO HORIZONTE, 2012c)

FERNANDO SOARES: Você não pode ser algemado, se não oferece resistência. [É a Súmula Vinculante 11] que a gente alegou lá.

[...] Tinha uma versão dessa, que os ânimos tinham ficado muito exaltados, que o Joviano tinha tentado tirar a algema – ele simplesmente invocou a Súmula [Vinculante 11] e tentou que me desalgessem. (SOARES, 2022 - Anexo 05)

Por fim, há uma **Conectividade (Fis3)** associada à ação aditiva dos manifestantes (Ag03) em apoio aos três envolvidos no conflito, pelo fato de promoverem uma ação (piquenique no gramado) que reforça o que foi defendido por Fernando. Há, também, uma conectividade transversal a partir do momento em que Fernando Soares confirma ter participado das ações da Praia da Estação e da retomada do carnaval de rua:

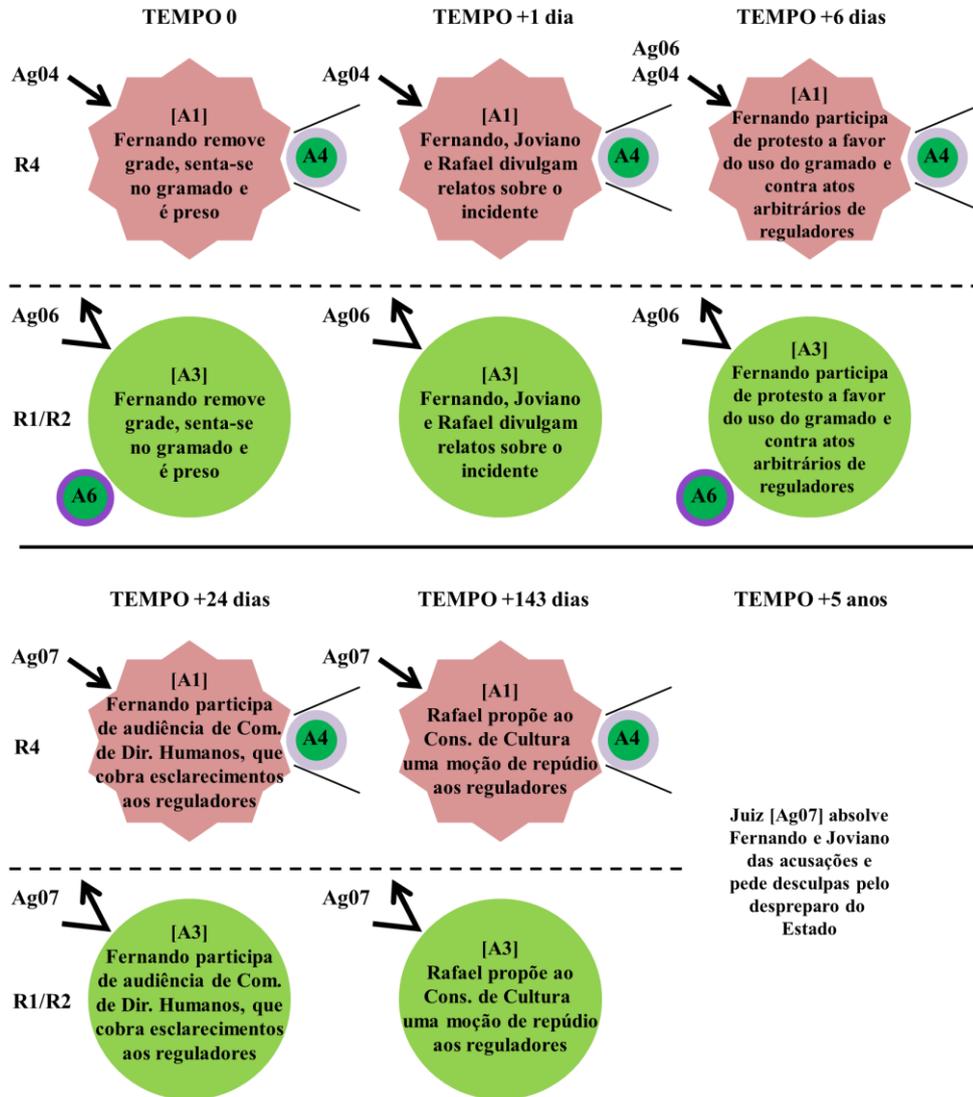
Eu fazia parte do Fora Lacerda, desde a Praia da Estação. Eu fui na primeira Praia, no ato Vá de Branco (recebi um e-mail de um anônimo) e eu chego ali e encontro várias pessoas já conhecidas da Arquitetura. Eu começo, de certa forma, ali, na discussão do espaço público. Na Escola de Arquitetura a gente sempre era permeado por essa discussão, mas como militante/ativista da causa, foi nesse momento mesmo do Fora Lacerda, dessa coisa da proibição da Praça da Estação – e aí a Praia da Estação. O primeiro Carnaval que eu vou é no Tico-Tico, em 2009; aí, em 2011 a gente sai com o Bloco da Praia – em 2010 a gente ainda não saiu com o Bloco da Praia. Em 2010, na verdade, eu conheço o pessoal do Mamanavaca, já na Praia. Então, assim, desde o Tico-Tico, em 2009.. Outro que eu participei em 2009 também foi o Peixoto - nessa época eu estava morando ali na Francisco Sales com Contorno; então era o bloco do meu bairro. (SOARES, 2022 - Anexo 05)

Também uma conectividade transversal pode existir se se entender que houve uma maior tolerância da Guarda Municipal e da Polícia Militar nas ações de Márcia Amar All na fonte da Praça Diogo de Vasconcelos e dos meninos de Ibirité na fonte da Praça da Liberdade (mostrada no tópico 4.1.7 - *Nados aleatórios em fontes*) motivada por desdobramentos da Audiência da Comissão de Direitos Humanos que solicitou às corregedorias da Guarda Municipal e Polícia Militar informações sobre os abusos de autoridade no caso da Praça Floriano Peixoto. Vale destacar que essa nova ação de Márcia ocorreu em setembro de 2012, no momento dessa discussão em instâncias superiores.

LEGENDA	
GER	ação geratriz
Ag	agentes
R1	rç. assimilação
R2	rç. sujeição
R4	rç. subjugação
A3	aç. parceira
A1	aç. temerária
A7	aç. subtrativa
A6	aç. aditiva
A4	aç. residual
Fis1	neg.-criação
Fis2	resiliência
Fis3	conectividade

(E) Diagrama-síntese (Figura 54)

Figura 54 – Síntese da Ação 4



Ag04 - regulador do espaço público / Ag06 - utilizador do espaço público / Ag07 - Estado

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.5 – Fase 4 (Inferência)

Finalizando o percurso metodológico proposto, retoma-se aqui a pergunta de pesquisa: *nesse momento de interregno, o processo de neoliberalização tem-se fortalecido, apesar da proliferação de movimentos de contraponto ao capitalismo. Entendendo o espaço público como uma arena comum a ambos, **em que medida o desvelamento de agentes, suas ações e reações no espaço público poderá contribuir para a retomada da rua como um local de convívio com o conflito?***

As reflexões a serem colocadas, sintetizando o percurso dessa pesquisa, buscam explicitar desafios e oferecer caminhos para a continuidade da luta pelo anseio em fissurar o espaço público. Cada tópico pretende mostrar uma “medida que poderá contribuir...”

Entender as reações geradas pelas ações

Considerando que a pesquisa caminha para um entendimento sobre condições que favorecem e que repelem a constituição de fissuras no espaço público, uma primeira constatação é a de que quanto mais forte for uma ação no sentido (potencial) de mudança, mais ela incomodará e, conseqüentemente, maior a reação a ela - em amplitude e/ou intensidade. Se ela é uma ação com força e dimensão suficientes pra provocar mudanças, a reação de quem não quer que mude tenderá a ser mais forte. Por isso, é importante começar a entender as ações que são fortes no espaço, a partir das reações que elas geram (ou geraram).

Reconhecer que os privilégios de quem (re)age influenciam a reação recebida

Um ponto a ser considerado é a hierarquização dos *status* menos suscetíveis a serem considerados como desviantes (BECKER, 2019), sobre os quais tenderão a incidir menos mecanismos de controle. Há uma escala: ser branco > ter condição financeira elevada (e/ou rede de influências) > ser do gênero masculino > ser heteronormativo. Assim, o fato de as pessoas envolvidas nas ações pesquisadas não serem pretas nem de poucos recursos financeiros afasta delas, de imediato, um tipo de abordagem mais agressiva da Guarda Municipal e da Polícia Militar. Ainda que possa ter havido uso de força desmedida e, até mesmo, abusos de autoridade nas reações aos agentes pesquisados, eles não tiveram suas vidas ameaçadas ou interrompidas.

MÁRCIA AMAR ALL: De meio dia às duas eu tomo sol aqui [na Praça Raul Soares] porque na piscina da casa da minha mãe o sol acaba - é aqui em Lourdes.

[...] *I ♥ the MG Police / No problem at all.* Meu melhor amigo nos dias atuais é o Cel. Vitor, que conheci nesta época, quando ele ainda era capitão e me protege até hoje. (AMAR ALL, 2022 - Anexo 03)

FIDÉLIS ALCÂNTARA: Hoje a classe média, a classe rica frequenta praça em Belo Horizonte. Antes não frequentava. Praça era lugar de pessoa em situação de rua e de pobre. A Márcia mesmo, que é uma pessoa da Zona Sul, é uma das responsáveis por isso. Ela tem um negócio de “na Europa, todo mundo faz isso, porque eu não posso fazer aqui em Belo Horizonte?” Sabe? Um deboche gigantesco... porque a família dela é rica! Um ícone da resistência, porque ela foi lá fazer o que ela já fazia na Europa. (ALCÂNTARA, 2022, Anexo 04)

FERNANDO SOARES: E a gente tem consciência dos privilégios. Eu tenho consciência dos meus privilégios. Se eu fosse uma outra pessoa, naquele contexto, acho que talvez eu teria receio. Branco, de classe média... Meu pai ficou sabendo que eu fui detido (eu tinha uns 20 minutos na delegacia) porque o comandante da Polícia Militar é primo-segundo do meu pai. Então, eu sabia ali. Tinha um contexto, você sabia que podia rolar uma treta, mas que não ia passar daquilo que passou – uma detenção de uma noite, ficar lá na delegacia, etc. (SOARES, 2022 - Anexo 05)

MANUEL ANDRADE: Algumas vezes houve interrupções momentâneas [das Rotatórias] até que se esclarecesse tudo com a polícia. Mas nunca houve violência por parte da polícia, talvez por que grande parte das pessoas, nesse momento, eram de classe média e brancas. [...] Meu pai, Rodrigo Andrade, é arquiteto e urbanista e foi professor da UFMG e projetou a reforma da praça da Lagoinha. (ANDRADE, 2022 - Anexo 06)

Contar com canais de discussão e difusão da ação

Mostra-se importante que ações motivadas por uma negação-criação contem com uma rede de mobilização e apoio. Essa rede dá suporte frente a reações de dominação (cooptação, subjugação e choque) e abre possibilidade a ações aditivas e subtrativas, um fator que favorece a conectividade. Nesse sentido, a discussão pautada na mídia não-oficial acessa pessoas sem o controle imposto pela mídia dominante e alinhada às estruturas de poder. Esse canal de comunicação foi um fator de destaque na ação da Praia da Estação, uma vez que, durante os cinco meses de vigência do Decreto 13798/2009 - motivador das “praias” -, pouca notícia saiu na mídia oficial; essa lacuna foi suprida e estruturada pelos *blogs*, que se inseriram no jogo como amplificadores das vozes daqueles manifestantes.

Até mesmo a ação de Márcia teve, proporcionalmente, maior repercussão na mídia oficial. Nesse caso, mais do que o ato de um banho de sol na Praça Raul Soares, o destaque estava no fato de ser o ato um banho de sol de uma mulher de biquini na Praça Raul Soares (mulher + biquini = “musa” da praça). A

interrupção abrupta da ação por Márcia pode mostrar uma cristalização (Holloway, 2013a) de uma brecha aberta, mas também - e isso merece destaque - o fato de que sua ação não tinha pretensões de se configurar em um movimento ou ação mais estruturada, próprio dos coletivos de viés anarquista (e que estiveram presentes nas ações posteriores). No contexto das ações analisadas, pode-se considerar que Márcia teve a negação-criação mais “cristalina”, aquela que é aberta a qualquer cidadão que decide recusar uma situação posta e fazê-la de *outra* forma.

No caso da ação de Fernando, houve pouca repercussão na mídia oficial e na não oficial. Porém, o destaque ficou por conta de uma resiliência “nos bastidores”, junto às instâncias próprias para a discussão do conflito. Cada um dos envolvidos tinha predisposições relevantes e canais estratégicos para acionar nessa discussão sobre o controle dos espaços públicos - ainda mais, no caso da Praça Floriano Peixoto, por empresas privadas. A absolvição cinco anos após o acontecimento, apesar de mostrar a morosidade no funcionamento das instituições públicas, joga luz a discrepâncias na conduta policial que leva para a delegacia quem pisa na grama.

No entanto, é importante destacar que tem havido uma mudança estrutural na forma de se interagir na internet, desde seu surgimento. Na época das ações analisadas (2008 e posteriores), havia um uso preponderante de *blogs* para manifestação escrita, associados a outras plataformas com outras especialidades - Flickr para fotos, Youtube para vídeos. Por meio de *desktops* e *laptops*, havia um tempo para escrita/postagem e outro tempo para debates *on-line*. Em termos de redes sociais, Orkut e um Facebook (ainda incipiente) inauguravam o conceito de redes sociais e eram utilizados para a marcação de eventos e, também, como ponto de discussões. É o contexto de chegada da Web 2.0 que se distingue da versão anterior (estática) por permitir que o usuário crie e compartilhe conteúdo (RUSCHEL, 2022).

Nos anos seguintes, no entanto, os *smartphones* e as redes *wi-fi*³⁷ de velocidade cada vez maior e custos mais acessíveis prescindiram da necessidade de uma localização estática. Ao mesmo tempo, as redes sociais - como Facebook, Instagram e Tiktok - proliferaram, assumindo cada vez mais as funções de agregarem escrita, imagens e vídeos. Os debates foram sendo substituídos pela escrita em 140 caracteres, vídeos de curta duração e possibilidade de velocidade acelerada, monetização por “visualizações e curtidas”, com a figura dos *digital influencers* tirando a espontaneidade de ações. Talvez a figura mais importante desse momento - e que faz com que não haja um consenso sobre se a humanidade já estaria experimentando a

³⁷ *Wireless Fidelity* - “fidelidade sem fio”

Web 3.0 - é a figura dos algoritmos e do *machine learning*³⁸. A entrega de conteúdo nas redes é cada vez mais direcionada a partir das pistas de consumo trazidas pelos usuários; a informação é filtrada e direcionada. Esse ponto de vista é compartilhado pelos quatro entrevistados:

MÁRCIA AMAR ALL: Considero hoje em dia a sociedade mais fechada. A própria juventude está diferente. A pandemia deixou as pessoas mais desconfiadas e reclusas. (AMAR ALL, 2022 - Anexo 03)

FIDÉLIS ALCÂNTARA: Hoje, nessa pulverização das redes sociais, diminuiu o debate político e dificultou mais essa mobilização. Hoje é muito mais uma representação do íntimo, das intimidades – e não de uma construção coletiva. Isso é raro você ver nas redes. Há também muito mais uma exposição das pessoas e da sua intimidade, das suas coisas do que das suas posturas, das suas ideias, dos seus desejos. É muito mais a representação de uma pessoa que “realizou” do que de uma pessoa que “está a fim de realizar”, que está a fim de fazer alguma coisa. As pessoas se apresentam como mais prontas, enquanto que eu acho que, a 10 anos atrás, as pessoas estavam muito mais envolvidas com “o que que nós vamos aprontar”. (ALCÂNTARA, 2022 - Anexo 04)

FERNANDO SOARES: Eu acho que é essa velocidade que faz com que a gente não tenha tempo para debater demais. É tanta coisa.. Igual grupo de WhatsApp. O tempo acelerou demais. [...] A lógica do Orkut – e até dos grupos de Facebook – ela são mais de você colocar uma coisa, faz uma discussão, tem o tempo da discussão. Tem horas que eu busco discussão no Facebook, até hoje. Esse Instagram eu só vejo coisas e publico coisas. Não tem nem um momento que você vê alguém com um pensamento diferente e tal. [...] Os algoritmos vão levando você a ficar naquela situação de conforto, em vez de debater com o outro, com o diferente, de ver coisas diferentes, de questionar coisas diferentes, de colocar-se aberto a, pelo menos, ouvir o outro – por mais que você não concorde com ele. (SOARES, 2022 - Anexo 05)

MANUEL ANDRADE: Bom, até o surgimento do Facebook, a internet funcionava de forma muito mais horizontal e pulverizada. As informações se encontravam soltas em blogs, sites e fóruns, não havia sequer mecanismos de busca eficientes anos atrás, e era preciso ir juntando as peças do quebra-cabeça, ir descobrindo e desbravando os caminhos por si só. Hoje existe uma hegemonia das redes como o Facebook, o Instagram e o Google e uma forte centralização do fluxo de informação pelos

³⁸ Aprendizado por máquinas

algoritmos dessas redes, o que acaba por limita, e muito, a liberdade de informação e tudo passou a ser mediado por essas empresas que escolhem qual informação viraliza e qual não. É uma grande perda da horizontalidade na rede que estamos vivenciando, basicamente o que não está nessas redes praticamente não existe... ninguém praticamente digita mais uma URL de um blog ou de um site mais e tudo é filtrado por esses conglomerados. E o que era positivo num momento, que todo mundo poderia ser um produtor de conteúdo, em contraste à mídia tradicional impressa ou transmitida pela TV, acaba dando voz e vez a muitas ideias que não são exatamente positivas e libertadoras, mas acabam dando mais força a influenciadores e ao mercado que os sustenta, que à liberdade de pensamento num sentido mais construtivo, acaba que notícias são reduzidas a manchetes ou a memes, e muitas das vezes a fonte sequer existe e temos o problema das Fake News. Enfim, é algo a se pensar, muito da liberdade da internet está se perdendo e centralizando na mão de poucas pessoas, e as informações dos usuários cada vez mais sendo comercializadas de forma nada transparente. (ANDRADE, 2022 - Anexo 06)

Conhecer a legislação aplicável

Mas, o ponto que mais chama a atenção em todos os casos narrados e/ou estudados é a importância do conhecimento da legislação aplicável. Saber as regras do jogo que é jogado dá uma maior autonomia sobre os limites que podem ser atingidos e os meios que podem ser acessados. Quando Márcia disse à imprensa “não faço loucura, sei até onde posso ir” (OLIVEIRA, 2008 - on-line), é porque - ao contrário das pessoas que tomaram sua ação como “atentado ao pudor” [sic] - ela sabia que usar biquini em público não configurava um ato obsceno. Com isso, não restou aos reguladores do espaço público outra opção para enquadrá-la nos limites da lei o fato de que deitar no gramado (ou melhor, no gramado DA PRAÇA RAUL SOARES) era um crime ambiental. Não era, nunca foi. Mas, naquele contexto, não houve uma maior força de contestação e Márcia concordou com o argumento da Guarda Municipal, passando a ficar na área pavimentada. Considerando sua ação isolada e desbravadora, ela já tinha aberto uma importante brecha na discussão sobre o uso do espaço público.

A ação da Praia da Estação, no entanto, contou com muitas vozes anônimas, parte delas consumidoras de literatura anarquista mas, mais do que isso, conscientes do conceito de direito à cidade. Considerando o fato de que se portavam como manifestadores coletivos, não seria de se estranhar se tivesse havido uma reação proporcional dos mecanismos reguladores. Não houve. Diante de mobilizações da Guarda Municipal e da Polícia Militar em algumas ações-chave e de intercorrências pontuais com fiscais da Prefeitura, as reações não passaram de

bravatas diante de um grupo que acionava artigos da Constituição, do Estatuto da Cidade, da Lei Orgânica de Belo Horizonte e de outras leis específicas com influência no espaço público. O resultado foi uma mobilização persistente, que cumpriu com o objetivo inicial proposto (de derrubada do Decreto 13798/2009) e prosseguiu maior e multifacetada, aglutinando outras reações e persistindo como bloco de carnaval e como ação no espaço.

No caso da ação da Praça Floriano Peixoto, cujos desdobramentos mais avançaram na esfera jurídico-legal, é inegável que o entendimento dos mecanismos legais foi responsável pelos canais acionados e pela absolvição que, através do pedido de desculpas do juiz, tenta estruturar um caminho rumo a uma reconciliação histórica pelo direito de pisar a grama, de usar o espaço público. Um ponto que auxiliou a tomada de decisão do juiz foi o acesso aos áudios do dia do conflito entre Fernando, Joviano, Rafael e a Polícia Militar e Guarda Municipal:

FERNANDO SOARES: Na hora que eu comecei a discutir com o fiscal de Posturas, que eu comecei a ver que ele seria intransigente, eu coloquei pra gravar e coloquei o celular no bolso. Então tenho a gravação de tudo até chegar na delegacia. O juiz colocou [na sentença] que ele ouviu todo o áudio e disse “não acredito que era só isso”. (SOARES, 2022 - Anexo 05)

Se é permitido gravar?

FERNANDO SOARES: “Estou aqui na presença só de servidor público no exercício da função. Vocês não têm direito de voz, nem de imagem.” [...] Servidor tem direito de voz e imagem quando está fora do exercício de sua função. Ali ele era um servidor público. (SOARES, 2022 - Anexo 05)

Sim. Fernando sinalizou a observância do Art. 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (BRASIL, 1988 - on-line - grifo nosso)

O conhecimento da legislação fortalece a resiliência.

FERNANDO SOARES: A hora que a gente tem noção dos limites, dos direitos e dos deveres e quais direitos você tem, você sabe até que ponto você vai, até que ponto você segura – e vai pra outro campo pra debater aquilo – que é o campo político, da institucionalidade mesmo, ou o campo da organização de grupos, de comunidade, pra debater aquilo. (SOARES, 2022 - Anexo 05)

Contribuir para a exposição das dicotomias encontradas no uso do espaço público

Desde o início desta pesquisa, a partir da constatação de que tem havido um avanço na instalação de dispositivos de segurança e proteção pela cidade, mas que, ainda assim, as pessoas sempre inovam na forma de ocuparem o espaço público, decidiu-se pela constituição de dois bancos de fotos (autorais e de terceiros) com registros:

- (a) da cidade que escolhe quem pode usá-la; e
- (b) da cidade que acolhe quem quer usá-la.

Em alguns locais, é possível ter uma linha temporal registrando tanto locais que antes não possuíam nenhum dispositivo - e passaram a contar com algum - quanto locais que já possuíam algum dispositivo instalado - e passaram a contar com outro mais inibidor (FIGURA 56).

Figura 56 - Mesmo local em: (a) outubro/2018 (finco) e (b) novembro/2020 (finco e blindex)



Fonte: Fotos autorais

Muitos dispositivos, além de dificultarem a permanência, também trazem consigo risco iminentes de acidente a quem possa cair sobre eles (principalmente grupos etários mais vulneráveis como crianças e idosos).

No entanto, como não há uma oposição da sociedade a esse tipo de dispositivo - havendo, ao contrário, uma aceitação tácita desses elementos, propagados como condições *sine qua non* para a proteção do cidadão - o discurso da segurança vai se fortalecendo sobre aqueles que são excluídos (FIGURA 57).

Figura 57 - Fincos instalados a uma altura média de 50cm do chão



Fonte: Fotos autorais

No entanto registros de utilização não previstas pela configuração do espaço público (FIGURA 58), como, por exemplo: um homem se barbeando no reflexo do vidro frontal de uma agência bancária, mulheres assentadas sobre delimitadores de um estacionamento, um homem lavando sua roupa na fonte da praça, entre outros exemplos, mostram que a negação-criação é contínua.

Figura 58 - Usos não previstos pela configuração do espaço público



Fonte: Fotos autorais

Entendendo a divulgação de ambos registros como necessárias à discussão proposta, disponibiliza-se, em conjunto com esta Tese, um banco de imagens na plataforma Pinterest, denominado Dicotomias Urbanas (DICOTOMIAS, 2022). Há pastas organizadas conforme os tipos de bloqueios encontrados (por anteparos, “pontas”³⁹, escrita e através do Tempo - nesse caso, através de alguns registros de antes/depois disponíveis no Google Street View); no entanto, há também pastas organizadas conforme ações (sentar, deitar, deslocar, etc.). Espera-se que esse banco de imagens traga uma dupla reflexão: os limites da segurança e proteção *versus* as possibilidades de interação com o espaço público. A viabilização de um processo colaborativo pode propiciar a continuidade dessa discussão, mediante o incremento do repertório fotográfico e da livre manifestação nas imagens publicadas.

E assim, a pesquisa se encerra constatando que há uma grande fissura aberta no uso do espaço público em Belo Horizonte. Não há como precisar um início, nem estimar até onde chegará; no entanto, pelas considerações trazidas, percebe-se que essa fissura veio pelo entendimento das regras do jogo que é jogado por agentes dotados de capitais que os posicionaram de um modo mais favorável à ação. Espera-se que a pesquisa auxilie na identificação de outras fissuras - em outros tempos e outros lugares - e que, identificadas suas características, possam ser estimuladas e conectadas a fim de possibilitarem novas formas de se fissurar o espaço público.

³⁹ Por “pontas” entende-se o bloqueio por dispositivos hostis como pedras, fincos, plantas pontiagudas, etc. (nota do autor)

Capítulo 5 – Considerações finais

Esta pesquisa foi integralmente desenvolvida dentro de um governo que, até o momento, representou o ápice de um processo na política brasileira de escalada do partidarismo, da individualização das lutas e da polarização de argumentos, permeados por uma espécie de “xenofobia política” onde a aversão é estimulada entre pessoas com espectros políticos distintos por meio da disseminação de táticas de guerra híbrida como *fake news*, *firehosing*⁴⁰ e outras. O diálogo, assim, tem ficado profundamente comprometido, favorecendo a estratégia neoliberal de manutenção de um estado de crise, o qual vem aprofundando a desigualdade social e afetando as condutas de cidadãos desnoroados.

Em paralelo, a sensação de insegurança - também causada pela falência do Estado frente ao atendimento de condições constitucionais mínimas, entre outros fatores - tem ocasionado a proliferação de mecanismos e dispositivos de segurança (incluindo a posse de armas), entregando a cada cidadão a responsabilidade por manter-se vivo e “seguro”. Nessa perspectiva, o *estranho* cada vez mais tem se personificado nas pessoas de comportamento e/ou aparência tomados como “indesejáveis” (sendo pessoas em situação de rua, pobres, negros e LGBTQIA+ exemplos daqueles que se enquadram nas duas situações) e naqueles que divergem entre pautas morais/sociais, símbolos e cores. Nos dois casos, esse estranho é visto como alguém que não merece compartilhar das possibilidades de uma vida plena de direitos garantidos devendo, por isso, ser afastado do convívio ou, mesmo, eliminado.

No momento em que essa pesquisa é finalizada⁴¹, o mundo encontra-se às voltas com tentativas de recuperação (política, econômica, psicológica) pela maior crise sanitária do século XXI. A pandemia da COVID-19 impôs, desde 2020, novos desafios à coletividade pois demandou de toda sociedade exatamente o isolamento físico - por meio do uso de máscaras e de álcool em gel - e o isolamento social - através do fechamento de atividades não essenciais (aí incluídos muitos espaços públicos) e de determinações contra aglomerações para aquelas atividades essenciais. No Brasil, esse processo foi acompanhado pela guerra de narrativas, disputadas em nome de uma manutenção do poder. De fato, com as medidas de quarentena compulsórias que envolveram o fechamento de praças, parques e, até mesmo, de áreas de lazer de edifícios, as pessoas se viram confinadas e muitas vezes privadas de contato com outras pessoas e elementos

⁴⁰ Do inglês *firehose* (mangueira de incêndio), é a denominação para o envio repetitivo de notícias falsas (*fake news*) com o objetivo de influenciar a opinião das pessoas. (SEARA, 2019)

⁴¹ Novembro de 2022.

naturais como um sol da manhã ou uma brisa sob árvores. Essa a razão por que as narrativas pesquisadas se encerram em janeiro de 2020, com a notícia da comemoração dos 10 anos da Praia da Estação.

Assim, discutir espaço público nesse contexto é, em primeiro lugar, entender que o que foi exposto na pergunta de pesquisa acerca da “retomada da rua como um local de convívio com o conflito” foi, em certa medida, a antítese do que foi preconizado pelas autoridades científicas e políticas, na fase de maior contágio da COVID-19. Com isso, à xenofobia e aporofobia descritas potencializaram-se outras fobias sociais, como a agorafobia, os transtornos do espectro obsessivo (hipocondria e obsessão por higiene, por exemplo) e os transtornos de personalidade esquiva (tendência ao isolamento) (SÁNCHEZ, 2020).

Em segundo lugar, a virtualidade se fortaleceu pela praticidade das conversas por vídeo e pelo número infinito de decisões que podem ser tomadas prescindindo do encontro físico e o metaverso chegou como uma antevisão de futuro - por enquanto, mais como conceito do que como possibilidade concreta. No entanto, é certo que esse mundo virtual tem se mostrado facilmente sujeito à ação dos “engenheiros do caos” - líderes políticos e outras personalidades que, trazendo um discurso adaptado ao mundo das redes sociais, vêm alterando as regras do jogo político, promovendo o fechamento de fronteiras, o cancelamento de tratados de livre comércio e, paradoxalmente, produzindo efeitos imprevisíveis em um jogo de algoritmos cada vez mais sofisticados (EMPOLI, 2019).

No contexto dos muitos estudos que vêm sendo produzidos/publicados visando à “busca pelo novo normal” - os quais passam tanto pela tentativa de preparar a humanidade contra os efeitos devastadores de novas pandemias quanto pelo desenho das possibilidades de um convívio que caminha para a ubiquidade - percebe-se que o *interregno* detectado por Bauman (2010) ainda está aberto. As ações estudadas - bem como as estratégias de choque utilizadas pelas estruturas no poder - evidenciam o conflito ainda não resolvido sobre a quem (ou em quais condições) é permitido o uso do espaço público.

Nesse sentido, a pesquisa traz algumas indicações para serem trabalhadas em discussões futuras e em estratégias a serem utilizadas em disciplinas acadêmicas:

1º) A análise de ações que sofreram cooptação: como mencionado anteriormente, as três ações estudadas não sofreram reações de Cooptação (R3) - as quais, automaticamente, mostram que a ação do agente foi vista como Útil (A2). Em ações como essas, é esperado que o Mercado (Ag08) se mostre mais visível - tanto em parceria com o Estado (Ag07) ou atuando de forma

isolada - e que ele entre no jogo após algumas frentes de articulação serem abertas pelo Estado. Em Belo Horizonte, por exemplo, a retomada do carnaval de rua passou por um processo de embates com a Prefeitura, até ser incorporado no calendário de eventos municipal e *vendido* fora de BH como “um dos maiores carnavais do Brasil”. Qual o percentual de autonomia (ainda remanescente) dessas ações?

2º) A identificação de outras fissuras abertas no espaço público: as ações estudadas guardaram uma similaridade mais privilegiada de realização, tanto pelo fato de que seus principais agentes possuíam capitais que melhor os posicionavam no jogo quanto pelo fato de que os locais de realização são dotados de melhores infraestrutura e simbolismo. No entanto, há fissuras sendo abertas em vários contextos: dos catadores de material reciclável - e outros trabalhadores do espaço público - que elegem áreas com vantagens locacionais para suas atividades, passando pela ação dos grupos - de pretos, LGBTQIA+, etc. - que ocupam o espaço público na luta por sua inserção e por uma melhor articulação com políticas afirmativas e, mesmo, de grupos ativistas que buscam apresentar à sociedade novas formas de pensar suas vidas de maneira sustentada, tais como os ciclistas em sua defesa por uma maior conversão de vias automotivas em rotas cicláveis e os hortelões que garimpam áreas vazias para a formação de hortas coletivas. O que já foi feito? Quais caminhos possíveis?

3º) A busca por formas de aproximar as “regras do jogo” da população: saber que usar traje de banho em espaços públicos - que não em praias - não é um ato obscuro, bem como deitar no gramado não é um dano a planta de ornamentação e, mesmo, que o cidadão tem o direito de filmar uma abordagem policial, entre outras “regras”, pode alterar substancialmente a forma como se ocupa uma praça, um parque, uma rua - o conhecimento é libertador e as ações são empoderadoras. Assim, trabalhar estratégias de divulgação por meio de cartilhas, *posts* de redes sociais, *lambe-lambes*, pode ser um estímulo à negação-criação, que sempre ocorre - e sempre ocorrerá nos espaços públicos. O que é proibido e o que não é proibido?

4º) Projetar a partir das ações, com uma pesquisa constante sobre indeterminações formais: a prática projetual apresentada na *Introdução* - utilizando-se do Quadro 2 para consulta àquela população em contato com a área de estudo e dos exemplos de análise mostrados nos Gráficos 1, 2 e 3 e levando em consideração o entendimento dos atributos do lugar - tem-se mostrado eficiente no sentido de conduzir os alunos a olhares menos voltados a soluções pré-determinadas e mais atentas a *outras* possibilidades. É possível fissurar o espaço público pelo projeto?

Entretanto, para além do espaço projetado, a democracia pressupõe o enfrentamento e a superação das estruturas de dominação pelos dominados, uma vez que o que está em disputa são a liberdade e a igualdade - uma forma de ressituar, e não transcender, o antagonismo (MIGUEL, 2014). Enquanto não reivindicamos o uso efetivo do espaço público, áreas abertas vão sendo sistematicamente fechadas e espaços de permanência bloqueados por dispositivos de exclusão. A ressonância de “negações-criações”, se capaz de provocar uma retomada paulatina do uso da rua pelas pessoas, pode abrir fissuras que tragam novamente o encontro - e com ele a contestação ou a concordância de ações.

Viver em um período de interregno é entender que as situações estão em aberto. Enquanto o processo de neoliberalização trabalha para garantir a coesão social do modo de produção capitalista é necessário que as (muitas) iniciativas de ruptura com essa lógica sejam estimuladas, nas suas várias escalas. Assim, faz-se necessário reivindicar o uso do espaço público, opor-se a dispositivos excludentes, contrapor às regras colocadas e, finalmente, ressoar essas vozes rumo a rupturas, de fato, permanentes.

Referências

- A ILHA. **Conjunto Vazio**, Belo Horizonte, 6 dez. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3g46T47>> Acesso em out. 2022.
- A PRAIA não está só: Manifesto pela erradicação do decreto – de uma comissão popular independente, articulada em 7 de janeiro de 2010. **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 26 fev. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ok0VYZ>> Acesso em jun.2022.
- ABAIXO Assinado. **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 02 fev. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3bs7eva>> Acesso em jun.2022.
- ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. 196p.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 142p.
- AGÊNCIA FOLHA. **Protesto pede banho de sol em praça pública**. Folha de São Paulo, Belo Horizonte, 18 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/33Dz1SO>> Acesso em out. 2020.
- ALCÂNTARA, Fidélis. **Fidélis Alcântara**: depoimento [ago. 2022]. Entrevistador: Tarcísio Gontijo Cunha. Belo Horizonte: UFMG, 2022. Entrevista concedida na elaboração da presente Tese.
- AMAR ALL, Márcia. **Márcia Amar All**: depoimento [mar. 2022]. Entrevistador: Tarcísio Gontijo Cunha. Belo Horizonte: UFMG, 2022. Entrevista concedida na elaboração da presente Tese.
- AMORIM, Décio. **Mulher de biquíni toma banho de sol na praça da Savassi, em Belo Horizonte**. O Tempo, Belo Horizonte, 18 set. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3Q3elcx>> Acesso em jul. 2022.
- ANDRADE, Manuel. **Manuel Andrade**: depoimento [set. 2022]. Entrevistador: Tarcísio Gontijo Cunha. Belo Horizonte: UFMG, 2022. Entrevista concedida na elaboração da presente Tese.
- ANDRÉS, Roberto. **O cortejo errante**. Belo Horizonte: Piseagrama, nº 07, 2015. p. 78-85.
- ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. **A construção de um controle negociado**: o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/33Bwedb>> Acesso em out. 2020.
- AVELAR, Idelber. **Não pise na grama!, por Joviano Mayer**. Revista Fórum, [s.l.], 24 abr. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3b2stE8>> Acesso em jul. 2022.

- AZUCRINA. Disponível em: <<https://bit.ly/3TkqVFZ>> Acesso em jun. 2022.
- BALANÇO Geral (Programa). **Mulher toma banho de biquini na praça**. 2008. (7m34s). Disponível em: <<https://bit.ly/3lkkisy>> Acesso em out. 2020.
- BANHISTAS são recebidos com Tropa de Choque da PM no Eventão! **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 07 mar. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3xWcwq7>> Acesso em jun. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2002. 229p.
- BARRETO, Ana Cristina Teixeira. **Carta de 1988 é um marco contra discriminação**. Consultor Jurídico, São Paulo, 05 nov. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lltb0Z>> Acesso em set. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Bauman lança livro e diz: o desafio do presente é construir o novo**. O Globo, Rio de Janeiro, 5 ago. 2016. Entrevista concedida a Leonardo Cazes. Disponível em: <<https://goo.gl/zaVdqL>> Acesso em jun. 2017
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.
- BAUMAN, Zygmunt. Conclusion: The Triple Challenge. In: DAVIS, Mark; TESTER, Keith. **Bauman's Challenge**: Sociological Issues for the 21st Century. Houndsmill: Palmgrave Macmillan, 2010. p. 200-205.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012. 258 p
- BAUMAN, Zygmunt. Procurando refúgio na Caixa de Pandora. In: **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007. p. 91-105
- BAUMAN, Zygmunt. **Times of interregnum**. Ethics & Global Politics, v.5, n.1, 2012, p. 49-56. Disponível em: <<https://bit.ly/3zfO2c3>> Acesso em jul. 2022.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. 288p.
- BELO HORIZONTE. **Decreto 13.568, de 13 de maio de 2009**. Institui a Gestão Estratégica Orientada por Resultados e cria o Programa BH Metas e Resultados. 2009a
- BELO HORIZONTE. **Decreto 13.681, de 25 de agosto de 2009**. Define as áreas de resultados e os projetos sustentadores do Programa BH Metas e Resultados. 2009b
- BELO HORIZONTE. **Decreto 13.792, de 02 de dezembro de 2009**. Regulamenta a Lei nº

8.762, de 16 de janeiro de 2004, que "Dispõe sobre o Calendário Oficial de Festas e Eventos do Município" e a Lei nº 9.063, de 17 de janeiro de 2005, que "Regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município". 2009c

BELO HORIZONTE. **Decreto 13.798, de 09 de dezembro de 2009**. Proíbe realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta capital. 2009d

BELO HORIZONTE. **Decreto 13.863, de 29 de janeiro de 2010**. Institui a Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação e dá outras providências. 2010a

BELO HORIZONTE. **Decreto 13.960 de 04 de maio de 2010**. Revoga o Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009. 2010b

BELO HORIZONTE. **Decreto 13.961 de 04 de maio de 2010**. Altera o Decreto nº 9.687, de 21 de agosto de 1998, e dá outras providências. 2010c

BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. **Ata da 7ª Reunião Ordinária realizada em 09/10/2012**. Prefeitura de Belo Horizonte, 20 nov. 2012a. Disponível em: <<https://bit.ly/3ovOJJp>> Acesso em jul. 2022.

BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. **Ata da Reunião Extraordinária realizada em 23 de abril de 2012**. Prefeitura de Belo Horizonte, 14 jun. 2012b. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1081998>> Acesso em jul. 2022.

BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. **Ata da Reunião Ordinária realizada em 11/09/2012**. Prefeitura de Belo Horizonte, 13 out. 2012c. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1088763>> Acesso em jul. 2022.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003**. Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. 2003a.

BELO HORIZONTE. **Planejamento Estratégico de Belo Horizonte**: a cidade que queremos. 2009e. 96p. Disponível em: <<https://bit.ly/3Oy4eLv>> Acesso em jul. 2022

BELO HORIZONTE. **Planos Diretores Regionais - Etapa 1**: Diagnóstico da dinâmica urbana. 2011. 64p.

BELO HORIZONTE. **Portaria SARMU-CS nº 02 de 05 de maio de 2010**. Regulamenta a realização de eventos na Praça da Estação. 2010d

BELO HORIZONTE. **Praça da Liberdade, onde arquitetura e cultura se encontram.** Prefeitura de Belo Horizonte, 16 mai. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/N3FHFm>> Acesso em mar. 2018.

BELO HORIZONTE. **Prefeitura investe na Requalificação da Praça da Estação.** Prefeitura de Belo Horizonte, 21 nov. 2003b. Disponível em: <<https://bit.ly/3J5BCrX>> Acesso em jul. 2022.

BELO Horizonte e (algumas de) suas movimentações subterrâneas. **Conjunto Vazio**, Belo Horizonte, 18 jan. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3fXcvwV>> Acesso em jun. 2022.

BHAZ. **Uma frente fria deve diminuir as temperaturas...** Belo Horizonte, 18 set. 2012. Facebook: BHAZ. Disponível em: <<https://bit.ly/3fchNV9>> Acesso em set. 2022.

BLOCO do Peixoto. Disponível em: <<http://blocopeixoto.blogspot.com/>> Acesso em jun. 2022

BOAVENTURA, Carolina Amarante. **Processos diagramáticos de projeto no espaço socioinformacional:** Uma experiência no ensino de projeto de Arquitetura. 2017, 420 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2HTO6av>> Acesso em out. 2020.

BOAVENTURA, Carolina Amarante; MORADO NASCIMENTO, Denise. **Processos diagramáticos no ensino de projeto de Arquitetura:** estratégias e experiências. In: ARQUISUR, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Campinas, GALOÁ, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004a. 234p.

BOURDIEU, Pierre. **Entrevista a Yvette Delsault:** sobre o espírito da pesquisa. Tempo Social, v. 17, n. 1, p. 175-210, jul. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3BGcF47>> Acesso em set. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 471 p.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004b. 86 p.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Lisboa: Fim de Século, 2003. 291 p

BLYTH, Mark. **Austeridade:** a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2007.

BRANDÃO, Juliana Mendanha; MAHFOUD, Miguel; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. **A construção do conceito de resiliência em psicologia:** discutindo as origens. In: Paidéia,

Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 263-271, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3MPk9FT>> Acesso em jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1607-A, de 1996**. Revoga o artigo 27 do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/3R3FZa1>> Acesso em ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 190, de 2022**. Altera o art. 233 do Código Penal para descriminalizar o top less. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3Tz8Pkr>> Acesso em ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3158, de 2021**. Revoga o artigo 59, caput e parágrafo único do Decreto-Lei nº 3688/1941 – Lei de Contravenções Penais. P. 199-202. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3R69FDD>> Acesso em ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 706/2007**. Altera o Caput do art. 65 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1988, dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas spray para menores de 18 anos e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3RyJTI2>> Acesso em set. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro, DF: Casa Civil, 1940. Disponível em: <<https://bit.ly/3cslzsu>> Acesso em ago. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Rio de Janeiro, DF: Casa Civil, 1941a. Disponível em: <<https://bit.ly/3RiMbe1>> Acesso em ago. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941**. Lei de Introdução do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-940) e da Lei das Contravenções Penais (decreto-lei n. 3.688, de 3 outubro de 1941). Rio de Janeiro, DF: Casa Civil, 1941b. Disponível em: <<https://bit.ly/2RxGVUT>> Acesso em ago. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/iMvurt>> Acesso em mar. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. Secretaria Geral. **Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019**. Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Brasília, DF: Secretaria Geral, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2kaEwVe>> Acesso em ago. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer nº 401, de 2009**. Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (nº 4.130/2001, na Casa de origem, do Deputado Orlando Fantazzini), que revoga o art. 60 da Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais (exclui a mendicância do rol das contravenções penais). Brasília, DF: Senado Federal, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3e9Rrma>> Acesso em ago. 2022

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante 11**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3Q4IAAv>> Acesso em ago. 2022.

BREDA, Fabiane. **Inércia. Definição de Inércia**. Portal São Francisco, [s.l.], 13 jan. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3SzYOST>> Acesso em set. 2022.

CAEIRO, Mário. **Revoluções Urbanas: Holes in the Whole** – um livro de Krzysztof Nawratek.

CALDAS, Maria Fernandes; MENDONÇA, Jupira Gomes de; CARMO, Lélío Nogueira do (org.). **Estudos Urbanos Belo Horizonte 2008: transformações recentes na estrutura urbana**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008. 513p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 43-63.

CARLSSON, Chris. **Nowtopia: iniciativas que estão construindo o futuro hoje**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. 320p.

CARTA Aberta: Sobre a Praia na Praça da Estação. **Conjunto Vazio**, Belo Horizonte, 16 jan. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3ygeVxv>> Acesso em jun. 2022

CHING, Francis. D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins Fontes,

2008. 399 p.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise.** Esquerda Online, 08 jun. 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/3hfaF5s>> Acesso em set. 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Parte II: O neoliberalismo de cooptação como resposta às resistências.** Esquerda Online, 15 jun. 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/3m5vxQv>> Acesso em set. 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Parte III: O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos.** Esquerda Online, 25 jun. 2020c. Disponível em: <<https://bit.ly/3id09Ny>> Acesso em set. 2020.

COLLECTIVE, The Trapese. **Do it yourself: a handbook for changing our world.** Londres: Pluto Press, 2007. 306p.

CONJUNTO VAZIO. Disponível em: <<https://comjuntovazio.wordpress.com/>> Acesso em jun. 2022

COUTINHO, Jefferson da Fonseca. **Morador de BH resiste à especulação imobiliária e cultiva mudas para doação.** Estado de Minas, Belo Horizonte, 27 jun 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3eMoJIL>> Acesso em ago. 2022.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2002 94p.

COSTA A COMICS. **Desperate people make ideal workers and distracted citizens.** Costa A Comics, Austrália, 02 out. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/30m0epk>> Acesso em ago. 2022.

COSTA, Maísa Carla dos Santos; COELHO, Juliana Soledade Barbosa. **Derivação sufixal: funcionamento e sentidos do sufixo –dor e –dor no português arcaico.** *Revista Crátulo*, Patos de Minas, v. 6, n. 1, p. 66-71, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/30ixRu8>> Acesso em set. 2020.

COTIDIANO. **Designer que tomava sol de biquíni em BH é condenada a prestar serviços comunitários por desacato.** UOL Notícias, São Paulo, 06 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2MrrD5R>> Acesso em jun. 2019

CUNHA, Tarcísio Gontijo; MORADO NASCIMENTO, Denise. **É possível fissurar o espaço público?** In: VI ENANPARQ, 2021, Brasília. Anais eletrônicos. Brasília: FAU-UnB, 2021. p. 1008-1027.

CUNHA, Tarcísio Gontijo. Estruturando um método para a identificação de fissuras no espaço público. In: MORADO NASCIMENTO, Denise et al. **Práticas sociais no espaço urbano:**

percursos e desdobramentos do grupo PRAXIS-EA/UFMG [2009-2022]. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 2022. p. 316-349. (e-book)

CUNHA, Tarcísio Gontijo; MORADO NASCIMENTO, Denise. **O espaço urbano, da aporofobia às fissuras**. In: ARQUISUR, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Campinas, GALOÁ, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

DATAFOLHA. **77% Aprovam gestão de Fernando Pimentel**. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 set. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3Px7Oa8>> Acesso em jul. 2022.

DEGTYAREV, Max. **One day in 48 seconds**. Disponível em: <<https://bit.ly/3rHfEUm>> Acesso em out. 2022

DESEJO nas ruas. **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 13 mar. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3NmIv8N>> Acesso em jun. 2022.

DICOTOMIAS Urbanas. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/dicotomiasurbanas/>> Acesso em nov. 2022.

DUMAZEDIER, Joffre. **Que é o lazer**. In: Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 28-50.

DYER-WHITEFORD, Nick. **Commonism**. Turbulence, [s.l.], maio 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3B0mrQP>> Acesso em set. 2022.

E O PATETA, passa quando? **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 04 abr. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3NWB48u>> Acesso em jun. 2022.

EIN Weberaufstand (A weavers' revolt). **British Museum**, Londres, 200[?]. <<https://bit.ly/3wvPirg>> Acesso em ago. 2022.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**: Como as *fake news*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo, Vestígio, 2019. 192p.

EMPRESA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE. LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA. **Diagnóstico e Prognóstico Preliminar do Plano de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte**. BHTRANS, 2008, 290p. Disponível em <<https://bit.ly/3n0h9KW>>. Acesso em nov. 2012.

ENTENDA o decreto que proíbe eventos na Praça da Estação. **Vá de Branco**, Belo Horizonte, 14 dez. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3z6mwOc>> Acesso em jul. 2022.

ESCOLA Autônoma de Feriado. Disponível em: <<https://bit.ly/3yATozm>> Acesso em jun. 2022.

FLASH MOB. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://bit.ly/3u1Xi1J>> Acesso em jun. 2022

FOLHA de São Paulo. **Pichação explicada por Cripta Djan**. Youtube, 18 fev. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3KKhBYC>> Acesso em set. 2022.

FRANCO, Sergio Miguel. **Engodo na arte contemporânea**: a luta da pichação contra o campo da arte; uma escultura social. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3RBqExg>> Acesso em set. 2022.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 60p. (e-book)

FREITAS, Camilla. **Pichação x grafite**: por que um é crime e o outro não? ECOA Uol, [s.l.], 16 mar. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3BcKw4B>> Acesso em set. 2022.

FREITAS, Daniel Medeiros de. **Desvelando o campo de poder dos Grandes Projetos Urbanos da RMBH**. Tese de Doutorado, NPGAU/UFMG. Orientadora. Denise Morado. 2016

GRAMSCI, Antoni; HOARE, Quintin; NOWELL-SMITH, Geoffrey. **Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci**. Londres: Lawrence and Wishart, c1971. 483p.

GEHL, Jan. **La humanización del espacio urbano**: la vida social entre los edificios. Barcelona: Reverté, 2009. 215 p. (Estudios Universitarios de Arquitectura ; 9)

G1 ECONOMIA. **Johnson's Brasil lança campanha com bebê com Síndrome de Down**. G1 Economia, São Paulo, 11 mai. 2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2iD3Xdl>> Acesso em ago. 2019.

G1 MINAS GERAIS. **Com calorão em BH, jovens nadam em fonte da Praça da Liberdade**. G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 jan. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/C93x75>> Acesso em mar. 2018.

GOMES, Maíra. **Violência e abuso de poder**. Brasil de Fato, São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/36IPG9x>> Acesso em mar. 2018.

GRUPO protesta contra prisão de antropólogo durante evento na Praça Floriano Peixoto.

Estado de Minas, Belo Horizonte, 28 abr. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3RZGgvD>> Acesso em jul. 2022.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 38. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018. 464p.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: VAINER, Carlos Bernardo et al.. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 47-61. (e-book)

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013a. 270p.

HOLLOWAY, John. **John Holloway: Nossa força depende da capacidade de dizermos não**. Fórum, Santos, 9 out. 2013b. Entrevista concedida a Adriana Delorenzo. Disponível em: <<https://bit.ly/2KTrUuZ>> Acesso em jun. 2017.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje**. São Paulo: Editora Viramundo, 2003. 327p.

HUGHES, Everett Cherrington. **Men and their work**. Londres: Collier-Macmillan Limited, 1958. 184p. Disponível em: <<https://bit.ly/2HBxVyN>> Acesso em out. 2020.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine: Naomi Klein on the Rise of Disaster Capitalism**. Democracy Now, Nova Iorque, 17 set. 2007. Entrevista concedida a Amy Goodman. Disponível em: <<https://bit.ly/2NjaN8X>> Acesso em jun. 2017.

KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o trabalho**. Krisis, [s.l.] 31 dez. 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/3NL6UGD>> Acesso em abr. 2022.

KRISIS, Grupo. **Who we are**. Disponível em: <<https://bit.ly/3RfUbfo>> Acesso em set. 2022.

LAVALLE, Adrián Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: **Espaço & Debates 46 - Espaço público: o conceito e o político**. São Paulo: Annablume Editora Comunicação, v.25, n.46, jan/jul. 2005. p. 33-44

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

LIPSKY, Michael. **Toward a theory of street-level bureaucracy**. *Institute for Research on Poverty - Discussion Papers*, Madison, v.1, n.1, p.1-48, 1969. Disponível em: <<https://bit.ly/2Sg880O>> Acesso em set. 2020.

LHUILIER, Dominique. **Le “sale boulot”**. *Travailler*, 14(2), 73-98. Disponível em: <<https://bit.ly/31Eu76E>> Acesso em out. 2020.

MACDONALD, Cheyenne; PETTIT, Harry. **Gigantic iceberg the size of Delaware that cracked off Antarctica last year has stalled**: Animation shows how dense ice is preventing A-68 from drifting out to sea. Dailymail, Londres, 11 jul. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3xX5h27>> Acesso em set. 2022.

MALLO, Clara. **Cultura hipster, individualismo e nova dominação cultural capitalista**. Esquerda Diário, 02 abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/fnCLxn>> Acesso em jun., 2017.

MANIFESTAÇÃO contra o cancelamento do FIT na Praça da Estação. **Praça Livre BH**, 28 mar. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3yTptDa>> Acesso em jul. 2022

MARIENBERG, Evyatar. **Catholicism Today**: An Introduction to the Contemporary Catholic Church. Florence, KY: Routledge, 2014. p. 67.

MEDEIROS SILVA, Suana. **HOLLOWAY, John. Fissurar o Capitalismo**. Agrária (São Paulo. Online), n. 19, p. 196-203, dez. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/30iw06w>>. Acesso em jun. 2017.

MENDES, Mariana. **Os moradores de Rua e suas Trajetórias**: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/30AISH9>> Acesso em set. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. **Consenso e conflito na teoria democrática**: para além do "agonismo". Lua Nova, São Paulo n. 92, p. 13-43, Aug. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2MqRXgf>>. Acesso em jun. 2019.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. Diagnóstico de Incidência de Roubos em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2015. 44p. Disponível em: <<https://bit.ly/3rOTzlx>> Acesso em jan. 2021

MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS. **Requalificação de Áreas Urbanas – Belo Horizonte (MG)**. MCID/SNPU: Brasília, 201[?]. Disponível em: <<https://bit.ly/3y5JOV2>> Acesso em jun. 2022

MITCHELL, Don. **The Right to the City**: social justice and the fight for public space. Nova Iorque: The Guilford Press, 2003. 269p.

MONBIOT, George. **Neoliberalism**: the ideology at the root of all our problems. The Guardian, Londres, 15 abr. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/1WsKPhU>> Acesso em jun. 2017.

MORADO NASCIMENTO, Denise.; LOPES, Marcela Silvano Brandão; ASSIS, Camila Alberoni Neves de; LAGES, Luiza Bastos. **Contra os tipos; a favor do lugar**. In: CTHAB 2012, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2SS0cmn>>. Acesso em fev. 2020.

MORÁN María Luz. **Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía**: la manifestación del 15 de febrero de 2003 en Madrid. *Política y Sociedad*, Madri, v. 42, n. 2, p. 95-113, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3cNd2M9>> Acesso em set. 2020.

NASCIMENTO, Alexandre. **Banho de sol é tema de debate na Praça Raul Soares**. O Tempo, Belo Horizonte, 17 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/33EusrF>> Acesso em out. 2020.

NAWRATEK, Krzysztof. **Holes in the whole**: introduction to the urban revolutions. Reino Unido: John Hunt Publishing, 2012. p. 21-38.

NERY JÚNIOR, Nélon. **Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NEWTON, Isaac. **Princípios matemáticos da filosofia natural**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. 980 p.

O TEMPO. **Origem do carnaval de BH**. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3nd9Srb>> Acesso em jun. 2022.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro! In: BIANCHI, Alvaro et al (orgs.) **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Júlia. **Mulher põe maiô para se refrescar na Praça Raul Soares**. Portal UAI, Belo Horizonte, 01 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/36FYSvh>> Acesso em mar. 2018.

ORTS, Adela Cortina. **Aporofobia, el rechazo al pobre**: Un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017. 168p. (e-book)

PAIXÃO, Flaviane. **Protesto por banho de sol não emplaca, mas suscita discussão**. O Tempo, Belo Horizonte, 17 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3OB6nXs>> Acesso em jun. 2022.

PALMIERI JÚNIOR, Valter. **O que essa onda gourmet tem a ver com a desigualdade social?** Brasil Debate, 24 set. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2EoDqMB>> Acesso em jun. 2017.

PILLOTO, Bernardo. **Belo Horizonte**: um carnaval que respira resistência. Esquerda online,

- Rio de Janeiro, 22 ago. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3iFQ9Mj>> Acesso em out. 2020.
- PRAÇA cercada. Como é? **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 09 ago. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3PD7qae>> Acesso em jul. 2022
- PRAÇA Livre BH. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/>> Acesso em jun. 2022
- PRAIA da Estação - Audiência pública sobre a Praça da Estação - VÍDEO PROTESTO. (5min40). **ATOS Central de Imagens (Youtube)**, 15 abr. 2010a. Disponível em: <<https://bit.ly/3QR1UBw>> Acesso em jun. 2022.
- PRAIA da Estação: Debaixo da praça a praia, debaixo da praia uma cidade inteira a ser ocupada. **Conjunto Vazio**, Belo Horizonte, 21 jan. 2010b. Disponível em: <<https://bit.ly/3ygeVxv>> Acesso em jun. 2022.
- PREFEITURA de Belo Horizonte inaugura Barreira de Proteção ao Patrimônio na Praça da Estação. **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 07 mai. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3cCo6zZ>> Acesso em jul. 2022
- PROIBIRAM o piquenique! **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 15 mar. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3NmIv8N>> Acesso em jun. 2010
- PROPMARK. **Saiba quais são as 10 marcas mais lembradas pela diversidade.** PROPMARK, São Paulo, 11 set. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2KKpG2h>> Acesso em ago. 2019.
- RAFFESTIN, Claude. O que é o território? In: **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. p 143-163.
- RELATO de quem esteve na Audiência Pública da Praça da Estação. **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 25 mar. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3bm4i37>> Acesso em jun. 2022.
- RENA, Natacha; VICTOR, André; GUIMARÃES, Amanda; BRUZZI, Paula. **Zona Cultural:** urbanismo neoliberal e as insurgências multitudinárias em Belo Horizonte. In: III Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, Crato, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2SBZV7m>> Acesso em out. 2020.
- RETRIGGER. Disponível em: <<https://bit.ly/3RVr9lO>> Acesso em jun. 2022
- RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas:** a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014. 264p.
- ROMANZOTI, Natasha. **Meritocracia não é apenas falsa:** acreditar nela pode fazer mal para

você. Hypescient, [s.l.], 25 mar. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3e70Af0>> Acesso em set. 2022.

ROSA, Íris Vânia Santos. **Poder discricionário**. Enciclopédia Jurídica da PUCSP, São Paulo, 01 maio 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/30D2hHG>> Acesso em out. 2020.

ROTATÓRIA de Praia!!! **Azucrina Records**, Belo Horizonte, 2 dez. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3VpBhpS>> Acesso em jun. 2022.

RUSCHEL, Arthur. **O que é a Web 3.0 e em que fase estamos?** Correio do Povo, Porto Alegre, 07 abr. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3THx6UU>> Acesso em out. 2022.

SÁNCHEZ, Nacho. **Três fobias sociais que aumentarão depois do confinamento (e quando é normal ter medo)**. El País, Madri, 18 maio 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3jn0qgu>> Acesso em out. 2020.

SEARA, Geraldo. **Firehosing? O que é isso?!**. Plataforma Anísio Teixeira / *Blog da Rede*, Salvador, 05 dez. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2HeDdNq>> Acesso em ago. 2019.

SIMÃO, Karina Machado de Castro. **Espaço público como palco das manifestações coletivas e da vitalidade urbana**: subversão à ordem, luta pelo direito à cidade e expressão dos conflitos urbanos de Belo Horizonte. Orientadora: Raquel Garcia Gonçalves. 2020. 237f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/34014>> Acesso em set. 2020.

SILVER, Beverly J. **Forces of Labor: Worker's Movement and Globalization Since 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 19-20.

SISTEMA carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Brasília, 06 ago. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2VK0oU8>> Acesso em set. 2022.

SOARES, Fernando. **Fernando Soares**: depoimento [set. 2022]. Entrevistador: Tarcísio Gontijo Cunha. Belo Horizonte: UFMG, 2022. Entrevista concedida na elaboração da presente Tese.

SOUZA, Marcelo José de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias (et alli) (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995, p. 77 - 116.

TICO Tico Serra Copo. Disponível em: <<http://blocodaserra.blogspot.com/>> Acesso em jun. 2022.

TIRA a cerca, vai? **Praça Livre BH**, Belo Horizonte, 13 ago. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3OuPbIL>> Acesso em jul. 2022.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu**: a teoria na prática. Revista de Administração Pública. N.40. Rio de Janeiro, jan./fev. 2006. p.27-55. Disponível em: <<https://bit.ly/3mtMiez>> Acesso em set. 2020.

TOK&STOK. **Feira Caixote**. Disponível em: <<https://bit.ly/2MnzTUI>> Acesso em ago. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Assessoria de Comunicação. **Juiz absolve estudante acusado de desacato após pisar na grama**. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Belo Horizonte, 04 out. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/2Q5sRE>>. Acesso em mar. 2018.

VÁ de Branco: o day after. **Pedreira na Vidraça**, Belo Horizonte, jan. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3PwyzeO>> Acesso em jul.2022

VAI um piquenique comunitário? **Movimento Boa Praça**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/3sblJbX>> Acesso em ago.2022.

VALADARES, Jorge Antônio. **O Conceito de Massa. I. Introdução Histórica**. Revista Brasileira de Ensino de Física, vol. 15, nº 1-4, 1993. Disponível em: <<https://bit.ly/3eS7zc7>> Acesso em set. 2022.

VALE, João Henrique do. **Jovem aproveita calor para se refrescar em fonte na Praça da Savassi**. Estado de Minas, Belo Horizonte, 12 set. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3oAqium>> Acesso em jul. 2022.

YOUR guide to the Luddite movement. **History Extra**, [s.l.], 11 mai. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ak62Td>> Acesso em ago. 2022.

Anexo 01 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa de Doutorado: Fissuras no Espaço Público (título provisório)
Pesquisador responsável: Tarcísio Gontijo Cunha - tel: (31) 3409-8887 / e-mail: tarcisio.gontijo@ufmg.br
Orientadora: Profa. Dra. Denise Morado Nascimento
Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) / Grupo PRAXIS-EA/UFMG - Rua Paraíba, 697/sl.312 - CEP 30130-141 Funcionários - Belo Horizonte (MG) / Telefone: (31) 3409-8887 / E-mail: praxisufmg@gmail.com

Eu, **Tarcísio Gontijo Cunha**, responsável pela pesquisa **Fissuras no Espaço Público (título provisório)**, convido você a participar como voluntário(a) de nosso estudo.

Esta pesquisa investiga as ações e as reações das pessoas em espaços públicos de Belo Horizonte, a partir de 2008. Acreditamos que ela seja importante porque busca entender o potencial de mudança dessas ações e reações na negação de situações alienantes e na consequente busca por fazeres que não sejam subjugados a práticas coercitivas da liberdade de expressão. Para sua realização, a pesquisa tem trabalhado com o estudo de narrativas sobre eventos ocorridos em espaços públicos de Belo Horizonte a partir de 2008, objetivado responder a três questões: (a) quais as intenções que motivaram o evento? (b) quais as reações provocadas por ele? (c) quais os alcances dele?

Sua participação constará de fornecimento de entrevistas e de registros fotográficos a respeito de sua ação nos espaços públicos de Belo Horizonte - notadamente aqueles dentro do perímetro da Avenida do Contorno, a partir de 2008. Esperamos que sua participação traga como benefícios à pesquisa: (a) entender sua relação com o espaço público e em como ela culminou nas suas ações junto aos espaços públicos de Belo Horizonte, (b) fazer um contraponto, a partir de seu relato, às narrativas escritas sobre os eventos dos quais tomou parte, (c) articular sua ação com as demais ocorridas nesses espaços públicos nos anos seguintes.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento; para isso, entre em contato com o pesquisador. Você não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação.

As informações desta pesquisa serão divulgadas na Tese a ser produzida e em produtos derivados desta (artigos científicos, livros, vídeos, etc.) sem a identificação dos voluntários, para assegurar o sigilo de sua participação. Para que seja possível a utilização de imagem, texto e voz, é necessária a leitura e a concordância do *Termo de Autorização de Uso de Imagem, Texto e Voz* (anexo a este TCLE).

Autorização

Eu, _____, RG _____, CPF _____ após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado(a), ficando claro que minha participação é voluntária. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, das entrevistas a serem realizadas, da não remuneração e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha **CONCORDÂNCIA EM PARTICIPAR DESTA ESTUDO** e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Belo Horizonte (MG), ____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) voluntário(a): _____

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE: _____

Anexo 02 - Termo de Autorização de Uso de Imagem, Texto e Voz

Título da pesquisa de Doutorado: Fissuras no Espaço Público (provisório)
Pesquisador responsável: Tarcísio Gontijo Cunha - tel: (31) 3409-8887 / e-mail: tarcisio.gontijo@ufmg.br
Orientadora: Profa. Dra. Denise Morado Nascimento
Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) / Grupo PRAXIS-EA/UFMG - Rua Paraíba, 697/sl.312 - CEP 30130-141 Funcionários - Belo Horizonte (MG) / Telefone: (31) 3409-8887 / E-mail: praxisufmg@gmail.com

Eu _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador(a) da Cédula de identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, residente à Av./Rua _____, nº _____, Município/Estado de _____, pelo presente instrumento **AUTORIZO O PESQUISADOR TARCÍSIO GONTIJO CUNHA A UTILIZAR A MINHA IMAGEM, TEXTO E VOZ** com o fim específico de compor o corpo de sua pesquisa de doutorado, sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem, texto e voz na Tese a ser produzida - e em produtos derivados desta (artigos científicos, livros, vídeos, etc.) - é concedida a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais para toda e qualquer finalidade, seja para uso jornalístico, editorial, didático e outros que existam ou venham a existir no futuro, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem, ao texto e à voz ora autorizados ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma, uma das quais foi-me entregue.

Belo Horizonte (MG), ___ de _____ de 2022.

Assinatura / telefone de contato: _____

Anexo 03 - Márcia Amar All: depoimento [mar. 2022]⁴²

PARTE 1 - De antes da ação na Praça Raul Soares até o impasse com a Guarda Municipal

01- Você pode, brevemente, contextualizar sua relação com a cidade e os espaços públicos antes de sua ação de tomar sol na Praça Raul Soares em agosto de 2008?

Antes de tomar sol na Raul Soares eu pouco percebia os locais públicos de BH. A partir dessa ocorrência, passei a observar, procurar e frequentar mais locais públicos.

02- Você participou de (ou realizou) outras ações como essa anteriormente? Se sim, quais foram as repercussões? Há registros disponíveis?

Não.

03- Como surgiu a intenção de, em uma manhã de agosto, sair de seu apartamento em direção à Praça Raul Soares para tomar sol? O que te motivou? Tinha receios? Se sim, quais?

04- Sua ação na Praça Raul Soares foi planejada? Se sim, foi discutida com outras pessoas? O caráter de protesto estava presente? Você tinha conhecimento dos aspectos legais (o que era permitido e o que era proibido) relacionados à sua ação?

Minha ideia surgiu de assistir do alto do meu apartamento no Edifício JK a reforma maravilhosa que estavam fazendo. Ninguém lá debaixo tinha o acesso que nós moradores tínhamos. Eu aguardava a inauguração com muito entusiasmo. Pois a beleza da praça muito me encantava. Eu dizia às minhas visitas em casa: aqui dentro é NYC, lá embaixo é minha Paris!!!

Tarcísio, minha decisão de tomar sol foi analisada e perguntei para alguns amigos (delegada [nome ocultado]) se havia algum empecilho pela lei. Fui aprendendo no decorrer dos dias o que era permitido ou não. Existem outras praças onde não podemos pisar na grama e o meu respeito pela cidade veio sempre em 1º lugar.

Então: quando a Praça Raul Soares foi revitalizada e os homens se exercitavam como ou sem camisa, meus questionamentos aumentaram e decidi mostrar para a população que poderíamos nos divertir, nos confraternizar, *picnic*, ler um livro, ouvir o Bolero de Ravel era um *must* para minh'alma. Sol, vitamina D e água da garrafa... rsss

05- As reportagens disponíveis sobre sua ação informam que você estava tomando sol na

⁴² Entrevista realizada em março de 2022.

Praça Raul Soares “a pelo menos 15 dias”. Você se lembra das primeiras reações das pessoas à sua ação (principalmente no primeiro dia)? Havia alguma predominância entre reações de apoio ou reações de repúdio?

Tarcísio eu nunca vi e muito menos ouvi nada negativo de nenhum transeunte. Eu realmente relaxava e curtia meu sol. Como se estivesse em um parque ou clube. Não fez a menor diferença. Não fiz para me observarem, para vender uma ideia de um corpo em exposição... Quem chegava perto eu conversava; no mais, os olhos estavam fechados.

06- Como foi a sua relação com a Polícia (e/ou Guarda Municipal, e/ou fiscais da Prefeitura) desde o primeiro dia de sua ação? Qual a sua versão dos fatos ocorridos em 06 de agosto de 2008, quando o seu impasse com a Guarda Municipal culminou com sua condução à delegacia?

I ♥ the MG Police / No problem at all. Meu melhor amigo nos dias atuais é o Cel. [nome ocultado], que conheci nesta época, quando ele ainda era capitão e me protege até hoje.

PARTE 2 - Após a condução à delegacia

07- A sua condução à delegacia mudou sua forma de agir no espaço público? Se não, por que? Se sim, em quais aspectos?

Não mudou nada. Foi um erro da polícia [e] da guarda municipal. Me pediram desculpas na época e isso me deu ainda mais segurança para continuar.

08- No dia 16 de agosto de 2008 houve um protesto a favor do banho de sol na Praça Raul Soares. Você esteve presente em sua organização? Houve desdobramentos dessa ação após esse dia? Se sim, quais?

Sim, estive presente.

09- Como ocorreu (e por que houve) o fim de sua ação de tomar sol na Praça Raul Soares?

Não me lembro bem... mas acho que fui viajar e comecei a trabalhar em outros projetos que tomaram meu tempo. Eu fazia um *home office* na praça.

PARTE 3 - Após o fim da ação na Praça Raul Soares

10- Gostaria de relatar a você algumas ações ocorridas em Belo Horizonte a partir de 2009:

I. Em fevereiro de 2009 teve início o processo de retomada do carnaval de rua em Belo Horizonte o qual, nos anos seguintes, estruturou um dos carnavais mais importantes do país.

II. No final de 2009 houve a publicação do Decreto Municipal 13.798, proibindo eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. Essa proibição foi o ponto de partida para a criação da ação “Praia da Estação” o qual, com encontros organizados nos finais de semana de janeiro de 2010, conseguiu a revogação do Decreto em maio daquele ano. (<https://bit.ly/3QozDRP>)

III. Em abril de 2012, durante um evento promovido pela UNIMED na Praça Floriano Peixoto, um jovem foi preso por ignorar o fechamento dos jardins e se sentar no gramado. Em 2017 a justiça o absolveu e o juiz ainda pediu desculpas a ele pelo “despreparo dos agentes públicos”. (<https://bit.ly/3QmBG9L>)

Você teve conhecimento desses eventos/ações? Se sim, qual sua opinião sobre eles?

I e II sim; III não fiquei sabendo

Fui convidada a participar da Praia da Estação desde a 1ª edição e fui eu quem abriu o 1º caminhão pipa para refrescar todos na Praça da Estação

11- Em 12 de setembro de 2012 você foi novamente notícia na mídia por tomar sol na Praça da Savassi. Sobre essa ação:

a) qual a sua motivação naquele dia?

b) houve algum planejamento prévio?

c) houve reações de apoio e reações de repúdio? Se sim, quais?

d) como foi a reação da Polícia (e/ou Guarda Municipal, e/ou fiscais da Prefeitura) à sua ação?

Sem planejamento, como sempre. Fui recebida pela população como estrela e nada demais ocorreu com a polícia.

12- Há outras ações realizadas por você nos espaços públicos, a partir de 2008, e que não saíram na mídia? Se sim, quais?

Nada na mídia. Freqüento parques e praças públicas normalmente.

PARTE 4 - Reflexões atuais

13- Em relação àquela sociedade de 2008, você entende que estamos mais ou menos

abertos a ações como a sua (de ocupar os espaços públicos)? Por que?

Considero hoje em dia a sociedade mais fechada. A própria juventude está diferente. A pandemia deixou as pessoas mais desconfiadas e reclusas.

14- Em um contexto de pós-pandemia, acredita ser possível retomar os movimentos de ocupação dos espaços públicos? Além disso:

a) quais seriam os desafios a serem vencidos?

b) quais seriam as oportunidades a serem aproveitadas?

Os espaços públicos de BH não são tão bem aproveitados quanto são os espaços públicos europeus. Poderíamos fazer muito mais por aqui. *Shows*, festas, etc.. Fazer com que a cidade discuta novos temas em novos encontros seria muito bom. O ser humano precisa olhar pro Céu e sorrir por estar vivo.

15- Há alguma questão não abordada nas perguntas acima e que você gostaria de colocar aqui?

(não respondida)

Anexo 04 - Fidélis Alcântara: depoimento [ago. 2022]⁴³

[Sobre a ação de Fernando Ramos na Praça Floriano Peixoto]

“Todo mundo” foi preso, o Joviano foi preso junto. E o Joviano nem podia ser [preso] porque ele estava lá como advogado. Enquadraram todo mundo.

O primeiro evento cercado lá na Praça da Estação foi o [nome ocultado], com essas grades. Nós jogamos essas grades todas pra cima.. o pessoal do festival ficou puto com a gente, e nós estávamos putos com eles de terem aceitado aquilo. Logo depois vieram aquelas grades de 3m de altura. Eu acho que tem muita gente lucrando por trás.

Todos os eventos de BH têm que ter grade dentro de espaço público.. Eu acho isso um absurdo. Eu fui com minha família naquela festa [nome ocultado], que teve ali do lado do Palácio da Liberdade, na Praça Mendes Junior. O negócio é só para segregar.. Cobram 1kg de alimento.. É só pedir que as pessoas vão trazer, não tem que obrigar para um evento no espaço público. É só para não deixar o pedinte, não deixar os pobres entrarem no meio da coisa. Fica patente isso. Acho isso inadmissível.

01- Você fez parte do início da retomada do Carnaval de rua em Belo Horizonte, a partir de 2009?

a) em caso positivo:

• pode me contextualizar (brevemente) as motivações daqueles blocos em 2009? havia alguma situação em especial (em BH ou no país) que favoreceu aquela tomada de atitude naquele ano ou foi uma atitude ocasional?

2009 foi o último carnaval que eu passei fora de Belo Horizonte. Quando voltei para BH fiquei sabendo que tinha rolado os blocos e fiquei com vontade de ter ficado aqui. [Em 2011] eu criei um bloco com amigos, o Toca Raul. Em 2010 eram 9 blocos; em 2011, 15 blocos; em 2012, 45 blocos; em 2013, eram mais de 100 blocos – aí começa nas regionais; até chegar em 2018, com 450 blocos.

Tem uma coisa interessante: tinha outros blocos, como a Banda Mole, no Caiçara tinha o Bloco do Pão Molhado, no Sagrada Família tinha o Sagrada Folia, no Planalto tinha As Virgens do Formigueiro Quente.. esses blocos já tinham 30, 40, 50 anos.. [Esses blocos] passaram a sair antes do Carnaval porque no Carnaval mesmo não vinha ninguém.

⁴³ Entrevista realizada em agosto de 2022.

• havia alguma expectativa/intenção entre esses participantes iniciais de que o Carnaval tomasse a proporção dos anos seguintes?

Em 2009, não. Em 2010, tinha. Inclusive há uma provocação na Praia – que depois repete em 2011 – para que as pessoas que estavam participando da Praia criassem blocos. A gente se encontrava às 4as feiras, na Praça da Estação, para discutir os rumos da Praia (inclusive para discutir o evento de 1 ano). Em 2010 há uma primeira tentativa, que se consolida em 2011, de vários blocos saírem de vários lugares diferentes da cidade e encontrar na Praça da Estação e formar o Bloco da Praia – ele é a união de vários blocos. Em 2011 saiu a matéria na Band “Toca Raul abre o Carnaval de Belo Horizonte”.. foi engraçado porque nós chegamos na Praia da Estação e tinha umas 50 pessoas lá, debaixo da árvore. Nós éramos 12, 15 pessoas. Só que a gente chegou fazendo a maior festa, barulho com instrumento improvisado, brincando.. O pessoal, quando viu aquilo, levantou e voltou a tocar.. Aí fizemos uma caminhada até a Prefeitura e depois até o [Bar] Brasil 41 – nos dois primeiros anos, a gente ia pro 41, onde o [Bloco do] ApPROAch, que é o bloco d[a banda] Proa, tocava. Em 2011, o batalhão de choque da Polícia tentou impedir que o bloco andasse. Na 3a Praia, eles passaram a desligar as fontes. Aí nós fazíamos vaquinha e contratávamos caminhão pipa.

• como recebeu, nos anos seguintes, a inserção da Prefeitura nesse processo de retomada do Carnaval? Em quais medidas avalia como positiva e/ou como negativa essa ação do Estado?

A Prefeitura vem repetindo um modelo de tentativa de controle que aconteceu, por exemplo, no Rio de Janeiro. Quando a Prefeitura começa a cercear – ela falava “organizar” os blocos – há uma resistência de vários blocos. O bloco que eu participo não entrou em nenhum registro oficial da Prefeitura – e vários outros blocos também funcionam assim. A gente sai pelo Artigo 5º da Constituição. A gente notifica a PM 48h antes – atualmente, para não dar problema, a gente avisa uma semana antes – e deixa claro que aquilo NÃO é um bloco de carnaval e sim uma manifestação político-cultural de acordo com o Art. 5º da Constituição. Alguns blocos ainda saem na cidade assim. Não entramos no calendário oficial da Belotur. Porque aí começaram várias questões. No meio disso, já surgem blocos de empresas, produtoras culturais que criam blocos com o objetivo de lucro. E a Prefeitura se junta a esses blocos. Os blocos de antes queriam fazer uma festa e ocupar o espaço público, queriam estar na cidade. E é muito perceptível: a Prefeitura queria estipular trajetos, horários e dar como contraponto banheiro químico. Isso não é contraponto! Banheiro tem que ter na cidade, as praças não têm banheiro –

ou têm e ficam fechados, o que é um absurdo. Belo Horizonte ter banheiro [apenas] na Rodoviária e no Parque Municipal – e você ainda ter que pagar – é algo que não se vê em outras cidades do mundo. E aí a Prefeitura vinha com essa barganha, para as pessoas não fazerem xixi na rua. Mas nós queremos mais do que isso! Banheiro químico e [controle] de trânsito é uma obrigação.. Foi percebida uma tentativa [da Prefeitura] de saber quem é quem, de mapear pessoas e blocos. A primeira coisa que a gente percebeu nessas ações da Prefeitura foi o mapeamento. De repente você recebia ligação na sua casa.. “peraí, como você sabe que eu participo de um bloco de Carnaval?” A Prefeitura vai fazer um mapeamento disso no Orkut. Eu fiquei sabendo depois que tinha pessoas que eram responsáveis por acompanhar, por exemplo, o pessoal do Graviola, o Rafa Barros, eu, o Joviano... E eu, nessa época, trolava a Prefeitura em 290 comunidades... Só que não tinha um grupo da Prefeitura, um perfil da Prefeitura – não existia. Aí começaram com uma página da Prefeitura no Orkut, um perfil da Prefeitura...

b) em caso negativo:

- **pode me contextualizar em que momento/contexto você se inseriu nele?**

02- Considerando que você fez parte do grupo que organizou as “praias” na Praça da Estação em 2010:

- **pode me contextualizar (brevemente) a evolução dessa ação a partir da publicação do Decreto 13798/2009?**
- **as manifestações, que começaram com um “vá de branco”, logo caminharam para a estratégia de uma “praia”. Por que a adoção desse símbolo?**
- **havia alguma expectativa/intenção entre esses participantes iniciais de que as “praias” tomassem a proporção dos meses seguintes, aglutinando outras discussões (FIT, remoções na Isidora, Copa 2014) e outros eventos (saraus, bicicletadas, eventões)?**

Já existia um grupo Praia na Rotatória. Tinha o Domingo Nove e Meia, um movimento cultural [que acontecia] debaixo do viaduto Santa Teresa, todo domingo, 9h30 da manhã.. tinham saraus... De ocupação do espaço público, nessa época também, tinha o Sarau Vila Lata, que era desse pessoal também, esse mesmo povo, que já fazia pequenas intervenções no espaço urbano. O próprio Duelo de MCs era um grupo que se reunia na Praça da Estação e ficava duelando sem microfone. Então, já tinham pequenas coisas. A Praia vai agregar isso tudo – mas é importante lembrar dessas outras iniciativas que já estavam acontecendo, já existia um embrião. O negócio da “praia” é muito interessante. Na década de 1970, a Gabi Podestá e o marido dela

[o arquiteto Sylvio de Podestá] estudavam em Ouro Preto e eles fazem uma “praia” lá para protestar contra alguma coisa que eu não lembro. Tem fotos incríveis.. para a sociedade conservadora mineira você imagina: um tanto de jovem coloca um tanto de cadeira de praia naquela parte baixa, ocupa o espaço na beirada do rio, ali onde tem aquela estação ferroviária, e fazem uma praia lá também.. Isso 30 anos antes da Praia da Estação. A Gabi tem um bloco (As Filhas de Gabi) que, inclusive, na 1ª lavagem da Prefeitura ela e o Sylvio estavam lá – eu também – nós todos vestidos de pai de santo.. A Gabi estava lá no meio puxando a galera..

Aí chega o email, não sei de quem foi, chamando para o Vá de Branco. Eu não fui. Depois eu recebi outro e-mail, chamando para a Praia. O que eu sei, eu acho que quem deu ideia de chamar “Praia” foi o [nome ocultado], porque ele já fazia essa “praia” nas rotatórias – ele tem umas fotos muito legais dessas praias nas rotatórias. Ele é arquiteto também, anarquista.. Quando eu comecei a participar já havia o nome Praia. Eu fiquei sabendo do Vá de Branco mas no sábado eu não pude ir; aí no sábado seguinte já era Praia, já estava acontecendo como praia, a Polícia já chegava.. Na 2ª Praia, chegou um batalhão de choque para tirar a gente da praça.. Na época foi o Arnaldo Godoy, que na época era vereador, interceder pela gente e conversar com o pessoal. E isso se repetiu algumas vezes. E aí nós começamos a usar essa estratégia de fazer a notificação na 5ª feira de que ia ter a Praia – então a Polícia ia lá para garantir a nossa segurança. Aí a Guarda Municipal passou a tentar a tirar a gente de lá. E aí vinha a Guarda para tentar tirar a gente e nós chamávamos a PM e ela tirava a Guarda.. E isso deu um pano pra manga.. Teve uma vez em que nós estávamos embaixo de chuva, armamos uma tenda e ligamos um equipamentozinho de som lá debaixo. Veio o Guarda Municipal, nós fomos chamar a PM para a Guarda Municipal. Só que, enquanto a PM não chegava, a Guarda tentou meio que na violência tirar as coisas à força, a fiscalização vinha tentando tomar as coisas do ambulante e tal. Aí nós avisamos para eles: “o que vocês estão fazendo de colocar fiscalização pra cima de ambulante, vocês vão virar capa de jornal. Porque o pessoal não vai deixar a fiscalização levar e vai dar briga”. Inclusive, quando os blocos começam a sair e a Prefeitura vem querer fazer a regulamentação, antes disso, ela vem fazer a repressão e ela vai exatamente em cima. Porque, em 2010, quando a gente saiu, não tinha ambulante em Belo Horizonte. Então, pra gente sair pra buscar uma cerveja, era uma dificuldade, era uma coisa demorada. Quando chega 2011, já aparecem os ambulantes. Aí, qual é uma forma de você tentar impedir que o bloco desenvolva? É você segurar o ambulante, apreender as mercadorias. Só que eles iam apreender os ambulantes e o pessoal chegava junto e não deixava. E isso começou a criar uma tensão. Quando foi em 2012 – inclusive eu falei isso lá na Belotur – eu falei “olha, nós vamos sair e se vocês

colocarem fiscalização para tomar cerveja de ambulante, vocês vão arranjar um problema muito grande”. Porque já tinham vários blocos organizando cordão de segurança para os ambulantes – e essas pessoas iam sair na porrada com os fiscais. Aí o bom senso imperou e a Prefeitura parou de perseguir os ambulantes até que em 2013 teve o primeiro cadastramento. Mas uma forma de tentar impedir que a gente continuasse era essa perseguição ao trabalhador, ao ambulante que estava ali. E aí tivemos vários momentos muito tensos, com relação a isso também. A gente jogava o ambulante para o meio da bateria – quero ver o fiscal entrar lá no meio, porque aí os foliões ao redor, a bateria ao redor, não iam deixar a fiscalização chegar. E isso também intimidou a fiscalização, que passou momentos tensos. E aí é outro trabalhador em um momento de risco, porque ele viu que não ia conseguir fazer o trabalho dele, sem apanhar muito – e ele não ia apanhar para fazer o trabalho dele. Então eles recuam, porque viram que as pessoas estavam na disposição de lutar mesmo, de brigar para defender o ambulante. E aí, mesmos os chefes deles [dos fiscais] mandando, eles não cumpriram a ordem, porque não tinha condição.. era risco. A gente conseguia dialogar com eles – não conseguíamos com os chefes deles: “você vai encarar? quem está mandando você fazer isso não sabe a realidade que você está entrando não.. está te colocando numa fria”. Então houve essa tentativa. A Prefeitura, antes de começar o diálogo, tentou de todas as formas impedir. Quando ela não conseguiu, ela abraça o Carnaval e apresenta o Carnaval como dela. Inclusive há uma mudança na diretoria da Belotur nessa época.

É muito interessante os movimentos que surgiram a partir da Praia. Isso é muito importante. Isso muito a partir de 2010, meio de 2010. Chega uma feirante da Feira Hippie lá na Praia, com os ferros da barraca, ela encosta na árvore – uma senhora – e fala: “jovens, vocês têm um poder muito grande. Vocês são a única oposição ao governo Lacerda, vocês têm uma responsabilidade muito grande.. Eles querem privatizar a Feira Hippie, há um plano para colocar a Feira Hippie na administração de uma empresa privada. Isso é uma irresponsabilidade, precisamos da ajuda de vocês! Por favor, ajudem os feirantes, ajudem a Feira Hippie a continuar como é...” Aí ela vai embora e ninguém conversa com ela. Ficamos olhando para a cara um do outro: “alguém pegou o telefone dela, alguém sabe mais?” Não... Aí na reunião da 4ª feira na Praia, nós percebemos que precisávamos fazer um outro movimento, porque a Praia – e não é por causa do caráter festivo - ela tinha um objetivo de ocupação do espaço público e de derrubada do decreto [13798/2009]. Então nós criamos o Fora Lacerda – que, na verdade, não ia chamar Fora Lacerda, mas não conseguimos outro nome – e aí nessa 4ª feira nós decidimos: “na 5ª feira nós vamos nos reunir em outra praça”. E então foi lá na Praça da Assembleia. E aí vem as pessoas

da Praia, e juntam os movimentos sindicais dos trabalhadores da educação, da saúde - relacionados à Prefeitura -, vem o MOC-ECO, Movimento Ecológico da Serra do Curral, já denunciando.. – o Lacerda já libera a TAMISA em 2009. Essa briga que está aí, em 2009 já estávamos falando nela. Vem o Movimento da Mata do Planalto, vem o Movimento da Mata do Jardim América... esse pessoal todo junta e o pessoal da Feira Hippie também – um pessoal muito ponta firme – e forma o Fora Lacerda. O pessoal da Praia consegue agregar movimentos sociais, movimentos sindicais e outros movimentos ao redor do Fora Lacerda. Em 2011 tem o Fórum Social em Porto Alegre e a Raquel Rolnik - que na época era Embaixadora do Brasil pelo Direito à Moradia na ONU -, ela traz um levantamento sobre o que foi a Copa da África do Sul, em relação à moradia e, em parte, em outros países também. E ela manda isso para o Brasil inteiro. E aí, logo, alguns movimentos começam a chamar pela criação de comitês populares pelos atingidos pela Copa. A primeira reunião foi na Faculdade de Medicina, e aí já junta o Movimento de Moradia, já juntam outros movimentos que tinham relação direta com os impactos da Copa. Então, tanto o COPAC [Comitê Popular dos Atingidos pela Copa] quanto o Fora Lacerda têm uma relação de desdobramento da Praia, que vai juntando outros movimentos. Porque não teria muito a ver, ficar todo mundo ali na Praia só. Então vão surgindo esses outros movimentos. Igual quando chega a Copa das Confederações em 2013, depois do 1º ou 2º jogo (depois daquele grande embate que teve no Mineirão) , a gente faz uma reunião debaixo do viaduto Santa Teresa – e essa reunião durou umas cinco horas – foram 130 falas e foi a Primeira Assembleia Popular Horizontal (APH) de Belo Horizonte. Quem puxou isso foi pessoal desses movimentos. O embrião é a Praia. Essa Assembleia Popular Horizontal criou vários GTs [Grupos de Trabalho]. Tinha GT de Educação, de Saúde, de Meio Ambiente. O GT de Mobilidade Urbana é hoje o Tarifa Zero, que resiste até hoje. Os outros GTs eram de todos os assuntos que pudesse imaginar – eram 20. Em 2013 muitas dessas articulações passam pela Praia inicialmente.

[Sobre o fato da rotina de reuniões e eventos ajudar a manter a discussão:] Nós ocupamos a obra debaixo do viaduto [Santa Teresa], para forçar o que a gente queria como ocupação. Durou um tempo bom, uns 6 meses. Paramos a obra para mudar o trajeto em que ela estava. Depois disso veio o [Espaço Comum] Luiz Estrela, vem outras movimentações que vão saindo desses encontros da Praia, como o Fica Ficus.

• havia, no grupo, a intenção de que o uso da Praça da Estação para se tomar sol em trajes de banho se tornasse algo rotineiro no cenário de BH? Se sim, o que faltou para que isso tivesse ocorrido?

Uma coisa não substitui a outra. O que é muito interessante hoje é que a Praia tem algumas pessoas que não fizeram parte no início, que chegaram depois – um pessoal bem mais jovem – que quando eles chamam para a Praia, a Praia é ocupada. É impressionante. [nome ocultado] é uma das meninas. Quando ela joga no Facebook “sábado vai dar praia?” ou ela faz um evento no Facebook, você tem, no mínimo, 500 pessoas na Praia. Agora não está tendo Praia porque estamos saindo da pandemia e está no inverno. Eu te garanto que em setembro tem Praia. Certeza absoluta. Além disso, a Praia passou a ser um lugar de ensaio de bloco. Eu fui no final do ano passado no ensaio de dois blocos na Praia da Estação. E aí tem uma coisa que eu vejo às vezes – e que a gente trabalhou muito -, que é o seguinte: tem uma população que já estava ali, antes da Praia. Então é necessário a gente ter um diálogo muito tranquilo, muito franco, com eles. Tanto para incluí-los quanto para que eles permitissem que a gente ocupasse aquele espaço. Lembro muito de um morador de rua que falou assim: “eu já falei com o Zé.. se todo dia que você vier pra cá sumir um instrumento, daqui a pouco vocês não vão ter nem instrumento para tocar pra nós”.. Porque aconteciam pequenos roubos, uns desentendimentos... o cara pedia para andar de bicicleta (e o outro inocente deixava) e a bicicleta desaparecia.. Então, teve esse trabalho, inclusive, das pessoas se reconhecerem, se entenderem. O espaço público proporciona isso. Tanto as pessoas em situação de rua quanto as que estavam chegando lá tiveram que se entender. E hoje está precisando fazer isso de novo. Eu vejo que chega um bloco para ensaiar lá, escolhe um lugar e começa a ensaiar, sendo que tem gente dormindo ali do lado. Você tem que praticamente pedir licença ali, porque a pessoa [em situação de rua] chegou primeiro do que você. “Você se importa da gente ensaiar aqui?” “Pode fazer um som aqui?”.. Há que ter esse diálogo antes. Essa última vez que eu fui lá mesmo, foi uma coisa que me preocupou. Eu tentei - mas eu não conheço mais, são blocos novos que surgiram.. um pessoal bem mais novo – tentei dar esse toque. Tem que ter um diálogo anterior. É igual quando os blocos vão para sair na periferia.. Já passamos coisas do tipo “gente, vocês não avisaram?” O bloco vem andando aqui e o cara liga o carro de som de propósito.. Por que? Porque ninguém da comunidade estava sabendo que, de repente, no meio do Carnaval, ia passar um bloco na porta da casa dele. “Vocês não bateram de porta em porta, não fizeram um panfleto, não colocaram uma faixa, nada?” Não dá para fazer surpresa assim não.. A intenção de fazer surpresa é boa, mas você vai ter isso aí.

• a revogação do Decreto 13798/2009 foi seguida da estruturação, pela Prefeitura, de uma nova forma de se usar a Praça da Estação, com cercamento e controle de acesso aos eventos. Essa medida impactou ações futuras do grupo da Praia?

Não interferiram em nada – e não tinham como interferir. Eles chamam uma reunião lá na Prefeitura, estavam cinco secretários e o Lacerda, com representantes da Praia – acho que o Arnaldo Godoy também estava. A Praia decidiu não ir. Eu fui como cidadão. E aí a gente chega no final da reunião num impasse, que a Prefeitura vai tentar resolver através de uma lei – que foi o Arnaldo Godoy que fez – que define o que é “evento público”. Porque, quando chega lá, eles não conseguiram definir - e ficou um secretário olhando para a cara do outro – qual a diferença entre evento e manifestação. Eles não sabiam, não conseguiam se entender. Aí o Arnaldo Godoy cria uma lei. Essa lei que ele criou é inconstitucional. Então não adiantou nada. Para se ter uma ideia, uma das coisas que está na lei, se o evento dura mais de quatro horas, não é mais manifestação, é evento; se usa carro de som, não é manifestação, é evento. Só para falar essas duas coisas. Então, se a CUT passar com o carro de som na rua e faz uma manifestação por mais de quatro horas, ela está fazendo um evento. De tão contraditório, de tão sem noção que é, a lei que regulamenta, que define o que é evento em espaço público de Belo Horizonte. E essa lei é a mesma coisa que nada. O 2º Eventão aconteceu.

A pouco tempo uma professora fez uma ação naquela praça [nome ocultado]. Ela fez uma instalação na Praça, os alunos saíam uma turma por vez, davam uma volta e voltavam pra escola. E aí com estagiários e tal. A burocracia que a Prefeitura impôs para fazer aquele negócio lá, fechamento do jardim e tal, inviabilizou completamente. Aí eu falei com ela: “notifica a PM”. Acabou. Ela não acreditou em mim, foi fazer tudo pelas vias legais, não conseguiu, porque a Prefeitura simplesmente não responde a tempo. E aí você perde o prazo. A estratégia da Prefeitura para você não ocupar o espaço público é ela não responder a sua demanda a tempo. E aí você perde o prazo: “agora não dá mais para fazer”. Aí ela foi na PM e fez a notificação – que não é uma autorização. Notifica: “eu vou fazer uma manifestação político cultural em frente a escola”. E a coisa aconteceu, sem a anuência da Prefeitura. Então, até hoje, a ocupação do espaço público em Belo Horizonte não ter uma lei que seja constitucional, ela pode ser burlada através do artigo 5º [incisos IV e IX] da Constituição. Porque a lei que tem é inconstitucional. Agora, quando chega uma grande empresa, que vai fazer evento, que vai fazer negócio, aí ela não consegue usar [o artigo 5º] como qualquer cidadão, porque é uma empresa que está produzindo. A partir do momento em que ela vai fazer um evento com patrocínio, ela vai ter que entrar nessas regras, que vão o tempo todo limitar o uso do espaço, cercear, dificultar toda a logística. Vai fazer exigências absurdas: gradeamento, banheiro químico, segurança. Aí fica assim: você está numa praça que tem Polícia Militar, Guarda Municipal, fiscalização municipal e você tem que contratar segurança e bombeiro civil. No início de 2010 tem algum

enfrentamento, mas a Prefeitura desiste de barrar a Praia – o que eu percebo é isso. Ela desistiu, porque ela viu que quanto mais ela enfrentava, mais a coisa crescia, mais virava notícia. Virou uma resistência ao governo Lacerda – nunca um decreto custou tão caro para um prefeito.

• já em 2011, há menções ao “Bloco da Praia” no Carnaval daquele ano. Na sua opinião, a correlação entre praias-ação e praia-bloco poderia ser entendida mais como uma conversão/mutação de uma ação para outra ou como uma divisão de táticas de ocupação do espaço público? Foi um caminho natural? Qual sua opinião sobre esse processo?

É uma divisão tática mesmo, para ampliar nosso raio de ação. Porque nós levamos um caminhão pipa para a porta da Prefeitura. E você vê o crescimento desses blocos. O que acontecia: a gente saía no sábado de Carnaval, todo mundo ia pra Praia da Estação. Inicialmente 9 blocos, depois 15 blocos se juntam lá, sobem e isso começa a reverberar pela cidade. Se tivesse só uma Praia sem bloco no Carnaval, não teria feito o barulho que fez e não teria transformado o Carnaval que fez. Então essa a nossa ação: “nós vamos criar mais blocos”. Um amigo criou um bloco no Eldorado - aconteceu por dois anos. Mas ele saía do Eldorado com 10, 15 pessoas, pegavam o metrô todos fantasiados... aquilo dava visibilidade. Mesmo sendo um bloco pequeno, mesmo não tendo ido pra frente, mas ele ajudou a espalhar a ideia para o outro lado da cidade, trazendo esse negócio, essa fala da festa, do Carnaval, trazendo essa mobilização. Nós esvaziamos o Carnaval de Ouro Preto em 2013, se não me engano, que foi um negócio absurdo de crescimento. Não só de Ouro Preto - acabamos com o Carnaval de Pompéu, Diamantina também. E aí muita coisa mudou: Diamantina tem 50 mil habitantes e recebia 100 mil turistas. Agora está recebendo uns 50 mil e está ficando mais tranquilo. Mas logo que o movimento da Praia estourou, o movimento lá caiu para 20 mil pessoas. Foi um negócio impressionante. Nessas outras cidades do interior de Minas todas.

[Sobre o *blog* Praça Livre BH]

Tem vários textos meus lá [no Praça Livre BH], só que eu não assinava [o nome pessoal e, sim, Luther Blissett]. Luther Blissett é um coletivo anarquista italiano, francês. Em 2001-02, eles acabam com o movimento e autorizam qualquer pessoa do planeta que quiser usar o pseudônimo. Luther Blissett escreveu “Q. o Caçador de Hereges” - no último livro do Umberto Eco, tem toda uma especulação sobre. [O *blog*] tem a chave livre, qualquer pessoa pode postar lá. Porque eu fiz o Luther Blissett? A gente sempre teve dentro da Praia – e depois que a gente vai entendendo isso melhor – informantes, pessoas que se aproximavam para poder passar a informação para a Prefeitura. Por exemplo, tinha um carinha que passava informação, filmava

a gente nos eventos, nas praias e mandava as imagens para Prefeitura ir mapeando a gente. Aí, no livro Q. o Caçador de Hereges, o Q. é um informante do Papa, ele é que manda as informações sobre os hereges que eles estão procurando. E aí eu tento escrever lá na mesma narrativa do livro: “Caro Senhor Meu, Excelentíssimo... Eles estão piorando a situação. Agora eles vão fazer...” na verdade eu estava dando notícia, que todo mundo estava sabendo, que ia ter o Eventão. Era uma paródia e uma tiração de sarro com o Lacerda, uma zoeira com a cara dele. Ommar Motta que era o [pseudônimo] que todo mundo usava.

03- Os anos seguintes inauguraram uma forma criativa de ocupação dos espaços públicos de Belo Horizonte, que parecem ter atingido um pico por volta de 2018. Ultimamente, ainda mais pelo choque causado pela COVID-19, os eventos e ações nos espaços públicos parecem esvaziados.

a) Nos registros de internet sobre as articulações para essas ações a partir de 2009, há um uso preponderante de *blogs* (associados a outras plataformas como Flickr, Youtube, Orkut e, menos, Facebook). Hoje, há uma multiplicidade de redes sociais, associadas à maior mobilidade proporcionada pelos smartphones e à maior velocidade de internet. Para além do (ou levando em consideração o) fator de instabilidade política e econômica que estamos enfrentando nos últimos anos, qual sua opinião sobre as alterações nas formas de articulação e engajamento entre as pessoas?

Eu acho que hoje deu uma esvaziada sim. Se a Praia fosse hoje talvez tivesse uma dificuldade de mobilização muito maior. Apesar que, no início do Facebook, logo que o Facebook começou, era só fazer o evento. A gente não precisava nem divulgar o evento não. Os algoritmos jogavam ele pro povo e o evento, em pouco tempo, já estava... Porque aí é quando chega essa galera mais jovem – isso aí é em 2013 – que vem muita gente da periferia. A gente vê a mudança. Vem muita gente do Aglomerado da Serra e do Barreiro. Quando essa galera chega, aí também está chegando o Facebook, e o início é muito forte. Agora, hoje, nessa pulverização das redes sociais diminuiu o debate político e dificulta mais essa mobilização. Hoje é muito mais uma representação do íntimo, das intimidades – e não de uma construção coletiva. Isso é raro você ver nas redes. Há também muito mais uma exposição das pessoas e da sua intimidade, das suas coisas do que das suas posturas, das suas ideias, dos seus desejos. É muito mais a representação de uma pessoa que “realizou” do que de uma pessoa que “está a fim de realizar”, que está a fim de fazer alguma coisa. As pessoas se apresentam como mais prontas, enquanto que eu acho que, a 10 anos atrás, as pessoas estavam muito mais envolvidas com “o que que nós vamos aprontar”.

b) Em um contexto de “pós-pandemia” (ou de convívio com novas doenças de fácil contágio), acredita ser possível retomar os movimentos de ocupação dos espaços públicos?

• **Se não, por quê?**

• **Se sim, quais os desafios a serem vencidos e quais as oportunidades a serem aproveitadas?**

Se nós não tivermos uma pandemia no próximo semestre, agora nesse semestre que está começando, eu tenho certeza que em setembro nós temos Praia. Agora em agosto já vê algumas chamadas para organização de blocos, ensaios de blocos e tal. Mas em setembro já vai ter Praia aos sábados. Esquentou o tempo um pouquinho, o povo vai pra Praia e acontece. Agora, se acontecer uma outra pandemia, vai recuar. Mas eu percebo um desejo muito grande das pessoas de voltarem pra rua. Eu percebo muito pequenas ações acontecendo, desde, por exemplo, o Sopa de Pedra, que faz lá na Raul Soares uma comida. Ele faz ação na rua de fazer uma comida que chama Sopa de Pedra, uma *paella*, uma comida sofisticada que se distribui para quem estiver passando ali – não só população em situação de rua, mas quem quiser chegar lá. Já tem uma articulação dele para fazer isso junto com um bloco de carnaval. Já tem bloco de carnaval planejando seus ensaios no espaço público. Então eu acho que esse movimento deu uma esfriada com a pandemia, mas ele vai voltar, sabe? Porque as pessoas têm a memória do que foi. As pessoas que viveram praias memoráveis, praias pra você chegar lá 9h da noite. Teve uma Praia uma vez... no canto de cá estava tocando música eletrônica, no meio da praia estava dividido – numa árvore tocando carnaval e na outra um trio de forró – e lá no outro canto, a galera tocando funk. Você tinha quatro manifestações culturais ao mesmo tempo, no mesmo lugar. Você podia escolher o que você quisesse, de graça, com cerveja gelada barata, banheiro ali.. Inclusive nós fizemos um tutorial para ensinar o pessoal a usar o banheiro do Museu de Artes e Ofícios. Só que lá fecha às 4h da tarde. Mas todo mundo que vai a Praia usa o banheiro do Museu de Artes e Ofícios e quando é barrado chama alguém lá e conversa com a segurança. Todo mundo usa o banheiro lá. Isso pra eles foi um choque: usar o banheiro do Artes e Ofícios foi quase um pecado. Os banheiros dos bares, os bares cedem pra gente, eles gostam daquele movimento ali e tal. Ah! e na esquina tinha uma roda de capoeira... Então, essas experiências, essa confluência, gente do forró, do funk, da música eletrônica, do carnaval no mesmo lugar - e convivendo pacificamente – isso está na memória de uma galera e essa galera quer voltar. Eu vejo hoje, inclusive, uma prudência muito grande, um respeito à pandemia. Eu achava que as pessoas iam ligar o foda-se e já ia nesse verão ter mais movimento lá. Mas estou achando que

a juventude está muito comportada, muito preocupada com a coisa e tal e não foi. Mas eu acredito que daqui a pouco. Agora, se começar uma outra onda pandêmica aí, seja qual for, aí vai ter uma retração, não tem como. Eu acho que a Praia nesse cenário [de polarização política] pode virar um espaço de resistência onde a extrema-direita não tem nem coragem de passar perto. Eu duvido muito que se chamar um evento da Praia, por exemplo a favor do Lula ou pelos direitos LGBTs ou das mulheres, que vai ser afrontado. Virou um território, um espaço público ali de resistência e que eles não têm as caras de enfrentar lá. Por exemplo, quando a gente fez Praia da Savassi, na Diogo de Vasconcelos, você tinha hostilização. Nós fizemos umas quatro praias lá, nadamos nas fontes lá, o COPAC fazia Copelada lá e tal... Você tinha hostilização dos comerciantes e das pessoas que transitavam pelo lugar, entendeu? De passar de carro gritando, xingando, das pessoas passarem na rua reclamando e tal. Não conseguimos, nós tentamos fazer umas praias alternativas lá, mas não conseguimos ocupar aquele espaço por causa da hostilização do entorno. Agora, em compensação, o contrário... Se, pode acontecer, a gente nunca sabe de nada, mas para mim vai ser uma surpresa muito grande, se alguém tentar confrontar, encarar aquilo lá.

[Sobre a ação de Márcia Amar All na Praça Raul Soares] 56:07

Foi muito legal... O que ela estava fazendo é a mesma coisa da Praia, só que num movimento solitário ali - e muito bacana - de resistência, de ocupação do espaço público. Até a Praia da Estação, o espaço público era para pessoas pobres, rico não ia pra espaço público. Então, se você for ver, por exemplo, todas as praças foram reformadas depois disso, a Praça da Assembleia, a Praça Floriano Peixoto... Hoje a classe média, a classe rica frequenta praça em Belo Horizonte. Antes não frequentava. Praça era lugar de pessoa em situação de rua e de pobre. A Márcia mesmo, que é uma pessoa da Zona Sul, é uma das responsáveis por isso. Ela tem um negócio de “na Europa, todo mundo faz isso, porque eu não posso fazer aqui em Belo Horizonte?” Sabe? Um deboche gigantesco... porque a família dela é rica! Um ícone da resistência, porque ela foi lá fazer o que ela já fazia na Europa. Aí teve um dia que ela se desentendeu com a fiscalização... ela queria só guardar as coisas dela. Uns caras burros pra caramba. Alguém deve ter perdido a paciência. Mas a ação dela é emblemática também. Ela passa a frequentar a praia. [No entanto, a metáfora da roupa de banho] tem muito mais a ver com a Praia na Rotatória.

04- Gostaria de deixar mais algum comentário ou consideração?

No início dos anos 1990, Recife era apresentada como a pior capital do Brasil para se viver. E aí

eles começam o Manguebeat, de valorização da cultura, do lugar deles. E que foi por, exatamente, estarem falando mal de Recife é que surge um movimento tão potente. Na década de 1990, Belo Horizonte era uma das melhores capitais do Brasil para se morar. Governo Patrus, Célio de Castro, revitalização do Centro... era a melhor cidade para se viver. O que tocava aqui? Skank e Jota Quest. Chega a primeira década dos anos 2000, a cidade entra num baixo astral. Aí vem a Praia e levanta isso. E aí você tem Graviola, que estava lá na Praia - não surgiu com a Praia, mas um dos grandes hits dele fala da Praia -, tem outros grupos e outros artistas que vão surgir dali. O próprio Duelo de MCs mesmo, eles participavam da Praia, mas é uma outra ação que acontece. Eles ganham força e ganham apoio da Praia, e pra virar o que virou hoje. O Duelo é referência nacional. Tem agora duelo no Brasil inteiro, com a final aqui. O Duelo acontece em todos os estados do Brasil. Aí tira um representante regional, esse representante regional batalha e vem fazer a final em Belo Horizonte. Sempre existiu duelo, mas, organizado dessa forma, é a partir do duelo daqui. E vem Djonga - começou lá -, Clara Lima, Kdu do Anjos. Tem vários rappers da atualidade: Coyote, Oreia, esse povo todo estava na Praia e estava no Duelo. Na ocupação do espaço público, uma das coisas mais bacanas é a possibilidade do encontro. Porque, na sociedade capitalista, que incentiva o egoísmo, a distância entre as pessoas, o individualismo exacerbado, é no espaço público que isso é quebrado. Sabe uma ocupação que é muito massa em Belo Horizonte? Chama-se Quarteirão do Soul. Era na Goitacazes, entre Padre Belchior e São Paulo, funcionaram lá durante muitos anos. Aí depois eles vão para um outro lugar, que eu esqueci. E agora, domingo à tarde, na Praça Sete. O Dj Abelha coloca o som lá e é maravilhoso! Você vê lá... os caras chegam de terno e gravata pra dançar, as mulheres de vestido *lurex* e penteados *black power*... senhoras! Domingo à tarde, você chega lá na Praça e pensa: “estou no Bronx? É Harley? Onde é isso?” A administração Lacerda parece que tinha um pânico das pessoas na rua. Então, tudo o que poderia fazer para dificultar ou impedir a presença das pessoas no espaço público era feito. Você entender que ocupação do espaço público é desordem, é possibilidade de crime, violência, é tumulto, essas coisas... Havia esse pensamento. Isso foi quebrado. Volta e meia, Belo Horizonte hoje tem muito mais atividade - festival de jazz tem quatro. Isso é muito por causa dessa pressão que foi sendo colocada. [Retomar isso] esse ano ainda, porque é urgente. Eu já perdi a conta de quantos depoimentos eu já dei. Fico feliz demais. Eu já vi pessoas torcendo a cara. Digo: “cara, agradece, mano! Olha que caralho que o negócio virou!”. Um dia um amigo meu [disse]: “a praia morreu, a praia acabou”. Acabou não.

Anexo 05 - Fernando Soares: depoimento [set. 2022]⁴⁴

PARTE 1 – Dos antecedentes à ação de se sentar no gramado da Praça Floriano Peixoto

01- Você pode, brevemente, contextualizar sua relação com a cidade e os espaços públicos antes da ação de remover o cercamento e se sentar no gramado da Praça Floriano Peixoto em abril de 2012?

Eu fazia parte do Fora Lacerda, desde a Praia da Estação. Eu fui na primeira Praia, no ato Vá de Branco (recebi um e-mail de um anônimo) e eu chego ali e encontro várias pessoas já conhecidas da Arquitetura. Eu começo, de certa forma, ali, na discussão do espaço público. Na Escola de Arquitetura a gente sempre era permeado por essa discussão, mas como militante/ativista da causa, foi nesse momento mesmo do Fora Lacerda, dessa coisa da proibição da Praça da Estação – e aí a Praia da Estação. O primeiro Carnaval que eu vou é no Tico-Tico, em 2009; aí, em 2011 a gente sai com o Bloco da Praia – em 2010 a gente ainda não saiu com o Bloco da Praia. Em 2010, na verdade, eu conheço o pessoal do Mamanavaca, já na Praia. Então, assim, desde o Tico-Tico, em 2009.. Outro que eu participei em 2009 também foi o Peixoto - nessa época eu estava morando ali na Francisco Sales com Contorno; então era o bloco do meu bairro.

02- Você participou de (ou realizou) outras ações como essa anteriormente? Se sim, quais foram as repercussões? Há registros disponíveis?

Se você for pensar no contexto, não...Eu tive uma militância no movimento secundarista, de grêmio. Eu venho de uma escola particular em Contagem (do Chromos, no Eldorado). E ali eu já despontava como uma liderança estudantil. A gente montou o grêmio – nem existe mais. Na época foi com a [nome ocultado], ela era do PSTU, já afiliada em partido. A gente montou um grêmio – foi uma coisa muito difícil para o dono da escola, porque um grêmio estudantil numa escola particular é algo muito estranho. Mas no final ele aceitou nossas reivindicações. Então foi ali no 1º, 2º ano do Ensino Médio. E a gente tinha alguns atos, a gente fazia algumas coisas, mas era – vamos dizer assim – um ensaio. Mas era uma coisa coletiva de umas quatro pessoas, que montaram o grêmio.

03- Como surgiu a motivação, naquele dia, para remover o cercamento e se sentar no gramado, mesmo estando sujeito a uma reação de controle? Tinha receios? Se sim, quais?

⁴⁴ Entrevista em setembro de 2022.

Esse ato isolado [da Praça Floriano Peixoto]... eu não considero ele isolado, porque ele tem um contexto. A gente sabia do contexto que a [nome ocultado] – que era a produtora do Palavra Som – que ela tinha sido surpreendida, da noite para o dia, da obrigação de cercar aquele espaço [as áreas gramadas]. Aquele espaço não tinha sido requisitado pela Regional [Centro-Sul] para ser cercado. Então eu já sabia dessa questão. Inclusive a gente ajudou a [nome ocultado] – inicialmente ela colocou uma fita zebraada. Mas eles exigiram ela colocar a grade. Eu cheguei lá e eles estavam começando a colocar a grade, no início do evento – de tanto que o negócio foi em cima da hora. E aí conversando com a [nome ocultado], com o pessoal, dá a impressão de que foi a UNIMED que fez essas exigências – era a mantenedora da Praça. Aí eu tive esse ato.. Foi um ato pensado. Ou seja, não se passou pelas instâncias corretas administrativas para que aquela cerca fosse colocada ali – isso eu tinha consciência. Então eu fiz esse ato meio no impulso das discussões. Teve uma fala também no palco, no início do show. Não lembro se foi do Rafael Barros.. não lembro de quem foi, mas teve uma fala sobre a questão do espaço público, dessa coisa do... Tem inclusive foto da gente preso na delegacia, da gente algemado.. o Rafael Barros estava com um cartaz colado nas costas [dizendo] “nosso curral não tem cercas”. Aí tem essas fotos... eu, Joviano e Rafa. E a novidade foi a sentença de inocência [em 2017].

04- Sua ação foi planejada? Se sim, foi previamente discutida com outras pessoas? Você tinha conhecimento dos aspectos legais (o que era permitido e o que era proibido) relacionados à sua ação?

Essas ações eu nunca fiz pensando no temor de “ai, vou ser preso”.. Acho que é uma coisa impulsiva mesmo. Mas, assim, tem um cálculo. E a gente tem consciência dos privilégios. Eu tenho consciência dos meus privilégios. Se eu fosse uma outra pessoa, naquele contexto, acho que talvez eu teria receio. Branco, de classe média... Meu pai ficou sabendo que eu fui detido (eu tinha uns 20 minutos na delegacia) porque o comandante da Polícia Militar é primo-segundo do meu pai. Então, eu sabia ali. Tinha um contexto, você sabia que podia rolar uma treta, mas que não ia passar daquilo que passou – uma detenção de uma noite, ficar lá na delegacia, etc.

05- Você se lembra das reações das pessoas à sua ação, naquele dia e nos próximos? Havia alguma predominância entre reações de apoio ou reações de repúdio?

Predominância de apoio - e repúdio à ação da Polícia. Tanto que o primeiro a chegar foi o Rafa [Barros] e ele começou a ligar para as pessoas.

06- Como foi a sua relação com a Polícia (e/ou Guarda Municipal, e/ou fiscais da Prefeitura) desde o primeiro momento de sua ação? Gostaria de relatar a sua versão dos fatos ocorridos em 22 de abril de 2012?

O tanto que foi uma ação pensada, planejada, que na hora que eu comecei a discutir com o fiscal de Posturas, que eu comecei a ver que ele seria intransigente, eu coloquei pra gravar e coloquei o celular no bolso. Então tenho a gravação de tudo até chegar na delegacia. O juiz colocou [na sentença] que ele ouviu todo o áudio e disse “não acredito que era só isso”. Então, há esse planejamento, foi um planejamento “semi-estruturado”.. O que nos surpreendeu foi, primeiro, depois que a Polícia Militar chegou, o Joviano ser preso e o Rafael Barros depois ser preso. Isso para mim foi... Até o momento que eu fui algemado e iria ser conduzido, para mim eu tratei como algo assim: “eu sabia dessa possibilidade, disso acontecer..” As pessoas estavam em apoio, estavam tentando ligar para outras pessoas. A [nome ocultado], que estava fazendo show na hora, tomou a palavra no meio do show dela e falou que eu estava sendo detido, que eu tinha sido algemado injustamente lá atrás.. Aí um monte de gente veio. Só eu [passei a cerca], fiquei meio sozinho nesse momento. Na hora que o pessoal chegou, eu já estava algemado.

Primeiro foi uma tensão com os fiscais – na verdade, um questionamento de por que aquela cerca estava ali. Na verdade, eu achei um absurdo na hora. O maior absurdo que achei é que tinha um evento de música à noite, mas tinha muita criança, muita família com criança. E as crianças assim, ou ali naqueles brinquedos ou correndo [nos caminhos]. E o gramado lá atrás – é um gramado para ser usado. Então, criança correndo, caindo.. Eu lembro de uma menina caindo e ralando o joelho e o pai puxando.. E eu: “gente, um gramado daquele tamanho...e tanta criança aqui correndo...” Então isso me gerou uma revolta geral e eu fui perguntar pro fiscal: “por que está ocorrendo isso?” E o fiscal falava que foi uma determinação de cima, etc. E, muito intransigente, ele chamou - no meu questionamento – a Guarda Municipal. Na hora que a Guarda Municipal chegou eu já estava para tirar a cerca. E aí o Guarda Municipal falou: “se você entrar aí, se pisar nessa grama aí, a gente vai te prender, vai te levar preso”. Aí eu disse: “não, sem problemas... eu vou pisar e sentar”. Aí tirei a cerca, pisei e sentei. Aí foi um Policial com uma arma *taser* e o outro já veio com a algema – inclusive esse foi um dos pontos salientados no processo.. Porque eles não declararam voz de prisão, não houve declaração de voz de prisão. Simplesmente me algemaram. No áudio tem eu falando “não, tudo bem, não tem problema eu ser levado preso”. E outro questionamento é esse: você não pode ser algemado, se não oferece resistência. [É a Súmula Vinculante 11] que a gente alegou lá.

Nós ficamos umas 3-4 horas sem contato com ninguém, com essa coisa de não poder ir no banheiro. Na delegacia foi chegando muita gente. Chegou o [nome ocultado] – ele era conselheiro de Direitos Humanos do Estado na época. Por lei ele teria direito de entrar em qualquer delegacia. Ele conseguiu entrar. Depois chegou uma galera do show – o pessoal do show de deslocou lá pra porta [da delegacia]. Até os músicos foram depois. Aí Guarda, fiscais e Polícia começaram a fazer roda para combinar versão. Eles viam que era muito frágil [a ocorrência]. Foram sendo tomados depoimentos na nossa frente. Quando a gente foi ver, tinha toda uma versão combinada. Acho que eles não esperavam que eu tinha o áudio. [Falavam] que eu tinha reagido à prisão, que eu tinha desacatado os policiais. Tinha uma versão dessa, que os ânimos tinham ficado muito exaltados, que o Joviano tinha tentado tirar a algema – ele simplesmente invocou a Súmula [Vinculante 11] e tentou que me desalgessem. A prisão do Rafael foi um negócio muito engraçado – depois o Ministério Público não pôs ele no processo – porque a prisão não tinha argumento. O Rafael estava tentando ligar pra alguém, pra acionar a Comissão de Prerrogativas da OAB. E, na hora que ele estava ligando, o capitão deu a voz de prisão para ele.

PARTE 2 - Após a condução à delegacia

07- Já nos dias seguintes à sua condução à delegacia - juntamente com Rafael Barros e Joviano Mayer -, Rafael relatou o fato ao Conselho de Cultura e Joviano a veículos de mídia, como *blogs* e Revista Fórum. Percebeu impactos positivos e/ou negativos nessas ações deles?

(sem resposta)

08- No dia 28 de abril de 2012 houve um protesto na Praça Floriano Peixoto contra a ação dos fiscais, guardas e policiais envolvidos na sua abordagem. Você esteve presente em sua organização? Houve desdobramentos dessa ação após esse dia? Se sim, quais?

Não ajudei ativamente a organizar. Eu sabia que estavam organizando, me avisaram, perguntaram se tinha algum problema. Me mandaram o *card* [de divulgação] antes, no Facebook. Aí fizeram uma musiquinha para divulgar, super legal. Era tipo uma marchinha de Carnaval.

09- Em 2017, um juiz da 7ª Vara Criminal de BH absolveu você e Joviano de um processo por desobediência e desacato e pediu desculpas pelas arbitrariedades praticadas pelos agentes contra vocês. Como você analisa esse percurso de 5 anos entre “acusado” e “absolvido”?

Tinha uma mobilização quanto a isso, quanto a essa questão. Já era uma coisa vinculada à luta por moradia – que eu também estava inserido. Então, já tinha uma vinculação ali. Contudo, teve uma audiência pública da Assembleia, que foi chamada pelo [nome ocultado] (era deputado e presidente da comissão de direitos humanos na época). Inclusive é lá que tem a minha manifestação, de certa forma pública – a primeira foi lá. Ali na audiência pública deu uma visibilidade. E aí muita gente, os movimentos de moradia se mobilizaram para ir. Tinha o pessoal da Ocupação Dandara, o pessoal de algumas ocupações estava lá. Cinco anos é o normal num processo no Brasil. Mas ele ficou ali na 7ª Vara. Ele transcorreu na 7ª Vara. O Ministério Público acionou e tal, ficou aquela coisa, aquele processo ali. Antes do juiz proferir a sentença, ele falou: “olha, eu sou um juiz substituto, não tenho costume de dar sentença – deixo para o titular – mas nesse caso eu vou abrir exceção, porque eu acho que é importante”. Aí ele proferiu aquela sentença. Mas é isso.

10- A condução à delegacia, seguida de um processo, mudou sua forma de agir no espaço público? Se não, por quê? Se sim, em quais aspectos?

Sempre tive um diálogo – tentei ter um diálogo com o fiscal. Quando a Guarda Municipal chegou, o diálogo com a institucionalidade naquele momento já estava no limite. Houve uma tentativa com a Guarda mas já estava esgotado. Mas depois há outros fatos que, com um certo planejamento, eu sou levado a esse impulso. Outro fato relevante foi a questão da Nova BH, a voz de prisão que eu dei para o [nome ocultado], em 2013.

A Nova BH estava sendo votada no Conselho Municipal (COMPUR), estava com muita visibilidade, tinha muita imprensa e os climas estavam muito acalorados. Ali, no momento, o [nome ocultado] ia dar o “voto de Minerva” para aprovar, contra todo mundo – ele tinha o voto decisivo. E aí foi o momento que começou a ficar muito acalorado, tinha uma arquiteta, ela xingou o [nome ocultado] e ele saiu lá de trás, foi lá e balançou ela. Então esse foi o momento em que eu pego o microfone do Conselho e dou voz de prisão pra ele, por ter agredido uma mulher em flagrante e peço pro [nome ocultado] chamar a polícia. Ele suspendeu a reunião e falou que não ia chamar [a Polícia]. E aí eu chamei a Polícia na hora. Qualquer pessoa, diante de um crime em flagrante, a pessoa pode dar voz de prisão. Isso é um direito constitucional. Um direito, não. Um dever constitucional, na verdade.

Aí [nome ocultado] foi detido naquele momento, inclusive ele estava saindo. O [nome ocultado] da Polícia Militar chegou no mesmo elevador que ele ia descer. Aí ele foi conduzido para uma sala, eu também fui conduzido, a menina que foi agredida foi conduzida. Assim, ele não foi

detido ali. Foi lavrado um boletim de ocorrência do que tinha ocorrido, o Ministério Público não levou adiante – eu já sabia também que não ia levar adiante uma investigação e tal. Mas aí teve ameaça, dentro dessa sala. A ameaça surpreendente foi do próprio [nome ocultado]. E aí eu sempre gravando. Ele falou comigo: “você deu voz de prisão pra ele?”. Eu disse: “dei.. é um direito constitucional”. Aí veio um outro secretário, bateu nas costas do [nome ocultado] e falou “está gravando” – o celular estava em cima da mesa. Aí ele falou: “você está gravando?”. Eu: “é claro que estou gravando, estou aqui na presença só de servidor público no exercício da função. Vocês não têm direito de voz, nem de imagem”. Aí ele falou: “não, eu estava falando em tom de brincadeira...” Aí todo mundo falou “não.. ele estava falando em tom de brincadeira”. Ele sabia que não era.. era uma coação ali. Servidor tem direito de voz e imagem quando está fora do exercício de sua função. Ali ele era um servidor público.

A área do direito foi algo que eu sempre pesquisei muito, apesar de nunca ter ingressado e lido. Ler lei pra mim é algo comum. Lei nova que foi aprovada eu pego, leio, vejo o que é.. Decisão do Supremo ou do TJ, alguma decisão importante de tribunal superior..

PARTE 3 - Reflexões atuais

11- Os anos seguintes inauguraram uma forma criativa de ocupação dos espaços públicos de Belo Horizonte, que parecem ter atingido um pico por volta de 2018. Ultimamente, ainda mais pelo choque causado pela COVID-19, os eventos e ações nos espaços públicos parecem esvaziados. Em relação àquela sociedade de 2012, você entende que estamos mais ou menos abertos a ações como a sua (de ocupar os espaços públicos)? Por que?

Eu acho que, por um lado, há uma institucionalização dessas manifestações. É muito impressionante que em 2010 o Márcio Lacerda proíbe [os eventos na Praça da Estação], em 2011, na mesma praça, a gente foi recebido com tropa de choque e aí em 2012 – que o Carnaval já teve uma certa importância e a prefeitura, não conseguindo abafar, começa a suprir algumas demandas -, no próprio processo eleitoral [para a reeleição], o Márcio Lacerda fala que foi ele que promoveu o Carnaval de Belo Horizonte. Mas é isso.. essas manifestações vão sendo institucionalizadas. Muitas foram institucionalizadas, outras acontecem e a gente não fica sabendo.

Um negócio surpreendente: eu morei no Centro até 2020. Eu ficava impressionado com uma movimentação que tinha na Praça da Liberdade de LGBTs jovens. Eles marcavam no Facebook, iam criando grupo de WhatsApp, e marcavam um negócio para farrear, pra conversar, para fazer uma pegação. Era um negócio que durou até a reforma da Praça da Liberdade. Eu achei também uma reforma higienizante desse povo. Porque era algo que já estava incomodando. De

15 em 15 dias o povo marcava esse tumulto na Praça da Liberdade. Então tem coisas que a gente – a nossa bolha, nosso ciclo de amizades - não tem contato como que isso reverberou, da possibilidade de ocupar o espaço público.

Outra coisa que eu tive contato na semana retrasada - posso dizer que é semi-institucionalizado, mas quem organiza é uma liderança estudantil da UJS – foi a 5ª edição da Viada Cultural. E agora ela aconteceu foi “na tora”, arrecadando dinheiro aos poucos. Ou seja, isso ainda não foi institucionalizado. Essas coisas acontecem, essas apropriações, esses eventos, encontros, que a gente não tem muita dimensão que eles estão acontecendo. Eu acho que a pandemia deu uma travada na questão [da ocupação dos espaços públicos]. Aquele carnaval é interrompido em 2020 por essa coisa. Eu acho que a gente tem uma percepção - de bolha – do setor progressista de que isso diminuiu. Mas, na verdade, as pessoas que iam na Praia (porque a Praia tomou uma dimensão que é muito maior que a esquerda progressista) continuaram fazendo suas movimentações em qualquer lugar. Elas não deixaram de sair de casa, depois de 2018, por causa de Bolsonaro ou por causa da extrema-direita. As pessoas continuaram sua apropriação, seja do seu bairro, da esquina, do churrasco, do rolezinho. Acho que elas não têm essa dimensão que a gente tem. Então, talvez, isso que a esquerda chama de “vanguarda” tenha se arrefecido, mas o movimento continua disperso, de alguma forma. Só não tem mais a visibilidade que tinha.

12- Nos registros de internet sobre articulações para ações de ocupação do espaço público a partir de 2009, há um uso preponderante de discussões em *blogs* - associados a outras plataformas como Flickr, Youtube, Orkut e, menos, Facebook. Hoje, há uma multiplicidade de redes sociais, associadas à maior mobilidade proporcionada pelos smartphones e à maior velocidade de internet. Para além do (ou levando em consideração o) fator de instabilidade política e econômica que estamos enfrentando nos últimos anos, qual sua opinião sobre as alterações nas formas de articulação e engajamento entre as pessoas?

Eu acho que é essa velocidade que faz com que a gente não tenha tempo para debater demais. É tanta coisa.. Igual grupo de WhatsApp. O tempo acelerou demais. Mas, ao mesmo tempo, isso aumenta a quantidade de gente. Permite essas mobilizações dos rolezinhos, essa coisa dessa mobilização LGBT, que é tipo isso, esvaziado de uma discussão política, mas está na ação política, está ali sendo feito na prática. As pessoas ali usando o espaço público para mostrarem o jeito que elas se comportam, se manifestam, se colocam na sociedade. Então, posso dizer que tem uma diferença das redes sociais – sobretudo a lógica do Instagram – que é a coisa da

imagem, textos curtos e pouca discussão mesmo. Comentário é mais do *hype* ali, de ficar colocando a coisa, mostrando que a coisa está acontecendo, que é importante, que é muito legal.. mas a discussão se perde. A lógica do Orkut – e até dos grupos de Facebook – ela são mais de você colocar uma coisa, faz uma discussão, tem o tempo da discussão. Tem horas que eu busco discussão no Facebook, até hoje. Esse Instagram eu só vejo coisas e publico coisas. Não tem nem um momento que você vê alguém com um pensamento diferente e tal.

Outra coisa associada, que eu percebo muito desse movimento das redes sociais, é essa coisa dos algoritmos, cada vez mais determinando e levando você para seu lugar de conforto. Na verdade, pra ela [rede social] estar posicionada em um mercado capitalista, ela precisa de um engajamento cada vez maior, você tem acesso àquilo que te faz ficar nela. Então você vai criando essas bolhas. Eu acho que isso, na verdade, ajuda para a polarização. Essa polarização está no mundo inteiro, não é só brasileira. Os algoritmos vão levando você a ficar naquela situação de conforto, em vez de debater com o outro, com o diferente, de ver coisas diferentes, de questionar coisas diferentes, de colocar-se aberto a, pelo menos, ouvir o outro – por mais que você não concorde com ele. Eu já transitei muito por essa área da tecnologia. Hoje eu sou muito assim, as coisas físicas que estão no meu presente me atraem muito mais. Eu não consegui ainda acompanhar o que é a discussão do metaverso. Li uma ou duas coisinhas e pensei: “gente, isso é uma pira!”

12- Em um contexto de “pós-pandemia” (ou de convívio com novas doenças de fácil contágio), acredita ser possível retomar os movimentos de ocupação dos espaços públicos?

a) Se não, por quê?

b) Se sim, quais os desafios a serem vencidos e quais as oportunidades a serem aproveitadas?

Eu acho que a pandemia vai afetar uma geração que não viveu com isso [movimentos de ocupação dos espaços públicos], que não teve esse impulso. Porque são pessoas que vão estar em casa, numa lógica dessa interação em casa. Eu acho que as gerações que experimentaram isso vão continuar fazendo – igual eu estou te falando da Viada Cultural, esse pessoal que vinha organizando lá, antes da pandemia e que retomaram agora. E foi um evento grande, para um negócio que foi mobilizado por duas semanas. Eu acho que essas pessoas que estavam nesse engajamento, elas vão retomar. O Carnaval vai ser retomado. A minha grande questão é mais geracional, dessa geração que teve dois anos - nesse momento de sair pra isso, pra estar nisso -, como que ela vai se comportar diante disso, diante do espaço público, diante do encontro público.

13- Há alguma questão não abordada nas perguntas acima e que você gostaria de colocar aqui?

A hora que a gente tem noção dos limites, dos direitos e dos deveres e quais direitos você tem, você sabe até que ponto você vai, até que ponto você segura – e vai pra outro campo pra debater aquilo – que é o campo político, da institucionalidade mesmo, ou o campo da organização de grupos, de comunidade, pra debater aquilo. Agora, ali, a gente tinha um contexto de proibições... um cerceamento de direitos, sem nenhuma noção, num impulso de privatizar a cidade mesmo. É a lógica do capital, que é a mesma lógica das praças, dessa coisa do cercamento, da concessão da iniciativa privada – que era proposta [na Praça da Estação], se não me engano. A lógica do capital, da burguesia, ela vai trocando. O Márcio Lacerda era só um personagem para fazer esse papel. Se não é ele, vai ser outro.

Anexo 06 - Manuel Andrade: depoimento [set. 2022]⁴⁵

PARTE 1 – Dos antecedentes

01- Você pode, brevemente, contextualizar sua relação com a cidade e os espaços públicos antes de sua participação no Coletivo Azucrina?

Sou nascido em BH em 1983. Lembro-me que a Praça da Estação durante grande parte da minha vida era um estacionamento e que quase nenhuma atividade cultural se dava nas ruas. A rua sempre era tida como perigosa e todas atividades culturais se davam em locais privados e/ou fechados.

PARTE 2 – Correlações temporais das ações do Coletivo Azucrina

02 – Considerando os registros de várias expressões artísticas (música ao vivo, produção de cartazes/graffiti, oficinas, música experimental, gambiologia, etc.), o que é/era o Coletivo Azucrina? Qual é/era seu *modus operandi*?

O coletivo Azucrina! se iniciou com um grupo de amigos que tinham vontade de realizar uma série de ações experimentais na área cultural e artística, inicialmente sob o nome de Território Mudo, o grupo formado por Manuel Andrade, Vanessa DeMichelis, André Wakko e Shiron Lacerda se iniciou com a aprovação de um projeto no edital Improvisões que ocorreu no Teatro Marília em 2006, o qual era uma performance intermídia (arte e tecnologia) com trilha sonora executada ao vivo. Mas que logo no princípio, com a chegada de novos integrantes o coletivo mudou nome para Azucrina!. Muito inspirados no coletivo Carnaval Revolução que realizava atividades de cunho anarquista anos antes durante o período de apagão carnavalesco em BH resolvemos alugar uma casa que ficava na rua São Romão no Santo Antônio para ser nossa sede, que funcionava como uma espécie de *co-working* com escritório e um estúdio de música. Nos anos seguintes, a sede se mudou para rua Macedo no bairro Floresta. Nesse novo endereço em 2009 realizamos um evento intitulado Escola Autônoma de Feriado durante o carnaval.

03 – Em 2009, houve o processo de retomada do carnaval de rua em Belo Horizonte com os blocos Tico-Tico Serra Copo e Peixoto. Nesse mesmo carnaval, o Coletivo Azucrina trouxe a Escola Autônoma de Feriado. O Coletivo estava alinhado com esse anseio de retomada do carnaval que acabou crescendo nos próximos anos? O Coletivo ou você participou dos blocos nos anos seguintes?

⁴⁵ Entrevista realizada em setembro de 2022.

A Escola Autônoma de Feriado surgiu em 2009 inspirada no encontro anarquista Carnaval Revolução que acontecia anualmente durante o apagão carnavalesco em Belo Horizonte. O Carnaval Revolução aconteceu durante 6 anos, a maior parte deles em Belo Horizonte, e reunia diversas atividades como oficinas, palestras, rodas de conversa, zines, feira e shows e que abordavam temas como anarquismo, veganismo, feminismo, software livre, teoria queer e sexualidade dentre outros temas que permeiam a cultura anarquista. Em 2008 o coletivo Carnaval Revolução foi extinto e diversos coletivos de BH como o Azucrinal!, Conjunto Vazio, o Ystilingue, que funcionava no Maleta, a Loja Grátis que funcionava no Mercado Novo, se sentiram órfãos de atividades culturais durante o carnaval e se uniram para dar continuidade a esse formato de encontro baseado nas Zonas Autônomas Temporárias descritas por Hakim Bey. A Escola Autônoma de Feriado ofereceu ao público de Belo Horizonte uma série de oficinas rodas de conversa, feira e shows e DJ durante o carnaval de 2009. Ao fim desse encontro foi formado espontaneamente o um bloco anarquista de carnaval, em que as pessoas saíram batucando instrumentos improvisados catados no lixo e cantando algumas marchinhas tradicionais de carnaval. O bloco saiu da sede no Floresta e terminou na praça de Santa Teresa. Paralelamente O bloco Tico-Tico Serra Copo e o Bloco do Peixoto saíram assumindo mais fortemente a cultura do carnaval tradicional com fantasias e música. Várias pessoas que estavam nesses blocos foram à Escola Autônoma no fim do dia após os blocos surgirem.

A proposta inicial da Escola Autônoma não era a retomada do carnaval tradicional, mas sim de realizar encontros anarquistas com atividades educativas e culturais, diferentemente dos blocos Tico-Tico Serra Copo e Peixoto que tinham o viés mais voltado à retomada dos blocos de rua no formato mais tradicional. A Escola Autônoma foi repetida no ano seguinte, mas com a retomada do Carnaval de Rua o movimento acabou perdendo força e o projeto foi encerrado nesse mesmo ano e a maior parte das pessoas foram migrando para os blocos caricatos, que de certa forma também traziam, em seu início, diversas questões políticas como a ocupação dos espaços públicos, embate com o poder público no que tange à cultura e às pautas identitárias. De certa forma o ressurgimento do carnaval caricato trouxe muito dessas discussões que eram alheias ao carnaval meramente festivo do oba-oba como acontecia, e acontece, em outras capitais e no interior do estado. Esse novo carnaval de Belo Horizonte absorveu muitas dessas pautas de luta que antes estavam restritas aos ambientes anarquistas, então acabou que houve uma migração do público nesse sentido.

04- Pelos registros do *blog* e flickr do Azucrina havia, desde 2005, as “rotatórias” (2005 – Rotatória Circense; 2006 – Rotatória Pirata; 2007 – Rotatória Zumbi; 2008 – Rotatória de Gala e uma Rotatória do Fim do Mundo, sem referência a data). Sobre elas:

a) havia um conhecimento, por parte do Coletivo, dos aspectos legais (o que era permitido e o que era proibido) relacionados a essa ação no espaço público?

As rotatórias surgiram inspiradas nas Zonas Autônomas Temporárias descritas por Hakim Bey em seu livro de mesmo nome e a sua inspiração era fortemente anarquista e NÃO tinha intenção de dialogar com o poder público. A proposta era marcar um local, nas recém instaladas rotatórias em cruzamentos de ruas, um tema de fantasia e um horário pontual em que todos, inclusive a banda, chegavam e realizavam a intervenção relâmpago até que a polícia chegasse. Como a frequência entre os eventos foi se intensificando, e com a polícia chegando cada vez mais cedo, foi se tornando necessário o diálogo com o poder público, as últimas rotatórias já foram realizadas com alvará e notificações à polícia.

b) como eram as reações das pessoas às rotatórias? Havia alguma predominância entre reações de apoio ou reações de repúdio?

De modo geral a reação das pessoas era bem positiva, ninguém esperava ver pessoas fantasiadas e festejando nas ruas e, de modo geral, as pessoas achavam interessante e observavam curiosas, quando não cediam ao festejam e entravam na brincadeira.

c) houve embates com fiscalização e/ou Guarda Municipal e/ou Polícia Militar? Se sim, poderia descrevê-los de forma geral?

As primeiras rotatórias aconteceram de forma bem espontânea e demoravam a ter impedimento por parte do poder público, mas conforme descrito acima, com o tempo a polícia acabava chegando muito cedo o que acabou por induzir o coletivo a ir atrás de alvarás e notificações à polícia. Ainda assim, algumas vezes houve interrupções momentâneas até que se esclarecesse tudo com a polícia. Mas nunca houve violência por parte da polícia, talvez por que grande parte das pessoas, nesse momento, eram de classe média e brancas.

05 – Sobre a Rotatória de Praia, em 2009, marcada para o dia 12/12/2009 (através de post do dia 02/12*):

a) por que a adoção do símbolo da “praia”, conclamando as pessoas a usarem roupas de banho e itens afins? Houve alguma referência em mente?

Bom, meu pai [nome ocultado] é arquiteto e urbanista e foi professor da UFMG e projetou a reforma da praça da Lagoinha que fica entre a rua Itapeçerica e a av. Antônio Carlos entre 1997 e 1998. Nessa praça ele utilizou o conceito das fontes no chão, inspirada na reforma da Praça da Estação que é do ano de 1996, acredito, essas fontes poderiam ser utilizadas pela população para banhar-se em dias de calor transformando a praça em uma praia. Lembro-me de ter, na época achado muito interessante a ideia. Todavia, o projeto acabou atraindo muito a população de rua por conta do preconceito as fontes acabaram por serem desativadas no mesmo ano pelo poder público. Mas a ideia de transformar a praça em praia nunca saiu de minha cabeça, motivo pelo qual eu mesmo trouxe a ideia ao coletivo de fazer uma Rotatória de Praia em 2009 na Praça da Estação, visto que BH não tem praia e a Praça da Estação seria o mais próximo disso que poderíamos experimentar. Essa foi uma das últimas rotatórias, se não me engano, e nessa época já pedíamos alvará e marcamos a Rotatória de Praia no dia do aniversário de BH. Em 2009, foi ano da COP-15 e também trouxemos a temática das mudanças climáticas como protesto durante a intervenção. Poucos dias depois da divulgação do evento soubemos do decreto do prefeito à época Márcio Lacerda, que passaria a vigorar no ano seguinte, motivo pelo qual trouxemos em nossa convocatória nosso repúdio ao decreto visto que ele violava o direito à ocupação da cidade e entendemos que nossa atividade seria a última antes do decreto passar a valer.

Devo citar que nesse ano de 2009 meses antes, realizamos no baixio do viaduto o evento “Na rua, na rede, na tora” como lançamento do nosso selo virtual Azucrina Records! que contou com programação de 12h com shows de diversas bandas e feira. Escolhemos o baixio do viaduto, inspirados no Duelo de MCs, nessa época eu namorava o irmão de um dos organizadores do duelo, o [nome ocultado], que acontecia com o som sobre um *skate* na Praça da Estação, mas que se deslocava para o baixio do viaduto em tempos de chuva. Já havíamos feito uma rotatória no baixio do viaduto anteriormente em um dia de chuva pelo mesmo motivo. Então, o coletivo Azucrina! foi um dos pioneiros nesse sentido de ocupar espaços público com cultura. Mas, no caso específico da Praça da Estação e baixio do Viaduto, sendo precedido apenas pelo Duelo de MCs.

b) a publicação do Decreto 13.798/2009 (que proibiria eventos de qualquer natureza na Praça da Estação a partir de 2010) afetou a realização da Rotatória de Praia? Se ela aconteceu, há registros disponíveis?

Não, pois o evento ocorreu antes do decreto entrar em vigor, no entanto, o fato de termos acionado o poder público para realização do evento na praça fez com que a prefeitura desligasse as fontes, motivo pelo qual surgiu a ideia de alugar um caminhão pipa.

c) em janeiro de 2010 a primeira reação ao Decreto foi o Vá de Branco, que aconteceu no dia 07. No entanto, já no dia 16 daquele mês passou a ser veiculado convites para a “Praia da Estação”. Sabe dizer se a adoção desse nome/símbolo foi em razão da Rotatória de Praia de 2009? O Coletivo ou você participou do movimento das “praias” de 2010?

Bom, seria prepotência minha afirmar que o Azucrina! foi o precursor da “Praia da Estação” e do ressurgimento do carnaval de rua de BH, mas não podemos negar que existem muitas coincidências e correlações entre o movimento “Praia da Estação” e a “Rotatória de Praia”, e que inclusive usamos o termo “Praia da Estação” em nossa divulgação semanas antes, assim como uma precedência das ocupações culturais das rotatórias (desde 2005) com música ao vivo e gente fantasiada em relação ao ressurgimento dos blocos caricatos como “Tico-Tico-Serra-Copo” e “Peixoto” durante o carnaval em 2009. Esses blocos têm, em sua composição, arquitetos que estudaram na EA/UFMG, assim como eu, que me formei lá em 2009, apesar de não exercer a profissão desde então. E essas turmas são muito próximas umas das outras, tanto que muitas das pessoas que saíram desses blocos no ano de 2009 também foram à Escola Autônoma de Feriado e algumas dessas pessoas que estavam a frente desses blocos, como o Guto que é um dos regentes fundadores dos dois blocos, também frequentaram o Carnaval Revolução, que precedeu a tudo isso; e que Hakim Bey é uma leitura que é referência tanto da cultura anarquista quanto da EA/UFMG. Bom, eu mesmo passei a compor o naipe de sopros do Tico-Tico e do Peixoto, e de outros blocos que vieram depois, nos anos seguintes e hoje sou produtor do “Pena de Pavão de Krishna”, que também foi fundado por uma estudante da EA/UFMG. Acredito que sim há muitas coincidências e confluências que não devem passar despercebidas, mas não posso afirmar, tampouco posso negar, que exista essa relação de causalidade.

Todavia, devo ressaltar que o movimento da Praia da Estação é completamente autônomo e que não tem uma “diretoria”, muito menos que tem qualquer relação direta com coletivo Azucrina!. A “Praia da Estação” tem um forte viés político e é talvez o maior expoente de uma Zona Autônoma Temporária espontânea e horizontal que se tem notícia, pelo menos em BH, nos últimos 20 anos, e pode ser convocada por qualquer pessoa que assim desejar desfrutar dessa

praia. Da mesma forma qualquer grupo de pessoas pode montar um bloco caricato de rua e o Carnaval é uma festa de rua com mais de 2500 anos de história.

PARTE 3 - Reflexões atuais

06- A partir de 2009, os anos seguintes inauguraram uma forma criativa de ocupação dos espaços públicos de Belo Horizonte, que parecem ter atingido um pico por volta de 2018. Ultimamente, ainda mais pelo choque causado pela COVID-19, os eventos e ações nos espaços públicos parecem esvaziados. Em relação àquela sociedade, você entende que estamos mais ou menos abertos a ações como a sua (de ocupar os espaços públicos)? Por que?

Bom, eu sinto que essas movimentações comportamentais de massa se devem muito mais a um espírito do tempo do que a qualquer organização que deseje criar esses movimentos. Acredito que o que motivava essas movimentações àquela época era muito o espírito subversivo da contracultura que qualquer outra coisa. Naturalmente essas atividades já encontram mais respaldo, tanto pela população, quanto pelo poder público e muitas delas já são cooptadas pelo mercado. Os pioneiros estavam movidos pelo desejo de mudança, de ocupar a cultura, assim como era o Carnaval Revolução, ou o espaço público com cultura como o Coletivo Azucrina!, a praia da Estação e até os Blocos pioneiros do ressurgimento do carnaval de BH como o bloco Tico-Tico Serra Copo e bloco do Peixoto. Logo após a esses movimentos pioneiros de ruptura outros grupos surfam nessas ondas já com desejo comercial e acabam por transformar aquilo que antes era contracultura em objeto de consumo e o fator comportamental de ruptura acaba por perder força. Dessa forma eu acho difícil recriar esses movimentos, uma vez que já não existe mais muito o que romper nesse âmbito, pois a ocupação do espaço público já chegou até a esfera pública e temos muito mais investimento tanto público como privado nesse lugar. Da mesma forma, olhando por outro lado, mais positivo, a população já se apropriou desses espaços e, naturalmente, vão surgindo inúmeros movimentos de forma mais pulverizada o que acaba por descentralizar essas ações, gerando miríades de ações semelhantes e menores ao invés de ações de maior impacto. Por exemplo, vemos já os bares ocupando as calçadas e a via pública com seus *parklets*. Vão surgindo outras opções já assimiladas pelo mercado. O que por um lado é muito positivo, pois é sinal de que algo mudou no comportamento das pessoas e da cidade, incluindo aí o mercado, o que volta para nós como uma nova pergunta, qual seria a ruptura desse momento atual? Algo que só saberemos e nos debruçaremos anos mais tarde do que vier a acontecer nesse sentido.

A pandemia, com certeza, gerou muito impacto, mas hoje vemos um efeito rebote desses anos de contenção, muita coisa acontecendo, os bares voltando, muitos shows, eventos, uma cidade efervescente, mas ao mesmo tempo vendo que o excesso de oferta acaba por reduzir os públicos de cada uma das ações separadamente, acredito que essa situação deva perdurar por um tempo até se normalizar. Mas fato é que as pessoas estão saindo mais às ruas que estão sendo reocupadas, não é à toa que vemos surgir uma “Rua Sapucaí”, uma “Rua Aarão Reis”, um “Sula”, um novo “Maleta” desde antes, além de eventos de grande porte como “Cura” ou “Virada Cultural” enfim... estamos vendo uma nova vida surgir em espaços que antes eram abandonados principalmente à noite.

07- Nos registros de internet sobre articulações para ações de ocupação do espaço público a partir de 2009, há um uso preponderante de discussões em *blogs* - associados a outras plataformas como Flickr, Youtube, Orkut e, menos, Facebook. Hoje, há uma multiplicidade de redes sociais, associadas à maior mobilidade proporcionada pelos smartphones e à maior velocidade de internet. Para além do (ou levando em consideração o) fator de instabilidade política e econômica que estamos enfrentando nos últimos anos, qual sua opinião sobre as alterações nas formas de articulação e engajamento entre as pessoas?

Bom, até o surgimento do Facebook, a internet funcionava de forma muito mais horizontal e pulverizada. As informações se encontravam soltas em *blogs*, sites e fóruns, não havia sequer mecanismos de busca eficientes anos atrás, e era preciso ir juntando as peças do quebra-cabeça, ir descobrindo e desbravando os caminhos por si só. Hoje existe uma hegemonia das redes como o Facebook, o Instagram e o Google e uma forte centralização do fluxo de informação pelos algoritmos dessas redes, o que acaba por limitar, e muito, a liberdade de informação e tudo passou a ser mediado por essas empresas que escolhem qual informação viraliza e qual não. É uma grande perda da horizontalidade na rede que estamos vivenciando, basicamente o que não está nessas redes praticamente não existe... ninguém praticamente digita mais uma URL de um *blog* ou de um site mais e tudo é filtrado por esses conglomerados. E o que era positivo num momento, que todo mundo poderia ser um produtor de conteúdo, em contraste à mídia tradicional impressa ou transmitida pela TV, acaba dando voz e vez a muitas ideias que não são exatamente positivas e libertadoras, mas acabam dando mais força a influenciadores e ao mercado que os sustenta, que à liberdade de pensamento num sentido mais construtivo, acaba que notícias são reduzidas a manchetes ou a memes, e muitas das vezes a fonte sequer existe e temos o problema das Fake News. Enfim, é algo a se pensar, muito da liberdade da internet está

se perdendo e centralizando na mão de poucas pessoas, e as informações dos usuários cada vez mais sendo comercializadas de forma nada transparente.

08- Em um contexto de “pós-pandemia” (ou de convívio com novas doenças de fácil contágio), acredita ser possível retomar os movimentos de ocupação dos espaços públicos?

a) Se não, por quê?

b) Se sim, quais os desafios a serem vencidos e quais as oportunidades a serem aproveitadas?

Sim, o ser humano é um ser gregário, social e por natureza precisa estar junto e conviver, a pandemia foi um choque para todos e acabou por força a digitalização em massa, o que trouxe vários aspectos positivos e outros negativos. Mas fato é que o desejo de se encontrar e se tocar e de conviver é muito mais forte que qualquer epidemia. Todavia, algo que deve ser levado em consideração e que se conecta ao que era disseminado lá no Carnaval Revolução desde 2002 é que praticamente todas epidemias e pandemias estão relacionadas à pecuária e à criação intensiva de animais (gripe suína, gripe aviária, vaca louca, covid-19, varíola dos macacos... etc.), ou de desequilíbrios ecológicos gerados por desmatamento (febre amarela, malária), diga-se de passagem que a pecuária é a atividade que mais desmata e mais consome recursos hídricos, muito à frente da indústria, mineração ou mesmo agricultura, levando-se em consideração que grande parte da monocultura de soja, por exemplo é destinada à pecuária. Levando-se em consideração que em um hectare é possível alimentar 2500 pessoas com milho e na mesa área é possível produzir carne para 8 pessoas... existe aí uma diferença de 300 vezes a área de um para o outro. Enfim, acredito que se existe algo para mudar é, essencialmente, nossa relação com o escravismo animal.

09- Há alguma questão não abordada nas perguntas acima e que você gostaria de colocar aqui?

(não respondido)

***CONTEÚDO DO POST DO DIA 02/12/2009, CONCLAMANDO PARA A PRAIA DE ROTATÓRIA:**

Chegou a hora de azucrinar em mais uma Rotatória, dessa vez na Praia da Estação!

Por isso traga seu bikini ou ponha seu calção!

Venha se divertir pegando jacaré na fonte e se bronzear no calçadão!

Traga água de coco, bezunte o nariz com protetor solar,

Faça uma tatuagem de henna irada

Pois a festa servirá para volta relâmpago do

ESQUADRÃO RELÂMPAGO MONSTER SURF!

Depois estenda a canga e pare de jogar o frescobol,

Tome uma ducha, bata palma ao pôr-do-sol,

E saia correndo pois é hora de arrastão

Com super show estilo "de graça em Ipanema" com RETRIGGER!!!

Tudo isso sem areia grudada no corpo, não vai ser demais?!!!

Então se liga:

3 ANOS DE AZUCRINÁLIA

SHOWS COM ESQUADRÃO RELÂMPAGO MONSTER SURF E RETRIGGER

DIA: 12/12 (SÁBADO)

HORA: 16h20

LOCAL: AV. AARÃO REIS, PRAÇA DA ESTAÇÃO, AO LADO DA ENTRADA DO METRÔ

ATIVIDADES PROPOSTAS: NADAR NA FONTE, PEGAR UM BRONZE, OUVIR UM SOM, AZARAR GERAL, PAGAR PAU PRA ESSE MARZÃO DE IEMANJÁ!

Aproveitando o ensejo para lembrar que dia 12 vai ser aniversário de 112 aninhos da nossa selva de concreto...

Lembrando que a praça da Estação é a vulva da nossa cidade!

Por onde nasceu aquele que outrora era belo e tinha horizontes.

Aqueles trilhos que eram nossa principal ligação com o mar até 1950!!!

Foi quando os físicos locais decidiram mudar a lei da gravitação universal e destituir os trens da capacidade de subir...

Toda essa capacidade foi concentrada na famigerada Rua do Amendoim

Prepare sua homenagem aos maravilhosos viadutos e rodovias que em aqui se plantando dão que é uma beleza!!!

Querida cidade dos automóveis... vai um copo de pixe?

Dizem que um dia pessoas viviam por aqui... dizem que tinha um rio... dá pra imaginar???? cidade em beira de rio? que viagem doida, né?

Abaixo os rios! Abaixo a água! Viva o concreto, o asfalto e o automóvel!!!! Beagá, a Bagdad da mesopixamia!

Vamo tapar o rio que jogar gasolina que é o melhor jeito de apagar um incêndio!!!

Se Beagá não tem mar isso é uma questão de tempo! HAHHAHAHAHA!!!

o foda vai ser dividir com os cariocas que vão fugir pra cá!

daí:

No mesmo dia 12 também vai rolar uma manifestação mundial pelo clima. A partir do dia 7 vai rolar o COP-15, que é um encontro das nações pra definição de novos parâmetros para o clima global (o novo Protocolo de Kyoto)... mas parece que a coisa não anda muito bem, mas, no mundo todo, pessoas que preferem não mijar na água que vai beber estão se organizando para lembrar os "bonzões" que na verdade basta mudar pra mudar! Uns aqui outros ali, mas que em conjunto estamos conseguindo nos fazer ouvir!!!

BRÓDERS APOIADORES:

GATO NEGRO

MONGOTECA

PREPARE-SE, POIS O MAR VAI TÁ CROWD!

Postado por Manuel Andrade às 11:05

Anexo 07 - Transcrição do vídeo: Moça toma banho na praça de biquíni ⁴⁶

REPÓRTER - Esta mulher que tranquilamente vem para a praça, já a cerca de 2 semanas, tomar banho de sol. E nós queremos saber a opinião das pessoas, que passam, que frequentam aqui a Praça Raul Soares, o que eles estão achando dessa nova frequentadora aqui da praça.

REPÓRTER - O que a senhora acha daquela situação?

ENTREVISTADA 1 - Olha... é proibido? Se não é proibido, cada um faz o que quer. Ela, pelo menos, não me incomoda não.

REPÓRTER - A senhora faria o mesmo?

ENTREVISTADA 1 - Se eu tivesse com os “requisitos” todos no lugar, eu faria.

REPÓRTER - Ali está tudo certinho então?

ENTREVISTADA 1 - Uai, eu acho.. Se não é proibido, a pessoa faz o que quer.

REPÓRTER - Você faria o mesmo que ela?

ENTREVISTADA 2 - Não, porque ela tem um corpo “mais ou menos”, mas eu não.. A gente com roupa já é um desastre, imagina sem roupa? Misericórdia... E é um lugar público. Se ela se sente à vontade, fazer o que?

REPÓRTER - Te incomoda?

ENTREVISTADA 2 - Não, nem um pouco. Atrai a atenção dos curiosos, que somos nós..

ENTREVISTADO 3 - Eu estou querendo entender primeiro, se é algum protesto, alguma reivindicação...

ENTREVISTADO 4 - Eu acho legal, está parecendo Europa.. Acho muito legal. Eu, que sou do interior, pelo menos é novidade.

ENTREVISTADO 5 - É meio complicado.

REPÓRTER - Por que?

ENTREVISTADO 5 - Assim, no meio da praça..

REPÓRTER - Mas você aprova ou não?

ENTREVISTADO 5 - Aprovo, aprovo..

⁴⁶ (BALANÇO, 2008).

REPÓRTER - Vamos conversar então com essa mulher que tem chamado a atenção de toda a praça Raul Soares. Nós já sabemos que o nome dela é Marcia Amaral, ela é designer e mora aqui pertinho da Praça Raul Soares. Ela vai explicar pra gente o porquê de toda essa situação. Márcia, tudo bem? Como é que surgiu essa ideia de tomar sol em plena praça no centro de Belo Horizonte?

MÁRCIA AMARALL - Primeiro eu vou te convidar pra sentar no meu escritório.

REPÓRTER - Tem que sentar?

MÁRCIA - Tem que sentar.

REPÓRTER - Então tudo bem, vamos sentar aqui no escritório. Ela disse que é um escritório. Mas, isso tem cara de escritório? Márcia, quando é que isso aqui é um escritório?

MÁRCIA - A duas semanas eu trabalho aqui, porque eu quero tomar um sol e eu sou a minha patroa. Então, ninguém precisa saber o que eu estou fazendo. Eu telefono, agendo. De meio dia às duas eu tomo sol aqui porque na piscina da casa da minha mãe o sol acaba - é aqui em Lourdes - por causa de prédios. E aqui tem música clássica. Toca o Bolero de Ravel e eu fico louca!

REPÓRTER - Falaram que já chegaram a te importunar aqui, que você estava deitada na grama, o que aconteceu?

MÁRCIA - Nunca ninguém me importunou. Houve uma denúncia anônima a dois dias atrás. Chegaram três viaturas da PM, uma moto e duas bicicletas, por minha causa, porque eu estava na grama. Eu não tomo sol aqui no cimento, na verdade é na grama. Eu acho que a grama é para o povo, é para fazer piquenique. Eu morei na Europa, morei no Havaí e [em] grama [se] joga futebol, serve para a pessoa deitar. Estraga a grama? Mas tem uma lei federal. Eu não posso - ninguém pode - ficar na grama enquanto a prefeitura não liberar isso.

REPÓRTER - Parece que essa sua ocupação aqui da praça de maneira diferente também tem um outro objetivo.

MÁRCIA - Com certeza. É educar o povo. É o povo educando o povo. As pessoas que têm cachorro deixam o cocô no chão aqui na praça. Então eu dou sacolinha de plástico de supermercado. Mendigo não pode dormir aqui, não pode lavar tênis na fonte, não pode nadar na fonte. Eu pego a água numa vasilhinha - porque é água da COPASA, é limpinha - e molho meu corpo, porque eu esquento no sol.

REPÓRTER - Então esse é o ritual que ela faz todos os dias. Desce - isso já pelo menos a cerca de 2 semanas -, desce do edifício, chega aqui, pega a água.

MÁRCIA - Eu passo o meu protetor solar, passo óleo. Esquentou, eu joga minha aguinha.

REPÓRTER - E olha só, dá uma olhadinha na Praça Raul Soares, como é que a praça fica. Todo mundo pára, só pra observar a Márcia, tomando seu banho de sol, na maior tranquilidade e sem se incomodar com ninguém. Márcia, você não se importa com tanta gente te olhando assim não?

MÁRCIA - Eu estou preocupada deles verem um corpo não tão perfeito, como o das modelos. Eu não ligo pra isso não. Eu já morei fora, morei no Havaí, morei na Europa. É tudo assim. A duas semanas atrás uma americana tirou o biquini aqui e foi presa. Tadinha, ela não sabia...

REPÓRTER - Vamos conversar aqui com a Guarda Municipal que está sempre aqui na praça, pra saber o que a Guarda Municipal de Belo Horizonte pensa sobre essa situação. Vamos saber aqui do Major Monteiro. Major, a presença da Márcia aqui na Praça Raul Soares mudou a rotina.

MAJOR - É, realmente a gente tem observado nos últimos dias e ela até está colaborando. A proposta dela é criar um espaço onde as pessoas possam usar com a devida ordem. Nós já orientamos. E tem as limitações.

REPÓRTER - A grama.

MAJOR - É, [sobre] a grama, nós entramos em um entendimento - ela ficou esclarecida - que o gramado aqui é jardim. Sendo jardim, a gente não pode usar para deitar, para colocar objetos sobre o gramado.

MÁRCIA - Mas vamos dar um jeito, porque futebol é na grama..

MAJOR - Mas o gramado aqui é jardim. A gente não pode polemizar isso. As pessoas que cuidam aqui, os jardineiros, já nos orientaram que o gramado não resiste, ele não tem essa resistência.

REPÓRTER - Agora, não sendo na grama, ela pode frequentar a praça o quanto ela quiser.

MAJOR - Perfeitamente. Ela como cidadã, como colaboradora para a conservação - porque a proposta dela é essa - pode perfeitamente, se quiser tomar sol, fazer ginástica - e isso outras pessoas também têm feito -, caminhada, perfeitamente normal. É pra isso que a praça foi recuperada e está aí à disposição das pessoas, inclusive com a segurança da Guarda Municipal.

MÁRCIA - Eu não vou deixar de vir então não. Porque é debaixo da minha casa, é linda.

REPÓRTER - Você disse que ia parar de frequentar a praça a partir de hoje. E agora?

MÁRCIA - Depois do Major falar aqui que está tudo liberado, eu vou continuar.

MAJOR - Tudo liberado desde que mantenha os princípios do mineiro - como decoro - porque se for atentado ao pudor nós vamos ter que tomar outras providências.

MÁRCIA - Com certeza. Atentado ao pudor é calcinha e sutiã. Galera, tem que vim de biquíni ou de maiô.

REPÓRTER - Então está bom. Assim encerramos a reportagem com a Márcia e a Guarda Municipal de Belo Horizonte, aprovando a situação. É lógico que ninguém pode chegar numa praça e ficar pelado. Mas do jeito que ela está ficando, com maiô ou com biquíni, é permitido. Então, cada um faça o que achar melhor.

APRESENTADOR - É o tal negócio: cada um tem a sua cabeça pra isso. Como ela disse, na Europa isso é normal, na Europa isso é comum: as pessoas deitarem em gramados, em praças e tomarem um banho de sol, se banharem em fontes, essas coisas. Aqui passa a ser uma novidade porque ninguém está acostumado a ver esse tipo de atitude. E você viu até a Guarda Municipal falando - o Major da Guarda Municipal dizendo - desde que atenda os princípios, que não haja um atentado violento ao pudor, não haverá problema.

Anexo 09 - Compilação de narrativas, vídeos e imagens

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

AÇÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
01	-	-	080801	Youtube (balancogeral)	não-oficial	Moça toma banho na praça de biquíni
01	08	02	080801	Skyscraper City (Notícias de Minas V)	não-oficial	Mulher põe maiô para se refrescar na Praça Raul Soares
01	08	03	080801	Skyscraper City (Notícias de Minas V)	não-oficial	Mulher põe maiô para se refrescar na Praça Raul Soares
01	-	-	080801	Estado de Minas	oficial	Refresco na seca (primeira página)
01	01	02	080806	Super Notícia	oficial	Banho de sol acaba mal
01	01	03	080806	O Tempo	oficial	Tumulto na praça Raul Soares
01	01	05	080806	Uol Notícias	oficial	Designer que tomava sol de biquíni em BH é condenada a prestar serviços comunitários por desacato
01	02	05	080806	Uol Notícias (foto)	oficial	Imagens do dia
01	03	07	080806	O Tempo	oficial	Tumulto na praça Raul Soares
01	04	08	080806	O Tempo	oficial	Tumulto na praça Raul Soares
01	01	04	080807	O Tempo	oficial	'Musa da Raul Soares' protesta na prefeitura
01	02	07	080807	Revista Cidade Sol	não-oficial	Ameaça de Revolução de Costumes em Minas: 5 Policiais prendem mulher de biquíni
01	07	06	080807	Na cara e coragem	não-oficial	Márcia Amaral é gente que faz
01	07	07	080807	Na cara e coragem	não-oficial	Márcia Amaral é gente que faz
01	-	-	080807	Estado de Minas	oficial	Banho de sol na delegacia
01	01	04	080808	Pampulha	oficial	De biquíni, designer é detida em praça
01	02	01	080808	Pampulha	oficial	De biquíni, designer é detida em praça
01	-	-	080808	Super Notícia	oficial	Musa da Praça' quer reparação
01	02	04	080816	O Tempo	oficial	Artistas protestam hoje na Raul Soares contra "caretice"
01	01	01	080817	O Tempo	oficial	Banho de sol é tema de debate na Praça Raul Soares
01	02	02	080817	O Tempo	oficial	Protesto por banho de sol não emplaca, mas suscita discussão
01	07	02	080817	O Tempo	oficial	Banho de sol é tema de debate na Praça Raul Soares
01	-	-	080817	Hoje em Dia	oficial	Mulheres pelo direito ao uso do biquíni na praça
01	-	-	080817	Super Notícia	oficial	Protesto de biquíni na praça
01	01	06	080818	Folha de São Paulo - Cotidiano	oficial	Belo Horizonte: Protesto pede banho de sol em praça pública
01	07	09	080831	No mundo da lua news	não-oficial	Síndrome de Gabriela
01	01	08	080926	Youtube (maryannearruda)	não-oficial	Praça Raul Soares, banho de sol (vídeo)
01	09	03	081200	O Tempo	oficial	Retrospectiva 2008 (foto 7)
-	-	-	090513	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 13568/2009 - Institui a Gestão Estratégica Orientada por Resultados e cria o Programa BH Metas e Resultados
-	-	-	090826	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 13681/2009 - Define as Áreas de Resultados e os Projetos Sustentadores do Programa BH Metas e Resultados
03	-	-	091202	Azucrina!	não-oficial	ROTATÓRIA DE PRAIA!!!
-	-	-	091202	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 13792/2009 - Regulamenta a Lei nº 8.762, de 16 de janeiro de 2004 e a Lei nº 9.063, de 17 de janeiro de 2005
03	-	-	091209	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 13798/2009 - Proíbe realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta capital
03	-	-	091213	Youtube (porquinho)	não-oficial	MonsterSurf @ Rotatória de Praia [12/12/2009]
03	-	-	091214	Vá de Branco	não-oficial	7 de janeiro de 2010
03	-	-	091214	Vá de Branco	não-oficial	Entenda o decreto que proíbe eventos na Praça da Estação
03	-	-	100106	Pedreira na Vidraça	não-oficial	Pela Praça da Estação, "Vá de Branco"!
03	-	-	100107	Pedreira na Vidraça	não-oficial	Não se esqueça: Vá de branco!
03	-	-	100108	Pedreira na Vidraça	não-oficial	Vá de Branco: o day after
03	14	10	100113	Conjunto Vazio	não-oficial	Praia na Praça da Estação
03	-	-	100113	Pedreira na Vidraça	não-oficial	Praça-Praia: A Ação!
03	-	-	100116	Conjunto Vazio	não-oficial	Carta Aberta: Sobre a Praia na Praça da Estação
03	-	-	100116	G1	oficial	De biquíni e sunga, manifestantes transformam praça de BH em praia
03	-	-	100116	O Globo	oficial	Grupo transforma praça de BH em praia durante protesto
03	-	-	100116	R7	oficial	Mineiros fazem protesto de biquíni e sunga na praça da estação em BH
03	-	-	100118	Vá de Branco	não-oficial	Mensagem Luther Blisset
03	09	06	100119	Youtube (Graveola)	não-oficial	teaser praia da estação 2 (vídeo)
03	31	09	100119	Overmundo	não-oficial	Praia da Estação, o hit do verão
03	-	-	100120	Praça Livre BH	não-oficial	Praia da Estação – dia 23 de Janeiro
03	24	10	100121	Conjunto Vazio	não-oficial	Praia da Estação: Debaixo da praça a praia , debaixo da praia uma cidade inteira a ser ocupada
03	-	-	100121	Praça Livre BH	não-oficial	Nossos olhos vêem, pois vivo é o olho!

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

ACÇÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
03	-	-	100121	Praça Livre BH	não-oficial	Praça da Estação, o Decreto, a Cidade, e as Pessoas
03	-	-	100121	Praça Livre BH	não-oficial	Encontro Marcado pra HOJE!
03	-	-	100121	Praça Livre BH	não-oficial	Mais um passo para uma cidade limpa?
03	32	07	100122	Praça Livre BH	não-oficial	Funk da Praia da Estação
03	32	08	100122	Praça Livre BH	não-oficial	Praia da Estação: Debaixo da praça, a praia; debaixo da praia, uma cidade inteira a ser ocupada
03	-	-	100125	Praça Livre BH	não-oficial	Prefeitura de BH aumenta vigilância na cidade
03	-	-	100125	Praça Livre BH	não-oficial	A cobertura da Mídia Corporativa sobre as Praias da Estação
03	-	-	100125	Praça Livre BH	não-oficial	Um Video sobre a praça...
03	-	-	100125	Praça Livre BH	não-oficial	Encontro marcado, terça-feira, 26/01, às 18h
03	-	-	100126	Praça Livre BH	não-oficial	Brasília adere à Praia da Estação!
03	-	-	100126	Praça Livre BH	não-oficial	Evento em bairro discute Praça e o Decreto
03	-	-	100127	Praça Livre BH	não-oficial	Proposta inicial de texto para panfleto
03	-	-	100127	Praça Livre BH	não-oficial	Um relato pessoal da reunião de ontem (26/Jan)
03	-	-	100129	Praça Livre BH	não-oficial	Próximo encontro!
03	-	-	100129	Praça Livre BH	não-oficial	Sarau na Praça
03	-	-	100129	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 13863/2010 - Institui a Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação e dá outras providências
01	-	-	100131	Acervo pessoal	não-oficial	Álbum de fotos de Márcia Amaral na Praia da Estação
03	-	-	100131	Praça Livre BH	não-oficial	Outros posts sobre a Praia da Estação
03	-	-	100131	Praça Livre BH	não-oficial	Decreto 13.863 de BH – Comissão de Regulamentação de Eventos para a Praça da Estação
03	-	-	100201	Praça Livre BH	não-oficial	Mais um vídeo sobre a Praia
03	-	-	100202	Praça Livre BH	não-oficial	Sai na mídia Comercial
03	-	-	100202	Praça Livre BH	não-oficial	Carta enviada a Prefeitura de Belo Horizonte, endereçada ao Sr. Prefeito Márcio Lacerda, datada de 02 de fevereiro de 2010
03	-	-	100202	Praça Livre BH	não-oficial	Abaixo Assinado!
03	-	-	100202	Praça Livre BH	não-oficial	Domingo Nove e Meia – Encontro Libertário – NA PRAÇA DA ESTAÇÃO!
03	-	-	100202	Praça Livre BH	não-oficial	sarau é vento
03	-	-	100203	Praça Livre BH	não-oficial	Praça do Espaço
03	-	-	100203	Praça Livre BH	não-oficial	O e-mail do Márcio Lacerda
03	14	02	100204	Praça Livre BH	não-oficial	Archive for the 'Praia da Estação' Category - corpos políticos - Um Video sobre a praça... - A cobertura da Mídia Corporativa sobre as Praias da Estação - Funk da Praia da Estação - Praia da Estação – dia 23 de Janeiro
03	-	-	100204	Praça Livre BH	não-oficial	corpos políticos
03	-	-	100205	Praça Livre BH	não-oficial	para animar para a praia deste sábado
03	-	-	100205	Praça Livre BH	não-oficial	Vídeo Protesto Praia da Estação dia 3
01	-	-	100206	Acervo pessoal	não-oficial	Álbum de fotos de Márcia Amaral no carnaval de rua (Mama na Vaca)
03	-	-	100206	Praça Livre BH	não-oficial	Dúvida do leitor
01	-	-	100207	Acervo pessoal	não-oficial	Álbum de fotos de Márcia Amaral na Praia da Estação
03	21	05	100208	Vermelho	não-oficial	Praia da Estação, o mar revoltado das Minas Gerais
03	-	-	100208	Praça Livre BH	não-oficial	Mais do que saiu por aí:
03	-	-	100209	Praça Livre BH	não-oficial	BH não tem praia? Então o que temos?
03	-	-	100209	Praça Livre BH	não-oficial	Proxima Reunião – 11 de Janeiro
03	31	06	100210	Praça Livre BH	não-oficial	Praia da Estação, o mar revoltado das Minas Gerais
03	-	-	100211	Praça Livre BH	não-oficial	Mensagem do Tizumba à Praia!
03	-	-	100211	Correr pelo Mundo	não-oficial	MEIA MARATONA LINHA VERDE – BH – 2010
03	31	05	100215	Praça Livre BH	não-oficial	Praia da Estação: reunião ou evento?
03	-	-	100215	Praça Livre BH	não-oficial	A ONDA NÃO MORRE NA PRAIA!
03	-	-	100216	Praça Livre BH	não-oficial	Mais escritos sobre banalidades e sobre cidades
03	-	-	100217	Praça Livre BH	não-oficial	Wiki do "Eventão"
03	-	-	100218	Praça Livre BH	não-oficial	Reunião Hoje – 19hrs!
03	-	-	100219	Praça Livre BH	não-oficial	2º Sarau na Praça
03	-	-	100222	Praça Livre BH	não-oficial	"Atividades Propostas para o É-ventão"
03	-	-	100223	Praça Livre BH	não-oficial	Reunião da Galera – 25 de Fev

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

ACÇÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
03	13	07	100225	Praça Livre BH	não-oficial	Bicicletada Extra: Praia da Estação!
03	-	-	100225	Praça Livre BH	não-oficial	Justa e de bom tom!!
03	-	-	100226	Praça Livre BH	não-oficial	a praia não está só: Manifesto pela erradicação do decreto – de uma comissão popular independente, articulada em 7 de janeiro de 2010
03	-	-	100228	Praça Livre BH	não-oficial	Nunca subestime um homem de sunga e guarda-sol
03	-	-	100228	Praça Livre BH	não-oficial	Panfleto “Nasce uma Rebelião a partir de um Decreto”
03	-	-	100228	Praça Livre BH	não-oficial	Omar Motta – Um Pseudônimo coletivo mais Proximo
03	-	-	100302	Praça Livre BH	não-oficial	Flyer do Eventão
03	-	-	100303	Praça Livre BH	não-oficial	Reunião na Praça – 4 março às 19h
03	-	-	100303	Praça Livre BH	não-oficial	Ajude na Divulgação!
03	-	-	100303	Praça Livre BH	não-oficial	sábado é dia de ir à praia.
03	-	-	100307	Praça Livre BH	não-oficial	Fotos do Eventão – Teatro Maria Cutia
03	-	-	100307	Praça Livre BH	não-oficial	Fotos
03	-	-	100307	Praça Livre BH	não-oficial	Banhistas são recebidos com Tropa de Choque da PM no Eventão!
03	-	-	100308	Praça Livre BH	não-oficial	O que a Apreensão de uma Caixa de Gelo Representa – Um Relato Critico
03	-	-	100308	Praça Livre BH	não-oficial	Agora nos vamos invadir sua praia!
03	-	-	100309	Praça Livre BH	não-oficial	Fotos do Eventão
03	-	-	100310	Praça Livre BH	não-oficial	Video da Passeata do Eventão!
03	-	-	100311	Praça Livre BH	não-oficial	Carta enviada a Prefeitura de Belo Horizonte, endereçada ao Sr. Prefeito Márcio Lacerda, datada de 11 de março de 2010
03	-	-	100311	Praça Livre BH	não-oficial	Reunião na Praça – HOJE AS 19HRS
03	-	-	100311	Praça Livre BH	não-oficial	audiência pública: 24 de Março às 13.30h
03	-	-	100313	Praça Livre BH	não-oficial	desejo das ruas
03	-	-	100314	Praça Livre BH	não-oficial	Nem assim.
03	-	-	100315	Praça Livre BH	não-oficial	Reunião – Quinta 18
03	-	-	100315	Praça Livre BH	não-oficial	Proibiram o piquenique!
03	-	-	100315	Praça Livre BH	não-oficial	Cartas Abertas
03	-	-	100315	Praça Livre BH	não-oficial	Notícia no Radio
03	-	-	100315	Praça Livre BH	não-oficial	Manifesto Farofa
03	-	-	100317	Praça Livre BH	não-oficial	Audiência Publica – 24 de Março
03	-	-	100317	Praça Livre BH	não-oficial	Outono dá praia!
03	-	-	100318	Praça Livre BH	não-oficial	Relembrando – Reunião Quinta
03	-	-	100318	Praça Livre BH	não-oficial	A Praia da Estação Recebe o Outono Fervendo
03	-	-	100319	Praça Livre BH	não-oficial	3º Sarau na Praça
03	-	-	100319	Praça Livre BH	não-oficial	Bicicletada de Praia!!!
03	-	-	100322	Praça Livre BH	não-oficial	MANIFESTO CONTRA A GESTÃO AUTORITÁRIA NA CULTURA DE BELO HORIZONTE
03	14	04	100323	Praxis UFMG	não-oficial	Audiência Pública sobre a "Praia da Estação"
03	27	08	100323	Praxis UFMG	não-oficial	Audiência Pública sobre a "Praia da Estação"
-	-	-	100323	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 13906/2010 - Altera o decreto nº 13.792/09 e a Lei nº 9.063, de 17 de janeiro de 2005
03	-	-	100325	Praça Livre BH	não-oficial	Relato de quem esteve na Audiência Pública da Praça da Estação
03	-	-	100327	Praça Livre BH	não-oficial	Lacerda quer Praia Latino-americana
03	-	-	100328	Praça Livre BH	não-oficial	Manifestação contra o cancelamento do FIT na Praça da Estação
03	-	-	100329	Praça Livre BH	não-oficial	REUNIÃO NA PRAÇA – QUARTA DIA 31/03 – 18H
03	-	-	100329	Praça Livre BH	não-oficial	Não me organizem. Crítica do arrastão na última Praia.
03	-	-	100329	Praça Livre BH	não-oficial	Há algum vereador na escuta?
03	-	-	100329	Praça Livre BH	não-oficial	áudio da audiência pública
03	-	-	100329	Praça Livre BH	não-oficial	É festa ou manifestação?
03	-	-	100330	Praça Livre BH	não-oficial	UMA CRITICA PARA A CRITICA.
03	-	-	100330	Praça Livre BH	não-oficial	Trabalho de Comunicação e Culturas Urbanas Um breve relato sobre a “Praia da Estação”
03	-	-	100330	Praça Livre BH	não-oficial	Da liberdade à censura
03	-	-	100404	Praça Livre BH	não-oficial	E o pateta, passa quando?
03	-	-	100406	Praça Livre BH	não-oficial	4º Sarau na Praça
03	-	-	100406	Praça Livre BH	não-oficial	Reunião 07/04 às 19 horas na Praça da Estação
03	-	-	100414	Praça Livre BH	não-oficial	PRAIA DA ESTAÇÃO: DEPOIS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, E AÍ, LACERDA?
03	-	-	100415	Praça Livre BH	não-oficial	Vídeo-protesto da audiência pública que debateu o uso da Praça da Estação
03	-	-	100417	Praça Livre BH	não-oficial	SÁBADO :: 08 DE MAIO - 2º EVENTÃO NA PRAÇA DA ESTAÇÃO

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

ACÇÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
03	-	-	100422	Praça Livre BH	não-oficial	29 de abril: Improvisação de dança na Praça da Estação
03	-	-	100423	Praça Livre BH	não-oficial	Dia 24/04:: Praia da Estação – O OUTONO NÃO DERRUBA O VERÃO!
03	-	-	100425	Praça Livre BH	não-oficial	08 de maio: além do Eventão...
03	-	-	100502	Praça Livre BH	não-oficial	Meias impressões sobre o Eventão
03	-	-	100504	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 13960/2010 - Revoga o Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009
-	-	-	100504	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 13961/2010 - Altera o Decreto nº 9.687, de 21 de agosto de 1998, e dá outras providências
03	-	-	100505	Praça Livre BH	não-oficial	Prefeitura Revoga Decreto
03	-	-	100505	SARMU Centro Sul	oficial	Portaria SARMU-CS 02/2010 - Regulamenta a realização de eventos na Praça da Estação
03	-	-	100507	Praça Livre BH	não-oficial	Prefeitura de Belo Horizonte inaugura Barreira de Proteção ao Patrimônio na Praça da Estação
03	32	06	100514	Praça Livre BH	não-oficial	Praia da Estação sábado dia 08/05/2010
03	-	-	100520	Praça Livre BH	não-oficial	Eu alugo BH radicalmente
03	-	-	100528	Praça Livre BH	não-oficial	Prefeitura e Coca-Cola transmitem Copa na Praça da Estação e Parque JK
03	-	-	100528	Praça Livre BH	não-oficial	Perguntas de Luther: o cala-boca caiu bem?
03	30	02	100605	Praça Livre BH	não-oficial	Brasil: Multidões fazem Praia numa Cidade de Montanha
03	-	-	100607	Praça Livre BH	não-oficial	Materia no Jornal O Tempo
03	-	-	100607	Praça Livre BH	não-oficial	Video: Autoritarismo e Descaso
01 03	08	10	100610	Brechó Kitsh	não-oficial	Minas não tem praia ...mas, será que tem jeito?
03	-	-	100610	Praça Livre BH	não-oficial	Porcos e Furacões
03	-	-	100618	Praça Livre BH	não-oficial	Copa-cola, cola?
03	-	-	100711	Praça Livre BH	não-oficial	Vendavais e pocilgas (.1)
03	-	-	100711	Praça Livre BH	não-oficial	Vendavais e pocilgas (.anexo)
03	-	-	100711	Praça Livre BH	não-oficial	Vendavais e pocilgas (.3)
03	-	-	100712	Praça Livre BH	não-oficial	Na miúda
03	28	09	100809	Praça Livre BH	não-oficial	Archive for the 'Praia da Estação' Category - Praça cercada. COMO É? - Brasil: Multidões fazem Praia numa Cidade de Montanha - Dia 24/04:: Praia da Estação – O OUTONO NÃO DERRUBA O VERÃO! - E o pateta, passa quando? - Manifestação contra o cancelamento do FIT na Praça da Estação - Lacerda quer Praia Latino-americana - Fotos do Eventão – Teatro Maria Cutia - Nunca subestime um homem de sunga e guarda-sol - Bicicletada Extra: Praia da Estação! - Vídeo Protesto Praia da Estação dia 3
03	-	-	100809	Praça Livre BH	não-oficial	Praça cercada. COMO É?
03	-	-	100813	Praça Livre BH	não-oficial	Tira a cerca, vai?
03	-	-	100818	Praça Livre BH	não-oficial	Carta enviada a Prefeitura de Belo Horizonte, endereçada ao Sr. Prefeito Márcio Lacerda, datada de 17 agosto de 2010
03	-	-	100908	Praça Livre BH	não-oficial	Carta à Prefeitura de Belo Horizonte
03	-	-	100917	Praça Livre BH	não-oficial	Praia da Estação pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura?
03	-	-	100917	Praça Livre BH	não-oficial	Cercados não transbordam
03	19	02	101206	Praça Livre BH	não-oficial	Deita no Cimento – Praia da Estação – O Retorno – 11 Dez
03	-	-	101207	Praça Livre BH	não-oficial	Traz a farofa e vem dar um caldo pra discussão!
03	-	-	101216	Praça Livre BH	não-oficial	Carta aberta a Marcio Lacerda
03	-	-	101217	Praça Livre BH	não-oficial	Água pra cima! Água pra baixo!
03	28	10	101220	Praça Livre BH	não-oficial	... E pra você, meu irmão, o que é a Praia da Estação?
03	-	-	101220	Praça Livre BH	não-oficial	...E PRA VOCÊ, MEU IRMÃO, O QUE É A PRAIA DA ESTAÇÃO?
03	-	-	101225	Praça Livre BH	não-oficial	Ações entre arte e política
03	-	-	101226	Praça Livre BH	não-oficial	AMIZADE E POLÍTICA NA PRAÇA
03	-	-	110112	Praça Livre BH	não-oficial	Cobram ou não cobram?
03	-	-	110113	Praça Livre BH	não-oficial	sábado é dia de quê?
03	32	09	110118	Praça Livre BH	não-oficial	Terceiro Eventão da Praia da Estação – 1 ano de Praia
03	-	-	110118	Praça Livre BH	não-oficial	Um ano de #PraiaDaEstacao com o 3º EVENTÃO!
03	28	07	110122	O Tempo	oficial	Movimento Praia da Estação reúne mais de 500 pessoas na Praça da Estação
03	30	01	110124	Praça Livre BH	não-oficial	Eventão de 1 ano da Prá prá prá Praia da Estação (fotos)
01	-	-	110124	Acervo pessoal	não-oficial	Álbum de fotos de Márcia Amaral na Praia da Estação (comemoração de 1 ano)

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

ACÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
03	-	-	110124	Praça Livre BH	não-oficial	Evento de 1 ano da Prá prá prá Praia da Estação
03	-	-	110124	Praça Livre BH	não-oficial	Áudio da Reunião com a Prefeitura
03	-	-	110126	Praça Livre BH	não-oficial	Artigo publicado na edição 45 de janeiro de 2011 do Jornal Letras
03	-	-	110127	Praça Livre BH	não-oficial	Para quem ainda não entendeu a Lei de limitação de uso da Praça da Estação.
03	-	-	110130	Praça Livre BH	não-oficial	cobertura 3o Evento – TV Gambiarra
03	-	-	110203	Praça Livre BH	não-oficial	Carta avaliativa de 1 ano, aberta aos comapnheiros de praia.
01 03	05	02	110222	Diário Liberdade	não-oficial	Convivência: Belo-horizontino coleciona proibições
01 03	05	05	110222	Diário Liberdade	não-oficial	Convivência: Belo-horizontino coleciona proibições
03	29	02	110305	O Tempo	oficial	Com muita irreverência, Bloco da Praia da Estação faz seu protesto em BH
03	-	-	110305	Praça Livre BH	não-oficial	Carnaval na Praia da Estação > Sábado, 05 de março, às 11h
03	18	05	110312	Estado de Minas	oficial	Movimento Praia da Estação anima moradores do Aglomerado da Serra
03	24	02	110312	Estado de Minas	oficial	Movimento Praia da Estação anima moradores do Aglomerado da Serra
01	-	-	110327	Acervo pessoal	não-oficial	Álbum de fotos de Márcia Amaral na Praça Raul Soares
03	-	-	110518	Praça Livre BH	não-oficial	Relato sincero de uma banhista assídua.
03	-	-	110520	Praça Livre BH	não-oficial	Piscinão de Ramos de Belo Horizonte
01 03	01	09	110528	Praça Livre BH	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	02	06	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	02	07	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	02	08	110528	Praça Livre BH	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	02	09	110528	Praça Livre BH	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	02	10	110528	Praça Livre BH	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	03	01	110528	Praça Livre BH	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	03	03	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	03	04	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	04	03	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	04	04	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	04	05	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	05	10	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
01 03	06	07	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
03	32	04	110528	Conjunto Vazio	não-oficial	Posts Tagged 'Praia da Estação' - A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte - Praia da Estação: Debaixo da praça a praia , debaixo da praia uma cidade inteira a ser ocupada - Carta Aberta: Sobre a Praia na Praça da Estação
01 03	07	01	110531	Zonas Temporareas	não-oficial	A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte
03	-	-	110615	Praça Livre BH	não-oficial	Atenção banhistas!
03	-	-	110701	Praça Livre BH	não-oficial	Prévia do Impeachment de Márcio Lacerda
01	03	02	110831	TFG Interesse Coletivo	não-oficial	Banho de Sol na Praça Raul Soares
01	07	10	110831	TFG Interesse Coletivo	não-oficial	Banho de Sol na Praça Raul Soares
01	09	04	110901	BH de Bar em Bar	não-oficial	BH e as proibições
03	32	03	120121	O Tempo	oficial	Banhistas fazem mais um Praia da Estação na capital
03	26	02	120204	O Tempo	oficial	Foliões nus na praça da Estação
03	-	-	120208	Praça Livre BH	não-oficial	Copelada de Praia – Sabado, dia 11 de Fevereiro
03	-	-	120222	Praça Livre BH	não-oficial	Bloco da Praia 2012: Carnaval é Política
03	-	-	120300	Piauí	oficial	Odoia nas montanhas
03	11	09	120305	Youtube (Natan Barcelos)	não-oficial	Praia da Estação . BH . MG (vídeo)
03	09	01	120306	Praça Livre BH	não-oficial	Archive for the 'Praia da Estação' Category - Praia da Estação numa esquina da Piauí_66 - Bloco da Praia 2012: Carnaval é Política - A bola da vez: - Prévia do Impeachment de Márcio Lacerda - A Tradição Praiera Insurgente de Belo Horizonte - Relato sincero de uma banhista assídua. - Manifesto macumba. - Para quem ainda não entendeu a Lei de limitação de uso da Praça da Estação. - ... E pra você, meu irmão, o que é a Praia da Estação? - Água pra cima! Água pra baixo!

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

ACÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
03	20	06	120306	Praça Livre BH	não-oficial	Praia da Estação numa esquina da Piauí_66
03	-	-	120414	Praça Livre BH	não-oficial	BH vai parar
04	02	01	120424	Fórum	oficial	Não pise na grama!, por Joviano Mayer
04	02	03	120427	Olho-de-Corvo	não-oficial	Violência policial em BH: Não pise na grama
04	01	01	120428	Estado de Minas	oficial	Grupo protesta contra prisão de antropólogo durante evento na Praça Floriano Peixoto
04	-	-	120502	Assembleia Legislativa de Minas Gerais	oficial	Situação da Sociedade Protetora dos Animais é tema de debate
04	-	-	120502	Assembleia Legislativa de Minas Gerais	oficial	Requerimento de Comissão 3.378, de 2012
04	-	-	120522	Assembleia Legislativa de Minas Gerais	oficial	PAUTA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - AUDIÊNCIA PÚBLICA
04	06	10	120609	Blog da Kikacastro (ver comentário)	não-oficial	Grama foi feita para ser pisada (e algumas regras, para serem quebradas) - comentário
04	-	-	120613	Assembleia Legislativa de Minas Gerais	oficial	RQN 3275 2012 - REQUERIMENTO NUMERADO
04	-	-	120614	Diário Oficial do Município de Belo Horizonte	oficial	Ata da Reunião Extraordinária realizada em 23 de abril de 2012
03	02	07	120828	Fórum das Juventudes	não-oficial	Membro Do Fórum Das Juventudes Apresenta Trabalho Sobre O Movimento Praia Da Estação
03	30	10	120828	Fórum das Juventudes	não-oficial	Membro Do Fórum Das Juventudes Apresenta Trabalho Sobre O Movimento Praia Da Estação
05	01	03	120912	Estado de Minas	oficial	Jovem aproveita calor para se refrescar em fonte na Praça da Savassi
05	01	01	120918	O Tempo	oficial	Mulher de biquíni toma banho de sol na praça da Savassi, em Belo Horizonte
04	03	03	121013	Diário Oficial do Município de Belo Horizonte	oficial	Ata da Reunião Ordinária realizada em 11 de setembro de 2012
04	-	-	121120	Diário Oficial do Município de Belo Horizonte	oficial	ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09/10/2012
03	01	08	121210	Jornal Contramão	não-oficial	Organizador da Praia da Estação fala sobre o movimento e sua importância
03	29	08	121231	Conjunto Vazio	não-oficial	Posts Tagged 'Praia da Estação' - Piscinão de Ramos em Belo Horizonte - A Tradição Praieira Insurgente de Belo Horizonte - Praia da Estação: Debaixo da praça a praia , debaixo da praia uma cidade inteira a ser ocupada
03	-	-	130117	Praça Livre BH	não-oficial	Aniversário Praia da Estação + Ensaio dos blocos de carnaval
03	21	02	130118	Hoje em Dia	oficial	Rock, blues, Kid Vinil e Praia da Estação no roteiro do fim de semana
03	23	06	130119	Estado de Minas	oficial	"Praia da Estação" com blocos carnavalescos anima moradores de BH
03	02	02	130214	Youtube (Imagine2030)	não-oficial	História #7 - Praia da Estação - Belo Horizonte/MG (vídeo)
03	03	05	130214	Imagina	não-oficial	História #7 - Praia da Estação
03	30	07	130216	Hoje em Dia	oficial	"Praia da Estação" refresca cerca de 2 mil foliões ao som de marchinhas e maracatu
04	-	-	130224	Outros Críticos	não-oficial	PALAVRA SOM CATARSE
03	14	07	130600	Vitruvius	não-oficial	Corredor Cultural Estação da Artes: dilemas da participação
03	13	01	130809	Pinterest (Catraca Livre)	não-oficial	Em defesa do espaço público, grupo cria praia em praça de Belo Horizonte (link)
03	18	09	130823	R7	oficial	Placa indica o caminho da "Praia da Estação" em BH (vídeo)
03	32	02	140110	O Tempo	oficial	Blocos e Praia da Estação abrem o pré-Carnaval em Belo Horizonte
03	01	06	140111	O Tempo	oficial	Praia da Estação (fotos)
03	07	04	140111	O Tempo	oficial	Praia da Estação reúne 600 pessoas no centro da capital
03	13	02	140111	Flickr (Mídia Ninja)	não-oficial	Praia da Estação - Belo Horizonte (MG) (fotos)
03	23	05	140111	R7	oficial	Praça da Estação vira praia neste sábado
03	24	08	140111	Hoje em Dia	oficial	Sem água nas fontes, centenas de pessoas transformam Praça da Estação em praia
03	32	01	140111	Super Notícia	oficial	Praia da Estação reúne 600 pessoas no centro da capital
03	12	06	140118	Flickr (Mídia Ninja)	não-oficial	Praia da Estação • Belo Horizonte (MG) (fotos)
03	31	04	140118	O Tempo	oficial	Chuva não espanta participantes da Praia da Estação
03	29	03	140125	O Tempo	oficial	Movimentos Fica Ficus e Praia da Estação se unem para salvar árvores
03	26	04	140208	O Tempo	oficial	Belo-horizontinos participam da Praia da Estação ao som de marchinhas
03	05	03	140215	Sou BH	oficial	Praia da Estação - A última antes do Carnaval! parte I (agenda)
03	15	08	140301	Flickr (Mídia Ninja)	não-oficial	Bloco Então Brilha + Praia da Estação (fotos)
01	01	07	140422	Yelp (Giselle K)	não-oficial	Praça Raul Soares
03	20	05	140607	O Tempo	oficial	Praça da Estação mais aberta
03	-	-	140609	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 15587/2014 - Institui a Zona Cultural Praça da Estação
03	18	01	140821	O Tempo	oficial	Termina sem acordo reunião que discutia Zona Cultural Praça da Estação
03	16	06	140916	Festivalando	não-oficial	Tag: Praia da Estação - Natura Musical: na rua, de graça. Mas com ingresso e hora certa para entrar.
03	-	-	140916	Festivalando	não-oficial	Natura Musical: na rua, de graça. Mas com ingresso e hora certa para entrar.
03	31	03	141011	O Tempo	oficial	Praia da Estação volta a ocupar praça da capital
03	24	03	150109	UFMG	oficial	5 anos da Praia da Estação (áudio)

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

ACÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
03	01	04	150110	O Tempo	oficial	Praia da Estação (fotos)
01 03	02	03	150110	Pampulha	oficial	Cinco anos de praia
03	05	06	150110	O Tempo	oficial	Pelo 5º ano, praça da Estação se torna 'Praia da Estação'
03	08	03	150110	Pampulha	oficial	Cinco anos de praia
03	10	06	150110	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação reúne centenas de pessoas no Centro de BH pelo quinto ano
03	19	08	150110	Hoje em Dia	oficial	Praia da Estação reúne multidão na tarde de sábado em Belo Horizonte
03	31	01	150110	Super Notícia	oficial	Pelo 5º ano, praça da Estação se torna 'Praia da Estação'
03	30	03	150111	O Tempo	oficial	Pré-Carnaval tem ensaio de bloco e Praia da Estação em BH
03	31	02	150111	Super Notícia	oficial	Pré-Carnaval tem ensaio de bloco e Praia da Estação em BH
03	09	03	150112	R7	oficial	"Praia da Estação" completa cinco anos (vídeo)
05	01	01	150115	G1 Minas Gerais	oficial	Com calorão em BH, jovens nadam em fonte da Praça da Liberdade
03	08	10	150116	Sound Cloud	não-oficial	Fui me banhar na Praia da Estação (Ommar Motta)
03	14	05	150117	R7	oficial	Cliques de fotógrafo revelam musas da Praia da Estação, em BH
03	27	09	150117	R7	oficial	Cliques de fotógrafo revelam musas da Praia da Estação, em BH
03	07	10	150124	Edição do Brasil	não-oficial	Praia Da Estação - Praia da Estação reúne milhares de pessoas no Centro de Belo Horizonte
03	16	05	150124	Estado de Minas	oficial	Centenas de pessoas participam da Praia da Estação mesmo com tempo nublado em BH
03	19	05	150124	Edição do Brasil	não-oficial	Praia Da Estação - Praia da Estação reúne milhares de pessoas no Centro de Belo Horizonte
03	27	03	150124	Hoje em Dia	oficial	Em meio a crise de abastecimento, Praia da Estação conta com caminhão-pipa
03	28	02	150124	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação (fotos)
03	30	04	150124	O Tempo	oficial	Caminhão-pipa na Praia da Estação gera discussão sobre desperdício
03	31	10	150124	Edição do Brasil	não-oficial	Praia da Estação reúne milhares de pessoas no Centro de Belo Horizonte
03	-	-	150124	Edição do Brasil	não-oficial	Praia da Estação reúne milhares de pessoas no Centro de Belo Horizonte
03	08	07	150125	Estado de Minas	oficial	Uso de caminhão-pipa causa polêmica na Praia da Estação
03	24	07	150125	Pinterest (Thakura Seva das)	não-oficial	Praia da Estação (foto)
03	26	06	150125	Folha de São Paulo - Cotidiano	oficial	Com banho de mangueira, mineiros fazem 'praia' em praça de BH
03	27	01	150125	Folha de São Paulo - Cotidiano	oficial	Com banho de mangueira, mineiros fazem 'praia' em praça de BH
03	09	09	150214	Facebook (Carnaval de Rua BH)	não-oficial	Bloco da Praia da Estação (evento)
03	17	01	150217	Otros Carnavales	não-oficial	Bloco Praia da Estação • BH
04	01	08	150304	O Tempo	oficial	Advogado busca apoio de colegas para se defender
04	01	05	150305	Coletivo Margarida Alves	não-oficial	Não pise na grama!, por Joviano Mayer
03	20	09	150502	Estado de Minas	oficial	Praça da Estação acumula sujeira e água parada, um risco para dengue
03	01	03	150516	Sou BH	oficial	Praia da Estação (agenda)
03	07	06	150907	Estado de Minas	oficial	Centenas de pessoas participam de ocupação urbana na "Praia da Estação", em BH
03	28	03	150907	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação (fotos)
03	24	09	150908	Medium (Alessandra Malachias)	não-oficial	Praia da Estação BH — Fotos de Alessandra Malachias (fotos)
03	28	05	150926	Hoje em Dia	oficial	Centenas de pessoas participam de mais uma edição da "Praia da Estação"
03	19	10	150927	Youtube (Jornal da Alterosa)	oficial	Praia da Estação atrai centenas de pessoas no Centro de BH (video)
03	12	02	150930	Estado de Minas	oficial	Transferência da Praia da Estação para a Savassi divide opiniões
03	17	05	150930	O Tempo	oficial	Savassi vai herdar 'banhistas' vindos da Praia da Estação
03	28	04	150930	Estado de Minas	oficial	"Praia da Estação" na Savassi preocupa lojistas
03	29	07	150930	Hoje em Dia	oficial	Em protesto, 7 mil pessoas confirmam presença em "Praia da Savassi"
03	27	06	151001	Estado de Minas	oficial	Fontes voltam a funcionar na Praça da Estação
03	29	04	151002	Estado de Minas	oficial	Fonte da Praça da Estação volta a funcionar neste sábado
03	29	05	151002	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação é mantida na Savassi sob preocupação de lojistas e alerta da polícia
03	10	10	151003	G1 Minas Gerais	oficial	Praia da Estação reúne público para se refrescar na praça da Savassi
03	22	10	151003	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação troca de endereço sem perder o bom humor e o tom de protesto
03	30	05	151003	O Tempo	oficial	Primeira praia da Estação na Savassi reúne ao menos 500 pessoas
03	02	08	151004	Estado de Minas	oficial	Participantes do movimento Praia da Estação ocupam a Praça da Savassi em mais um protesto
03	-	-	151005	Jornalistas Livres	não-oficial	Em Beagá o concreto vira mar
03	03	06	151012	O Tempo	oficial	Gaymada e Praia da Estação (galeria de fotos)
03	08	02	151012	O Tempo	oficial	Gaymada e Praia da Estação (galeria de fotos)
03	27	04	151012	Hoje em Dia	oficial	Praia da Estação volta ao "local original" após religamento de fontes

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

ACÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
03	27	07	151012	G1 Minas Gerais	oficial	Belo-horizontinos se refrescam em fontes de praças em feriado de calorão
03	16	04	160109	Estado de Minas	oficial	Praça fica lotada na primeira edição do ano da Praia da Estação em BH
03	08	09	160113	Estado de Minas	oficial	Após decreto da PBH, Praia da Estação chama para "churrascão e isoporzaço" no Centro
03	19	09	160113	Estado de Minas	oficial	Após decreto da PBH, Praia da Estação chama para "churrascão e isoporzaço" no Centro
03	22	05	160113	Vice	não-oficial	O aniversário da Praia da Estação
03	29	06	160115	Portal Aprendiz	não-oficial	BH: Contra proibições na cidade, ativistas propõem "churrascão e isoporzaço" na Praia da Estação
03	28	06	160116	Hoje em Dia	oficial	Isoporzaço e churrasquinho na Praia da Estação
03	27	02	160119	Hoje em Dia	oficial	Praça da Estação é tema do programa 'Arquiteturas' deste sábado
03	12	05	160121	Amazon Music	não-oficial	Praia da Estação - Los Pollos Caipiras
03	07	05	160206	O Tempo	oficial	Mar de foliões invade Centro de BH com 'Praia da Estação' (galeria de fotos)
03	12	09	160206	R7	oficial	Bloco da Calixto e Praia da Estação levam os foliões para o "mar" em BH
03	17	09	160206	Facebook (Estado de Minas)	oficial	Bloco 'Praia da Estação' protesta contra ato da PM na 'Bicicletinha' (vídeo)
03	25	05	160206	Estado de Minas	oficial	Desfile do bloco 'Praia da Estação' tem protesto contra a PM
03	27	10	160206	O Tempo	oficial	Mar de foliões invade Centro de BH com 'Praia da Estação' (galeria de fotos)
03	30	08	160206	G1 Minas Gerais	oficial	Bloco 'Então, Brilha!' abre sábado de carnaval em BH no início da manhã
03	22	03	160214	Jornalistas Livres	não-oficial	Tag: Praia da Estação (link) - Dia de virar o Santo
03	-	-	160214	Jornalistas Livres	não-oficial	Dia de virar o Santo
03	18	06	160215	The City Fix Brasil	não-oficial	Um motivo maior que a folia para amar o carnaval e a Praça da Estação
03	19	07	160409	Pampulha	oficial	De porta a praia
03	-	-	160425	Trip Advisor	não-oficial	A Estação do centro de Belo Horizonte
03	10	07	160502	Trip Advisor	não-oficial	Opiniões - Suja - A Estação do centro de Belo Horizonte
03	-	-	160502	Trip Advisor	não-oficial	Suja
03	23	09	160708	Itatiaia	oficial	Mineiros aproveitam calor para se refrescar na 5ª edição do 'Praia da Estação'
03	30	09	160914	Por Ceca e Meca	não-oficial	Só quem é de BH conhece
03	29	09	170105	Pula BH	não-oficial	7 dicas para curtir a primeira praia da Estação de 2017
03	-	-	170105	Pula BH	não-oficial	7 dicas para curtir a primeira praia da Estação de 2017
03	04	03	170107	Estado de Minas	oficial	"Praia da Estação" lota neste sábado de verão em BH
03	08	01	170107	O Tempo	oficial	Praia da Estação reúne 5 mil pessoas em ritmo de Carnaval
03	16	03	170107	Facebook (Pula BH)	não-oficial	Praia da Estação - 07/01 (vídeo)
03	16	08	170111	BHAZ	oficial	Foliões reclamam da quantidade de lixo deixado após Praia da Estação
03	19	03	170113	O Contorno de BH	não-oficial	Praia da Estação esfria o verão de BH
03	-	-	170113	Pula BH	não-oficial	#0800 #DentroDoBolso Praia, Carnaval e diversão
03	23	01	170114	Facebook (Mídia Ninja)	não-oficial	Praia da Estação lotada! (publicação)
03	20	02	170115	Flickr (Mídia Ninja)	não-oficial	Aniversário 7 anos Praia da Estação (fotos)
03	23	07	170117	Super Notícia	oficial	Praia da Estação reúne 5 mil pessoas em ritmo de Carnaval
03	25	04	170211	Agência Brasil	oficial	Movimentos de ocupação do espaço público fizeram ressurgir blocos de rua de BH
03	03	02	170225	Sou BH	oficial	Bloco da Praia da Estação (agenda)
03	22	08	170225	O Tempo	oficial	Bloco da Praia da Estação inicia seu desfile
03	27	05	170323	Moon BH	não-oficial	3 Diferenças arrasadoras entre a 'Praia da Estação' e a 'Praia de Alphaville'
03	06	06	170726	Trip Advisor	não-oficial	Praia da Estação
03	18	08	170824	Catraca Livre	oficial	Ocupação leva 'praia', bloco de rua e muita cultura pro Viaduto
03	29	01	170914	Youtube (Nobat)	não-oficial	Praia da Estação (Clipe oficial) - Nobat
04	01	03	171004	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	oficial	Juiz absolve estudante acusado de desacato após pisar na grama
04	01	06	171005	Juristas	oficial	Juiz absolve estudante acusado de desacato após pisar na grama
03	12	04	171011	Youtube (Alexandre Jordão)	não-oficial	Nobat Praia da Estação (vídeo)
03	26	10	171017	G1 Minas Gerais	oficial	Ponto de encontro, festas e manifestações, a Praça da Estação representa um marco histórico de BH
03	15	05	171101	Viagem e Turismo	oficial	Como os belo-horizontinos se sentem na praia – mesmo sem mar
03	16	06	171101	Hellomoto	não-oficial	Lazer na praça e na água
03	04	08	171113	Bandcamp	não-oficial	Praia da Estação (música)
03	03	01	171217	Sou BH	oficial	Praia da Estação (agenda)
03	05	04	180108	BHAZ	oficial	Praia da Estação comemora oito anos com mais uma edição da festa; neste sábado

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

ACÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
02	-	-	180108	Câmara Municipal de Belo Horizonte	oficial	Decreto 16825/2018 - Disciplina o apoio e o financiamento do Carnaval de Rua de Belo Horizonte e dá outras providências
03	25	07	180112	O Tempo	oficial	Praia da Estação e outros aperitivos para os foliões
03	05	05	180113	Estado de Minas	oficial	PBH afirma que fontes estarão ligadas durante edição do Praia da Estação
03	10	08	180113	Itatiaia	oficial	Belo-horizontinos aproveitam o fim de semana de calor na Praia da Estação, no Centro
03	18	07	180113	Sou BH	oficial	Praia da Estação - Vai Malandra (agenda)
03	15	09	180114	Facebook (Jornalistas Livres)	não-oficial	Praia da Estação e o verão de Beagá 2018 (publicação)
03	19	06	180114	Facebook (Jornalistas Livres)	não-oficial	Praia da Estação e o verão de Beagá 2018 (publicação)
03	21	07	180114	Facebook (Jornalistas Livres)	não-oficial	Praia da Estação e o verão de Beagá 2018 (publicação)
03	10	05	180115	Sou BH	oficial	Após meses desligadas, fontes da Praça da Estação voltam a funcionar e fazem a festa de banhistas
03	23	04	180115	O Contorno de BH	não-oficial	8 anos da Praia da Estação
03	06	04	180124	Pula BH	não-oficial	Praia da Estação (lista de links) - Bem-Vindo ao Carnaval de Belory Texas - #0800 #DentroDoBolso Praia, Carnaval e diversão - 7 dicas para curtir a primeira praia da Estação de 2017
03	-	-	180124	Pula BH	não-oficial	Bem-Vindo ao Carnaval de Belory Texas
03	01	10	180129	Hoje em Dia	oficial	Um dos criadores da Praia da Estação, antropólogo Rafa Barros fala dos rumos do carnaval de BH
03	17	03	180210	Hoje em Dia	oficial	Tradicional 'Praia da Estação' não teve edição neste Carnaval
03	20	07	180210	Hoje em Dia	oficial	Tradicional 'Praia da Estação' não teve edição neste Carnaval
03	09	04	180907	Facebook (Erea Beagá 2018)	não-oficial	Praia da Estação, chega logo o verão! (evento)
03	15	07	180908	Flickr (Mídia Ninja)	não-oficial	Praia da Estação - 07/09/2018 - Belo Horizonte (MG) (fotos)
03	20	01	180908	Flickr (Mídia Ninja)	não-oficial	Praia da Estação - 07/09/2018 - Belo Horizonte (MG) (fotos)
03	21	10	180908	Flickr (Mídia Ninja)	não-oficial	Praia da Estação - 07/09/2018 - Belo Horizonte (MG) (fotos)
03	22	01	180908	Flickr (Mídia Ninja)	não-oficial	Praia da Estação - 07/09/2018 - Belo Horizonte (MG) (fotos)
03	22	02	180908	Flickr (Mídia Ninja)	não-oficial	Praia da Estação - 07/09/2018 - Belo Horizonte (MG) (fotos)
03	21	09	180926	Dicas do Nosso Brasil	não-oficial	Praça da Estação em Belo Horizonte
03	02	01	181012	Guaja	não-oficial	Praia da Estação pela Democracia na PRAÇA DA ESTAÇÃO
03	24	05	181012	Facebook (Carnaval de Rua BH)	não-oficial	Praia da Estação Pela Democracia (evento)
03	06	07	181100	Letras	não-oficial	Praia da Estação (letra)
03	02	03	181106	Youtube (Nobat)	não-oficial	Praia da Estação - Luan Nobat (video)
03	06	09	181106	Tenho Mais Discos que Amigos!	não-oficial	Luan Nobat homenageia Belo Horizonte em "Praia da Estação"; assista a lyric video
03	14	09	181106	Culturadoria	não-oficial	Luan Nobat lança lyric video da canção Praia da Estação
03	09	10	181107	Miojo Indie	não-oficial	Nobat: "Praia da Estação" (VÍDEO) (video)
03	19	01	181107	Miojo Indie	não-oficial	Nobat: "Praia da Estação" (VÍDEO) (video)
03	21	06	181107	Facebook (Brasileiríssimos)	não-oficial	Praia da Estação - Luan Nobat (lyric video) (video)
03	23	03	181107	Facebook (Brasileiríssimos)	não-oficial	Praia da Estação - Luan Nobat (lyric video) (video)
03	24	01	181107	Facebook (Brasileiríssimos)	não-oficial	Praia da Estação - Luan Nobat (lyric video) (video)
03	32	05	181107	Facebook (Brasileiríssimos)	não-oficial	Praia da Estação - Luan Nobat (lyric video) (video)
03	26	01	181108	Facebook (Mais Brasil)	não-oficial	Praia da Estação - Luan Nobat (Lyric Video) (video)
03	16	09	181205	Culturaliza BH	não-oficial	Novo álbum de Luan Nobat traz olhares e reflexões sobre BH
03	06	02	181215	Sou BH	oficial	Praia da Estação - A última do ano (agenda)
03	03	03	190112	Sou BH	oficial	Praia da Estação - A primeira do ano (agenda)
03	04	04	190112	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação: BH abre os trabalhos para carnaval 2019 neste sábado
03	07	01	190112	Guaja	não-oficial	Praia Da Estação – A nova era: Meninos de azul e Meninas de rosa na PRAÇA DA ESTAÇÃO
03	09	02	190112	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação: BH abre os trabalhos para carnaval 2019 neste sábado (galeria de fotos)
03	15	04	190112	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação: BH abre os trabalhos para carnaval 2019 neste sábado (galeria de fotos)
03	04	06	190113	Jornalistas Livres	não-oficial	Tag: Praia da Estação (lista de links) - Ativistas protestam contra Governo Bolsonaro em praça tradicional de BH - Dia de virar o Santo - Em Beagá o concreto vira mar
03	-	-	190113	Jornalistas Livres	não-oficial	Ativistas protestam contra Governo Bolsonaro em praça tradicional de BH
03	01	05	190119	O Tempo	oficial	Praia da Estação faz a alegria dos beloizontinos
03	03	07	190119	Estado de Minas	oficial	Com embalo do funk, Praia da Estação comemora nove anos em BH
03	05	09	190119	Guaja	não-oficial	Praia da Estação 9 Anos – Parada No Bailão na PRAÇA DA ESTAÇÃO
03	13	09	190119	O Tempo	oficial	Ação da Guarda contra ambulantes deixa clima tenso na Praia da Estação
03	15	10	190119	Super Notícia	oficial	Praia da Estação faz a alegria dos beloizontinos

Códigos ações: (01) Márcia Amar All na Pç. Raul Soares / (03) Praia da Estação / (04) Fernando Soares na Pç. Floriano Peixoto / (05) Nados aleatórios em fontes

ACÃO	PÁGINA	RESULTADO	DATA	FONTE	TIPO	TÍTULO
03	17	04	190119	Super Notícia	oficial	Praia da Estação faz a alegria dos belorizontinos
03	22	09	190119	Super Notícia	oficial	Praia da Estação faz a alegria dos belorizontinos
03	24	04	190119	Guaja	não-oficial	MASTERplaya vai pra Cuba! na PRAÇA DA ESTAÇÃO
03	23	08	190125	Hoje em Dia	oficial	Teatro, shows e programação na TV para o fim de semana; confira
03	05	08	190126	Guaja	não-oficial	Praia da Estação – edição #transviva na PRAÇA DA ESTAÇÃO
03	11	03	190126	Facebook (Festival TransViva)	não-oficial	Praia da Estação - edição #transviva (evento)
03	06	05	190302	Hoje em Dia	oficial	Público tímido, mas animado, fez a festa na Praça da Estação
03	04	02	191113	Hoje em Dia	oficial	Praia da Estação com temática 'Lula Livre' muda para sábado por causa da Marcha para Jesus
03	13	06	191113	BHAZ	oficial	'Lula Livre': Praia da Estação está de volta e vai comemorar soltura de ex-presidente
03	08	05	191210	Evoé	não-oficial	Praia da Estação 12/10 (crowdfunding)
03	01	07	200116	BHAZ	oficial	Tá calor aí? BH terá edição de 10 anos da 'Praia da Estação' neste sábado
03	02	09	200118	Hoje em Dia	oficial	Praia da Estação e ensaio de blocos de Carnaval agitam o Centro de BH; confira fotos
03	03	05	200118	O Tempo	oficial	Praia da Estação comemora dez anos com festa no centro da cidade
03	03	08	200118	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação (fotos)
03	03	09	200118	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação e 'Então, Brilha!' agitam BH; veja as atrações do fim de semana
03	04	07	200118	Itatiaia	oficial	Praia da Estação e ensaios de blocos agitam sábado de esquentar para o Carnaval em BH
03	09	07	200118	Hoje em Dia	oficial	Praia da Estação e ensaio de blocos de Carnaval agitam o Centro de BH; confira fotos
03	11	02	200118	Facebook (Itatiaia)	oficial	O Praia da Estação tá rolando agora (publicação)
03	11	06	200118	O Tempo Contagem	oficial	Praia da Estação comemora dez anos com festa no centro da cidade
03	12	03	200118	Estado de Minas	oficial	Praia da Estação (galeria de fotos)
03	15	01	200118	Hoje em Dia	oficial	Praia da Estação e ensaio de blocos de Carnaval agitam o Centro de BH; confira fotos
03	16	01	200118	Hoje em Dia	oficial	Praia da Estação e ensaio de blocos de Carnaval agitam o Centro de BH; confira fotos
03	16	02	200118	Hoje em Dia	oficial	Praia da Estação e ensaio de blocos de Carnaval agitam o Centro de BH; confira fotos
03	17	06	200118	Super Notícia	oficial	Praia da Estação comemora dez anos com festa no centro da cidade
03	18	02	200118	Super Notícia	oficial	Praia da Estação comemora dez anos com festa no centro da cidade
03	18	03	200118	Super Notícia	oficial	Praia da Estação comemora dez anos com festa no centro da cidade
03	18	10	200118	Hoje em Dia	oficial	Praia da Estação e ensaio de blocos de Carnaval agitam o Centro de BH; confira fotos
03	20	03	200118	Itatiaia	oficial	Praia da Estação e ensaios de blocos agitam sábado de esquentar para o Carnaval em BH (foto)
03	25	02	200118	Twitter (Ed Marte)	não-oficial	Sem título (tweet)
03	25	03	200118	Itatiaia	oficial	Praia da Estação e ensaios de blocos agitam sábado de esquentar para o Carnaval em BH (foto)
03	26	03	200118	O Tempo	oficial	Praia da Estação comemora dez anos com festa no centro da cidade
03	13	04	200203	Estado de Minas	oficial	Festival de Verão da UFMG 'adota' a Praça da Estação
03	13	10	200221	UFMG	não-oficial	Ópio ou luta?: 'Outra estação' discute dimensão política do carnaval de BH
03	03	04	200222	Sou BH	oficial	Bloco da Praia: o cimento da lúdica revolução (agenda)
03	05	07	200222	O Tempo	oficial	Foliões se refrescam na Praia da Estação após desfile de blocos
03	12	01	200222	O Tempo Contagem	oficial	Foliões se refrescam na Praia da Estação após desfile de blocos
03	14	06	200222	O Tempo	oficial	Dick Vigarista e Penélope Chamosa brincam no Praia da Estação no Carnaval de BH
03	20	04	200222	Super Notícia	oficial	Foliões se refrescam na Praia da Estação após desfile de blocos
03	22	07	200222	Super Notícia	oficial	Foliões se refrescam na Praia da Estação após desfile de blocos
03	11	04	200727	Facebook (Nobat)	não-oficial	Praia da Estação (2017) • passagem • ep.6 (video)
03	01	02	201226	G1 Minas Gerais	oficial	Praia da Estação comemora 10 anos no local onde ganhou força: na internet
03	22	04	210701	Foursquare	não-oficial	Praça da Estação